

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI

O PUBLICISTA OCULTO:

o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)

ASSIS

2018

RENATO CESAR SANTEJO SAIANI

O PUBLICISTA OCULTO:

o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: José Luis Bendicho Beired

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

S132p Saiani, Renato Cesar Santejo
O Publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912) / Renato Cesar Santejo Saiani. Assis, 2018.
275 f. : il.

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. José Luis Bendicho Beired

1. Brasil - Relações exteriores. 2. Imprensa brasileira. 3. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Barão do, 1845-1912. I. Título.

CDD 981.05



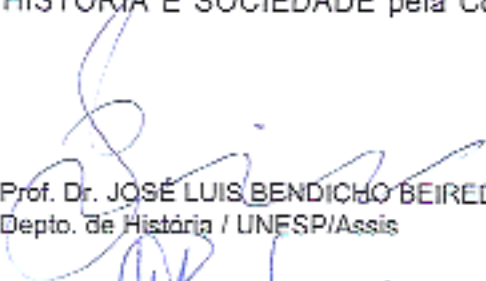
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


TÍTULO DA TESE: O PUBLICISTA OCULTO: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)


AUTOR: RENATO CESAR SANTEJO SAIANI

ORIENTADOR: JOSÉ LUIS BENDICHO BEIRED


Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. JOSÉ LUIS BENDICHO BEIRED
Depto. de História / UNESP/Assis


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO SAMPAIO BARBOSA
Depto. de História / UNESP/Assis


Prof. Dr. CLODOALDO BUENO
Depto. de História / UNESP/Assis

(participação não presencial)


Prof. Dr. FRANCISCO FERNANDO MONTEOLIVA DORATIOTO
UNB / Brasília


Profa. Dra. STELLA MARIS SCATENA FRANCO VILARDAGA
USP / São Paulo

Assis, 20 de setembro de 2018

A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jamais se pode inteiramente fugir aquele que uma vez lhe provou os encantos.

(Barão do Rio Branco)

A vida toda eu fui seduzido pela ideia de ser escritor, mas, assim como todos os escritores, eu não gosto tanto de escrever quanto de ter escrito.

(Douglas Adams)

One step at a time. One punch at a time. One round at a time

(Rocky Balboa)

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma etapa que se demonstrou mais difícil e ingrata do que parecia deve, naturalmente, ser considerada uma conquista. Podemos discutir se essa conquista atingiu seu potencial máximo ou não. Também podemos considerar se ela trouxe os benefícios esperados ou não. Sem muito esforço, podemos até questionar sua validade. Contudo, há algo que não pode ser discutido, considerado ou questionado: o apoio e a dedicação incondicional de um grupo, reduzido, é verdade, de pessoas que dedicaram um pouco de suas vidas para auxiliar na conclusão do trabalho que se materializa nas páginas a seguir. A elas dedico as palavras que se seguem.

Atualmente, não me é permitido começar por outra pessoa que não seja a pequena Olívia. São apenas seis meses de vida, mas tão repletos de amor, alegria e carinho, que me passam a impressão de que ela esteve presente em toda a minha trajetória. “Olly”, obrigado pelas noites mal dormidas, pois elas se converteram em horas de convivência, obrigado pelas séries e filmes perdidos, pois eles se transformaram em momentos de observação do seu desenvolvimento, obrigado por me escolher, pois minha vida se converteu em algo ainda melhor. Te amo “Serradora”.

À Paula dedico todo meu amor e carinho. São doze anos de companheirismo, compreensão, paciência, planos e sonhos. Sinto que não poderia ter encontrado uma pessoa tão parecida e ao mesmo tempo tão diferente de mim, mas que consegue captar tudo o que é importante para que a vida seja tranquila e repleta de alegrias. Obrigado por me deixar estar ao seu lado, por Buenos Aires, pelo último mês, pela Olívia e por todas as coisas que ainda viveremos juntos.

Para meus pais, Paulo e Lúcia, tenho que agradecer por tudo o que há de mais importante: a educação, os valores, o carinho, a dedicação e o amor destinados a mim. Apesar da distância vocês estão sempre por perto e tenho sorte de poder contar com a presença de vocês. À minha mãe agradeço por deixar de lado seus problemas para se dedicar à solução dos meus, por batalhar, por se sacrificar e acreditar que tudo isso seria possível, mesmo nos momentos de maior desânimo. Ao meu pai agradeço pelo exemplo da honestidade, pelo investimento e por abandonar várias coisas para construir meu futuro.

Ao meu irmão, Carlos, que sempre considerarei como um segundo pai, agradeço pela amizade, pela dedicação e pelo exemplo de perseverança e sucesso acadêmico. É a ele que recorro em alguns momentos de dificuldade e é nele que sempre encontro acolhida. Muito obrigado por fazer parte da minha vida. Por meio dele tive a oportunidade de conhecer a

Regiane, a quem agradeço pelas aventuras gastronômicas, pelas conversas, risadas, pesquisas de preço e, sobretudo, pela toalha que nunca será bordada.

Findas as referências familiares volto meus agradecimentos ao professor José Luís Bendicho Beired. Por mais de onze anos ele me empresta sua orientação e amizade, respeitando minhas posições e meus interesses. Obrigado por me ceder o tema dessa pesquisa e por me permitir conduzi-la. Também agradeço à Denise, exemplo de simpatia e amizade.

Agradeço aos professores Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Áureo Busetto, que participaram da minha banca de Qualificação e, mais que isso, integraram toda o meu processo de formação acadêmica.

Também devo profundos agradecimentos aos amigos assisenses. Primeiramente, dedico todo carinho aos amigos de longa data, Ulda, Mara e Alex, que há doze anos me acolheram, como se eu fosse um membro de suas respectivas famílias, e me auxiliaram a entender os mecanismos de uma nova cidade, de novas obrigações e de novas perspectivas. Aos amigos mais recentes, Matheus e Carol, agradeço pelos cafés aos sábados, pela conversa jogada fora, pela solicitude e, principalmente, pelo amor e carinho que dedicam à Olívia desde o seu nascimento. Por fim, agradeço à Camila Grejo pela amizade, pelas indicações e pelas páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras* que gentilmente me forneceu.

À Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Assis), agradeço pelo suporte institucional e acadêmico nesses doze anos. Também aos seus funcionários, sobretudo aos do Departamento de História e da Biblioteca, com os quais convivi com maior frequência.

Agradeço aos funcionários dos arquivos onde realizei minha pesquisa: Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; e na Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires.

Finalizo com os agradecimentos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio material que recebi ao longo do Doutorado, elemento fundamental para que fosse possível minha dedicação exclusiva a este trabalho.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. **O publicista oculto: o Barão do Rio Branco e a imprensa do Rio de Janeiro (1889-1912)**. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

O Barão do Rio Branco integra, seguramente, o grupo dos principais personagens da história nacional. Entretanto, sua herança política, baseada sobretudo na consolidação das fronteiras e na modernização da diplomacia brasileira, acabou por absorver ou eclipsar uma gama de atividades exercidas por ele ao longo de sua trajetória. Destacamos aqui sua relação constante e dinâmica com a imprensa do Rio de Janeiro. Rio Branco construiu uma eficiente rede de sociabilidade com proprietários, editores e redatores dos principais jornais da capital, produzindo artigos, fornecendo informações e, em alguns casos, pautando as edições de acordo com suas ideias e necessidades. Nessa perspectiva, temos como objetivo central discutir e analisar o discurso político que Rio Branco construiu e empregou por meio da imprensa fluminense, em dois momentos distintos: enquanto opositor do governo republicano e, posteriormente, como figura fundamental para a legitimação e consolidação do mesmo regime.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco; imprensa; política externa.

SAIANI, Renato Cesar Santejo. **The hidden publicist: the Baron of Rio Branco and the Rio de Janeiro press (1889-1912)**. 2018. 261 f. Thesis (Doctors in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018

ABSTRACT

The Baron of Rio Branco surely belongs to the group of the main characters of national history. However, his political legacy, based mainly on the consolidation of borders and the modernization of Brazilian diplomacy, ended up absorbing or eclipsing a range of activities carried out throughout his life. Notably, his constant and dynamic relationship with the press of Rio de Janeiro. Rio Branco built an efficient network of sociability with owners, editors and writers of the capital's main newspapers, producing articles, providing information and, in some cases, setting the issues according to their ideas and needs. From this perspective, our main objective is to discuss and analyze the political discourse that Rio Branco has built and used through the press in Rio de Janeiro, at two different times: as an opponent of the republican government and, later, as a fundamental figure for the legitimation and consolidation of the same regime.

Keywords: The Baron of Rio Branco; Press; Foreign policy

SUMÁRIO

Lista de mapas	10
Lista de tabelas	11
Introdução	12
Capítulo 1. <i>Ubique Patriae Memor</i>: imprensa e história a serviço da pátria	27
1.1. Os primeiros passos na imprensa e a defesa de um estilo: <i>O Vinte e Cinco de Março</i> e o <i>L'Illustration</i>	38
1.2. O Visconde em primeiro lugar: a defesa do Gabinete de 7 de março no <i>A Nação</i> e no <i>A Vida Fluminense</i>	53
1.3. O Barão do Rio Branco entre a Monarquia e a República.....	69
1.4. As bases da política externa do Barão do Rio Branco e a imprensa a serviço do Itamaraty	82
Capítulo 2. O opositor oculto: o Barão do Rio Branco e sua atuação no <i>Jornal do Brasil</i> (1891-1893)	106
2.1. A fundação do <i>Jornal do Brasil</i> e a polivalência de Rio Branco	106
2.2. As <i>Cartas de França</i> e a desilusão com o exército brasileiro	117
2.3. As <i>efemérides brasileiras</i> e a exaltação do período monárquico	130
Capítulo 3. O Deus Terminus das <i>Fronteiras</i>	143
3.1. A diplomacia brasileira frente ao desafio de consolidar as fronteiras nacionais.....	148
3.2. Questão de Palmas	157
3.3. Questão do Acre	177
3.4. Questão com o Uruguai	203
Capítulo 4. A estruturação da política externa e a importância da imprensa	218
4.1. “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”: a defesa da “aliança não escrita” na imprensa	218
4.2. “Megalomania Naval”: a imprensa como pano de fundo para a corrida armamentista	243
Considerações Finais	255
Fontes	259
Bibliografia	266

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Pretensão argentina em 1881	159
Mapa 2 – Pretensão argentina em 1888 e a linha do Tratado de Montevideú (1891)	161
Mapa 3 – Fronteiras possíveis com a Bolívia	185
Mapa 4 – Limites do Acre	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Referências por temas	132
Tabela 2 – Referências por personagens	132
Tabela 3 – <i>Efemérides Brasileiras</i> publicadas após o ano de 1891.....	137
Tabela 4 – Configurações das fronteiras brasileiras	155

INTRODUÇÃO

Em suas crônicas sobre o Rio de Janeiro do início do século XX, Luiz Edmundo (1957, p. 986-987) descrevia um repórter de grande inteligência e habilidade que colaborava com o *Jornal do Commercio*. Era uma figura solene, calva, de bigodes grisalhos, corpulento, de grande estatura e proporcional simpatia. Todas as noites, entre as nove e meia e dez horas, subia lentamente as escadas da redação do *Jornal do Commercio*, como se estivesse se dirigindo para uma repartição, cumprindo seu horário cotidiano de serviço. Entrava no salão e cumprimentava a todos, familiarmente, pelos nomes, como um funcionário habitual daquele ambiente. Após esse ritual, sentava-se em sua mesa e começava a remexer os bolsos repletos de notas, registradas de diversas formas e com os mais diferentes assuntos. Quando se punha a trabalhar a simpatia introvertia e ninguém se arriscava a incomodá-lo. Era o homem “das grandes notícias oficiais, as de polpa, as que se escondem de todo mundo, referentes, sobretudo, à política externa do país, só ele as colhe e faz publicar no *Jornal do Commercio*, que por tão alto serviço, não lhe paga, entretanto, sequer um real” (EDMUNDO, 1957, p.986-987). O repórter chamava-se José Maria da Silva Paranhos Júnior¹, o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores.

A familiaridade com que Rio Branco circulava pela redação do *Jornal do Commercio* era apenas um dos sinais de sua estreita colaboração com a imprensa ao longo do século XIX e início do XX. Seu espírito pragmático e o senso de realismo o fizeram compreender o papel da imprensa de seu tempo, sobretudo, sua relação com o poder e sua importância no jogo político. Sua atividade jornalística tornou-se, assim, um constante contraponto à sua prática política e diplomática. Por meio dela, estabeleceu um contato direto com o público leitor, fortalecendo sua imagem e angariando apoio para sua atuação frente ao Ministério das Relações Exteriores.

A associação de Paranhos com a imprensa foi longa e multifacetada. Atuou em diferentes momentos, com diferentes objetivos e bases de apoio. Em meados da década de 1860, colaborou com a revista francesa *L'Illustration* e com o ultraconservador recifense *O Vinte e Cinco de Março*. Em ambos, a temática era a Guerra do Paraguai, e seu gosto pela história militar e diplomática do país encontrou campo para aflorar. Para a revista francesa,

¹ Ao longo do texto utilizaremos diferentes expressões para nos referirmos a José Maria da Silva Paranhos Júnior: Paranhos, Juca Paranhos, Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, Rio Branco, Barão, Chanceler e diplomata brasileiro. Entre 1845 e 1888, período em que não havia recebido o título nobiliárquico, utilizamos apenas expressões que fizessem referência ao seu nome de batismo. A partir de 1888, todas as expressões supracitadas foram utilizadas.

enviava sínteses das principais batalhas, mapas, desenhos de próprio punho, croquis, além de retratos e biografias dos líderes civis e militares, ilustrando, na capital parisiense, como transcorria a Guerra da Tríplice Aliança. No periódico conservador, fazia duras críticas à condução da guerra, atacando tanto o gabinete ministerial, liderado pela Liga Progressista, quanto os chefes militares, que, para Paranhos, se demonstravam ineficientes no cumprimento de suas funções.

Entre os anos de 1872 e 1876, Paranhos foi um jornalista em plena anuência com o governo conservador sob a liderança de seu pai, o Visconde do Rio Branco. O Gabinete Rio Branco foi o mais longo do período monárquico, porém, foi o que mais crises enfrentou. Sua condução política era amplamente discutida na imprensa e contestada pelos jornais de oposição, com destaque para o ultramontano *O Apóstolo*, para o liberal *A Reforma*, o republicano *A República* e, por fim, para o *Diário do Rio*, órgão que representava os conservadores que se opunham ao ministro. Tornou-se indispensável ao Partido Conservador ter um jornal que falasse em sua defesa. Assim, o jovem Paranhos passou a integrar a redação do periódico *A Nação*, que tinha a manifesta função de defender o gabinete conservador e consolidar sua imagem frente a opinião pública. Também atuou como cronista na revista ilustrada semanal *Vida Fluminense*. Nesta, protegido pelo pseudônimo Nemo², escrevia sobre espetáculos, a vida boêmia e o Carnaval, mas não se esquecia dos temas políticos, analisados com um humor que beirava o deboche e com doses de ironia cáustica.

Em 1891, após um período de quinze anos de afastado do Brasil, Rio Branco voltou a figurar nas páginas de um periódico brasileiro. Tornou-se colaborador e responsável pelos correspondentes estrangeiros do periódico monarquista *Jornal do Brasil*. Diferentemente de sua fase anterior, assumiu uma postura oposicionista, contestando a condução que o sistema republicano dava ao país. Publicou nesse jornal as *Efemérides Brasileiras*, que levavam sua assinatura, constituídas por notas diárias que faziam referência a acontecimentos históricos do dia em que eram publicadas. Também era responsável pela seção *Cartas de França*, assinadas com os pseudônimos F. H. e Ferdinand Hex, dedicada a fazer uma análise da sociedade e dos costumes parisienses, mas também ao estabelecimento de um paralelo crítico entre a situação política, econômica e social da França e do Brasil republicano.

² Esse pseudônimo foi inspirado no personagem criado por Júlio Verne para o livro *As vinte mil léguas submarinas*, publicado em 1869. Foi utilizado, novamente, quando Rio Branco se tornou ministro das Relações Exteriores.

Já no início do século XX, quando ministro das Relações Exteriores, atingiu seu auge como publicista. Escrevendo em diferentes periódicos da capital — com destaque para *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *A Notícia* —, transformou a imprensa em seu palanque político. Modernizou sua relação com os diários cariocas, tornou-a intrínseca, profunda e, até mesmo, pessoal. Pautava edições, enviava notas e informações, escrevia artigos, geralmente anônimos ou com pseudônimos³, reclamava de notícias que lhe desagradavam, circulava livremente pelas redações e prestava favores a jornalistas amigos. A publicação de temas relativos ao ministério das Relações Exteriores passava, invariavelmente, por uma aprovação prévia do Chanceler. Essa atuação conferia ao diplomata a possibilidade de defender pontos de vista ou fazer afirmações que não poderiam ser efetuadas publicamente na qualidade de ministro das Relações Exteriores.

Após a breve apresentação da longa e multifacetada atividade do Barão do Rio Branco junto à imprensa do Rio de Janeiro, julgamos necessário indicar quais os caminhos que nortearão a presente pesquisa. Temos como objetivo central discutir e analisar o discurso político que Rio Branco construiu e empregou por meio da imprensa fluminense, em dois momentos distintos: enquanto opositor do governo republicano e, posteriormente, como figura fundamental para a legitimação e consolidação do mesmo regime. Entretanto, consideramos que esse discurso não estava circunscrito apenas aos artigos de sua autoria, mas sim enraizado em todas as suas ações relativas à imprensa, ou seja, nas informações que fornecia a redatores, editores e jornalistas, na sua presença constante nas redações, no processo de leitura e correção de artigos alheios e, por fim, no ato de censurar e orientar o que poderia ou não ser publicado. Dentro dessa perspectiva, buscaremos identificar e discutir quais eram os artifícios retóricos utilizados para sustentar seus argumentos, as rupturas e continuidades na análise de cada uma dessas fases, além dos debates estabelecidos com seus críticos, pertencentes à imprensa, ao campo intelectual ou a setores oficiosos da política nacional. Para tanto, utilizaremos seus artigos e correspondências com o *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, que representavam o núcleo da ação de Rio Branco ao longo do período analisado, e, em menor escala, com *A Notícia*, *Correio da Noite* e *Correio da Manhã*.

A reconstrução e análise de um discurso político deve levar em consideração sua estrutura complexa, constituída por um vocabulário, uma gramática, uma retórica, além de um

³ Ao longo dos quase dez anos como ministro, Rio Branco utilizou inúmeros pseudônimos: Nemo, Kent, J. Repórter, Ernesto Maurício, Bernardo de Faria, J. Penn e Brasilicus.

conjunto de usos, pressupostos e implicações que atuam em conjunto e são empregados por seu autor para propósitos políticos, compondo uma visão própria dos acontecimentos que se desenrolam em um determinado período. John G. A. Pocock (2003), historiador do pensamento político da Escola de Cambridge, classificou o discurso político como um *ato de fala* (*speech act*), conferindo a essa manifestação um caráter ativo, ou seja, uma ação que busca reagir a fatos passados ou modificar situações do presente. A interpretação dos textos que compõem esse discurso não pode ser baseada em uma leitura vertical, como se o autor fosse um elemento isolado e todos os sentidos da obra se pautassem, exclusivamente, em suas concepções. Para fugir desse anacronismo, Pocock alocou esse movimento em uma ideia de “contexto linguístico”, determinando a necessidade de situar os discursos no seu campo específico de ação ou de atividade intelectual, observando quem os maneja, quais objetivos visa atingir, além de considerar o conjunto de debates existentes e no qual estão integrados outros autores e discursos.

Para cumprir tais objetivos, o autor britânico estabeleceu uma divisão da linguagem política em dois níveis, a *langue* (*língua*) e *parole* (*fala*) objetivando compreender a interação entre ambas. A *langue* é o contexto linguístico estabelecido no qual atua a *parole*. Ao empregar um *ato de fala* o autor se apropria da *langue*, seja para reafirmá-la ou para inová-la, mediante a construção de uma *parole*, que, se bem-sucedida, acaba sendo incorporada ao contexto linguístico de determinado período, ou seja à *langue*. Segundo Pocock (2003, p. 64), “para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*.”

Para Pocock (2003, p. 38) outro elemento é fundamental na análise de um discurso político: o caráter performático da linguagem, pois considera que “a *performance* do texto é sua *performance* como *parole* em um contexto de *langue*.” O *ato de fala*, seja ele de qualquer tipo, objetiva, além de expressar uma interpretação ou uma ideia, estabelecer um debate com outros *atos de fala*. Dessa forma, o historiador precisa “de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele.” (POCOCK, 2003, p. 39). Por fim, há a consideração de que o historiador do discurso pode levar sua investigação, simultaneamente, em duas direções,

(...) na dos contextos em que a linguagem foi enunciada e na dos atos de fala e de enunciação efetuados no e sobre o contexto oferecido pela própria linguagem e outros contextos em que ela se situava. Ele procurará, em seguida, observar a *parole* agindo sobre a *langue*, sobre as convenções e implicações da linguagem, sobre

outros atores como usuários da linguagem, sobre atores em quaisquer outros contextos, de cuja existência ele possa se sentir persuadido, e possivelmente sobre esses mesmo contextos. A linguagem, no sentido em que estamos usando o termo, é a chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto (POCOCK, 2003, p. 35).

Por fim, é essencial sublinhar que o discurso é articulado por autores que atuam no interior de um debate em desenvolvimento e, assim, a dinâmica da interação entre os *atos de fala* e o discurso já estabelecido define a produção que integra esse determinado contexto. Para compreender a construção desse discurso é necessário mergulhar nos elementos linguísticos com os quais ele foi elaborado, captar seus termos básicos, as ocasiões em que foram empregados e mapear os recursos retóricos utilizados para sustentar um argumento.

Rio Branco atuava em um período marcado pela transição e consolidação de um novo regime político. Era perceptível o embate de forças heterogêneas que buscavam impor seus respectivos projetos políticos e discursos legitimadores, criando um ambiente de profunda agitação, permeado por expressões difusas e contraditórias. Aproveitando-se desse cenário, Rio Branco apoiou-se em seu vasto conhecimento sobre a história e a geografia nacionais para estabelecer um discurso próprio, que denominaremos de histórico-documental. Paranhos possuía uma visão essencialmente política da história, em consonância com a prática rankeana que dominava o período, e a via com uma funcionalidade objetiva, ou seja, como instrumento para justificar e defender suas posições pessoais e as aspirações nacionais. De acordo com Ricupero (2000, p. 23), “o espírito matemático, exato, de Paranhos e sua inapetência por teorias e ideias gerais, o levam a preferir a investigação minuciosa dos fatos, como se, uma vez bem estabelecidos, estes falassem por si mesmos e revelassem a ‘verdade histórica.’” Nesse sentido, seus escritos não possuíam um caráter doutrinário e eram construídos, fundamentalmente, com base em elementos históricos e geográficos.

Como se sabe, a história não estava definida como campo autônomo nessa época e sua matriz interpretativa, lastreada em grande medida nos institutos históricos e geográficos, admitia que uma lapidar descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes definia, por si só, todo o processo histórico. Aliar essa concepção com o acesso à documentação privilegiada fornecia as bases para uma história que se pretendia plenamente científica. Aqueles que se dedicavam a esse saber circulavam por um amplo espaço de conhecimentos e acabavam por constituir-se em intelectuais historiadores que “possuíam como elementos de legitimação e distinção de seu trabalho a pesquisa documental, isto é, a tarefa de criticar, reunir, consultar e copiar documentos.” (CALDEIRA, 2016, p. 189-190). Nesse sentido, a argumentação

baseada em fatos históricos e sustentada pelos documentos aos quais tinha acesso, conferiam ao discurso de Rio Branco um caráter de autoridade, tornando-os, na concepção do Chanceler, inquestionáveis.

Com base nessas características, buscamos refutar a seguinte afirmação de Álvaro Lins (1965, p. 34-35, grifo nosso):

Da mesma forma que a educação de bacharel não lhe permitia ceder à vertigem do militarismo, o exercício do jornalismo não lhe permitia ceder à sonolência do historicismo (...) Ele demonstrava o mesmo interesse no estudo de um velho mapa e no comentário ou tópico da imprensa sobre o fato do momento (...) É possível que a suas duas paixões da vida – a do passado mais remoto e a do presente mais imediato – expliquem que as suas duas atividades intelectuais tenham sido a História e o Jornalismo.

Dois gêneros aparentemente opostos: aquele que se constrói sobre as coisas mais velhas ou mortas e aquele que se realiza sobre as coisas mais novas ou vivas. E no plano estrito da criação intelectual, o segundo Rio Branco foi sempre historiador ou jornalista, sem qualquer confusão híbrida entre os dois gêneros, alternados em equilíbrio.

Consideramos que Rio Branco aliava as duas práticas, sua produção jornalística era, com raras exceções, baseada em uma argumentação histórico-documental e empregada com considerável habilidade e precisão, conseguindo, em grande medida, desarmar seus críticos e opositores.

Restringir a reconstituição desse discurso político à exegese dos artigos produzidos na imprensa representa uma considerável limitação. O Barão do Rio Branco circulou com grande fluidez pelos meios intelectuais e políticos de sua época, além de solidificar amizades com jornalistas, editores e proprietários dos principais jornais do Rio de Janeiro. Álvaro da Costa Franco (2012, p. 18), ao analisar a correspondência pessoal do Chanceler aponta que foi possível encontrar,

“(...) não somente as cartas de seu amigo e ex-companheiro de *A Nação*, Gusmão Lobo, mas entre outras as que recebeu de José Carlos Rodrigues (*Jornal do Commercio*), Alcindo Guanabara (*A Tribuna*, *Gazeta de Notícias*, *A Nação* e *Jornal do Commercio*), Domingos Olympio Rodolfo Dantas (*Jornal do Brasil*), Tobias Monteiro, João Souza Lage e Eduardo Salamonde (*O Paiz*), Joaquim Pereira Teixeira (*A Nação*), Henrique de Villeneuve (*Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e, depois, revista *France-Brésil*), e Pedro Leão Velloso (*Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*).

Assim, pretendemos estender a análise também para as correspondências com algumas das figuras centrais da imprensa brasileira. Essa proposição nos permitirá remontar o que Jean-François Sirinelli (2003) definiu como redes de sociabilidade. Tal concepção se apresenta como uma importante ferramenta para a compreensão e organização das dinâmicas

do campo intelectual de um determinado período. De acordo com a acepção de Sirinelli (2003, p. 252-253):

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos, frequentemente, apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual e particular.

Será possível analisar elementos que circundam a produção desses artigos, principalmente o trânsito de Rio Branco nas redações e, mais ainda, mensurar o grau de influência que exercia no interior de alguns periódicos do Rio de Janeiro e como a utilizava para construir sua imagem e sustentar seu discurso como publicista.

Os artigos de imprensa⁴, correspondências, discursos e demais documentos do Barão do Rio Branco estão estabelecidos em seu arquivo pessoal, parte integrante do Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro. Costumeiramente, os titulares dos arquivos pessoais são qualificados como estadistas, políticos, cientistas e literatos, vinculando a identidade do acumulador ao desempenho de uma atividade profissional, ou seja, ao espaço que ocupou e às funções que desempenhou na vida pública (HEYMANN 2009, p. 44). No caso de Rio Branco, seu espírito sistemático refletiu em sua prática de selecionar, organizar e arquivar grande parte de suas atividades e documentos, construindo um considerável acervo sobre sua participação no cenário político brasileiro.

A pesquisa em acervos pessoais demanda um certo cuidado, pois, segundo Philippe Atières (1998, p. 31), “o arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto.” Essa estruturação passa por uma seleção que busca, claramente, construir uma determinada identidade e, conseqüentemente, pelo anseio de que essa identidade possa ser, *a posteriori*, reconhecida.

A análise pouco criteriosa desse tipo de documentação leva o pesquisador, segundo Luciane Heymann (1997, p. 44), a cair em duas armadilhas muito comuns. A primeira é considerar que o arquivo espelha a trajetória de seu titular e que, a partir dele, é possível reconstituir plenamente as atividades desenvolvidas por ele. A segunda, por sua vez, é imaginar o arquivo como a “memória”, em estado bruto, de seu titular, proveniente de uma

⁴ É necessário destacar que apenas a seção *Efemérides Brasileiras*, parte integrante do *Jornal do Brasil*, não se encontra em seu arquivo pessoal. Os originais manuscritos e as cópias datilografadas foram doadas ao Instituto Histórico e Geográfico, em 1916.

seleção estabelecida definitivamente por ele, esquecendo-se que essa documentação está sujeita a múltiplos processos de reordenamento e seleção, praticadas, sobretudo, por agentes externos.

Ao observador dessa documentação, é inegável que o arquivo pessoal está carregado de uma intenção autobiográfica. A construção desse gênero, segundo Bourdieu (2001, p. 184), baseia-se,

(...) na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de existir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.

Uma análise irrefletida dessa construção determina, segundo o sociólogo francês (2001, p.185), uma “ilusão biográfica”, na qual “tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significados e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência (...)”. Portanto, ao trabalharmos com a documentação de Rio Branco é necessário levar em consideração o caráter arbitrário da configuração desse arquivo pessoal, pensar em sua intencionalidade e nas múltiplas interferências a que esteve sujeito.

O contato direto com esse arquivo torna possível observar uma clara intenção de divulgar sua obra política acima de qualquer outro objetivo. A representação irrisória de sua correspondência familiar é um elemento sintomático dessa intenção, pois a relação irregular com sua esposa e filhos, traria elementos que, de alguma forma, poderiam abalar sua imagem pública. Contudo, sua obra política não foi divulgada em sua totalidade. Houve um cuidado em selecionar e excluir elementos que pudessem apresentar contradições em sua ação. Exemplo disso é sua correspondência, mais especificamente o cuidado em não acumular minutas das cartas de sua autoria. A maior parte da correspondência existente no Arquivo do Itamaraty é passiva, permitindo uma análise indireta de sua atuação. Além disso, tinha para com seus interlocutores, a expressa recomendação de que suas cartas fossem destruídas logo depois de lidas e respondidas. Assim, percebe-se que a construção do arquivo é obra de um gênio excessivamente pragmático, acostumado com a análise racional das consequências e que direcionava suas ações para a construção de uma imagem que transmitisse a confiança necessária para seus interlocutores e, porque não, para aqueles que se dedicariam a observá-lo em períodos posteriores.

Dito isto, no tocante à sua relação com a imprensa, Rio Branco deixou uma coleção de cento e quarenta e sete Cadernos de recortes de jornais, com, em média, quatrocentas páginas cada. Eram registros diários de artigos, discursos, informações oficiais e notas de eventos sociais, nos quais ele era mencionado diretamente ou que continham assuntos que lhe interessavam. Seu nome e os temas dos artigos eram devidamente grifados nas cores verde ou vermelha. Nos artigos em que escrevia com pseudônimos ou de forma anônima, Rio Branco seguia a prática de anotar, nas margens, as suas iniciais ou seu nome, facilitando a identificação de sua autoria. É interessante perceber que esses cadernos não receberam grande atenção por parte considerável daqueles que se dedicaram a estudar o Chanceler. Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p. 29-30) nos traz algumas pistas dos objetivos desse tipo de documentação e o motivo de sua desvalorização:

Um exemplo de fatia pouco apreciada no conjunto de documentos acumulados por pessoas físicas é o dos chamados *recortes*. A rubrica compreende notícias e outras matérias que, uma vez destacadas dos periódicos em que foram publicadas, passam a formar séries dotadas de funcionalidade diversa: a própria colaboração do titular como articulista ou a apreciação crítica de sua obra, caso em que invariavelmente os documentos são preservados; a cobertura sistemática de eventos de que participou ou que julgou relevantes; e os diferentes assuntos pelos quais manifestou interesse, por dever de ofício ou gosto. Tal seja o volume desse recortes (...) as instituições tendem a recusar sua incorporação ao acervo, sob a alegação de que as informações neles contidas continuam acessíveis nas coleções de periódicos existentes em outros lugares.

Como bem explicita a autora, essas notícias, artigos e matérias, quando destacados dos periódicos ganham novas funcionalidades e podem ser utilizadas para diferentes objetivos. No caso de Rio Branco, acreditamos que eles cumpriam uma dupla função. Primeiramente, nem sempre o Chanceler respondia a seus críticos de maneira imediata, em algumas situações deixava a questão ganhar novos ares ou chegar a novos resultados, normalmente positivos, antes de se manifestar diretamente. Em algumas ocasiões levou mais de um ano para responder aos seus contendedores. Percebia a necessidade de um distanciamento para formular uma análise mais profunda sobre o que estava sendo discutido. Assim, acreditamos que seus cadernos de recortes eram utilizados como instrumentos de consulta, permitindo ao Barão produzir seus artigos de forma a relembrar as críticas que foram feitas à sua atuação e, de forma incisiva, apontar os equívocos que tais comentários cometiam.

Em segundo lugar, a preocupação em transmitir um determinado contexto político, por meio das discussões estabelecidas na imprensa, e a identificação de sua autoria, em artigos que foram publicados em anonimato, remetem a uma intenção de estabelecer uma determinada imagem para aqueles que, porventura, se aventurassem na leitura desses

documentos. Era necessário evitar que sua atividade jornalística se perdesse, deixando escapar uma fração importante de sua imagem política.

A despeito dessas novas funcionalidades, os Cadernos de recortes de jornais também trazem algumas restrições aos pesquisadores. A seleção desses artigos, por si só, carrega uma manifesta intenção de conferir relevância e de dar destaque a esses documentos. Separá-los de seu produto original promove uma considerável limitação na análise, pois perde-se a possibilidade de observar qual o espaço real ocupado por esses artigos nas páginas dos jornais. Dessa forma, também optamos por analisar os artigos no interior dos periódicos. Vale destacar, que esse processo foi facilitado, em grande medida, pelo trabalho da Biblioteca Nacional que disponibiliza, em sua Hemeroteca Digital, um considerável acervo de periódicos, dentre os quais estão os que integram essa pesquisa.

Definir que a pesquisa também será feita no jornal gera uma nova necessidade: a de compreender o porquê determinado tema figura em suas páginas. Para isso não podemos considerar que há um distanciamento entre artigo e periódico. Pelo contrário, é imperativo mergulhar na história desse jornal, no seu posicionamento político, suas vinculações e, sobretudo, nos seus interesses, para melhor apreender o que buscava com a publicação de determinado assunto. A imprensa é um agente ativo nas discussões políticas e pode ser entendida, segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p. XIX), como “instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social”, negando-se “as perspectivas que o tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos (...).”

Justificar uma pesquisa sobre o Barão do Rio Branco aparenta ser uma tarefa fácil. Não é. Rubens Ricupero (2002, p. 23), expõe a questão central dessa dificuldade: “Como evitar a sensação do já visto e ouvido numa história contada dezenas, centenas de vezes?” Às novas pesquisas sobre o Barão é imposta a necessidade de fugir dos clichês, dos lugares-comuns e da possibilidade de se deixar seduzir pelos reconhecidos sucessos do Chanceler. Em suma, é necessário se afastar da análise laudatória e unidimensional das atividades de Rio Branco e seguir na busca pelo que há de paradoxal e de inesperado, concentrar-se nas facetas pouco exploradas no conjunto de trabalhos dedicados ao Chanceler.

Pouco foi produzido sobre a associação entre Rio Branco e a imprensa. Sua prática jornalística esteve presente nos trabalhos daqueles que se debruçaram sobre sua vida, mas raramente com o protagonismo adequado. Era vista como uma atividade complementar, uma das tantas formas de sua expressão política e seus artigos, por sua vez, como elementos

comprobatórios, como forma de defesa em relação às críticas, sem uma análise aprofundada de seu conteúdo. Converteu-se em um tema subaproveitado pela historiografia brasileira. Situação que pode ser explicada, em grande medida, por duas limitações específicas: uma temática e uma de meio/circulação.

Primeiramente, a valorização da definição das fronteiras, de sua atuação como Chanceler e de sua herança política, acabou por eclipsar suas atividades como historiador, jurista, geógrafo e publicista. São leituras indissolavelmente ligadas entre si e que deixaram de ser esquadrihadas, negligenciando a existência de uma gama de ideias, opiniões, críticas e discussões sobre o andamento da política interna e externa do país. Em segundo lugar, a produção sobre Rio Branco, a despeito das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas, ainda é consideravelmente institucionalizada, ou seja, circunscrita a um grupo de diplomatas, com acesso privilegiado a documentos e interesse primordial em analisar a ação diplomática e ministerial de sua grande figura histórica. Incontestavelmente, esses trabalhos possuem méritos, muitos são referências básicas para qualquer pesquisa sobre Rio Branco, e nosso objetivo não é negá-los, contudo, também não podemos deixar de apontar para o limitado universo temático em que se encontram.

Dentro da rarefeita produção sobre sua atuação na imprensa, três artigos e um livro merecem destaque. Em 1945, Roberto Assumpção, em razão das comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, publicou um breve artigo sobre a atuação deste na Revista francesa *L'Illustration*, colaboração que ocorreu, com algumas interrupções⁵, entre os anos de 1865 e 1870. O autor fez um interessante levantamento sobre o trabalho minucioso de pesquisa e busca por informações sobre a Guerra do Paraguai, efetuada pelo jovem Paranhos, para propagar uma imagem positiva do país na Europa e angariar apoio junto à opinião pública desse continente para a atuação brasileira no conflito. O trabalho de Assumpção ainda se mantém como única referência específica sobre a relação de Juca Paranhos com o periódico francês, contribuindo para esclarecer, ao menos em parte, uma atividade que ainda permanece permeada por uma considerável falta de informações.

⁵ Em 1867, Paranhos Júnior ganhou na loteria a quantia de doze contos de réis e, com um pequeno auxílio de seu pai, empregou o dinheiro em uma viagem para a Europa, considerada na época como uma forma de complementação da educação de bacharel. Em solo europeu teve oportunidade de entrar em contato com a França bonapartista, em pleno crescimento econômico e político. Visitou museus e pontos turísticos, entrou em contato com personalidades da política e da literatura e circulou pela vida noturna de Paris. Também visitou a Prússia e outras regiões em um período imediatamente anterior à unificação. Esta era uma área ainda em desenvolvimento e que iniciava seu processo de crescimento e fortalecimento. A viagem proporcionou a Paranhos um primeiro contato com culturas e costumes que, pouco tempo depois, ele frequentaria diariamente por mais de vinte e seis anos (LINS, 1965, p. 43-46).

Também na esteira das comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, Elmano Cardim (1945) fez um primeiro balanço sobre os diferentes momentos da colaboração de Paranhos com a imprensa, passando, prioritariamente, por seu período como redator do *A Nação* e pelos anos que atuou como ministro das Relações Exteriores. Contudo, ainda limitado pelo desconhecimento da época sobre a autoria de uma série de artigos e correspondência atribuídas a Rio Branco, o trabalho de Cardim perpassa superficialmente pela relação contínua e de proximidade entre o Barão e a imprensa.

Com um longo distanciamento temporal, mas também em um período comemorativo, nesse caso o centenário de morte de Rio Branco, Luís Cláudio Villafañe G. Santos (2012), publicou uma interessante síntese da trajetória jornalística de Rio Branco com base em três contextos diferentes, assentados, por sua vez, nas funções e objetivos que Paranhos buscava atingir em cada um deles: como redator do jornal *A Nação*; como colaborador do *Jornal do Brasil*; e como Chanceler, de 1902 a 1912. Certamente, esta é a análise mais abrangente, mesmo inserida nas limitações de espaço de um artigo, sobre a atuação de Rio Branco na imprensa brasileira. Contudo, cabe a observação de que o autor não dedica espaço para analisar a contribuição de Paranhos Júnior com a Revista francesa *L'Illustration* e com o recifense *O Vinte e Cinco de Março*, publicações nas quais o futuro Chanceler deu seus primeiros passos na vida jornalística.

Também parte integrante das comemorações do centenário de nascimento do Chanceler, Ângela Porto organizou o livro *O Barão do Rio Branco e a caricatura* (2012). Baseado em uma pesquisa nos 147 volumes de Cadernos de recortes de jornais do Barão, o livro indica a existência de 1.181 caricaturas que, em geral, traziam elementos positivos sobre Rio Branco, mas que também satirizavam costumes e outros elementos da vida do ministro das Relações Exteriores. O levantamento e análise das charges permite a observação de que determinados temas geravam uma maior ou menor incidência de caricaturas, a exemplo do que ocorria com a atuação de Rio Branco na imprensa, moldada pela urgência e exigência de cada caso. O trabalho coordenado por Ângela Porto traz uma interessante perspectiva de como a imprensa, sobretudo a do Rio de Janeiro, se relacionava com Rio Branco, mas não se aprofunda no movimento inverso, ou seja, na relação que Rio Branco mantinha com ela, objetivo central da análise que pretendemos desenvolver ao longo das páginas desse trabalho.

Nos últimos anos, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) e do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), iniciou um processo de popularização de documentos ligados à política exterior

brasileira e aos seus principais representantes. Assim, circulares, relatórios, tratados, correspondências, discursos, diários e artigos de jornal, passaram a ser compilados e disponibilizados como forma de facilitar e incentivar a pesquisa na área de relações internacionais. Essa iniciativa propiciou um importante passo para recuperar a faceta jornalística de Rio Branco.

Em 2002, o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), iniciou a publicação dos *Cadernos do CHDD*, voltado para a difusão de textos e documentos inéditos, ou de difícil acesso, de interesse para a história diplomática do país. Logo em seu primeiro número começou a publicar uma série denominada *Artigos anônimos e pseudônimos do Barão do Rio Branco* que, ao longo dos anos, trouxe à luz trinta artigos publicados no período em que Rio Branco comandava a pasta das Relações Exteriores. Além disso, também divulgou trinta e três crônicas do *A Vida Fluminense* e vinte e dois artigos do *Vinte e Cinco de Março*. Também vale menção a veiculação de correspondências com seu companheiro de jornalismo, Gusmão Lobo, e com os proprietários e membros da redação do *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, entre outros⁶.

Em 2012, por ocasião das comemorações do centenário de morte do Barão, foram reeditadas as *Obras do Barão do Rio Branco*. Aos nove volumes⁷, publicados originalmente entre aos anos de 1945 e 1948, foi acrescentado um décimo, denominado *Artigos de Imprensa*, com o objetivo de apresentar ao público sua faceta jornalística. Ao todo são cento e quarenta artigos, com a ressalva de que alguns já haviam sido publicados nos *Cadernos do CHDD*. Merecem destaque a divulgação de um artigo da revista francesa *L'Illustration*, parte de sua considerável contribuição para o *A Nação* e alguns dos artigos mais relevantes de seu período como ministro.

Revisitar o Barão do Rio Branco torna-se imperativo, pois muitas de suas atividades, além de uma série de documentos, ainda não foram exploradas de forma adequada e, certamente, nos fornecerão peças imprescindíveis para montar o quebra-cabeças que se tornou sua atuação política. As iniciativas supracitadas são fundamentais e dão os primeiros passos

⁶ A série *Artigos anônimos e pseudônimos de Rio Branco* foi publicada nos números 1 (2002), 3 (2003), 4 (2004) e 14 (2009) dos *Cadernos do CHDD*. As crônicas da *Vida Fluminense* se encontram no número 6 (2005) e os artigos do *Vinte e Cinco de Março*, em um número especial publicado no ano de 2012. As correspondências com personagens da imprensa, por sua vez, estão localizadas no número 5 (2005).

⁷ A edição original contém os seguintes títulos: I – *Questão de Limites: República Argentina*; II – *Questões de Limites: Guiana Britânica*; III – *Questões de Limites: Guiana Francesa, 1ª Memória*; IV – *Questões de Limites: Guiana Francesa, 2ª Memória*; V – *Questão de Limites: Exposição de Motivos*; VI – *Efemérides Brasileiras*; VII – *Biografias*; VIII – *Estudos Históricos*; IX – *Discursos*.

para o estabelecimento de um novo campo de discussões sobre o Chanceler. O presente trabalho pretende contribuir para esse movimento, tratando de um tema ainda pouco explorado, mas com potencial para gerar uma interessante discussão sobre o discurso político e a construção da imagem pública de Rio Branco por meio da imprensa.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscamos apresentar uma síntese da atuação do Barão do Rio Branco junto à imprensa e de seu profundo interesse pela história militar e diplomática do Brasil. Para cumprir tal objetivo o capítulo foi dividido em cinco partes. Inicialmente, efetuamos o levantamento e uma breve análise sobre a produção de biografias destinadas a retratar o Barão do Rio Branco e constatamos uma característica comum a todas elas: a busca por estabelecer um consenso em relação à imagem de sucesso e patriotismo de Paranhos Júnior. A segunda parte foi destinada para a análise dos primeiros contatos de Rio Branco com a imprensa, colaborando com o recifense *O Vinte e Cinco de Março* e com a revista francês *L'Illustration*, assim como para a produção de seus primeiros trabalhos históricos. Na terceira parte, analisamos a colaboração de Paranhos com o jornal conservador *A Nação* e com a revista ilustrada *A Vida Fluminense*, nos quais escrevia com a manifesta intenção de defender o gabinete ministerial liderado por seu pai, o Visconde do Rio Branco. Na quarta, evidenciamos a relação inicial de Rio Branco com a regime republicano e, de forma superficial, sua colaboração na fundação e na produção de material para o *Jornal do Brasil*, além disso, também tratamos de sua gradual absorção pelo novo regime, sobretudo na resolução dos litígios fronteiriços com Argentina e França. Por fim, na quinta parte, abordamos o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, com destaque para a análise das diretrizes de sua política externa e para o papel exercido pela imprensa carioca na sustentação de suas ideias e ações.

No segundo capítulo, analisamos especificamente a produção de Rio Branco entre os anos de 1889 e 1893. Esse período foi marcado por sua colaboração com o periódico monarquista *Jornal do Brasil*, no qual atuou como ponto de apoio na Europa, além de ficar responsável por duas seções *As Efemérides Brasileiras* e as *Cartas de França*. A primeira, formato comum em jornais de tendência monarquista, tinha como objetivo fundamental destacar acontecimentos da história do Império. Essa caracterização nos permite considerar que a seção escrita por Rio Branco possuía uma funcionalidade crítica, ou seja, de resistência às modificações republicanas e de manutenção da tradição e herança monárquicas. As *Cartas*

de França, por sua vez, consistiam em notas comentadas sobre a política e a sociedade francesa, além de informações sobre a circulação e atuação de brasileiros ilustres naquele país. Rio Branco, de maneira habilidosa, imprimia, em suas notas sobre a política francesa, alguns paralelos e críticas relativos às instituições republicanas e aos atores que as conduziam. Assim, a estrutura do exército brasileiro, o militarismo que dominava o recém-instalado governo e a busca por suplantare a tradição e a herança monárquica, eram algumas das críticas estabelecidas por Paranhos.

No terceiro capítulo, destacamos os artigos produzidos especificamente para discutir as questões de limites. Entre os anos de 1895 e 1909, Rio Branco solucionou questões fronteiriças com a Argentina (1895), França (1900), Equador (1904), Holanda (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). Tais resoluções levaram ao reconhecimento definitivo da soberania brasileira sobre territórios que, somados, chegavam à marca de 900.000 km². Naturalmente, devido as limitações de espaço e de tempo de produção deste trabalho, optamos por selecionar três destes litígios, cada um com características, objetivos e formas de condução específicas, para exemplificar a atuação de Rio Branco nessas resoluções. Nessa perspectiva, escolhemos os litígios com Argentina, resolvido por arbitramento, com a Bolívia, resolvido por negociação direta, mas que envolveu uma série de agravantes, e com o Uruguai, no qual o Brasil retificou suas fronteiras cedendo pequena faixa de território e o condomínio sobre trechos de navegação fluvial.

Por fim, o capítulo quatro será dedicado à compreensão de como o Chanceler utilizou a imprensa para fortalecer sua ideia acerca da inserção brasileira no cenário internacional. Três elementos eram essenciais: a aproximação com os Estados Unidos, a busca pela estabilidade política no Cone Sul e a constante atenção para os avanços imperialistas das potências europeias. Os três princípios estavam interligados entre si, pois Rio Branco via na ascendente potência continental um neutralizador contra eventuais intervenções europeias, além de um reforço na posição do país dentro do contexto sul-americano. A estabilidade regional, além de solidificar as relações entre os países vizinhos, sobretudo com a Argentina, também servia para manter afastada qualquer intenção de intervenção europeia. Para consolidar essa política, o Chanceler viu-se obrigado a equalizar diferentes elementos para satisfazer as exigências externas e, também, as críticas que recebia internamente. Novamente a imprensa apresentou-se como um dos meios centrais de sua manifestação. Entretanto, seus argumentos eram dicotômicos e recorriam à história da diplomacia imperial para reafirmar ou negar elementos que integravam seu pensamento sobre a política externa brasileira.

1. *UBIQUE PATRIAE MEMOR*⁸: IMPRENSA E HISTÓRIA A SERVIÇO DA PÁTRIA.

Ao se dedicar a recolher e compreender aspectos importantes na construção da figura pública de D. Pedro II, Lilia Moritz Schwarcz se deparou com as dificuldades de lidar com a vasta bibliografia sobre o Imperador, indicando ser necessário, em alguns casos, driblar essa produção, visto que

Muitas vezes laudatórias e em alguns casos – logo após a proclamação da República – francamente contrárias, as biografias constroem uma personagem, pelo elogio ou pelo descaso, destacada de qualquer contexto. Nelas, também, é difícil entender **onde começa a história, onde termina o mito. (...) fala de uma iconografia política que se constrói por meio da história, que lembra um pouco e esquece muito, guarda certas imagens na memória e apaga outras** (SCHWARCZ, 1998, p. 22, grifo nosso).

É perfeitamente possível transportar essas dificuldades e preocupações para os estudos sobre o Barão do Rio Branco. Em realidade, há uma pequena diferença nos trabalhos sobre essas duas figuras: certamente o Chanceler possui maior consenso do que o Imperador. Matias Spektor (2012, p.360), indica que em muitos países uma figura da relevância de Paranhos Júnior “seria objeto de ricas e divergentes biografias. Não aqui. A literatura sobre o barão é escassa, ignora a farta documentação disponível sobre ele em arquivos estrangeiros e mantém-se irritantemente laudatória.” Evidentemente os estudos sobre Rio Branco não são exíguos, contudo, é correta a indicação de que os arquivos estrangeiros necessitam de uma investigação mais profunda e, sobretudo, a reprovação quanto à qualidade e pertinência das biografias existentes. Estas conservam características excessivamente apologéticas, matizadas por uma admiração irrestrita da obra política deixada por Rio Branco.

É inegável que Paranhos integra o rol dos principais personagens da história nacional. Em seu tempo, as vitórias nas negociações dos litígios fronteiriços e a reestruturação da política externa brasileira lhe renderam grande prestígio e popularidade, envolvendo-o em uma aura de infalibilidade, quase unânime, utilizada com eficiência por ele na condução do Ministério das Relações Exteriores. Sua morte, em 1912, não alterou esse cenário. Segundo Cristina Patriota Moura (2000, p.82), para “pensarmos Rio Branco hoje, é necessário termos em conta que esse nome é o principal recurso simbólico através do qual os diplomatas brasileiros pensam suas carreiras, sua instituição e a relação destas duas com a construção

⁸ *Ubique Patriae Memor* (“Em qualquer lugar a pátria em minha lembrança”) era a divisa do Brasão de armas do Barão do Rio Branco. Tinha como propósito demonstrar a identificação e a dedicação que mantinha com a pátria mesmo à distância.

nacional.” A admiração e exaltação por suas conquistas políticas e pela sobriedade de sua conduta pessoal passaram a residir em uma gama de homenagens, prêmios, referências, símbolos e publicações⁹ que mantêm viva a memória do antigo Chanceler e perpetuam a reverência a uma imagem mitificada de sucesso e patriotismo.

Nesse sentido, de acordo com Moura (2000, p. 82), o estilo laudatório que predomina nas biografias não pode “ser visto fora de um processo mais amplo de invenção das tradições”¹⁰. É possível afirmar que essas publicações objetivam impor certos valores e normas sobre a história do Chanceler, o que implica, automaticamente, no desenvolvimento de uma vinculação de continuidade inalterada em relação ao passado. É interessante destacar que muitas delas fazem parte de um processo mais abrangente de consolidação da imagem do Barão do Rio Branco e, por isso, foram publicadas em datas comemorativas – normalmente em momentos que se completava um ciclo centenário, ou seja, cem anos de nascimento, morte, entre outros –, e compuseram coleções que exaltavam as grandes figuras e a história nacionais e receberam patrocínio de órgãos públicos, costumeiramente do Ministério das Relações Exteriores.

Dito isto, é preciso reconhecer que algumas biografias apresentam importantes contribuições e ainda se mantêm como referências básicas para aqueles que se dedicam a estudar Rio Branco. Observando essa perspectiva, julgamos necessário fazer um levantamento dessa produção, conferindo destaque e uma breve análise para as obras mais relevantes.

Entre os anos de 1930 e 1942, registraram-se as primeiras tentativas de biografar o Chanceler, eram elas: *Rio Branco*, de Max Fleiuss (1931); *O Barão*, de João Lyra Filho

⁹ Em 1945, na esteira das comemorações do centenário de nascimento do Barão, foi criado o Instituto Rio Branco visando o cumprimento de uma dupla finalidade: cuidar da formação e aperfeiçoamento dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e constituir um núcleo de estudos sobre diplomacia e relações internacionais. Em 1963, foi criada a Ordem de Rio Branco com o propósito de, ao distinguir serviços meritórios e virtudes cívicas, estimular a prática de ações e feitos dignos de menção. Paranhos também foi nomeado como Patrono da Diplomacia Brasileira e, em 17 de fevereiro de 1970, estabeleceu-se que na data de seu aniversário, 20 de abril, seria comemorado o dia do diplomata. As comemorações de datas centenárias, como nascimento, assunção do cargo ministerial e morte, promoveram uma série de encontros científicos, debates e publicações que, em sua essência, servem como elemento de exaltação do Barão. Por fim, ruas, avenidas e prédios públicos também receberam o nome Rio Branco.

¹⁰ A ideia de “invenção de tradições” indicada por Moura, segue a proposição de Eric Hobsbawm (2012, p. 12), na qual, “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória.”

(1936); *Duas Histórias em Três Vidas*, escrita por Davi Carneiro (1939); *O Segundo Rio Branco*, de Aluísio Napoleão (1940); e *História do Grande Chanceler*, de Deoclécio de Paranhos Antunes (1942). Ainda pioneiras, eram obras panegíricas e apresentavam um caráter profundamente esquemático, concentradas na análise exclusiva da ação política de Paranhos e sem uma pesquisa documental consistente.

Ainda em 1942, o embaixador Raul do Rio Branco, primogênito do Barão do Rio Branco, publicou suas *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. A obra não possui um caráter essencialmente biográfico e, manifestadamente, não ambiciona apresentar um retrato completo de Paranhos Júnior ou uma reconstituição em bloco de sua vida pessoal ou de figura pública. Em realidade, limita-se a narrar alguns aspectos isolados ou episódios significativos que marcaram a visão e, conseqüentemente, a admiração que o autor nutria pelo pai. Escrito inteiramente com base nessas reminiscências, sem consultar os arquivos e trabalhos deixados por Paranhos Júnior, assume um caráter documental, mais precisamente de um documento íntimo, que acabou por contribuir para o estudo e conhecimento da personalidade do Barão do Rio Branco em seus aspectos mais particulares. O trabalho de Raul do Rio Branco ainda se mantém como o principal relato pessoal sobre Paranhos Júnior e serve de referência básica para aqueles que estudam o patrono da diplomacia brasileira.

A celebração do centenário de nascimento de Rio Branco, em 1945, propiciou um impulso para historiadores, jornalistas e literatos investirem na publicação de novas biografias. *Perfil de um Estadista da República: Ensaio Biográfico do Barão do Rio Branco*, de Antônio Carlos Villaça (1945); *Pequena Biografia do Barão do Rio Branco*, escrita por Demóstenes de Oliveira Dias (1945); *Barão do Rio Branco*, de Jarbas Maranhão (2002) e *Barão do Rio Branco*, escrito por Renato Sêneca Fleury (1967), seguiam um padrão de escrita e de objetivos muito semelhante às obras anteriores, contribuindo muito pouco para a introdução de novas interpretações sobre Paranhos Júnior. Em *Rio-Branco*, Affonso de Carvalho (1945) fugia do estilo imposto pelas biografias anteriores. O autor reunia as principais anedotas e casos sobre Rio Branco que circulavam na sociedade carioca do início do século XX, para construir uma biografia leve e descompromissada. Contudo, ao misturar livremente os fatos com elementos do imaginário popular, Carvalho baseou a narrativa em princípios de valor histórico ambíguos e que dificultam uma análise mais efetiva e segura.

Em meio a esses trabalhos, foi Álvaro Lins (1965)¹¹, com a publicação de *Rio-Branco (Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política*, quem conseguiu estruturar a primeira biografia relevante sobre o Chanceler. Lins atuava como jornalista e crítico literário em alguns jornais cariocas, quando foi convidado, em 1942, por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do período, para escrever um livro sobre a vida e obra do Barão do Rio Branco que integraria as homenagens motivadas pelo centenário de seu nascimento.

Instigado com a ideia e, sobretudo, com as possibilidades que tal tarefa lhe conferia, o autor preocupava-se com a responsabilidade de escrever, em caráter oficial, a biografia da principal figura histórica do Itamaraty, o que, por conseguinte, poderia resultar em uma limitação de sua liberdade de crítica, de ideias e de interpretações. Nesse sentido, impôs uma condição para assumir a função: “a obra não teria caráter oficial, [e] ao autor seria dada completa autonomia de trabalho e pensamento” (LINS, 1965, p. XV). Em certa medida, essa premissa acabou por ser um elemento norteador do trabalho, o próprio Álvaro Lins (1965, p. XVII) indica em sua nota de abertura, a possibilidade de ter reconstituído um Rio Branco que não se identificava “rigorosamente, sob vários aspectos, com aquele que se cristalizou de modo geral na impressão do público.” Contudo, era inevitável que algumas interpretações e informações cumprissem a tarefa de construir uma visão idealizada de Paranhos. Nesse sentido, a passagem apagada por alguns cargos políticos, a boemia, a vida conjugal fora dos padrões sociais e religiosos da época, a relação impessoal com os filhos e alguns traços de sua personalidade, foram amenizados ou suprimidos para não ferirem o imaginário que havia se estruturado em torno da imagem sólida e vitoriosa do Chanceler. Ciente dessas lacunas o autor buscou justificar tal opção: “Também de uma consequência da mesma ordem decorreu a circunstância de se abrir aqui um maior espaço à vida pública e intelectual do que à vida sentimental e particular: Rio Branco renunciou quase à segunda para dedicar-se todo à primeira” (LINS, 1965, p. XVIII).

Isto posto, nos cabe um questionamento: O que difere a biografia escrita por Lins daquelas publicadas anteriormente? Em oposição a seus antecessores, Álvaro Lins demonstrava uma preocupação acentuada com o rigor da pesquisa histórica e construiu sua obra em bases documentais sólidas. Para isso, passou quase dois anos analisando o acervo pessoal do Barão do Rio Branco, preservado pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, e entrou em contato com uma série de documentos inéditos. Correspondências, cadernos de notas,

¹¹ Ao longo do trabalho utilizaremos a segunda edição da obra de Álvaro Lins, publicada em 1965.

artigos de jornal, despachos, ofícios, relatórios e discursos, foram exaustivamente utilizados por Lins e o levaram, segundo Bradford Burns (2003, p. 262), “a interpretar [corretamente] os fatos e atribuir sentido aos eventos, temperando os elogios com a razão.” A documentação disponível permitiu a correção de uma série de fatos e datas que prejudicavam a cronologia inserida nas biografias anteriores e, mais importante, contribuiu para a construção de um Rio Branco mais factível, mais próximo da realidade. Evidentemente, a análise superficial de aspectos da vida pessoal de Paranhos Júnior gerou um desequilíbrio na obra de Lins, contudo, não diminuiu a eficiência com que retratou a figura política do Chanceler e, mais ainda, não apagou o pioneirismo de sua pesquisa documental e a herança legada para aqueles que se aproveitaram dela.

Para finalizar, julgamos conveniente demonstrar como o meio de veiculação da obra de Álvaro Lins também foi um importante fator de distinção em relação às outras biografias, sobretudo pelo incentivo institucional que a impulsionava. Desde 1971, a Fundação Alexandre Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tornou-se responsável, entre outras coisas, pela difusão de conhecimento sobre a política externa brasileira, sobre temas de relações internacionais e sobre a história da diplomacia brasileira. Dentre os elementos centrais dessa prática está a edição e reedição de livros que abordam as temáticas supracitadas. Entretanto, em 1945, o ministério não dispunha de tal mecanismo e dependia de outros meios para divulgar as obras que patrocinava e, conseqüentemente, fomentar o conhecimento sobre os assuntos que envolviam a política externa nacional. No caso da biografia escrita por Lins, a opção imediata para a impressão e exposição foi a Livraria José Olympio Editora e, mais especificamente, a *Coleção Documentos Brasileiros*. Julgamos que três fatores foram fundamentais para essa escolha: o caráter “nacional” da coleção, o prestígio da editora e, por fim, os interesses pessoais e intelectuais de Octávio Tarquínio de Sousa, responsável pela antologia em 1945.

Desenvolvida em três fases – dirigidas, respectivamente, por Gilberto Freyre (1936-1938), Octávio Tarquínio de Sousa (1939-1959) e Afonso Arinos de Melo Franco (1960-1989) – a *Coleção Documentos Brasileiros* visava, segundo Freyre (*Apud* FRANZINI, 2006, p. 13), revelar material diverso e de valor “evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos.” Suas duas primeiras fases integraram um período cujo referencial político-ideológico baseava-se na ideia da afirmação da “cultura nacional” e, segundo Laurence Hallewell (2012, p. 484), José Olympio “teve a perspicácia necessária para dar-se conta de quanto e do quão

rapidamente as perspectivas da nação estavam mudando. Os brasileiros começavam a preocupar-se apaixonadamente com o Brasil e o público leitor médio estava, afinal, preparado para canalizar esse interesse.” A coleção distinguia-se justamente por coadunar com essa aspiração e abrir espaço para uma notável variedade de autores, de posicionamentos, práticas teórico-metodológicas e temas, englobando publicações que iam desde a biografia até a reprodução do documento em seu estado bruto.

Também não podemos ignorar que as publicações da *Coleção Documentos Brasileiros* gozavam do prestígio adquirido pela Livraria José Olympio. Assumindo uma postura agressiva, permeada por um profundo instinto comercial e por bons relacionamentos pessoais com autores, críticos e personagens de grande influência política e intelectual, José Olympio Pereira Filho transformou sua editora, em meados da década de 1930, em um centro irradiador da literatura nacional (HALLEWELL, 2012, p. 496-497). Em seu quadro de autores encontravam-se nomes consolidados e promissores da literatura, poesia e da produção historiográfica, a exemplo de Humberto de Campos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, Vinicius de Moraes, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Pedro Calmon. Além disso, a editora recebia grande destaque nas premiações literárias e atingia números impressionantes com a venda de seus livros, a exemplo da primeira edição de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, que vendeu duzentos mil exemplares, cifra extraordinária em um mercado consideravelmente limitado (HALLEWELL, 2012, p. 490). Nesse sentido, a Editora José Olympio representava um dos principais catalisadores intelectuais da época e, conseqüentemente, ser publicado por ela significava garantia de ingresso na cultura nacional.

À época da publicação de *Rio Branco: Biografia pessoal e História política*, o responsável pela coletânea era Octávio Tarquínio de Sousa que, notadamente, buscava projetar sobre a coleção suas concepções sobre o país e sobre a produção dedicada à história nacional. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1988, p. 11), Octávio Tarquínio objetivava "abordar a história a partir dos homens que fizeram a história", demonstrando nítida predileção pelos fatos e, principalmente, pelos personagens centrais da política imperial brasileira. Em vista disso, observava no estudo biográfico um privilegiado meio de acesso a toda uma época, percebendo "nas narrativas de vida de seus biografados a possibilidade de construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais" (GONÇALVES, 2003, p. 88). Para Octávio Tarquínio, o valor historiográfico das biografias estava na contextualização rigorosa - sempre fundamentada em documentos - que elas tinham

a obrigação de empreender, a fim de entender o indivíduo, suas ações e suas contradições, sem, no entanto, sobrepô-lo a seu tempo ou consagrar-lhe características heroicas. Julgava necessário abandonar o estilo romanceador e laudatório, que pouco ou nada acrescentava à interpretação do passado, para imergir em todos os aspectos do biografado, abandonando o exclusivismo da atividade política por meio da análise dos aspectos sociais e psicológicos. Baseada nessa reorientação, a *Coleção Documentos Brasileiros* publicou, entre 1940 e 1945, treze obras de caráter biográfico ou memorialístico (FRANZINI, 2006, p. 124).

O sucesso editorial da coleção e o prestígio da Livraria José Olympio certamente alavancaram a visibilidade da publicação encomendada pelo Ministério das Relações Exteriores. Esses fatores, quando somados ao pioneirismo da pesquisa documental e a qualidade na construção da imagem política de Paranhos Júnior, contribuíram para a consolidação da biografia de Álvaro Lins como uma das mais importantes obras sobre Rio Branco, *status* que carrega até os dias atuais. Nas duas décadas seguintes, novas tentativas de biografias foram efetuadas, a exemplo de *Rio-Branco*, de Gilberto Amado (1947); *O Barão do Rio Branco*, escrito por Mário de Barros e Vasconcellos (1954); e *Barão do Rio Branco*, de Alfredo Balthazar da Silveira (1956). No entanto, nenhuma delas possuía o rigor técnico e o embasamento documental do trabalho produzido por Lins e, segundo Bradford Burns (2003, p. 263), “não passavam de regurgitação do que já se tinha dito e repetido sobre o Barão, *ad infinitum*, mostrando pouco interesse em explorar novas fontes ou propor interpretações inovadoras”.

Apenas em 1959, com *A Vida do Barão do Rio Branco*, de Luiz Viana Filho, uma biografia atingiu patamar semelhante ao alcançado pela obra de Álvaro Lins. Viana Filho, antes de se dedicar a reconstituir a vida do Chanceler, já havia firmado uma sólida carreira como biógrafo com as publicações de *A Vida de Rui Barbosa* (1941) e *A Vida de Joaquim Nabuco* (1952). O autor buscou explorar um ângulo diferente daqueles empregados pelos trabalhos anteriores: não deixar que o homem público sobrepujasse o privado, dando um tratamento mais realista a uma figura que transparecia viver apenas para a consolidação dos ideais nacionais. Em sua nota de abertura, Viana Filho (1959, p. XI) apresentou essa perspectiva:

Desnecessário justificar uma biografia do Barão do Rio Branco. Quem, no Brasil, não lhe conhece a obra de historiador e diplomata, nem lhe admira o estrênuo patriotismo? Bem pouco, no entanto, para se aquilatar do homem, da sua alma, das suas tormentas íntimas, algumas delas com intensos reflexos no seu destino. Assim ao esboçar-lhe o retrato, tão próximo quanto possível da verdade, ou, pelo menos, do

que como tal se nos afigura, precisamos como que antes devassar-lhe a personalidade, para compreender, interpretar e fixar.

Em busca de cumprir seu objetivo, Luiz Viana Filho dedicou considerável espaço para recuperar a genealogia de Paranhos Júnior, com destaque para seus avôs, tios e, evidentemente, para seu pai, o Visconde do Rio Branco, sobre o qual esboçou uma breve biografia, dando especial atenção para os momentos de ascensão e consolidação deste no cenário político nacional. Além disso, explorou a relação entre pai e filho e a influência exercida por ela na formação, compreensão e atuação de Paranhos Júnior na política brasileira. Contudo, um elemento que marca profundamente a diferença do trabalho de Viana Filho em relação àqueles que o precederam, é a atenção dada ao relacionamento conjugal conturbado vivido pelo futuro Barão com a atriz belga Marie Stevens e, conseqüentemente, a relação impessoal que manteve com seus filhos. Como poderemos observar ao longo do capítulo, essa união acabou por causar sérias dificuldades na evolução da carreira política de Rio Branco e ameaçou o *status* adquirido por sua família junto à sociedade e aos círculos políticos fluminenses. Por fim, é perceptível a tentativa de apresentar traços da personalidade do Barão e de pontuar as amizades e relações político-intelectuais estabelecidas ao longo de sua vida, assim como indicar de que forma influíram em sua trajetória pública e privada.

A pesquisa documental empregada junto ao Arquivo do Itamaraty é comparável à efetuada por Álvaro Lins. Contudo, a intenção manifestada pelo autor de se aprofundar na vida pessoal do Chanceler esbarrou em alguns obstáculos. É curioso perceber o quanto Paranhos trabalhou para esconder aspectos de sua vida doméstica, apagando do arquivo de seu pai, o qual assumiu a responsabilidade de conservar, qualquer carta sua, além de não ter armazenado correspondências da mulher e pouquíssimas das que trocou com os filhos. Tais fatores, segundo Viana Filho (1959, p. XII), demonstram que Rio Branco não é “dessas figuras fáceis para os biógrafos. Custa penetrar-lhe os meandros do espírito, quase sempre em guarda contra alguma discriminação, e, por esse motivo, deformado aos nossos olhos pela lenda desejosa de preencher os vazios que ele provocou para se ocultar.” Para compensar tal carência, o autor expandiu sua pesquisa para outros arquivos, nos quais estava “bem presente a personalidade do Barão do Rio Branco” (VIANA, 1959, p. 440), dentre os quais distinguem-se: a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; o Museu Imperial, de Petrópolis; os arquivos pessoais do Visconde do Rio Branco, do Barão de Penedo e do Conselheiro João Alfredo, todos localizados no Arquivo Histórico do Itamaraty, e também nos arquivos de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Oliveira Lima e Assis Brasil.

Também publicada na *Coleção Documentos Brasileiros*, a biografia gozava do prestígio editorial da Editora José Olympio e do interesse pela biografia gerado por Octávio Tarquínio de Sousa, mas não do apoio financeiro e institucional do Ministério das Relações Exteriores, diferentemente do que ocorreu com a obra de Álvaro Lins. Na realidade, Viana Filho já possuía uma relação precedente com a editora e havia publicado outras obras na coleção¹², o que, certamente, favoreceu a veiculação de seu trabalho sobre o Chanceler. Ao empregar uma perspectiva voltada, em grande medida, para as relações interpessoais de Rio Branco, Luiz Viana também rompeu com as versões romanceadas da vida de seu biografado e, segundo Burns (2003, p. 263, grifo do autor), o tratamento realista dado pelo autor transformou seu trabalho em “uma biografia extraordinária, por excelência *a biografia* de Rio Branco.”

Wilson Martins (1991, p. 48-53), ao comparar as biografias escritas por Luiz Viana Filho e Álvaro Lins, considera que os dois biógrafos haviam partido de objetivos distintos. O primeiro procurou narrar a existência de “um homem como os outros”, enquanto o segundo demonstrou perspicácia ao traçar o retrato de “um grande homem”, julgando que o Barão do Rio Branco “foi diferente de todos, inclusive de si mesmo.” Uma breve análise da interpretação de Martins nos permite considerar que as biografias supracitadas são rigorosamente complementares. As duas possuem estilo e rigor analítico semelhantes, mas se distanciam quanto à forma de construir seu biografado. Lins preocupou-se, principalmente, em dar exatidão à atuação política de Rio Branco, corrigindo diversos aspectos da cronologia construída por outros trabalhos e aplicando exequibilidade à sua vida pública. Luiz Viana Filho, por outro lado, não abandonou o aspecto político de Paranhos Júnior, mas buscou demonstrar uma faceta mais pessoal, ou até mesmo mais humanizada de sua relação com familiares e amigos, além de explorar diferentes aspectos de sua personalidade e de suas práticas sociais. Seguramente, esse contraste analítico contribuiu para que as duas biografias se estabelecessem, conjuntamente, entre as principais referências bibliográficas para os estudos sobre o Barão do Rio Branco, recebendo novas edições e sendo revisitadas em diferentes períodos e ocasiões.

¹² Luiz Viana Filho já havia publicado três livros na *Coleção Documentos Brasileiros*, *A Sabinada (A República Baiana de 1837)* (1938), *O negro na Bahia* (1946), *Rui e Nabuco* (1949).

À comemoração do sesquicentenário de nascimento do Chanceler, em 1995¹³, sobreveio a publicação de *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica* (2002)¹⁴, tendo Rubens Ricupero como o responsável pela parte textual. Construído para entregar ao público a memória iconográfica do Barão, o livro conta com oitenta fotografias e quinze caricaturas, além da reprodução de quadros, mapas, esculturas, bustos e páginas de livros. Como esperado, a seleção das fotos deixa claro a predileção por exaltar a atuação político-intelectual de Rio Branco, sobretudo no período em que comandou o Ministério das Relações Exteriores, com especial atenção para seus encontros com figuras ilustres do cenário político-intelectual nacional e internacional e para as reuniões com legações instaladas no Brasil. Além disso, destaca as sessões do IHGB presididas por ele, sua presença em manobras de treinamento do Exército e a relação de apadrinhamento que mantinha com uma série de funcionários promissores do Itamaraty. Por outro lado, a vida pessoal do Barão foi explorada de forma circunscrita, opção recorrente nas biografias encomendadas ou patrocinadas pelo Itamaraty, tendo como maior indicativo dessa escolha a quantidade ínfima de fotos familiares, nove das oitenta selecionadas.

A parte textual não foi inserida com o objetivo de duplicar com palavras o que o livro mostra pela imagem fotográfica, mas sim para ir “desdobrando aos olhos do leitor, *pari passu* com as numerosas fotografias que lhe documentam a vida, as etapas de crescimento e maturação do pensamento e das ações de Rio Branco” (RICUPERO, 2002, p. 23). Contudo, nem toda a trajetória de Paranhos Júnior foi passível de registro fotográfico, tornando necessário ir além das legendas que decifravam as imagens, com o objetivo de estabelecer uma articulação e um encadeamento mais eficientes entre a vida e a obra do Chanceler (RICUPERO, 2002, p. 23). O grande mérito da biografia reside nos questionamentos iniciais de Ricupero, que imerge na reflexão do porquê um homem que passou os primeiros cinquenta dos seus sessenta e seis anos em quase obscuridade conseguiu, em curto espaço de tempo, conquistar uma das notoriedades mais duradouras da História brasileira. Refuta, portanto, a falsa aparência, defendida por muitos, de que se tratava de uma figura unidimensional,

¹³ Entre as décadas de 1960 e 1990, há um hiato na produção de novas biografias sobre o Barão do Rio Branco. São inúmeras as possibilidades para explicar tal situação, contudo, julgamos dois fatores essenciais. O primeiro diz respeito à reedição das biografias de Lins, Viana Filho e de outros trabalhos de menor expressão, que acabaram por ocupar espaço considerável no mercado editorial, diminuindo as possibilidades de inclusão de novos trabalhos. O segundo fator está ligado ao distanciamento de datas comemorativas ligadas a Paranhos Júnior, períodos em que a produção sobre o Chanceler ganha novo impulso, a exemplo da biografia fotográfica publicada em 1995.

¹⁴ O livro ganhou uma segunda edição revista e ampliada em 2002, para as comemorações do centenário de posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores.

descomplicada e sólida, para indicar que ainda são muitos os aspectos não decifrados da personalidade, do pensamento e da atuação de Rio Branco, recomendando, por fim, ser tempo de “indagar por que as coisas se passaram dessa forma e não de outra, qual a mistura de ‘virtù’ e de ‘fortuna’ que ajudam a entender o êxito tardio mas duradouro dessa vida” (RICUPERO, 2002, p. 27). Não obstante, consideramos que o autor não avança a ponto de gerar novas interpretações sobre o Chanceler, apoiando-se em análises, interpretações, cronologias e documentos já estabelecidos nos livros de Álvaro Lins e Luiz Viana Filho.

O levantamento e análise dessas biografias nos permitem observar uma variedade de perspectivas, métodos e estratégias na reconstituição da trajetória política e pessoal de Paranhos Júnior. Entretanto, um elemento é marcante em todas elas: a busca por estabelecer um consenso em relação à imagem de sucesso e patriotismo do Barão do Rio Branco. Mesmo as biografias mais bem estruturadas e assentadas em pesquisas documentais sólidas, direcionam o leitor a compreender o patrono da diplomacia como uma figura mítica, plenamente coerente e responsável pela criação de uma tradição diplomática que norteou, em grande medida, a política externa brasileira até o final do século XX. Essa tendência ditou, por um longo período, as análises pontuais ou generalizantes sobre a atuação de Paranhos Júnior no cenário político brasileiro. Contudo, essa linha de interpretação vem sofrendo, nas últimas duas décadas, um processo de revisão que, longe de pretender apagar ou questionar os sucessos alcançados pelo Barão, busca estabelecer uma figura histórica verossímil, afastada das idealizações e da supervalorização de aspectos específicos de suas atividades políticas e intelectuais, em detrimento de outros que possuem importância semelhante.

Seguindo essa perspectiva, o restante do capítulo será dedicado a construir um breve esboço biográfico do Barão do Rio Branco. Ciente das limitações promovidas pela finalidade da pesquisa e pelo espaço, optamos por estruturar essa síntese com base em elementos que correspondem diretamente com os objetivos gerais deste trabalho. Assim, a longa atuação e associação junto à imprensa do Rio de Janeiro e o vasto interesse e conhecimento sobre a história nacional, serão os elementos norteadores da reconstituição da vida de Rio Branco. Evidentemente, não podemos nos furtar de englobar outros elementos de relevância incontestável para a composição desse objetivo, como uma breve passagem pela carreira política do Visconde do Rio Branco, componente de grande influência na formação político-intelectual de Paranhos Júnior, assim como a abordagem de aspectos relacionados à sua vida pessoal, também de suma importância para algumas de suas escolhas políticas

Dividir a trajetória de um personagem histórico pressupõe uma atividade arbitrária, mas julgamos tal opção necessária para uma melhor compreensão da relação estabelecida por Rio Branco com a imprensa e com a história nacional. Nessa perspectiva, optamos por dividir o capítulo em quatro partes, delimitando cada uma delas pela atuação de Rio Branco junto à imprensa. A primeira subdivisão abrange o período de 1845 até 1870, no qual Paranhos Júnior desenvolveu seu interesse pela história e inaugurou sua contribuição com a imprensa no jornal *O Vinte e Cinco de Março* e na revista francesa *L'Illustration*. A segunda parte, inserida entre os anos de 1871 e 1889, tem por objetivos acompanhar a atuação de Paranhos na defesa do Gabinete Ministerial conservador liderado por seu pai, por meios do jornal *A Nação* e pela revista *A Vida Fluminense*; e também parte de seu período como cônsul-geral em Liverpool, no qual aprofundou seus estudos e conhecimentos sobre a história nacional. A terceira seção, por sua vez, será dedicada a observar a relação do Barão com a primeira década republicana, na qual atuou como crítico do governo, por meio de sua colaboração com o *Jornal do Brasil*, ao mesmo tempo que era absorvido pelas funções oficiais delegadas pelo novo regime e pela obtenção de reconhecimento nacional. Por fim, a quarta parte será dedicada a acompanhar a ação de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores, entre os anos de 1902 e 1912, e o estabelecimento de uma estreita relação com a imprensa do Rio de Janeiro, utilizada para dar sustentação ao seu projeto de política externa. Ressaltamos que as duas últimas fases serão abordadas, nesse capítulo, de forma superficial, pois receberão uma análise mais ampla ao longo dos três capítulos subsequentes.

1.1. Os primeiros passos na imprensa e a definição de um estilo: *O Vinte Cinco de Março* e *L'Illustration*.

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no dia 20 de abril de 1845 e, prontamente, passou a ser chamado de “Juca”, apelido necessário para diferenciá-lo de seu pai, que também recebera o nome de José Maria. Era o primogênito de uma família que seria composta por nove irmãos¹⁵. No ano de seu nascimento, o nome Paranhos pouco significava no interior dos círculos políticos e sociais do Rio de Janeiro. Seus antepassados provinham de uma linhagem de militares de baixa patente e de pequenos mercadores portugueses oriundos da região do

¹⁵ Seus irmãos eram: Maria Luísa, Amélia Agostinha, Augusta Amélia, Luísa (falecida aos 16 anos), Maria Honorina (que não completou um ano de idade), João Horácio, Pedro Maria (falecido aos 13 anos) e Alfredo (que faleceu aos 20 anos). Nenhum deles sobreviveu ao Barão do Rio Branco, que superou significativamente a expectativa de vida do período, com 67 anos incompletos (LINS, 1965, p. 10; SANTOS, 2013, p. 19).

Porto e radicados na Bahia. Em realidade, possuíam uma situação financeira estável, mas não integraram as fileiras do funcionalismo público ou galgaram cargos políticos de relevância.

Devemos levar em consideração que a ordem social do período monárquico era, essencialmente, patriarcal e elitista e assentava-se em um sistema político fortemente hierarquizado e de pouca mobilidade. Nesse cenário, os descendentes das famílias ricas e com maior influência política, conservavam melhores possibilidades de ascenderem aos principais cargos administrativos e políticos, tornando pouco comum que integrantes das camadas mais baixas da sociedade progredissem a ponto de assumirem papéis de liderança. A família Paranhos encaixava-se no segundo caso e foi apenas com o José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, que a atípica evolução na carreira política se tornou realidade e contribuiu para estabelecer o nome da família entre as principais representantes da política e da diplomacia do Império e, posteriormente, da República.

Filho de Agostinho Paranhos e de Josefa Emerenciana, José Maria da Silva Paranhos, nascido em 16 de março de 1819, era o mais novo de três irmãos – os outros dois chamavam-se Agostinho e Antônio Paranhos. Ainda muito jovem, acompanhou a apreciável herança deixada por seu pai se esvaír em decorrência de uma disputa judicial com o tio, João da Silva Paranhos, e pela boemia extravagante do irmão mais velho (LINS, 1965, p. 06). Com o núcleo familiar empobrecido e sem grandes oportunidades, restava ao jovem José Maria Paranhos o auxílio do tio materno, Eusébio Gomes Barreiros, Coronel de engenheiros do Exército, que o ajudou a concluir os estudos preparatórios e a migrar em 1836, ainda com dezesseis anos, para o Rio de Janeiro e a se matricular na Academia da Marinha.

Casado, desde 1842, com Teresa Figueiredo Faria, filha de um negociante português que carregava um *status* social modesto, Paranhos buscava ascender no interior da sociedade carioca. Encontrou na maçonaria, então com larga influência na política do país, meios para consolidar suas aspirações, sobretudo após estabelecer relações com alguns dos principais líderes do Partido Liberal, que acabaram por atraí-lo para as fileiras do partido. Em 1844, debutou na imprensa como redator do jornal *O Novo Tempo*, que exprimia o pensamento dos liberais e debatia energicamente com os periódicos conservadores. Segundo Viana Filho (1959, p. 10), “não foi preciso largo espaço para que Paranhos, ao mesmo tempo ‘ilustrado, brando, afável’, visse reconhecidas as suas virtudes como jornalista.”

A integração às fileiras liberais garantiu a José Maria Paranhos uma rápida evolução nos cargos políticos. Entre 1845 e 1847, foi eleito membro da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, secretário do governo provincial, vice-presidente de província e,

por fim, deputado-geral pelo Rio de Janeiro. Contudo, a queda do Gabinete Liberal, em setembro de 1848, interrompeu a rápida ascensão de Paranhos. Sem perspectivas políticas imediatas, retomou a contribuição com a imprensa liberal e assumiu o posto de principal redator do *Correio Mercantil*, periódico que se encarregou da tarefa de expressar as aspirações e insatisfações do partido derrotado (RIO BRANCO, 2012d, p.155). Contudo, figura de manifestações políticas moderadas, Paranhos não compactuava com o radicalismo assumido pelo Partido Liberal e com a decorrente deflagração da Revolução Praieira em Pernambuco, motivada pela perda do controle da província para os conservadores. Assim, passados dois anos à frente do jornal, abandonou suas atribuições e se afastou temporariamente das lutas políticas.

Com efeito, a atividade jornalística atraiu novamente a atenção do futuro Visconde que passou, em meados de abril de 1850, a integrar a redação do *Jornal do Commercio*. Nas páginas deste periódico publicou as célebres *Cartas ao amigo ausente*, nas quais combatia energicamente o governo caudilhista de Juan Manuel de Rosas, na Argentina, e a atuação militar empregada por Oribe, no Uruguai. Em uma de suas cartas, expressava o seguinte sentimento em relação aos governantes platinos e à conseqüente ação brasileira:

Rosas e Oribe abusaram indignamente da nossa moderação e paciência ameaçaram-nos, insultaram-nos, vexaram, assassinaram e roubaram aos nossos compatriotas estabelecidos na campanha do Estado Oriental. Mas enfim, extravasou-se o cálice do sofrimento, e o que a voz da razão e os sentimentos da humanidade não puderam conseguir pelos meios pacíficos, as armas imperiais vão arrancar pela força irresistível de nossos bravos. O território nacional, a vida e a propriedade de nossos concidadãos vão ser vingados, e com a causa do Império serão salvas a independência, a liberdade e a civilização das povoações do Prata, que viviam oprimidos, sequestrados do mundo civilizado pelo tirano de Palermo e pelo seu perverso lugar-tenente (PARANHOS, 2008, p. 356-357).

O tom de suas críticas chamou a atenção do Marquês do Paraná¹⁶, um dos próceres do Partido Conservador, que o convidou a integrar, na condição de secretário, a missão especial enviada ao Prata para ratificar as alianças com o Uruguai e com as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios e, conseqüentemente, iniciar um avanço militar contra Rosas. O convite representou um momento de inflexão na trajetória de Paranhos, pois este teve o

¹⁶ Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1853): formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1825), foi eleito deputado pela província de Minas Gerais (1830-1831, 1834-1837 e 1838-1841). Membro fundador do Partido Conservador, também assumiu a presidência da Província de Pernambuco (1849) e foi escolhido Senador por Minas Gerais (1842). Ocupou diversos ministérios: Justiça (1832 e 1843), dos Negócios Estrangeiros (1843) e da Fazenda (1853). Em 1853 assumiu a chefia do Gabinete Ministerial em 1853, período em que implementou a política de conciliação. Conf. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/hhcarneiroleao.html>. Acesso em 10 de julho de 2018.

primeiro contato com o Prata, região que seria o foco de sua atuação diplomática, e passou por um processo de reorientação partidária, abandonando, em parte, os preceitos liberais para se filiar ao Partido Conservador¹⁷.

Sua atuação destacada junto ao Marquês abriu caminho para uma vertiginosa ascensão nos campos político e diplomático. Em 1852, foi nomeado ministro em Montevideú, onde participou da reorganização política do Uruguai e promoveu a ratificação de quatro tratados: de Aliança, Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites. No ano seguinte, integrou o gabinete ministerial do Marquês do Paraná ocupando o Ministério da Marinha (de 1854 a 1855) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (1855-1857), acumulando as duas pastas entre 1856 e 1857. Nesse ano, foi novamente enviado ao Prata para negociar e garantir os direitos brasileiros de navegação no rio Paraguai, além disso, selou tratados diversos com a Confederação Argentina – incluindo um de limites –, com o Uruguai e com o Paraguai. Pouco depois de retornar ao Brasil assumiu novamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros (1858 e 1859) e, posteriormente, o Ministério da Fazenda (1861-1862).

Em 1863, Paranhos chegou ao Senado como representante da província de Mato Grosso, alcançava com o cargo vitalício a estabilidade e o reconhecimento que almejava desde que chegou ao Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi enviado ao Uruguai para negociar o fim do conflito entre *blancos* e *colorados*, partidos antagônicos que viviam em constante disputa pelo poder. Atingiu resolução satisfatória, mas foi demitido pelo gabinete progressista que liderava o país, defensor de uma ação mais enérgica do que conciliatória. Com a eclosão da Guerra do Paraguai e as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de conflito, os conservadores tornam ao poder e Paranhos foi alçado novamente ao cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (1868-1870). Entretanto, no intervalo dos anos de 1869 e 1870, voltou ao Prata para conduzir a reorganização do governo paraguaio. Sua destacada atuação nesse país lhe rendeu, em 1870, o título de Visconde do Rio Branco.

¹⁷ A troca de partidos despertou contra Paranhos algumas censuras por parte de membros do Partido Liberal. O Barão do Rio Branco, em sua biografia sobre o Visconde, justificava a atitude do pai com base na afirmação de que era um cargo estritamente diplomático, que nada tinha a ver com a política interna nacional. Segundo Rio Branco (2012d, p. 157), “o Império achava-se então em guerra, e era natural que despertasse está circunstância, no ânimo do jovem jornalista, o nobre desejo de servir a sua pátria (...) Poderíamos citar muitos outros exemplos de liberais e conservadores que aceitaram de adversários comissões diplomáticas ou consulares no estrangeiro.” Como veremos mais à frente, a justificativa de que a diplomacia estava afastada das disputas partidárias da política interna será recorrente no discurso do Barão do Rio Branco e servirá, ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, como meio de adquirir maior liberdade de ação em relação aos diferentes partidos que disputavam o poder no período republicano.

Rio Branco atingiu o ponto máximo de sua trajetória política ao assumir a chefia do Conselho de Ministros, cargo que ocupou entre 1871 e 1875. Compôs seu gabinete com elementos novos e moderados do Partido Conservador, pois objetivava a implementação de um amplo programa de reformas, algumas baseadas em aspirações liberais, dentre as quais destacava-se a do “elemento servil”. Com efeito, em 28 de setembro de 1871 foi aprovada a “Lei do Ventre Livre”, que representou um importante movimento para o processo de emancipação dos escravos, consolidado dezessete anos depois.

Essa breve digressão sobre a trajetória política do Visconde do Rio Branco, contribui para que possamos entender em que contexto e condições o jovem Juca Paranhos formou suas concepções políticas e intelectuais. A crescente importância de seu pai no cenário político interno e externo, foi fator fundamental para que Paranhos Júnior pudesse circular entre os diferentes setores da ordem saquarema¹⁸, absorvendo ideias e conhecimentos diversos. Além disso, o contato com figuras centrais do Partido Conservador, muitas vezes realizado na sala de visitas do pai ou nos salões sociais da Viscondessa do Rio Branco, permitiram a ele fixar amizade com personagens da importância do Duque de Caxias, do Visconde do Uruguai e do Barão de Cotegipe, que lhe valeram, pouco tempo depois, apoio para suas aspirações sociais, econômicas e políticas.

Outro ponto também merece destaque. Apesar de seu protagonismo na vida política do Segundo Reinado, o Visconde do Rio Branco viveu sempre como um servidor do Estado. Não detinha “bases próprias de poder ao não possuir terras e escravos, ou nem mesmo capitais do comércio ou de outras atividades produtivas. Tampouco tinha laços de sangue com qualquer família tradicional” (SANTOS, 2013, p. 19). Evidentemente, seu prestígio e competência lhe garantiam uma vida confortável, mas sem a garantia de estabilidade futura. Esse foi um elemento que afetou diretamente a trajetória de Paranhos Júnior, sobretudo após a morte do Visconde. A necessidade de se manter em dia com as obrigações cotidianas levou o futuro Barão do Rio Branco a seguir os caminhos trilhados pelo pai no funcionalismo público, sentindo-se constantemente ameaçado pela possível perda de seus cargos. Também consideramos que esse pode ter sido elemento importante para que Paranhos Júnior tenha atingido o sucesso em âmbito nacional apenas em idade madura. Em suma, o que se pode definir é que a sombra e a influência do Visconde acompanharam Juca Paranhos ao longo de toda a sua vida, o que não possui um significado negativo, pois foi da herança ideológica do

¹⁸ A expressão “ordem saquarema” é utilizada para se indicar ao período em que o Partido Conservador dominou a política imperial. Para uma análise ampla e competente desse período Cf. MATTOS, 2004.

pai que o Barão retirou boa parte do arcabouço teórico e prático que o permitiu comandar a chancelaria brasileira por quase dez anos.

A história, com destaque para a história militar e diplomática do Brasil, concentrou a atenção de Paranhos Júnior desde que este ainda frequentava o Colégio Pedro II. Em um discurso (2012h, p. 267), já em 1909, afirmava tais interesses e o quanto lhe renderam frutos em suas pesquisas históricas:

Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nosso heróis morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração.

O primeiro trabalho histórico de Juca Paranhos (2012a), foi a biografia do capitão de fragata Luiz Barroso Pereira (1786-1826), morto na guerra entre Brasil e Argentina pela posse da Província da Cisplatina, entre 1825 e 1828. Escrita em fins de 1861 e publicada pela *Revista Popular* no início de 1862, a biografia apresentava um estilo laudatório e com uma estrutura confusa, características próprias do trabalho de um jovem de dezesseis anos. Quando o trabalho foi publicado Paranhos Júnior já havia iniciado os estudos de bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo, entretanto, o campo jurídico não foi capaz de desviar seu interesse pela história nacional. Em 1864, participou da fundação do Instituto Científico, uma associação de estudantes da Faculdade de Direito, que contava com um periódico, a *Revista Mensal do Instituto Científico*, na qual Paranhos Júnior publicou *Episódios da Guerra do Prata (1825-1828) – Apontamentos Históricos*. Assinado com a letra X¹⁹, retomava a guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1825 e 1828. Considerava que o tema era merecedor de maior atenção entre os estudiosos brasileiros e apresentava o objetivo de “retificar alguns fatos, tão adulterados pelos articulistas e escrevinhadores do rio da Prata” (RIO BRANCO, 2012b p. 24). Para tal pretensão indicava contar com documentos inéditos,

¹⁹ De acordo com Lins (1965, p. 30), ao lado do X, Rio Branco escreveu depois num dos exemplares da Revista: “J. M. da Silva Paranhos, estudante do 3º ano da Faculdade de Direito” e numa das margens: “Tudo isto foi quando eu era um menino em 1864 isto é, um rapaz de 19 anos”

reunidos após longas pesquisas nos arquivos. É notável a evolução do estilo e da estruturação do texto, mas ainda demonstrava uma análise superficial e repleta de lacunas.

Em 1865, Juca Paranhos escreveu a biografia de José de Abreu Mena Barreto, Barão de Cerro Largo, publicada, posteriormente, pela *Revista do IHGB* (1868). Mena Barreto foi um militar gaúcho que participou de todas as campanhas portuguesas e brasileiras, entre 1801 e 1827, na região do que é hoje o Uruguai. É consenso entre os principais biógrafos de Rio Branco de que esta é sua principal obra histórica do período. Viana Filho (1959, p. 24), indica que Paranhos era “senhor de copiosa documentação, [e] o autor ao narrar os feitos do biografado, ia pondo as coisas nos seus lugares. Não se eximiu sequer de apontar alguns erros de Varnhagen e Pereira da Silva, na ocasião os mais reputados historiadores do Brasil.” Álvaro Lins (1965, p. 32), por sua vez, indicava ser perceptível nas páginas da biografia a “sobriedade e a firmeza do instrumento verbal do historiador.” Relativizados os exageros, a biografia de Cerro Largo representa, de fato, a consolidação de Rio Branco como historiador. Nela há uma nítida ampliação do quadro de análise, superando o exclusivismo da narração dos feitos do biografado, para empreender um exame mais amplo dos acontecimentos que movimentaram a região do Prata na década de 1820. Ademais, o fato de ter sido publicado pelo IHGB²⁰ também lhe conferia maior credibilidade, aceitação e visibilidade.

Possivelmente, a única atividade que conseguia equiparar a atenção dada por Paranhos à história do Brasil, era a boemia. Desde muito jovem, foi atraído pelas aventuras noturnas tanto na pacata São Paulo, quanto na efervescente cidade do Rio de Janeiro. Em suas memórias sobre o pai, Raul do Rio Branco (1942, p. 31), descreve interessantes episódios relativos a essa faceta de Paranhos Júnior. Estas iam de suas aventuras romanescas e das serenatas sob certas janelas, até algumas menos convencionais: “Foram desse gênero, por exemplo, algumas expedições noturnas ao quintal de um convento onde, desembarcados de um bote, sobre o rio de permeio, os estudantes roubavam os leitões dos padres, impedindo os bichos de gritar porque lhes tampavam os focinhos com enxofre.” Vasco Mariz (2010, p. 48), faz uma descrição minuciosa sobre como era a rotina de Paranhos e o impacto dessas escolhas no desenvolvimento de sua carreira:

Se durante o dia frequentava as aulas da faculdade, estudava ou pesquisava, à noite era um boêmio consumado, pois não perdia os espetáculos de teatro, ópera, opereta ou *can-can*. Seus hábitos eram considerados exóticos, pois levantava-se tarde,

²⁰ O *Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão de Cerro Largo*, foi apresentado por Paranhos Júnior como título para sua candidatura a sócio do IHGB, em 1866. A candidatura, após receber parecer favorável da comissão julgadora, foi aceita em fins de 1867 e Paranhos empossado em junho de 1868 (LINS, 1965, p. 46).

almoçava por volta das 15 horas e jantava de madrugada. Ele era um “bom partido”, e as senhoras da aristocracia sonhavam casar suas filhas com o filho do Visconde. No entanto, escandalizavam-se com as aventuras amorosas do jovem estudante de Direito, notícias que também chegavam com frequência aos ouvidos do Imperador e que o incomodavam bastante.

Tais hábitos começaram a criar uma atmosfera hostil ao rapaz na alta aristocracia carioca, e isso lhe custou bem caro. Quase arruinaram suas possibilidades de carreira política ou diplomática.

Ciente das consequências que a vida irregular traria para o filho, o Visconde do Rio Branco acabou por forçar a ida de Paranhos Júnior para o Recife, a fim de concluir o último ano da Faculdade de Direito na instituição local. Parte considerável dessa decisão provinha da influência do Monsenhor Pinto de Campos²¹, integrante das fileiras conservadoras e deputado, já há muitos mandatos, por Pernambuco. Campos possuía uma estreita amizade com a família Paranhos e tinha grande apreço pelo jovem Juca Paranhos. Assim, insistiu para que o rapaz se mudasse para Recife tendo a oportunidade de conhecer uma nova região, novas pessoas e ideias. Tinha como apoiador o Visconde de Camaragibe²², amigo de longa data do Senador Paranhos e que ocupava o cargo de diretor da Faculdade de Direito do Recife. Por fim, a balança se inclinou para a mudança e o jovem Paranhos foi, em 1865, concluir o curso de bacharel na Província de Pernambuco (VIANA, p.1959, p. 28-30).

Já instalado na capital pernambucana, Paranhos Júnior não demorou a estreitar sua relação com o Monsenhor Pinto de Campos e passou a integrar a redação do hebdomadário ultraconservador *O Vinte e Cinco de Março*, com o qual contribuiu até 1866. Propriedade de Pinto de Campos, o título do jornal fazia uma clara homenagem à primeira Constituição Brasileira, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824. O periódico seguia uma linha radicalizada da política conservadora e de obstinada defesa da referida Constituição. Segundo Viana (1959, p. 30), “se dizia intérprete de correntes constitucionalistas e se propunha a combater tanto os áulicos quanto os demagogos.” Para corroborar essa pretensão, seu artigo programa fazia a seguinte afirmação: “Ataquemos de frente os desvarios dos que, sem reboço algum, calcam e recalcam as nossas liberdades públicas e rasgam, uma a uma, as páginas

²¹ Joaquim Pinto de Campos (1819-1887): foi, por longo período, membro do Partido Conservador e deputado por Pernambuco. Aliava seu espírito radical com as atividades de publicista, professor e literato, com destaque para a produção de uma tradução da *Divina Comédia*. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico, cavaleiro da Ordem de Malta, comendador da Ordem da Rosa e membro da Academia Real das Ciências de Lisboa.

²² Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1806-1875): foi Presidente da Província de Pernambuco (1859), deputado e Presidente da Câmara, e senador do Império (1869-1875). Professor e diretor da Faculdade de Direito do Recife (1830-1875), recebeu o título nobiliárquico de Visconde de Camaragibe em 14 de março de 1860.

daquela liberalíssima Constituição que o Império jurou no memorável dia 25 de março de 1824.” (Apud PEREIRA, 2012, p. 16).

Apesar do discurso impetuoso, o *Vinte e Cinco de Março* foi um jornal de vida efêmera, tendo circulado entre 04 de novembro de 1865 e 13 de dezembro de 1866, com um total de cinquenta e cinco edições. Possuía circulação restrita e suas opiniões tinham alcance limitado. Além disso, sua materialidade era modesta, contando com quatro páginas, divididas igualmente em quatro colunas, e sem qualquer tipo de anunciante. Era, em essência, um empreendimento pessoal do Monsenhor Pinto de Campos e cumpria a função de abrir espaço para que o deputado pernambucano pudesse manifestar livremente suas opiniões e aspirações políticas. Era o empreendimento ideal para que Paranhos Júnior desse seus primeiros passos na atividade de publicista, pois teria liberdade de opinião e uma temática bem definida para seus artigos: A Guerra do Paraguai, que a esse tempo, já completava seu primeiro ano.

Formado em bases conservadoras, Paranhos Júnior direcionou suas críticas para a política externa de caráter liberal desenvolvida pela Liga Progressista²³:

Entre os flagelos sem número, que nos trouxe em triste apanágio o incestuoso consórcio político chamado Liga Progressista, o que a todos sobre-excede e se avantajaja por suas naturais e inevitáveis consequências desastrosas, é o terrível flagelo da guerra (...)

A sabedoria de todos os séculos, considerando a guerra como a maior e mais cruenta das calamidades públicas, procurou sempre evita-la por meio de uma política avisada, cautelosa e prudente, que sabe pôr em ação todos os inesgotáveis recursos da dialética oficial da diplomacia e do parlamentarismo; e quando o direito não consegue impor-se com o uso destas armas pacíficas da razão calma e refletida, só então reconhece a necessidade indeclinável de recorrer ao meio extremo da força armada como última razão dos Estados.

Com relação às repúblicas do Prata e, nomeadamente, às repúblicas do Uruguai e do Paraguai, devemos ser ainda mais cautelosos e prudentes, procurando terminar sempre as nossas contestações por meios pacíficos, **a fim de fazermos desvanecer as antigas preocupações que ali e na Europa se têm generalizado, de que o Brasil procura fixar os seus limites naturais nas grandes correntes de água do Prata, do Paraná e do Paraguai, absorvendo as repúblicas do Uruguai e do Paraguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes, da Confederação Argentina.**

Os estadistas da *Liga Progressista*, porém, não entendem assim as coisas e, se assim as entendem, obram muito pelo inverso (PARANHOS JÚNIOR, 04 de nov. de 1865, p. 01, grifo nosso).

²³ Frente à crise da política de conciliação e a consequente tentativa de retomada conservadora, liberais e conservadores moderados formaram uma coalisão política que passou a ser conhecida como *Liga Progressista* e, posteriormente, *Partido Progressista*, que comandou o país entre os anos de 1862 e 1868. Contudo, as discordâncias no interior desse grupo acabaram por causar um período de instabilidade tanto na política interna, quanto na política externa do país. Nesse contexto, as dificuldades e crises políticas da gestão progressista abriram espaço para o retorno do Partido Conservador ao poder. Dentre as figuras centrais dos saquaremas estava José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Conf. IGLESIAS, 2004, p. 107-140.

Paranhos Júnior possuía uma visão partidária em relação à Liga Progressista, o que o levou a construir uma crítica que, se escrita no início da década de 1850, se adequaria perfeitamente à política externa desenvolvida pelo Partido Conservador. A guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e as seguidas intervenções em território uruguaio, representavam uma política externa de orientação intervencionista quanto às questões do Prata. Recurso bem recebido pela grande maioria da elite política brasileira do período, inclusive pelo futuro Visconde do Rio Branco. Contudo, tal solução, quando adotada pelo partido rival, era considerada como sinônimo de incapacidade política. Quanto à intenção brasileira de fixar seus limites naturais nas águas do Prata, Paranhos acerta ao indicar a necessidade de desvanecer tais ideias, pois desde o fim da guerra com a Argentina pela posse da Cisplatina, em 1828, tal desejo ficou cada vez mais distante. Contudo, não podemos negar que a política externa brasileira desenvolvia sua ação na região platina com a intenção primordial de garantir a livre navegação do Prata e de seus afluentes, o que retirava o exagero das preocupações manifestadas nas repúblicas vizinhas e na Europa.

Na sequência, retoma o fracasso da Missão Saraiva no Uruguai, considerado um dos estopins para o início da Guerra do Paraguai, e a consequente ação e demissão de seu pai, quando este atuou como negociador brasileiro para a pacificação da República Oriental²⁴.

A demissão do sr. Conselheiro Paranhos pertence ao número destas causas fecundas. Quanto mais se discute, mais coisas há que dizer em favor do demitido. Se vivera noutros tempos, menos funestos à virtude, e sob a influência de outros costumes, menos viciados pelo filtro da corrupção, já o senhor Paranhos teria recebido das altas regiões do poder imperial uma e mais demonstrações reparadoras da ofensa que sofreu no seu melindre de homem, no seu crédito de diplomata e na sua dignidade senatorial (PARANHOS JÚNIOR, 11 de jan. de 1866, p. 01).

²⁴ Em 1864, frente aos constantes embates entre o governo *blanco de* Atanásio Aguirre e os revolucionários *colorados* liderados por Venâncio Flores. O Brasil enviou ao Uruguai o Conselheiro Saraiva com a finalidade de negociar o fim dos conflitos e exigir que o governo uruguaio arcaasse com os prejuízos causados na fronteira brasileiro-uruguaia. Com uma negociação pouco enérgica, Saraiva acabou por não alcançar os resultados desejados e o Uruguai, insatisfeito com as exigências e respaldado pelo governo paraguaio de Solano López, rompeu relações com o Brasil. Após o fracasso, Saraiva foi retirado e os interesses brasileiros passaram ao controle do Almirante Tamandaré, que comandava as forças navais brasileiras estacionadas no Prata. Sem conseguir entrara em acordo com o governo uruguaio, Tamandaré impôs um bloqueio naval aos portos orientais e, ao mesmo tempo, uma pequena coluna militar iniciou os avanços na fronteira. Com Montevideú sitiada, abriram-se negociações para resolver a questão por meios diplomáticos. Para tal fim, foi enviado o Senador Paranhos, que conseguiu apaziguar a crise com o Uruguai e firmar um convênio, em fevereiro de 1865, que restituía a estabilidade governamental na República Oriental e o reconhecimento das reclamações brasileiras (DORATIOTO, 1998, p. 202-206). Após obter sucesso nas negociações, Paranhos foi demitido pelo gabinete progressista que se demonstrou insatisfeito com os resultados do acordo. Viana Filho (1959, p. 25), assim descreve o fato: “(...) no ministério que logo se reuniu, havia desafetos de Paranhos. E, nessas circunstâncias, não custou mostrarem ao Imperador a necessidade de exonerar o negociador que, em vez de esmagar Montevideú sob um mar de fogo, preferira fazer modestas concessões, em nome dos princípios de humanidade (...) O ato, conciso, seco, justificava a decisão, declarando que ‘o acordo celebrado não atendeu tanto quanto devia às considerações que fizemos anteriormente.’”

É interessante destacar que a defesa irrestrita do Visconde do Rio Branco e de suas práticas políticas foi uma constante ao longo de toda a atividade de Paranhos Júnior junto à imprensa. A consideração de que representava um exemplo bem definido de estadista e diplomata, servirá de base para justificar a herança política e social recebida por ele e, conseqüentemente, a forma com a qual conduzirá a sua ideia de política externa

A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em maio de 1865, e sua divulgação, já em meados de 1866, foi outro tema discutido exaustivamente em seus artigos no *Vinte e Cinco de Março*. Paranhos não via no acordo um só ponto em que o Brasil seria beneficiado e indicava ser “mais um padrão ignominioso da nossa política no Prata nesses tempos fatais do domínio progressista.” (24 de mai. de 1866, p. 01, grifo nosso). Analisou minuciosamente diferentes artigos, apontando suas falhas e prejuízos:

O artigo 2º não fixa as forças, com que deve cada aliado concorrer para a guerra; e, assim, cada um é juiz das forças de que pode dispor. Se entrar na campanha com um batalhão, tem satisfeito a obrigação contraída.

O que resultou daí? A guerra é feita por nós e em proveito alheio (...)

O artigo 3º fixa a única obrigação da República Argentina, cujo presidente **obriga-se** a comandar os nossos soldados: e achando isso pouco, queria também dispor da esquadra.

Nesse artigo há um ataque à soberania do Brasil, tirando-se ao nosso monarca a livre escolha dos seus generais e almirantes: os aliados designam por seus nomes os generais que devem comandar os exércitos brasileiros por mar e terra.

O artigo 4º, que declara serem os transportes por conta dos governos respectivos, é nulificado pelo artigo 5º. O Brasil tem todos os meios de transporte e fica obrigado a fornecê-los; e como Buenos Aires e Montevideú os não têm, nós temos dado todo o transporte, de sorte que a obrigação dos nossos aliados tem sido nenhuma. Assim são as nossas vantagens pelo tratado!

(...) O artigo 9º apenas assegura a independência do Paraguai por cinco anos, isto é, pelo espaço de tempo necessário para o governo argentino preparar a incorporação do Paraguai na Confederação Argentina (...)

Para compreender seu artigo 16º²⁵, convém lançar as vistas sobre o mapa geográfico. Do exame das localidades e fronteiras, vê-se que tudo nesse artigo é ilusório para nós (...)

As concessões de território feitas à Confederação Argentina por este artigo excedem de 740 milhas pela margem direita do rio Paraguai e são terrenos a

²⁵ O artigo 16º do tratado trazia a seguinte determinação: “A fin de evitar discusiones y guerras que las cuestiones de límites envuelven, queda establecido que los aliados exigirán del gobierno del Paraguay que celebre tratados definitivos de límites con los respectivos gobiernos bajo las siguientes bases: La República Argentina quedará dividida de la República del Paraguay, por los ríos Paraná y Paraguay, hasta encontrar los límites del Imperio del Brasil, siendo estos en la ribera derecha del Río Paraguay, la Bahía Negra. El Imperio del Brasil quedará dividido de la República del Paraguay, en la parte del Paraná, por el primer río después del Salto de las Sierras Caídas que, según el reciente mapa de Mouchez, es el Igurey, y desde la boca del Igurey y su curso superior hasta llegar a su nacimiento. En la parte de la ribera izquierda del Paraguay, por el Rio Apa, desde la cumbre de la sierra de Mbaracayú. las vertientes del Este perteneciendo al Brasil y las del Oeste al Paraguay, y tirando líneas, tan rectas como se puede, de dicha sierra al nacimiento del Apa y del Igurey (*Apud* CASTAGNINO, 2010, p. 227).

que a Confederação Argentina nunca teve direito e nunca o alegou, ao menos; e, sobre tais terrenos, as repúblicas do Paraguai e da Bolívia disputam entre si. A política de todos os governos do Brasil desde 1810, política já consagrada pelo governo de D. João VI, foi impedir que se reconstituísse em uma só república o antigo vice-reinado espanhol de Buenos Aires (...) O tratado dá como resultado da vitória, que se espera, essa destruição de nossa política secular naquelas regiões!! (PARANHOS JÚNIOR, 24 de mai. de 1866, p. 01, grifo nosso)

Inicialmente, devemos indicar que Paranhos faz uma falsa afirmação, pois a despeito do comando-em-chefe das forças aliadas ter sido exigido pela Argentina e assumido pelo general Mitre, o Brasil possuía direito e liberdade de escolher seus generais. Não é possível determinar se essa falsa afirmação foi proposital, com o objetivo de gerar críticas e desconfiças em relação ao acordo e à Liga Progressista, ou se Paranhos não detinha informações fidedignas e cometeu um equívoco em sua análise. Entretanto, apesar desse erro, as demais opiniões e insatisfações de Paranhos não eram isoladas. A assinatura do tratado foi recebida com pouco entusiasmo no Brasil, sobretudo por existir a crença geral de que para vencer o Paraguai seria preciso apenas que Buenos Aires não opusesse obstáculos à ação das forças brasileiras, sendo desnecessária uma aliança entre o Império e a Argentina. Em consonância com o pensamento de Paranhos Júnior, a Seção dos Negócios Estrangeiros deu parecer negativo acerca das estipulações do art. 16 do tratado. Considerava que os limites estipulados feriam a política tradicional do Império de manter “não só a independência do Paraguai, como também sua soberania sobre parte do território necessário para separar a fronteira do Mato Grosso do contato direto com o território argentino” (DORATIOTO, 2002, p. 163) Ao fim do conflito, as orientações do referido artigo trouxeram problemas consideráveis para as relações entre Brasil e Argentina, como demonstraremos em outro ponto do capítulo.

Ao longo da segunda metade de 1866, o periódico publicou um estudo, dividido em oito partes, denominado *Política do Brasil no Rio da Prata*. Saído da pena de Paranhos Júnior, tinha como um de seus objetivos traçar a evolução histórica da política platina do Brasil, partindo de 1810 até encontrar os acontecimentos em curso no Prata. Desse modo, discutia a rivalidade entre Brasil e Argentina e a constante busca por hegemonia na região; apresentava a evolução política do Paraguai independente, analisando criticamente as ditaduras de Carlos Francia e Francisco López; além de examinar as relações político-econômicas entre Brasil e Paraguai no pós-independência. Quanto à rivalidade com a Argentina fazia a seguinte apreciação (07 de jun. de 1866, p. 01):

A política do Brasil no rio da Prata, tem duas fases bem distintas, mas ambas convergentes ao mesmo fim: obstar o engrandecimento territorial da República Argentina.

Esta seguia, e segue política diametralmente oposta: a de formar um Estado poderoso e forte, compreendendo na confederação e sob o mesmo laço político, todo o território que tinha constituído, antes de 1810, o Vice-Reinado de La Plata.

Uma das fases desta política pretende-se às guerras que fizemos para fixarmos o nossos limites no Prata, fazendo do Estado Oriental a província Cisplatina, pretensão que há muito abandonamos.

A outra fase, porém, é aquela em que, decididos a abrimos mão dessa pretensão, resolvemos reconhecer a independência do Estado Oriental, a fim de que, formado um estado separado da confederação, se interpusesse como garantia entre ele e o Império. Era, ainda, o prosseguimento da mesma política.

Ao analisar essas fases da política brasileira no Prata, Paranhos Júnior assumiu uma postura próxima ao maniqueísmo e apresentou uma visão reducionista da história. A Confederação Argentina era vista sob a ótica do expansionismo, uma constante ameaça às independências do Paraguai e do Uruguai. Além disso, era constantemente responsabilizada por fomentar os movimentos revolucionários na República Oriental, área que, por suas próprias divergências partidárias, já vivia em constante tensão. A diplomacia brasileira, por sua vez, apresentava-se como elemento agregador e em constante busca por cumprir uma missão civilizadora no Prata. Os interesses comerciais e a busca por abrir a navegação na bacia platina eram, para Juca Paranhos, medidas justificáveis e que trariam benefícios mútuos:

A sua forma regular de governo depois da queda de Rosas, a mesma generosidade do Brasil, a sua boa-fé e, sobretudo, a necessidade para a Confederação de se constituir e de promover os melhoramentos materiais, de desenvolver o seu comércio e indústria, abrindo vias de comunicação e franqueando seus rios ao comércio do mundo, fizeram-nos crer que por muito tempo reinaria entre o Brasil, a Confederação, e os Estados Oriental e Paraguai, cuja independência reconhecera fomentara e garantira.

A nossa política entrou, por isso, em uma fase diversa e verdadeiramente civilizadora – a da conciliação dos interesses recíprocos, a do desenvolvimento comercial (...) (PARANHOS JÚNIOR, 14 de jun. de 1866, p. 01).

Em 02 de novembro de 1866, Paranhos publicou um artigo, o último registrado como de sua autoria, que apresentava a repercussão da Guerra do Paraguai em alguns dos principais periódicos da Europa, com destaque para a *Revue Des Deux Mondes* e para o *The Economist*. Alarmava-o o caráter negativo das opiniões emitidas acerca da atuação brasileira e de seus aliados que, segundo o periódico inglês, empenhava-se em “derrubar o presidente do Paraguai, [e] de dar a esse país uma liberdade que, parece, não reclama” (*Apud* PARANHOS JUNIOR, 02 de nov. de 1866).

O juízo que se fazia da participação brasileira na Guerra do Paraguai era algo que inquietava Paranhos. Este indicava ser necessário que se empregasse iniciativas que

esclarecessem a opinião pública europeia e, conseqüentemente, atraíssem sua simpatia para a causa brasileira. Era um pensamento acertado, sobretudo se considerarmos a avidez com que revistas e jornais da Europa buscavam informações sobre o conflito, colocando em prática a contratação de correspondentes locais que se comprometiam a enviar resumos das batalhas, mapas, croquis, além de biografias e retratos dos principais líderes militares. Unindo esses interesses Paranhos assumiu, de forma descontínua, a representação e a correspondência da revista francesa *L'Illustration*, entre os anos de 1865 e 1870.

L'Illustration representava um espaço interessante para a difusão de notícias sobre a Guerra do Paraguai. Fundado em 1843, por Édouard Charton, Alexandre Paulin, Jacques-Julien Dubochet e Adolphe Joanne, era um semanário tradicional, com circulação em diferentes países e voltado para os setores liberais da França. Contudo, buscava uma abordagem imparcial dos temas veiculados e se pretendia como elemento de modernização da abordagem jornalística. Para isso duas práticas eram fundamentais: buscar as informações em sua origem, contando com correspondentes ou colaboradores de diferentes nacionalidades; e a preocupação com a parte gráfica, sobretudo com o ato de ilustrar a notícia, aumentando, assim, a percepção de seus leitores em relação a determinados fatos.

Para a revista Paranhos Júnior construiu uma narrativa panegírica da ação militar brasileira no Paraguai. Narrou a Batalha do Riachuelo, a Passagem de Humaitá, a tomada do forte Establecimiento, enviou mapas e croquis dos avanços militares, além de retratos e biografias dos principais líderes militares e civis, como o então Marquês de Caxias, Visconde de Inhaúma, General Osório e, naturalmente, do Visconde do Rio Branco. Em relação ao último fazia a seguinte afirmação (14 de jun. de 1865): “como publicista, orador, diplomata e homem de Estado, tem o sr. Paranhos revelado talento eminente e deve ser olhado como um dos maiores vultos do Brasil.” Tornou-se propagandista do Brasil e buscou consolidar uma imagem de estabilidade e solidez frente à opinião pública europeia, a exemplo de sua correspondência publicada em março de 1868:

Desta vez, as notícias da Guerra do Paraguai têm importância decisiva. A passagem de Humaitá por uma divisão encouraçada da esquadra brasileira, passagem declarada impossível por vários oficiais das Marinhas estrangeiras, coloca a Marinha brasileira, já muito apreciada depois da Batalha de Riachuelo, ao lado das mais gloriosas Marinhas do mundo (...) De outra parte, a tomada do forte *Establecimiento* pelo marechal Caxias tornou insustentável a posição de López (...) Tudo faz crer que a guerra terminará dentro de um mês ou mesmo mais cedo. Ao anunciar-lhe esses acontecimentos, envio-lhes dois croquis e o retrato do almirante visconde de Inhaúma. O retrato do marechal Caxias já foi publicado em *L'Illustration* (PARANHOS JÚNIOR, 01 de mar. de 1868).

Em realidade, era um correspondente distante dos campos de batalha e para construir seus informes para a revista francesa contava com a correspondência que mantinha com alguns representantes militares em terras paraguaias, sobretudo com seu tio, Antônio Paranhos e com o Duque de Caxias, amigo íntimo da família. Entretanto, transformava essas informações em textos repletos de detalhes e que constituíam uma colaboração, segundo Álvaro Lins (1965, p. 35), que “tinha caráter de reportagem no sentido moderno, a descrição das últimas batalhas, desenhos e mapas, todo um apanhado dos acontecimentos, em que se destacavam o seu senso de oportunidade, a linguagem adequada, a ciência da informação jornalística.” Esse trabalho ganhava ainda mais peso quando consideramos, de acordo com Roberto Assumpção (1945, p. 13), que o comentário semanal da revista francesa, assinado por Auguste Marc, apoiava-se decisivamente nos dados enviados pelos correspondentes. Além disso, quando Paranhos interrompeu a colaboração, em 1867, verificou-se uma acentuada mudança na orientação daqueles comentários tornando possível observar a influência de informações tendentes a outro tipo de interpretação acerca do conflito. Em seu livro de reminiscências sobre o pai, Raul do Rio Branco (1942, p. 43) fez uma exata descrição da atuação de Paranhos:

Durante as hostilidades obtive meu pai da *Illustration* de Paris, a representação da revista, à qual enviava resenhas resumidas das batalhas bem como desenhos dos grandes acontecimentos, como se vê nos números de 1865 a 1870, entre os quais a batalha de Riachuelo, o assalto de Uruguaiana, a rendição de Estigarribia, o assalto de cavalaria a São Borja, etc. Assim ele iniciava desde rapaz – quando a reportagem fotográfica mal começava e os recursos financeiros dos jornais eram poucos – a vulgarização das coisas e homens do Brasil no estrangeiros que tanto o absorveu depois.

A colaboração de Paranhos com *L'Illustration* ainda é permeada por incertezas, sobretudo pela dificuldade em mapear sua autoria em parte considerável das correspondências publicadas sobre a Guerra do Paraguai. Apesar da relevância de sua contribuição, não era o único correspondente da revista francesa. Quando recebia simultaneamente notícias de diferentes colaboradores, o *L'Illustration* reuni-as para que fossem publicadas na forma de uma notícia única, acompanhada pela indicação *pour extrait*. Ademais, sua contribuição raramente vinha identificada com o seu nome, soma-se a isso a existência de diferentes pseudônimos franceses que assinavam correspondências e croquis sobre a Guerra do Paraguai. Raul do Rio Branco aponta que algumas publicações assinadas por esses pseudônimos eram de autoria de seu pai, mas suas indicações não são conclusivas.

A atuação junto ao *Vinte e Cinco de Março* e a colaboração com a revista francesa *L'Illustration*, marcaram os primeiros passos de Paranhos junto à imprensa. Seus artigos e

análises eram caracterizadas por uma forte tendência partidária e patriótica, o que promovia um enquadramento bem definido para suas opiniões. Contudo, já eram perceptíveis algumas tendências que o acompanharam ao longo de sua trajetória como publicista. A defesa irrestrita do Visconde do Rio Branco, que se fortalecerá em sua fase seguinte, e a utilização de análises históricas para subsidiar suas manifestações. Esta última, em alguns casos era utilizada com base em uma interpretação pessoal de Paranhos sobre os fatos, adequando os acontecimentos analisados ao que ele buscava expor em seus artigos. Práticas que se aperfeiçoaram com o passar dos anos e com o incremento de seu conhecimento e de suas experiências políticas e intelectuais.

1.2. O Visconde em primeiro lugar: a defesa do Gabinete de 7 de março no *A Nação* e no *A Vida Fluminense*.

A passagem da década de 1860 para a de 1870 marcou um período de incertezas para Paranhos Júnior. Logo que voltou de sua viagem à Europa deparou-se com a necessidade de iniciar sua carreira profissional. Em 1868, mediante a influência política de seu pai, garantiu uma vaga temporária como professor de História e Corografia do Brasil no Colégio Pedro II. Ocuparia a função enquanto Joaquim Manuel de Macedo, o titular da cadeira, exercia funções na Câmara dos Deputados. O emprego durou apenas um trimestre. Pouco depois, ocupou a promotoria pública de Nova Friburgo, mas demonstrava profunda insatisfação com o cargo e com a atividade jurídica. Em carta a Francisco Luís da Veiga²⁶ (*Apud* LINS, 1965, p. 478), antigo colega da Faculdade de Direito, expõe a situação:

Ando por aqui em uma advocacia muito insípida convencendo-me cada vez mais que não tenho vocação para isto. Hoje para ser advogado é preciso ter-se o espírito um pouco mercantil. Não sirvo para isto decididamente. Não sei entrar em ajustes pecuniários e andar pedindo dinheiro; nem gosto também de levar calotes. Como sabes, com a disposição da Câmara perdi o lugar que exercia interinamente no Colégio Pedro II.

Ainda em 1868, a queda do gabinete progressista promoveu a ascensão dos conservadores ao poder e o Visconde do Rio Branco, uma das figuras de maior prestígio do partido, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esperava-se que o jovem Juca Paranhos iniciasse, sob a tutela do pai, sua carreira política. Pouco tempo depois foi lançado

²⁶ Francisco Luís da Veiga (?): formado em Direito pelas Faculdades de São Paulo e Recife, foi deputado provincial em Minas Gerais (1877) e deputado constituinte pelo mesmo Estado. Posteriormente ocupou cadeira na Câmara, onde exerceu oito legislaturas (1891-1914). Além disso, atuou junto à imprensa como redator do *Aurora Fluminense* e da *Resenha Jurídica*. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VEIGA,%20Francisco%20Lu%C3%ADs%20da.pdf> Acesso em 10 de julho de 2018.

candidato a deputado pela província do Mato Grosso. Assim narrava sua expectativa para Francisco Luís da Veiga (*Apud* LINS, 1965, p. 478): “Veremos agora se a Província de Mato Grosso quererá ter a honra de eleger-me... O Itaboraí e o Paulino acharam isto natural e possível. Não acho natural, mas acho possível.” O fato de não achar sua eleição natural, era motivada pelas condições de sua candidatura, pois não fez campanha e tampouco visitou a província que representaria. Com efeito, foi eleito deputado na eleição de 1869, mas apresentou pouca aptidão para o cargo. Não era afeito a discursos grandiloquentes e pouco o interessava a política partidária. Somava-se a isso a grande expectativa que a sombra política do pai lançara sobre ele. Nessa perspectiva, teve atuação apagada na Câmara. Apenas em 1871, com a chegada do Visconde à chefia do Conselho de Ministros é que Paranhos Júnior retomará, como publicista, as discussões sobre os temas militares e sobre a política platina.

Em 1869, antes mesmo de assumir seu mandato na Câmara, Paranhos Júnior acompanhou o futuro Visconde do Rio Branco ao Prata. A Guerra do Paraguai chegava aos seus momentos finais, subsistindo apenas pela existência de um pequeno foco insurrecional, liderada por Solano López. O senador Paranhos chegava com a incumbência de negociar e instalar um governo provisório em terras paraguaias e para dar início às negociações entre os aliados sobre as condições de paz a serem impostas ao país derrotado. Com efeito, a instalação do governo foi consumada ainda em 1869, mas a celebração do Tratado Preliminar de Paz arrastou-se até meados de 1870, sobretudo pela resistência argentina em abandonar os preceitos estipulados no Tratado da Tríplice Aliança. Para Juca Paranhos a experiência era um marco, pois, além de representar sua primeira atividade diplomática, permitia a observação *in loco* de assuntos que tratara somente à distância, pela imprensa. Lins (1965, p. 51), indica que sua “compreensão da história brasileira com certeza iria ser completada com a visão direta do rio da Prata; teria agora a sensação física e concreta de alguns dos seus problemas do futuro: as fronteiras, a navegação fluvial, as fortificações estratégicas, a posição política do Brasil em face da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.”

Pouco tempo depois de retornar ao Brasil e receber o título de Visconde do Rio Branco, José Maria Paranhos foi convocado pelo Imperador para assumir a chefia do Conselho de Ministros. O Gabinete de 7 de março de 1871 foi o mais longo do Império, tendo sobrevivido até 1875, entretanto, a longevidade trouxe uma maior quantidade de problemas e crises. Ao adotar uma postura reformadora, na qual promoveu a mescla de elementos da política conservadora com a liberal, o gabinete Rio Branco enfrentou forte oposição no interior dos círculos políticos brasileiros, principalmente por romper com os tradicionais

alinhamentos partidários. Foi combatido por liberais, insatisfeitos com a absorção e reinterpretação de suas propostas, por alas radicais do Partido Conservador, que não viam com bons olhos a reorientação política do gabinete, e pelos recém-organizados grupos republicanos, oposição natural a qualquer gabinete ministerial. A “Lei do Ventre Livre”, aprovada após muitas discussões em 28 de setembro de 1871, foi elemento catalisador dessa crise. Também não podemos ignorar a forte oposição empregada pelos grupos católicos, insatisfeitos com os rumos da Questão Religiosa.

A oposição, como era de se esperar, não ficou restrita aos limites do Congresso Nacional e mobilizou boa parte da imprensa do Rio de Janeiro. Como bem destaca Santos (2012a, p. 139), “cada um dos grupos de oposição dispunha de um ou mais órgãos para a divulgação de suas ideias”. Os conservadores dissidentes utilizavam as páginas do *Diário do Rio*, os republicanos faziam oposição por meio do *A República*, enquanto os católicos se apoiavam no discurso do ultramontano *O Apóstolo*. Todavia, a contestação mais contundente era feita pelo liberal *A Reforma*. Este demonstrava-se profundamente insatisfeito com a ação do Visconde de implementar uma lei referente ao combate à escravidão, bandeira defendida há algum tempo pelo Partido Liberal:

Com o seu ministério, quis a coroa mostrar que a divisão dos partidos é uma das muitas abstrações da mecânica política: incumbiu ela ao governo, porque não dizer ao Sr. Rio Branco? Uma missão que a sua lealdade de homem de partido não lhe permitia aceitar: acenou-lhe a vaidade, a vaidade, sim, porque há mais glória em ceder-se patrioticamente o direito de realizar uma grande ideia àqueles que a iniciaram, do que em realiza-la depois de se a haver desacreditado; deu-lhe enfim um mandato cujas cláusulas ficaram e estão ainda em branco, porque no dia de hoje não sabe o ministério que inovações trará consigo o imperador, nem que ideias terá ele de defender perante o parlamento na sessão seguinte. Desculpe-nos o Sr. Presidente do conselho se nos dirigimos somente ao seu vulto: é que S. Ex chamou sobre si todos os raios, quando buscou seus companheiros numa classe que não era a de seus iguais (A REFORMA, 25 de nov. de 1871, p. 01).

Rodeado de críticos, o Visconde do Rio Branco observou a necessidade de que o Partido Conservador e o gabinete ministerial dispusessem de uma voz que falasse por eles. Com efeito, em 03 de julho de 1872 foi lançado o periódico conservador *A Nação*. Dirigido pelo deputado Ferreira de Aguiar²⁷, o jornal era constantemente acusado pelo *A Reforma* de ser sustentado diretamente pelo gabinete Rio Branco. Fato negado com veemência por Ferreira Aguiar que, ademais, enfrentava sérias dificuldades financeiras para a manutenção da

²⁷ João Juvêncio Ferreira de Aguiar (?-1901): Formado pela Faculdade de Direito de Recife, ingressou ainda jovem nas fileiras do Partido Conservador e tornou-se deputado por Pernambuco (1868-1875 e 1886-1889). Após a proclamação da República, ocupou a função de deputado constituinte e manteve-se na Câmara dos Deputados (1891-1893, 1897-1899, 1900-1901). <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AGUIAR,%20Jo%C3%A3o%20Juv%C3%A2ncio%20Ferreira%20de.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

folha (CARDIM, 1945, p. 125). Esses contratemplos fizeram com que o jornal sofresse uma interrupção entre os dias 05 de fevereiro e 01 de março de 1873. Mudou, então, de proprietário, passando para o controle do Padre João Manuel de Carvalho²⁸, deputado conservador, que contou com o auxílio de Paranhos Júnior e de Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo para reestruturar a folha, que ganhou maior combatividade e qualidade em seus artigos. Seis meses depois, o Padre João Manuel também declarava seu estado de insolvência em relação ao jornal e acabou por abandoná-lo. A possibilidade de perder sua voz junto à imprensa fez com que Rio Branco confiasse aos jovens redatores, Paranhos Júnior e Gusmão Lobo, total liberdade para conduzirem o periódico. Efetivamente, *A Nação* passava a ser sustentado pelo gabinete, como era costumeiramente aventado na imprensa oposicionista.

Os dois redatores, segundo Lins (1965, p. 62), dividiam as atribuições no interior do periódico. A Juca Paranhos era delegada a responsabilidade de escrever os artigos de fundo e aqueles concernentes à política externa, Gusmão Lobo, por sua vez, assumiu os temas de política interna. O jornal alcançava o seu ápice como defensor do gabinete conservador e conseguia debater de forma eficiente com todos os seus opositores. Em artigo de 1872, antes mesmo de assumir a redação do jornal, Paranhos já demonstrava sua postura enérgica frente às críticas do *A Reforma*:

O visconde do Rio Branco ainda não pediu exoneração! Eis o fato terrível, que punge e dilacera o clube de *A Reforma*. Eis o constante pesadelo dos liberais, cegos a ponto de não verem que uma alteração ou mudança de gabinete em nada lhes aproveitará.

Nutrisse a folha democrática bons desejos pela felicidade pública e outra seria a linguagem, pois, em verdade, em zelo, patriotismo, fé de alma e foça de vontade nenhum ministério levou sobranceira ao atual. No entanto, não é isso que convém a adversários despeitados e exigentes, ao passo que descem aos maiores insultos, mendigam favores e...

Uma vez que o venerando senhor visconde do Rio Branco não se presta a transações ilícitas e que nada o faz mudar do rumo que tem sempre seguido, é natural que se torne o alvo preferido para todos os doestos motivados pelos interesses contrariados e pelas paixões em ebulição (PARANHOS JÚNIOR, 27 de ago. de 1872, p. 01)

Superadas as críticas relativas à aprovação da Lei do Ventre Livre, o gabinete de 7 de março seu viu envolvido em outro período de instabilidade. Em fevereiro de 1872, o Barão de Cotegipe, substituto de Rio Branco no Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinou com o Paraguai os Tratados de Paz, de Limites, de Extradicação e de Amizade, Comércio e Navegação. Nestes ficou estabelecido o pagamento da dívida de guerra pelo Paraguai; a continuidade das tropas brasileiras em território guarani pelo prazo que o Rio de Janeiro

²⁸ João Manuel de Carvalho (?): Líder do Partido Conservador do Rio Grande do Norte, foi deputado em diferentes legislaturas. Posteriormente, passou para as fileiras republicanas

julgasse necessário para a manutenção da ordem e do cumprimento dos tratados; o respeito perpétuo, pelo Brasil, da independência, soberania e integridade paraguaias e o compromisso de garanti-las por cinco anos. A ação brasileira incorria em dois problemas: a assinatura de tratados de paz entre um dos países aliados e o Paraguai era desautorizado pelo artigo 8º do Tratado de Tríplice Aliança; e o compromisso de garantir a integridade do território guarani impedia qualquer pretensão argentina de exigir à força a garantia da posse sobre o Chaco paraguaio, previsto no artigo 16º do referido tratado, sem entrar em confronto com o governo imperial.

Insatisfeito com a conduta brasileira, o Chanceler argentino, Carlos Tejedor, enviou uma nota oficial ao governo brasileiro e, em tom profundamente agressivo, exigiu reparação pelo descumprimento do tratado firmado em 1865. A resposta brasileira, produzida pelo próprio Visconde do Rio Branco, foi enérgica, mas em tom moderado, o que causou desgosto no *A Reforma*. O periódico liberal criticava a assinatura dos tratados com o Paraguai, dando, em certa medida, razão à reclamação de Tejedor e revoltava-se com a linguagem “descorada, frouxa e sem energia da nota emitida pelo governo brasileiro” (A NOTA E O MEMORANDO I, 06 de jul. de 1872, p. 01). Em resposta, o *A Nação*, pela pena de Paranhos Júnior, produziu uma série de cinco artigos que respondia minuciosamente às manifestações do órgão rival. Não contestava o direito argentino de reclamar o Chaco, mas entendia ser inadmissível que a pretensão do país vizinhos se sobrepusesse aos interesses dos outros dois países aliados. Não obstante, para comprovar seu argumento recorreu a documentos do senado, produzidos em anos anteriores, para indicar que alguns representantes do Partido Liberal possuíam visão semelhante à empregada pelo gabinete Rio Branco:

Recorda o órgão contemporâneo do liberalismo que para o Sr. Octaviano, emérito negociador brasileiro do tratado de 1º de maio de 1865, o art.16 deste não fixou os limites, mas o máximo das pretensões de cada governo (brasileiro e argentino)
 Não contrariando, antes aceitando o argumento da *Reforma*, perguntar-lhe-emos: como, então, dar por definitivos esses limites sem ouvir o Paraguai e a despeito do que pudesse este alegar com bom e fundado direito?
 (...) Ninguém contesta que pode o governo Argentino exigir do Paraguai os limites do art. 16, se o quiser. O que se lhe contesta sim, é que tenha o direito de dar a essa exigência o caráter de um *casus foederis*, isto é, de obrigar os aliados a sustenta-la, antes que estes a reconheçam em sua consciência que é fundada e justa.
 Não recorda o contemporâneo das discussões do senado, aliás não muito remotas? Não tem ao menos e não compulsa, para doutrinar-se com os mestres, para guiar-se na sustentação dos seus princípios os anais daquele ramo do nosso parlamento?
 O que dizia o Sr. Conselheiro Zacarias [de Góes] na sessão de 7 de julho de 1870? Leia o contemporâneo, as páginas 42 e 43 do 2º volume dos anais da sessão desse ano, as palavras de tão consumado liberal, e convencer-se-á, sem dúvida, que é a maior das injustiças censurar e acusar hoje o Governo Imperial pela resolução que tomou de tratar com o Paraguai separadamente da República Argentina.

O distinto chefe liberal dizia então que não se podia impor limites à república vencida: que esta tinha direito perfeito de tratar com plena igualdade e livre exercício de sua soberania (PARANHOS JÚNIOR, 13 de jul. de 1872, p. 01)

A incoerência do artigo 16º do Tratado de Tríplice Aliança inquietava Paranhos desde o tempo em que colaborava com *O Vinte e Cinco de Março* e foi motivo de debates no período em que acompanhou o pai no Prata. Possuía, portanto, largo contato com a causa. O tom de seus longos artigos era vibrante e emanava a vinculação partidária, mas transparecia, acima de tudo, a tarefa auto imposta de defender de forma incessante e irrestrita a política desenvolvida pelo pai. Nota-se também, a prática de recorrer a documentos oficiais para ilustrar e embasar seus argumentos, tornando-os, no seu entendimento, incontestáveis. Cardim (1945, p. 126) indica que o mérito de Paranhos era a apresentação de “um estilo claro, de uma argumentação serena e persuasiva, de uma grande elevação de linguagem. Jamais descia ao terreno da ofensa ou achincalhe. Nunca se desmandava em revides violentos. Era, o seu, um jornalismo de alta classe.”

Evidentemente, seus conhecimentos sobre a história e a geografia nacionais também foram empregados de forma recorrente no debate com os periódicos opositores. Produziu ao menos onze artigos sobre as fronteiras do Brasil com o Peru, que estavam em pleno processo de demarcação. Além disso, em uma série de artigos, denominados *Negócios do Rio da Prata*, estabeleceu um debate com Afonso Celso²⁹, figura central do *A Reforma*, sobre as responsabilidades acerca da eclosão da Guerra do Paraguai. O representante liberal atribuía a responsabilidade ao Partido Conservador que, no período de 1853 a 1862, não soube remediar as conturbadas relações com os ditadores paraguaios e nem preveniu as fronteiras nacionais contra possíveis ataques. Paranhos Júnior, por sua vez, rebate *pari passu* tal afirmação, apresentando uma série de fatos e documentos que defendiam a posição conservadora e atribuíam aos conturbados gabinetes progressistas a incapacidade de resolver, por meios diplomáticos, as tensões que se instauraram no Prata ao longo da década de 1860. Juca Paranhos (PARANHOS JÚNIOR, 24 de out. de 1873) assim colocava a contenda:

Vem aqui a pelo examinar se a última guerra podia ser prevista, e se o deixou de ser; se podia ser evitada, e quem deixou que sobreviesse tamanha calamidade, que custou rios de sangue e dinheiro, até reduzir ao estado de cadáver um povo vizinho, que tinha sido e deveria ser nosso amigo. Tal será o objetivo deste artigo, no qual

²⁹ Afonso Celso de Assis Figueiredo (1837-1912): Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, tornou-se jurista de renome e desenvolveu intensa e prolongada atividade política. Foi deputado-geral (1864-1879), com atuação destacada na defesa da causa abolicionista, Ministro da Marinha (1866), da Fazenda (1878) e escolhido senador em 1879. Recebeu o título de Visconde de Ouro Preto em 1888 e assumiu a chefia do último gabinete ministerial do período monárquico. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdafigueiredo.html> Acesso em 10 de julho de 2018.

daremos por saldadas nossas contas com o escritor de *A Reforma*, o senhor conselheiro Afonso Celso, que tão cavalheiramente tratou deste trema histórico.

Desde sua colaboração com *O Vinte e Cinco de Março*, era conhecida a opinião de Paranhos acerca da incapacidade dos gabinetes progressistas em administrarem a crise no Prata. As considerações feitas por Afonso Celso apenas municiam o interesse e o deleite que o jovem conservador nutria pela discussão do fato.

Além das crises políticas e da ferrenha oposição, outro elemento viria a causar danos ao gabinete do Visconde do Rio Branco: a boemia de Paranhos Júnior. Este era frequentador assíduo do *Alcazar Lyrique du Père Arnaud*, uma das principais atrações da noite carioca e que possuía um movimento artístico oposto ao que era considerado dentro dos padrões morais da época. Segundo Menezes (2007, p. 80-81):

Possibilitando o encontro do público com as letras de duplo sentido, com piadas consideradas grosseiras e consideradas de mau gosto, o Alcazar escandalizou os conservadores ao apresentar em seu palco mulheres desnudas “de corpos apetitosos”: as “odaliscas alcazalinhas”, como passaram a ser chamadas, referência direta ao nome de origem árabe do estabelecimento. Tudo isso possibilitou que o teatro se tornasse ponto de encontro da *jeunesse dorée* da época, reunindo nomes que, mais tarde, viriam a se firmar no universo literário ou político da cidade ou do país (...)

Apresentados em francês e português, os espetáculos agradavam a um público cada vez mais ávido por diversão, formado principalmente por homens sós ou acompanhados de suas *cocottes*.

Em meados de 1872, em uma de suas muitas visitas ao *Alcazar*, Juca Paranhos conheceu uma jovem dançarina belga, chamada Marie Philomène Stevens e, prontamente, iniciaram um relacionamento amoroso. Causou grande impacto na conservadora sociedade carioca a notícia sobre tal relação. Ocasinou desgosto maior ao patriarca da família Paranhos que via não só o escândalo social, mas também a possibilidade de uso político de tal aventura. Pouco tempo depois, acredita-se que pela influência do Visconde do Rio Branco, Marie Stevens retornou, por breve período, à Europa.

Em meio a esse conturbado cenário pessoal, Paranhos Júnior foi reeleito deputado por Mato Grosso. Em realidade, o pleito eleitoral de 1873 foi positivamente favorável ao gabinete conservador e deu novo ânimo ao Visconde. Contudo, foram poucos os meses de tranquilidade para o governo. A eclosão da crise com a Igreja Católica, que se arrastou até o fim do gabinete, absorveu boa parte das forças e da atenção do Visconde do Rio Branco. Os jornais católicos, com especial destaque para *O Apóstolo*, iniciaram intensa crítica ao gabinete liderado pelo tradicional membro da maçonaria. No *A Nação* Paranhos Júnior empregava dura crítica aos bispos que confrontavam o governo imperial:

O Brasil viveu muito tempo apartado dos perigos e perturbações de lutas religiosas. Uma série ilustre de bispos, preclaríssimos alguns e todos fiéis à doutrina católica, viu desenvolver-se e florescer a fé sob esta mesma legislação com que o episcopado se sente hoje em dia oprimido, no meio destes mesmos costumes que são os de hoje e foram os de todos os tempos, na presença de todos estes elementos sociais em que somente agora se suspeita um imaginário perigo.

Eram bispos os de outrora. Mas nunca desobedeceram as ordens legais; nunca desconhecaram recursos; nunca travaram luta com o poder civil. Se protestavam em seus mandamentos pastorais, ou em publicações de outra natureza, contra o que lhes parecia uma invasão da jurisdição espiritual, faziam-no com extrema moderação, paciente e resignados, como bispos que eram, e bispos piedosos que, na propagação da fé, punham todo o seu empenho (MISSÃO PENEDO, 22/01/1874)

As críticas de Paranhos Júnior ao movimento dos bispos brasileiros não ficaram restritas às páginas do *A Nação*. O jovem deputado também integrou as fileiras da revista ilustrada semanal *A Vida Fluminense*, que circulou entre 1868 e 1875. O periódico tinha um tom leve e baseado na sátira política e social. Nesse ambiente, utilizando o pseudônimo Nemo, Juca Paranhos distanciava-se dos fatos históricos, da linguagem acadêmica e dos embates intelectuais com os representantes dos jornais de oposição, para assumir um estilo perspicaz e cômico. Defendia o gabinete Rio Branco, mas, devido à sua íntima relação com a boemia carioca, fazia comentários sobre as festividades do carnaval e sobre os espetáculos da vida noturna, a exemplo do que escreveu em uma crônica de 13 de março de 1875: “(...) terminarei a crônica recomendando ao público o novo estabelecimento que, sob o título de *Linda Brasileira*, acaba de abrir-se na rua do Ouvidor n.90. A julgar pelo que lá vi (...) o problema do bom gosto aliado à mais completa modicidade de preços – acha-se resolvido.” (NEMO, 13 de mar. de 1875, p. 01).

Quanto aos assuntos políticos, sua “vítima” recorrente era o periódico ultramontano *O Apóstolo*. Uma de suas primeiras crônicas (NEMO, 23 de jan. de 1875, p. 01, grifo do autor) dava a amplitude de sua “perseguição” ao jornal católico:

“Tolus est qui prestat fede parolas mias.”

Não sei porque...mas acho que esta oração em latim **cá de casa** substituiu vantajosamente as tais **orationes pro episcopais in captivitate et contra persecutores**, de que o *Apóstolo* lança mão para lamentar a sorte dos Atanásios engaiolados e pedir a **grelha** para os que têm a **pouca** vergonha de perseguir tão...obedientes cavalheiros.

Alguns dias depois, Paranhos Júnior (20 de fev. de 1875, p. 01 grifo do autor), assentado em uma afiada ironia, passou a atacar a concepção de justiça divina pregada pela Igreja Católica.

O *Apóstolo*, num de seus passados noticiários, diz-nos que o italiano **Petrucelli dela Gattina**, autor de muitos **escritos injuriosos contra a Igreja**, foi atacado de uma paralisia.

É inútil acrescentar que a folha clerical atribui a moléstia ao castigo divino de que não podem fugir os que, longe de atacar a verdadeira religião do Crucificado, atacam o poder **temporal** e a religião romana!

É velha a mania do *Apóstolo* encontrar em cada doença e em cada óbito uma **graça** ou um **castigo**.

Mas se religiosamente a coisa é assim, a gota de que sofre Pio IX será **graça** ou **castigo**?

Escreveria Sua Santidade coisa **injuriosas contra a Igreja**? Mandar-lhe-ia o governo brasileiro a moléstia de presente pelo telégrafo elétrico? Leria algumas vezes em voz alta o **Galileu**? Atacaria foguetes à chegada de algum bispo?

E eu cá...que desde o Carnaval trago às costas a mais bela constipação deste mundo? Graça ou castigo?

A crônica bem-humorada e os comentários ácidos representaram um desvio no modelo que Paranhos impôs para sua produção e relação com a imprensa do Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo no *A Vida Fluminense* o hábito de se colocar como bastião da política de seu pai promoveu momentos em que o tom satírico dividiu espaço com uma análise mais sóbria sobre a situação a ser discutida, sobretudo por considerar inadequado à revista semanal “esquivar-se ao desejo de auxiliar o governo com suas luzes (...)” (16 de jan. de 1875, p. 01). Quando *A Reforma* propôs mudanças no sistema eleitoral com a implementação do voto direto, Juca Paranhos apresentou-se, dentro de sua orientação conservadora, oposto à moção do jornal liberal e, sem recorrer a subterfúgios satíricos, fez uma análise pragmática da falta de preparação da população para escolher diretamente seus representantes (13 de mar. de 1875, p. 01):

(...) tem a *Reforma* publicado uma série de artigos mostrando as vantagens da eleição direta.

Não quero contrariar a *Reforma* nas suas justas aspirações.

Permita-me, porém, a ilustre matrona da rua Sete de Setembro que eu, por ora, as ache temporãs.

Está o país preparado para a realização da ideia que é o ai-Jesus da *Reforma*?

Parece-me que não.

O gabinete presidido pelo sr. Visconde do Rio Branco tem semeado largamente no sentido de, um dia, colher, como fruto, a eleição direta. A lei de 28 de setembro, o ato mais civilizador de que entre nós há notícia, e o desenvolvimento da instrução pública (...) são provas exuberantes disso.

Mas, antes de tudo, é necessário deixar enraizar essas sementes, esperar que os frutos se apresentem, para então outorgar ao povo o direito de escolher diretamente os cidadãos que têm de representa-lo na Assembleia Legislativa.

Votar desde já pela eleição direta, quando o país não está completamente preparado para ela, seria erro gravíssimo, cujas consequências não é lícito prever.

Esperemos mais algum tempo, Longe de perder, com a espera muito lucrará a nação.

Ao constante enfraquecimento do gabinete Rio Branco sobreveio novo escândalo social. Em meados de 1873, Marie Stevens, em telegrama a Juca Paranhos, revelou a existência de um filho recém-nascido, chamado Raul, proveniente do romance que mantiveram no Brasil. O jovem deputado promoveu o retorno de Marie Stevens ao Brasil e a

instalou, junto a seu filho, em um ponto isolado da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1875 e 1876, a situação complicou-se ainda mais com o nascimento de outros dois filhos: Marie Clotilde e Paulo (VIANA FILHO, 1959, 65-69). Mantinha-se o relacionamento, mas sem a adequada oficialização, pois o casamento com uma artista conhecida do público dos cabarés cariocas causaria considerável comoção na sociedade da capital. A existência dessa situação pouco convencional também serviu para que a oposição realizasse ataques ao gabinete conservador. Por fim, em meados de 1875, a falência do Banco Mauá, ao qual Rio Branco confiara vultosa soma de dinheiro do Tesouro Nacional, e o prolongamento da Questão Religiosa, tornaram insustentáveis a manutenção do gabinete, que pediu demissão em 22 de junho de 1875.

Pouco a pouco a atividade de Paranhos Júnior junto ao *A Nação* e *A Vida Fluminense* declinou. Em sua última crônica na revista semanal, publicada em 25 de dezembro de 1875, Paranhos escreveu: “Termina a minha missão hoje e Nemo morre com a *Vida Fluminense*.” (25/12/1875). O *A Nação*, por sua vez, perdia o sentido da existência e, em novembro de 1875, Paranhos Júnior e Gusmão Lobo deixaram a redação do periódico, que parou de circular em 1876. Até aquele momento suas atividades políticas e jornalísticas estiveram sempre vinculadas à defesa das ideias e ações desenvolvidas por seu pai. Findo o gabinete, apresentava-se a necessidade de seguir caminho próprio, sobretudo para dar suporte à sua crescente família. Nesse contexto, as preocupações financeiras começaram a ganhar corpo e Paranhos voltou sua atenção para as possibilidades que o governo imperial poderia oferecer.

Antes de abandonar o *A Nação*, iniciou um trabalho de transcrição da obra *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai*, de autoria do alemão L. Schneider. A obra foi escrita com base em informações pouco fidedignas e estava repleta de imprecisões, Paranhos foi além da simples transcrição e inseriu uma série de notas que corrigiam as informações e interpretações do autor alemão. Destacavam-se as notas sobre temas militares e diplomáticos e a profunda preocupação com os pequenos detalhes. O empreendimento de Paranhos Júnior chamou à atenção do ministro da Guerra, que encarregou o redator do *A Nação* de anotar e corrigir, na tradução em português, todos os equívocos cometidos por Schneider. Entre 1875 e 1876, Juca Paranhos já havia finalizado a tarefa nos dois volumes publicados e aguardava a finalização da tradução do terceiro. Segundo Lins (1965, p. 75), “Sobre o livro de Schneider ele constrói outro livro com as notas de pé de página. Por isso, em nossa língua, *A Guerra da Tríplice Aliança* ficou sendo uma obra de dupla autoria: de Schneider e de Paranhos Júnior.”

Essa breve atribuição não apagou a necessidade de obter uma posição junto ao governo imperial. Nessa perspectiva, passou a cogitar a carreira diplomática. O momento, sem nenhuma coincidência, era propício, pois estava vago o posto de Cônsul-Geral em Liverpool, um dos cargos de maior rentabilidade da carreira, concentrando a jurisdição sobre todos os portos do Reino Unido e estendendo-se até à Austrália e Nova Zelândia. Por esse motivo era, também, um dos mais cobiçados. Paranhos Júnior, por seu turno, contava com a influência política de seu pai, do Duque de Caxias, chefe do gabinete ministerial, e do Barão de Cotegipe, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda, tornando-se, naturalmente, o candidato do gabinete. Entretanto, enfrentava a resistência do Imperador, rigoroso quanto às nomeações para cargos no exterior, que conhecia a fundo sua atividade boêmia e seu relacionamento irregular com Marie Stevens (MARIZ, 2010).

Nesse cenário, a nomeação de Paranhos Júnior tornou-se catalisador de uma iminente crise política. Observando a profunda intransigência de D. Pedro II, Caxias e Cotegipe esperaram que o Imperador se ausentasse, em decorrência de sua viagem para os Estados Unidos, e exerceram pressão sobre a Princesa Isabel, regente em exercício. Após uma série de despachos oficiais solicitando a nomeação de Paranhos Júnior, ameaçaram renunciar ao gabinete ministerial. Frente a essa pressão política, a regente cedeu e assinou a nomeação, em 27 de maio de 1876 (MARIZ, 2010, p. 57-62). Paranhos Júnior seguiria para um longo período de afastamento físico do Brasil, mas não de abandono dos estudos sobre a história nacional ou de suspensão da colaboração com a imprensa.

Na Europa, Paranhos optou por instalar a família em Paris e manteve-se em constante trânsito entre a capital francesa, Londres e Liverpool. A última, apesar de sua relevância portuária, não possuía os mesmos atrativos políticos, culturais e intelectuais das duas capitais. Para tanto, reorganizou o funcionamento do consulado, tornando-o mais dinâmico e capaz de funcionar sem a sua presença constante. Isso lhe permitia longas ausências da função, a grande maioria sem a devida autorização da Legação Brasileira em Londres. Beneficiava-se da longa amizade que o Barão de Penedo, ministro em Londres, mantinha com o Visconde do Rio Branco. Eram constantes as suas licenças e quando estas chegavam ao fim, enviava telegramas a Penedo solicitando a prorrogação, recebendo anuência imediata. Segundo Lins (1965, p. 115), “aos brasileiros que encontrava em Paris, Juca Paranhos dirigia sempre, na conversa ocasional das ruas, esta frase invariável e explicativa: Cheguei ontem e volto amanhã.”

Dividia o tempo livre entre sua família e as pesquisas nos arquivos europeus, com declarada preferência pela segunda atividade. A dedicação aos estudos era intensa e Paranhos circulou pelos arquivos de Paris, Londres, Liverpool e Lisboa, recolhendo uma série de documentos e referências sobre a história militar e diplomática do Brasil. Também dedicou atenção para as questões de fronteira, reunindo mapas, instruções para comissões demarcadoras, tratados, entre tantos outros documentos. Nos vinte e seis anos em que viveu na Europa, constituiu uma biblioteca e um acervo documental que impressionavam aqueles que tinham a oportunidade de visita-los.

Os anos afastados do Brasil legaram a ele uma intensa correspondência com os amigos mais próximos, a exemplo de Gusmão Lobo, Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas³⁰ e Francisco Luís da Veiga. Também estabeleceu contato com figuras que compartilhavam com ele interesses comuns, como Oliveira Lima, Raul Pompéia e Capistrano de Abreu³¹. Além das correspondências, foi em terras europeias que iniciou algumas de suas amizades mais longevas e relevantes, dentre estes amigos destacavam-se Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Sousa Corrêa, Domício da Gama³², Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Superadas as insatisfações acerca da dificuldade de sua nomeação, conseguiu estabelecer proximidade até mesmo com D. Pedro II, com quem passou a se corresponder frequentemente.

Paranhos Júnior também não descuidou de sua relação com a imprensa brasileira. Com a ascensão do Partido Liberal ao poder, em 1878, o antigo companheiro de *A Nação*, Gusmão Lobo, se viu alijado de suas vinculações com o governo. Segundo Viana Filho (1959, p. 93), “com interesse e insistência fora do comum, [Paranhos Júnior] solicitou a [Visconde] Penedo, prestigioso amigo de François Picot, um dos diretores do *Jornal do Commercio*, para obter deste a admissão de Gusmão Lobo.” Com efeito, pouco tempo depois Lobo passou a integrar a redação do referido periódico. O “interesse e a insistência fora do comum”, provinham do

³⁰ Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas (1855-1901): Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e atuou como conselheiro do Império e ocupou o cargo de Ministro da Justiça (1882). Foi proprietário e um dos fundadores do *Jornal do Brasil*.

³¹ Sobre as cartas trocadas entre Paranhos Júnior e Capistrano de Abreu há o trabalho de Daniel Mesquita Pereira e Eduardo Ferraz Felipe (2008). Os autores estabelecem, por meio da análise da correspondência desses dois personagens, como a troca constante de informações e conhecimentos sobre a história nacional influenciou na construção das concepções de cada um sobre o tema.

³² Domício Afonso Forneiro Gama (1862-1825): Foi secretário do Serviço de Imigração, integrou, também como secretário a Missão brasileira em Washington, responsável por defender o Brasil questão de limites com a Argentina (1893-1895), e na Missão para defender o Brasil na questão de limites com a Guiana Francesa (1895-1900). Foi secretário da legação brasileira na Santa Sé (1900) e ministro em Lima (1906). Posteriormente, assumiu o cargo de Embaixador do Brasil em Washington (1911-1918) e de Ministro das Relações Exteriores (1918-1919). Conf. <http://www.academia.org.br/academicos/domicio-da-gama/biografia> Acesso em 10 de jul. de 2018).

interesse que Paranhos Júnior nutria em estabelecer um ponto de contato direto com o *Jornal do Commercio*, periódico de maior prestígio do período. Tal relação permitiria a ele receber ou enviar informações que, de alguma forma, seriam relevantes para sua carreira ou para seus interesses pessoais.

Eram recorrentes as solicitações para que voltasse a atuar junto à imprensa conservadora e liderasse o combate aos liberais. Em carta a Paranhos, Francisco Luís da Veiga (*Apud* VIANA FILHO, 1959, p. 95), fazia a seguinte solicitação: “Colocas-te à frente da imprensa conservadora, ajudas a derrubar o que por esse tempo não poderá mais permanecer sem prejuízo da causa pública e na futura situação conservadora tomarás o teu papel (...)” A convocatória não foi aceita por Paranhos, que observava na militância conservadora o risco de perder o posto de Cônsul-Geral. Ademais, o gabinete liberal se afigurava simpático à sua atuação no consulado. Em 1884, foi nomeado chefe do pavilhão brasileiro na Exposição de São Petersburgo e tinha como função divulgar o café brasileiro, visando sua introdução no mercado russo. O pavilhão nacional obteve considerável sucesso na Exposição e Paranhos foi responsável por produzir um folheto, espécie de nota, sobre o Brasil intitulado *Le Brésil à l'Exposition de St. Petersburg*. Como recompensa por sua atuação, recebeu o título de conselheiro do Império. Entretanto, sua maior conquista foi a propaganda positiva que obteve do *Jornal do Commercio*. Por intermédio de Gusmão Lobo, informou incessantemente os passos e o desenvolvimento de sua atuação junto ao governo russo e obteve retorno satisfatório da opinião pública e dos círculos políticos, como pode ser observado na correspondência trocada com o redator do periódico fluminense:

O *Jornal* de ontem foi-te dedicado: *Editorial, Gazetilha Russa*, relatório, etc. Fui ontem à cidade por exceção à regra, e lá me falaram várias pessoas do teu officio e do mais: também o ministro da Agricultura (Carneiro da Rocha) – que pela primeira vez o leu – declarou-se encantado (...)

Ainda não posso oficialmente, nem indiscretamente, falar do teu título do conselho. Será coisa para estes dias: está resolvida em despacho (LOBO [para] Rio Branco, 08 de ago. de 1884)

Ao sucesso na Exposição de São Petersburgo sobreveio a obtenção de seu título de barão. Com a extinção da escravidão, ratificada pela lei de 13 de maio de 1888, o governo imperial distribuiu distinções e títulos nobiliárquicos com a justificativa de engrandecer as festividades e as homenagens decorrentes da abolição. O movimento, encoberto por tal justificativa, também visava garantir a fidelização de parte desses homenageados à Coroa, que passava por um profundo momento de crise. Lembrado pelo empenho que seu pai dedicou à aprovação da Lei do Ventre Livre, Paranhos Júnior foi agraciado com o título de Barão do Rio

Branco. De início demonstrou certa resistência em adotá-lo, mas diante da insistência de Gusmão Lobo e Rodolfo Dantas acabou por ceder. À distância também homenageou a memória e a importância do Visconde do Rio Branco. Em 06 de junho de 1888, publicou no *Liverpool Daily Post* um editorial que traçava o histórico da luta contra a escravidão no Brasil. Retomou a atuação de Euzébio de Queirós para a supressão do tráfico negreiro, deteve-se longamente nos feitos e resultados da Lei do Ventre Livre e rendeu homenagens ao movimento abolicionista – do qual participavam amigos como Joaquim Nabuco e Gusmão Lobo. Solicitou a Gusmão Lobo que o artigo fosse publicado também no *Jornal do Commercio* e, em 29 de junho, recebeu a resposta: “Aqui vai o artigo que saiu debaixo da rubrica “Exterior”. Verdadeiro e conveniente.” (LOBO [para] RIO BRANCO, 29 de junho de 1888). Sobre o Visconde, Paranhos ressaltou o pioneirismo e a luta empreendidos pela aprovação da lei de 28 de setembro de 1871 (RIO BRANCO, 29 de jun., de 1888).

O visconde do Rio Branco, então primeiro-ministro, apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para a emancipação gradual. A 28 de setembro, estava o mesmo projeto adotado por ambas as casas do Parlamento, após cinco meses de animadas discussões, nas quais o gabinete houve que lutar com ativa e numerosas oposição.

A vida familiar também passou por mudanças. Paranhos acompanhou o nascimento de mais duas filhas: Amélia e Hortênsia. Além disso, após dezesseis anos de convívio, Rio Branco oficializou sua relação com Marie Stevens, que passava a ser chamada de Baronesa do Rio Branco. A esse tempo já não contava com a presença do Visconde, que falecera em 1880. Sobre o pai produziu uma biografia (2012d), publicada postumamente na *Revista Americana*, que buscava divulgar sua atuação política e diplomática junto ao governo imperial. A obra está assentada em uma linguagem simples e em uma abordagem direta, fugindo ao estilo prolixo e rebuscado de Rio Branco. Não há grandes arroubos laudatórios ou qualquer coisa que se aproxime disso, deixando a impressão de que foi feita às pressas e sem a devida revisão.

Entretanto, nos anos de 1888 e 1889, a produção de Rio Branco sobre a história nacional recebeu nova expressão. Escrevia para divulgar o Brasil e para defender a monarquia, que se encontrava claudicante. Seu primeiro trabalho foi a colaboração com Émile Levasseur, para a produção de um verbete relativo ao Brasil que seria inserido na *Grande encyclopédie*. A amizade de Rio Branco com o economista, geógrafo e historiador francês, garantiram ao Brasil espaço de destaque na obra, ocupando maior número de páginas do que a Inglaterra e a Bélgica, por exemplo. Também participaram dessa produção outros brasileiros

ilustres, como Eduardo Prado e D. Pedro II, que colaborou com um estudo sobre a língua tupi. A contribuição de Rio Branco foi amplamente elogiada por Rui Barbosa em artigo para o *Diário de Notícias*, no qual indicava serem os resumos “extremamente úteis, alguns assaz desenvolvidos, e todos evidentemente escritos sob a correção e inspiração de conhecimentos práticos e diretos acerca das nossas realidades, que só em brasileiros, e dos mais venerados nas coisas da pátria, se poderiam encontrar.” (13 de mar. de 1900, p. 01).

O verbete relativo ao Brasil também foi publicado em uma separata, sob o título de *Lé Brésil*, que recebeu patrocínio da Comissão Franco-Brasileira para a Exposição Universal de Paris, em 1889. Segundo Santos (2011, p. 17), essa edição esgotou-se antes mesmo do encerramento da exposição, tornando-se necessário fazer a impressão de uma nova edição. Rio Branco foi responsável por produzir os seguintes capítulos: *A História*, Forças Armadas, *As Belas Artes*, *As explorações científicas* e *A Imprensa*. Além disso, contribuiu com outros autores para o esclarecimento de dúvidas sobre determinados temas, datas e nomes. No capítulo relativo à imprensa, Rio Branco faz uma detida análise sobre o caráter partidário de grande parte dos periódicos do Império e apresentou uma lista daqueles que defendiam as posições de liberais, conservadores e republicanos. Na opinião de Paranhos, os grandes jornais do país eram *A Gazeta de Notícias*, *a Gazeta da Tarde*, *A Cidade do Rio*, *O Paiz*, *O Diário de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, sendo o último o de maior prestígio e relevância (RIO BRANCO, 2001, p. 121).

A Exposição Universal de Paris também motivou a publicação de *Le Brésil en 1889*. Novamente patrocinado pela Comissão Franco-Brasileira e coordenado por José de Santana Nery, a obra era de cunho propagandístico e buscava vender a imagem de um país estável, civilizado, moderno, repleto de terras férteis e com grande potencial econômico (SANTOS 2011, p. 22). Rio Branco contribuiu com o capítulo sobre a história do Brasil, que também foi publicado em separata sob o título de *Esquisse de l'histoire du Brésil – Esboço da História do Brasil* (2012c). Paranhos aproveitou boa parte do que tinha escrito para o verbete da *Grande encyclopédie*, tendo o trabalho de apenas detalhar e ampliar a sua pesquisa. O foco da obra está na história política do país, abordada em sua totalidade, ou seja, desde o “descobrimento” até os anos derradeiros da Monarquia. O estilo do texto condizia com as produções históricas da época, pois era repleto de fatos, datas, referências a personagens ilustres e documentos oficiais, mas deficitário de qualquer análise crítica.

O último trabalho de Rio Branco datado desse período, se desenvolveu de forma *sui generis*. Em 1889, foi publicada a biografia *D. Pedro II, Imperador do Brasil* (2015), assinada

por Benjamin Mossé, reconhecido intelectual e escritor francês. A obra fora encomendada pelo Conde de Nioac, camarista³³ do Imperador, que observava a possibilidade de que “uma boa biografia, em francês, a língua internacional de então, seria um meio inestimável de divulgação da monarquia brasileira no exterior e, certamente, repercutiria favoravelmente no Brasil” (SANTOS, 2011, p. 18). Contudo, havia um obstáculo. Benjamin Mossé demonstrava pouco conhecimento sobre a história do Brasil e de seu Imperador. Para contornar tal situação, Nioac solicitou ao Barão do Rio Branco que auxiliasse Mossé na redação do livro. Com efeito, Paranhos acabou por assumir a condução da obra, deixando ao escritor francês apenas a obrigação de assinar a versão final. Em carta ao Barão Homem de Melo, Paranhos afirmava que estava ocupado com a revisão de uma biografia de D. Pedro II e que iria “aparecer como trabalho de um Sr. B. Mossé, de Avignon. Dará 300 páginas. Fiz isso a correr, em setembro, **Não desejo mesmo que passe como trabalho meu**” (*Apud* LINS, p. 128, grifo nosso). A satisfação com a autoria oculta provinha da liberdade de expressão que ela fornecia a Rio Branco que, por sua vez, imprimiu um caráter doutrinário ao seu texto, sobretudo no combate às aspirações republicanas, e manifestou opiniões que não poderiam ser vistas em um texto abertamente de sua autoria. Segundo Santos (2011):

No *D. Pedro II*, o Barão (...) usou da pretensa autoria de Mossé para “dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade.” Aparentemente dirigida ao público francês, o livro era um instrumento de Rio Branco para influir no debate interno do Brasil. Servia para fortalecer sua posição pessoal (e de seus amigos) junto ao imperador e à monarquia, mas também para publicar suas ideias políticas. Ao longo do texto, o Barão, sob o escudo da assinatura do Rabino, faz diversas referências a si ou a seus amigos íntimos (como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e até mesmo o jovem Domício da Gama) e, naturalmente, também não deixou de aproveitar a ocasião para destacar a figura de seu pai e realçar a Lei do Ventre Livre (...)

Apesar do esforço promovido por Paranhos na defesa do regime monárquico, a biografia chegou deveras tarde. Pouco tempo depois de sua divulgação, a Monarquia foi substituída pela República. A ocultação de sua autoria foi providencial, pois dependeria do novo regime a manutenção de seu cargo em Liverpool e, conseqüentemente, sua sobrevivência financeira. Esse era um fantasma que o assombrava constantemente, mais até do que servir em um sistema de governo que criticara duramente poucos meses antes.

³³ Segundo Genovez (2002, p. 218), “Os *Gentis-homens da Semana* ou *Camaristas de Sua Majestade* eram os que, por semana, faziam o ofício de Camareiro-mor, servindo e acompanhando o monarca. Tinham como insígnia uma chave dourada. Além do simbolismo evidente de abertura e fechamento, a chave também estava relacionada àquilo que deve ser visto ou escondido, ao mistério a penetrar; no caso específico, à própria câmara do Imperador.”

1.3. O Barão do Rio Branco entre a Monarquia e a República.

Em 1904, Machado de Assis lançava seu penúltimo romance, *Esaú e Jacó* (2011), no qual transformava em ficção, com o ceticismo e a ironia que lhe eram característicos, os acontecimentos que culminaram na transição do governo monárquico para o republicano. A obra contém uma passagem célebre, que ficou conhecida como a “Tabuleta do Custódio”, na qual encontra-se a essência de sua interpretação sobre a troca do regime político.

Dono da *Confeitaria do Império*, Custódio, após muita resistência, mandou reformar a tabuleta onde estava gravado o nome de seu estabelecimento. Entretanto, às vésperas da inauguração do novo letreiro, o proprietário se deparou com a repentina queda da Monarquia e a conseqüente ascensão da República e, em grande aflição, mandou um bilhete ao pintor com o seguinte recado: “Pare no d.” (ASSIS, 2011, p. 146). Já não sabia se era melhor concluir a pintura com a palavra Império ou República. Todavia, o bilhete chegou tarde, pois o serviço já estava concluído. Após desesperada reflexão, Custódio procurou a orientação do Conselheiro Aires, personagem-narrador da obra de Machado de Assis, e lhe contou os gastos que fizera, seu respeito aos governos, sua total falta de preferência por qualquer regime, a ameaça de ter de fazer nova tabuleta e ainda de perder o nome de sua confeitaria, com clientela já estabelecida. Aires, então, se pôs a aconselhá-lo:

— Mas pode pôr *Confeitaria da República*...

— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.

(...) Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, - *Confeitaria do Governo*.

— Tanto serve para um regime como para o outro.

— Não digo que não, e, a despesa perdida... Há, porém, uma razão contra. V. Excia. sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebram-me a tabuleta; entretanto, o que procuro é o respeito de todos.

[Aires] Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: *Confeitaria do Custódio*. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimes (ASSIS, 2011, p.148-151)

Machado de Assis utiliza o episódio para reduzir a proclamação da República a simples troca de tabuletas, questão de aparências mais do que de substância. Considerava que Império e República se equivaliam, eram rótulos de fachada que serviam para cumprir as aspirações de grupos heterogêneos que buscavam estabelecer um *status quo* político e social. Aqueles que representavam a defesa dos regimes políticos envolvidos não desmentiam as constatações. Em um curto espaço de tempo, a aliança que estruturou o golpe republicano

fragmentou-se, levando cafeicultores, positivistas e militares, estes também divididos internamente, a disputarem a implementação e o predomínio de seus respectivos projetos políticos. Os monarquistas, por sua vez, também se dividiram, principalmente, entre adesistas e restauradores. Os primeiros, buscando manter seus privilégios políticos e sociais, aderiram de imediato ao novo regime, enquanto os restauradores empregaram um movimento, pouco efetivo por sinal, para derrubar o regime recém-implantado e retomar o modelo monarquista, no qual dominavam o aparato social e político. Identificando esse cenário, Machado de Assis representava na dúvida de Custódio o quanto eram efêmeras as lealdades políticas, sobretudo quando contrapostas aos interesses e necessidades daqueles que integravam as fileiras dos grupos que estavam no poder ou tinham sido aliçados dele.

A instauração da República também impôs ao Barão do Rio Branco a decisão de quais palavras seriam pintadas em sua tabuleta: aquelas que defendiam sua herança monarquista ou as que sustentavam a urgência de suas necessidades financeiras. Ao longo do século XIX, a família Paranhos havia acumulado um grande capital político, porém, não figurava entre as famílias mais abastadas do Rio de Janeiro, tornando os cargos públicos e políticos sua principal fonte de renda. O dilema tornava-se ainda mais penoso para Rio Branco, quando observava alguns de seus amigos mais próximos, a exemplo de Eduardo Prado, sustentados por suas fortunas familiares, romperem com o novo regime e colocarem-se na vanguarda da oposição monarquista.

Paranhos não poderia simplesmente renunciar à sua ligação com o governo em prol de seus ideais políticos, era necessário encontrar uma forma de unir as duas coisas. Seu espírito objetivo e a análise pragmática da situação movimentaram as engrenagens de um projeto que permitiria provar sua fidelidade monárquica sem, contudo, entrar em choque com o novo governo. O primeiro passo foi o envio de uma carta a D. Pedro II na qual, além da demonstração de deferência ao monarca exilado, buscava aprovação para sua permanência à frente do consulado em Liverpool:

Desde muitos dias estou para escrever a Vossa Majestade Imperial e não tenho tido coragem. Agora mesmo é com extrema dificuldade que tomo a pena, e em tal estado de abatimento que faria compaixão a Vossa Majestade se pudesse ver-me (...) Sinto que grandes encargos de família me não deixem a liberdade de ação que outros, mais felizes, ou menos infelizes, podem ter. Vossa Majestade me perdoará o não ter ido até Lisboa, e suplico-lhe que diretamente ou por intermédio do Conde de Nioac me mande uma palavra de perdão que me dê algum conforto, pois nunca atravessei dias tão cruéis (RIO BRANCO *Apud* RIO BRANCO, 1957, p.88).

É necessário destacar que a identificação de Rio Branco com as instituições e os ideais monárquicos se dava mais pela admiração e respeito pelas figuras políticas e militares que constituíram e consolidaram o Império do que pelo regime político em si. Nessa perspectiva, o apoio de D. Pedro II era essencial para firmar a decisão de permanecer ou não no cargo governamental. A aprovação esperada veio no dia seguinte, por meio do Conde de Nioac: “Frase textual: sei tudo quero-lhe muito, diga que fique, peço que fique; é seu dever, sirva a seu país” (NIOAC *apud* RIO BRANCO, 1957, p.90-91). Aos amigos Gusmão Lobo, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, também enviou cartas em busca de apoio para sua situação. Dantas o aconselhava: “Abstraia do seu espírito qualquer constrangimento por continuar no seu posto. Veja aí o que sucede e basta-lhe isso para convencer-se que o contrário fora loucura” (DANTAS *apud* RICUPERO, 2002, p.51). A intensa troca de correspondências empregada por Rio Branco buscava, com aparente sucesso, a aprovação de suas aspirações e a consolidação de sua posição junto ao círculo monarquista que frequentava, sem deixar qualquer dúvida acerca de sua fidelidade a este grupo, ao imperador e aos preceitos do regime recém-destituído.

Contudo, a anuência de seus confrades monarquistas acalmava sua consciência, mas não garantia sua manutenção à frente do consulado em Liverpool. Era preciso mapear as intenções do governo republicano, além de se revestir publicamente de uma aura de imparcialidade que evitasse qualquer desconfiança em relação à sua tendência política. De início solicitou ao Barão Homem de Melo e a Rodolfo Dantas que buscassem informações junto a Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores, ou a pessoas próximas a ele, sobre possíveis trocas nos consulados. Rodolfo Dantas, após contato com membros do governo, remeteu a seguinte afirmação: “(...) respondeu textualmente que prouvera ao Governo Provisório ter vinte Paranhos para colocar à frente de todos os consulados homens que como V. dirige o de Liverpool.” (DANTAS [para] RIO BRANCO, 08 de mar. de 1890). Por fim, em correspondência com Rui Barbosa, já responsável pelo Ministério da Fazenda, construiu uma argumentação que conseguia unir o apreço pela tradição monárquica com a aceitação do regime republicano.

Todas as cartas, de liberais, conservadores e republicanos, e todas as notícias dos nossos jornais, convencem-me de que o governo pode contar com a cooperação de todos os brasileiros. A questão hoje, como V. Excia disse em um telegrama, não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e Anarquia. Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar, como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil, e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais – e que não se encontram em muitas das

intituladas repúblicas hispano-americanas – é o que sinceramente desejo.” (Rio Branco *apud* RICUPERO, 2002, p. 51).

A carta a Rui Barbosa trazia uma importante indicação da posição assumida por Rio Branco. Claramente, há uma reafirmação de que sua preferência política era pelo regime monárquico, reforçada pela admiração que nutria pelos grandes homens do Império, como D. Pedro II, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias e o Barão de Cotegipe. Entretanto, o fator determinante para sua resistência em relação à República era a profunda preocupação com os rumos que o país tomava sob a direção do novo governo. A comparação com as repúblicas hispano-americanas era sintomática, pois coadunava-se com a visão construída e reforçada ao longo do período monárquico de que se tratavam de países caóticos, fragmentados e mergulhados em um ambiente de lutas civis e sujeitos ao desgoverno dos caudilhos. Nesse sentido, a preocupação com a estabilidade política e territorial no Brasil era premente. As notícias que chegavam do Rio de Janeiro – as dissensões no seio do governo e as perspectivas de revoltas contínuas para o assalto ao poder – pareciam confirmar os presságios de Rio Branco e aprofundar sua desilusão.

Após algum tempo de espera, sua permanência à frente do consulado em Liverpool foi confirmada. Rio Branco demonstrava habilidade ao conseguir convencer os republicanos de sua fidelidade à pátria e de sua competência no comando do principal consulado brasileiro na Europa. Em consequência, passou a guardar um refletido silêncio público e, mesmo por escrito, poucas vezes manifestou livremente sua opinião sobre o regime republicano. Inquestionavelmente, a correspondência com os amigos mais próximos – Gusmão Lobo, Rodolfo Dantas, Joaquim Nabuco e Eduardo Prado – foi o meio mais seguro para compartilhar e receber abertamente as opiniões sobre o novo regime. Entretanto, mantinha o cuidado de solicitar a seus interlocutores que destruíssem as cartas de sua autoria assim que as respondessem. Em carta enviada por Joaquim Nabuco é possível apreender essa preocupação: “Mande-me notícias suas como a um fiel amigo. Por mim ninguém saberá de seus movimentos, rasgarei logo as suas cartas, mas tenho ansiedade de ouvi-lo ainda que somente pelo papel.” (NABUCO [para] RIO BRANCO, 25 de set. de 1890). Paranhos buscava apagar qualquer vestígio que pudesse colocar em risco seu meio de sobrevivência.

Paranhos pretendia desvincular-se de qualquer alinhamento com os grupos que agiam para consolidar ou contestar o regime republicano. O adesismo lhe causava ojeriza, pois a despeito da manutenção de sua função governamental, não admitia a traição aos preceitos monárquicos e, sobretudo, as críticas à figura de D. Pedro II. Ao receber correspondência de

um adesista escreveu, na margem, um comentário indignado sobre a mudança de postura: “Sem ser empregado público este *monarquista enragé* até 15 de novembro de 1891 adotou na correspondência particular o tratamento de *vós* depois da revolução. Passou a defender o governo republicano e atacar a monarquia decaída.” (RIO BRANCO *apud* LINS, p. 173). Em poucas palavras, justificava sua permanência e condenava a inconstância de seu correspondente.

Também não há indícios de que Rio Branco tenha integrado diretamente as fileiras do movimento restaurador. Dois elementos os separavam. Primeiramente, o grupo restaurador não via com bons olhos aqueles que, mesmo afirmando sua fidelidade monárquica, aceitavam cargos ou funções no governo republicano (JANOTTI, 1986, p. 171-175). O choque com essas figuras não interessava a Rio Branco, que buscava constantemente o afastamento das grandes polêmicas ou dos arroubos idealistas. Somava-se a isso a consideração de Paranhos de que a República era irrevogável e que a luta deveria ser direcionada para torna-la estável e capaz de atender aos interesses e necessidades do país. Em segundo lugar, o desequilíbrio dos governos militares de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e, principalmente, de Floriano Peixoto (1891-1894), marcados por crises econômicas, pela radicalização política e pelo militarismo, fazia com que Rio Branco mantivesse uma postura cautelosa na aproximação com os setores que se opunham a eles.

Embora não aderisse abertamente a essa contestação, encontrou meios de colaborar sigilosamente com seus amigos de maior confiança. Era significativa a troca de informações com Eduardo Prado, que deixara de flunar pelas grandes capitais europeias para se colocar na vanguarda do grupo restaurador. A publicação de uma série de artigos para a *Revista de Portugal*, em 1889, com o pseudônimo Frederico de S., reunidos posteriormente no livro *Fastos da Ditadura Militar*, o elevaram ao posto de principal contestador do republicanismo. A grande amizade e as ideias comuns levavam Rio Branco não só a admirar essa nova faceta de Eduardo Prado, mas também a incentivar sua atividade de jornalista militante e contribuir diretamente com informações e sugestões para a construção dos artigos publicados no periódico português³⁴. Em uma nota enviada a Prado, na qual traçava um ácido perfil de

³⁴ Álvaro Lins (1965, p. 171, nota 275), indica que o Arquivo Histórico do IHGB possui alguns cadernos de notas que mostram a colaboração de Rio Branco em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. São seis notas autografadas de Rio Branco a Eduardo Prado, contendo sugestões e informações para os artigos de Frederico S. Elas contêm: uma lista de presos políticos do Ceará, a cópia de uma carta de Domicio da Gama acerca dos emblemas e dizeres positivistas da nova bandeira, citações sobre militares franceses que não votam nem participam da política, uma biografia de Benjamin Constant, uma exposição das finanças do Império. Todo esse material foi aproveitado por Eduardo Prado.

Benjamin Constant, ele informou que se tratava de “militar que nunca viu fogo, e que se fez um rápido aparecimento no Paraguai foi somente à custa de muitas súplicas do Imperador D. Pedro II.” (RIO BRANCO *apud* VIANA, 1959, p. 161). Essa expressão reverberou em *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* e Prado (1923, p. 62), em clara referência às palavras de Rio Branco, indicava que Constant, “enquanto os seus colegas se batiam no Paraguai; acumulava empregos no Rio de Janeiro, ensinava o positivismo, e dirigia o Instituto dos Meninos Cegos.”

Também a Joaquim Nabuco incentivava, constantemente, o emprego de uma ação mais ativa no combate aos desmandos e incoerências do governo republicano:

Eu desejo, porém, vê-lo quanto antes decidido a dar nova carta, falando não só ao coração, mas à razão, lembrando àquela gente que a monarquia parlamentar é uma forma de governo mais adiantada que a república, e que não foi em benefício da família de Bragança, mas em benefício do país, que os Andradas, Vasconcelos, Feijós e Evaristos procuraram fazer do Brasil uma exceção na América.
(...) Meu caro, se estes doidos continuam onde irá parar a nossa terra? (RIO BRANCO *apud* LINS, 1965, p. 172-173).

Seu apoio angariou resultado quando Nabuco publicou o manifesto *Porque continuo a ser Monarquista* (1890), no qual apontava que a República, “moralmente falando, só tem perdido terreno desde 15 de Novembro. Não se verificou somente que o país não estava preparado para ela, mas também, o que é talvez pior, que ela não estava preparada para o país.” (NABUCO, 1890, p. 07). Notam-se as marcas da influência e da concordância com Rio Branco nas palavras de Nabuco, que, ao enviar ao amigo uma cópia de sua exposição, colocou a seguinte dedicatória: “A uma fidelidade irmã.” (LINS, 1965, p. 173).

A despeito da manifestação indireta ter sido um recurso utilizado recorrentemente, Rio Branco também se valeu de outros meios para expressar seus anseios e opiniões. O surgimento do *Jornal do Brasil*³⁵, em 1891, restabeleceu sua atividade jornalística. Diferentemente de sua última experiência contínua, como defensor incondicional do gabinete ministerial do Visconde do Rio Branco, passou para a oposição e, ocultando habilmente sua identidade, apontou suas críticas para o militarismo e as incoerências dos primeiros governos republicanos.

Nelson Werneck Sodré (1966, p. 287, grifo nosso), indica que o início do período republicano foi de pouca inovação no desenvolvimento da imprensa, pois “os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. Não surgiram de imediato grandes jornais novos: **só em 1891 apareceria o**

³⁵ Não faremos aqui um análise minuciosa do *Jornal do Brasil*, pois este será objeto central do segundo capítulo.

Jornal do Brasil.” O periódico era uma iniciativa de longa data de Rodolfo Dantas, que investiu parte considerável de sua fortuna para transformá-lo, logo após seu lançamento, em um dos mais modernos e influentes jornais do período. O periódico assumiu, dentro de sua tendência monarquista, o compromisso de fazer oposição moderada ao governo, sem criar, contudo, um ambiente de extremismo. Leitura pragmática e perspicaz do momento político brasileiro, instável e profundamente sensível às críticas provenientes da imprensa.

Para desenvolver e estabelecer a estrutura e as diretrizes do periódico, Rodolfo Dantas contou com a ajuda de Henrique de Villeneuve, Sancho Barros de Pimentel, Gusmão Lobo e do Barão do Rio Branco. Este ficou responsável por uma série de funções: contratar correspondentes e gerir seus prazos e vencimentos, enviar a correspondência de Paris, produzir notas sobre a sociedade, economia e política francesa, além de elaborar trabalhos históricos para o jornal. Nesse sentido, ficou responsável por duas seções: as *Cartas de França* e as *Efemérides Brasileiras*. Na primeira, dedicada a analisar o cotidiano político e social do país europeu, conseguiu inserir uma série de críticas ao exército brasileiro e seu papel na queda da monarquia. Na segunda, desenvolveu longo e reconhecido trabalho histórico, indicando fatos relevantes da história nacional referentes ao dia em que o periódico estava sendo publicado. Eram notas curtas e diretas, mas que escondiam a intencionalidade de retomar a “gloriosa” história do país antes da República. A efeméride de 28 de setembro de 1871, trazia a lembrança da Lei do Ventre Livre, implementada na gestão do Visconde do Rio Branco à frente do Gabinete Ministerial: “1871 – É aprovada, em última discussão, no Senado, e no mesmo dia sancionada pela princesa imperial regente, dona Isabel, a lei que declarou livres os filhos de mãe escrava e que criou um fundo aplicável à libertação dos escravos” (RIO BRANCO, 28 de set. de 1891, p. 01).

O *Jornal do Brasil* conseguiu, ao longo de seus meses iniciais, estabelecer-se junto à opinião pública e observar crescimento exponencial em suas tiragens. Manteve também uma postura moderada e não causava grandes conflitos com o governo ou seus defensores. Contudo, a partir de junho de 1891, com a chegada de Joaquim Nabuco ao Brasil e sua consequente promoção a chefe de redação do periódico, tal orientação passou por uma considerável modificação. Nabuco imprimiu uma postura mais combativa ao *Jornal do Brasil* e passou a atacar diretamente o governo em duas séries de artigos denominadas “Ilusões Republicanas” e “Outras Ilusões Republicanas”. Surgiram debates exaltados acerca das críticas empregadas e o jornal passou a ser ameaçado por forças do governo. No início de dezembro de 1891, em decorrência da morte de D. Pedro II, a folha dedicou espaço

considerável para exaltar a monarquia, suas instituições e seus líderes e a contrapôs ao caos e ao desgoverno impostos pelo sistema republicano. Em 16 de dezembro, a redação foi invadida por uma multidão insatisfeita, as oficinas foram depredadas e vários tiros foram disparados contra o prédio que abrigava o jornal.

Sem garantias de segurança, Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas deixam o periódico. Este, pouco a pouco, perdeu sua identidade monarquista e passou, alguns anos depois, para a propriedade de Rui Barbosa, que o transformou em órgão republicano de combate ao governo. A reorientação levou a uma gradativa queda na contribuição de Rio Branco que, por fim, parece tê-la suspendida em definitivo no ano de 1896.

A despeito da desilusão e das críticas, foi na República que o Barão do Rio Branco começou a ganhar destaque no cenário nacional. Em 1891, foi nomeado superintendente do Serviço de Imigração Brasileira, com sede em Paris, cargo que acumulou com o de cônsul em Liverpool. Adquiria justificativa oficial para passar mais tempo na cidade francesa do que no consulado. Exercia as duas atividades com presteza e competência, mas dedicava a maior parte de seu tempo nos arquivos franceses e ingleses, aumentando seu conhecimento sobre a história e, conseqüentemente, ampliando seu acervo documental.

Contudo, foi em 1893 que sua trajetória passou por grande reviravolta. Brasil e Argentina preparavam-se para resolver em definitivo o litígio na região de Palmas, submetido ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. Apesar da dúvida secular sobre a posse dessa área, o governo argentino oficializou sua pretensão sobre ela apenas no início de 1881 e, após uma série de negociações fracassadas, chegou-se a um acordo de arbitramento com base em uma decisão que seria incontestável. Para representar o Brasil fora escolhido o Barão Aguiar de Andrade³⁶, antigo negociador da questão, mas este, pouco tempo depois de chegar a Washington, faleceu deixando vago o posto de advogado brasileiro e, principalmente, pouco tempo para a elaboração da defesa. Era necessário encontrar alguém que conhecesse previamente o litígio e tivesse capacidade de estruturar a posição brasileira de forma rápida e eficiente. Utilizando a expressão de Viana Filho (1959, p. 176), a “morte ajuda o destino” e, poucos dias depois do falecimento de Aguiar de Andrade, Rio Branco foi convidado para assumir a tarefa. Aceitou-a de imediato.

³⁶ Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade (1822-1893): foi um magistrado e diplomata brasileiro. Atuou em diferentes países como ministro plenipotenciário e presidiu os diferentes Tribunais Arbitrais instaurados em decorrência da Guerra do Pacífico.

Passou quase dois anos em Nova Iorque e Washington. No primeiro ano estabeleceu um regime de trabalho febril, produzindo a *Memória* brasileira a ser apresentada ao presidente norte-americano e buscando mapas e documentos – utilizava o corpo diplomático na Europa para localizar e remeter documentos necessários aos seus argumentos – para rebater as pretensões argentinas. Delegava funções a seus secretários, mas não confiava a ninguém a escrita do trabalho final. O segundo ano foi dedicado a esperar o laudo arbitral. Promoveu junto aos círculos políticos e diplomáticos estadunidenses uma discreta campanha em favor do Brasil e aproveitou para conhecer as instituições e a sociedade daquele país. Experiência que seria fundamental em seu período como ministro das Relações Exteriores.

Após longo período de espera, em 06 de fevereiro de 1895 o laudo arbitral foi divulgado com resultado favorável à causa brasileira. A vitória gerou grande alvoroço no Brasil e Rio Branco, figura pouco conhecida no país, passou a gozar de imenso prestígio. Rubens Ricupero (2002, p. 60-61), assim descreve a mudança de *status* do Barão:

De uma hora para a outra, o obscuro Cônsul-Geral em Liverpool vira uma celebridade nacional. Os telegramas chegam às centenas e vão, num extremo, do Conde e da Condessa d'Eu, a, no extremo oposto, do ex-Presidente Floriano Peixoto, que jacobinamente o saúda com um “Viva a República”. O mais expressivo, na concisão comum àqueles dias austeros e de que hoje se perdeu a qualidade, foi o do Presidente Prudente de Morai: “em nome da pátria brasileira, agradeço inolvidável serviço reconhecimento seus diretos.” Alguns começam a falar nele como um futuro presidente.

Foram organizados meetings e comícios para exaltar sua atuação. No *Jornal do Commercio*, Joaquim Nabuco (09 de fev. de 1895, p.01) escreveu longos elogios indicando que “a missão especial em Washington veio tirar de seu retiro e isolamento o incansável trabalhador e coloca-lo em posição saliente, para a qual ele estava naturalmente indicado.” Rio Branco foi convidado a vir ao Brasil para receber pessoalmente suas homenagens, mas recusou o convite por considerar que as manifestações exageradas acerca da vitória poderiam ser vistas como indelicadas pela Argentina. Em suma, estabelecia-se no cenário nacional e sua ascensão tornava-se exponencial.

Poucos meses após sua vitória nos Estados Unidos, Rio Branco, em um misto de solicitação pessoal e convite oficial, passou a estudar o litígio fronteiriço com a Guiana Francesa, na região do Amapá. As negociações entre França e Brasil ainda estavam em andamento, mas apresentavam-se complexas e com uma série de agravantes. Poucos anos antes, exploradores descobriram ouro em uma porção da área litigiosa. Além disso, em 1894 cidadãos brasileiros entraram em confronto com exploradores provenientes de Caiena, com

registro de mortes de ambos os lados. Em 1896, verificada a inexecuibilidade de um acordo direto, devido a manutenção das ambições de cada nação, abriu-se conversações para que a questão fosse, finalmente, submetida a arbitramento. Com o acordo assinado em abril de 1897 e o presidente da Confederação Suíça, Walther Houser, escolhido como árbitro, Rio Branco foi nomeado ministro plenipotenciário em missão especial junto ao governo Suíço.

A causa apresentava-se com intensidade diferente da anterior. Primeiramente, o Brasil enfrentaria uma das grandes potências mundiais, com reconhecida influência política, econômica e intelectual. Além disso, o avanço do imperialismo europeu sobre a África e Ásia causava profundo temor, sobretudo em Rio Branco, de uma tentativa de recolonização na América, e a invasão da Ilha da Trindade pela Inglaterra, em 1896, contribuiu sobremaneira para esse sentimento³⁷. Outro ponto a ser considerado, é que a postura brasileira ao longo do século XIX, não fora tão firme quanto a empregada no litígio com a Argentina, pois em diferentes momentos recuou em suas reivindicações ou fez concessões aos franceses, permitindo fluidez na fronteira da área litigiosa. Por fim, temia-se a presença de um país europeu na foz do rio Amazonas, com acesso direto ao interior da área Amazônica, e o impacto que isso causaria para a evolução política e econômica do Brasil na área.

O padrão de trabalho assemelhava-se ao empregado em Washington, exaustivo e centralizado em sua interpretação sobre o caso. Com efeito, em 01 de dezembro de 1900 foi divulgado, por meio do laudo arbitral do governo suíço, a vitória brasileira. O prestígio e a popularidade de Rio Branco atingiram níveis elevados e este passou a ser visto como herói nacional. Rui Barbosa (02 de dez. de 1900, p. 01), no jornal *A Imprensa*, escrevia: “Hoje literalmente do Amazonas ao Prata há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional.”

Sua ascensão foi ainda mais festejada pelo *Jornal do Commercio*. O afastamento de Gusmão Lobo da redação para integrar as fileiras do *Jornal do Brasil*, não interrompeu a

³⁷ A ilha da Trindade está a cerca de 1.140 km do Espírito Santo e possui uma área com aproximadamente 10 km². Seu solo de origem vulcânico não é adequado à agricultura e o acesso a ela é dificultado pela agitação permanente do mar. No início de 1895, a Inglaterra ocupou, de forma mansa e pacífica a ilha. Objetivava estabelecer uma base de apoio naval na região para efetuar a segurança dos canais de comunicação telegráfica. Somente em julho do mesmo ano o Brasil foi informado da posse. Como justificativa para o ato, os ingleses alegaram o abandono da ilha. O ataque à soberania brasileira promoveu uma intensa manifestação da opinião pública, do Congresso e da diplomacia nacional. Mediante o impasse, a Inglaterra propôs levar a questão a arbitramento, posição referendada pelo governo dos Estados Unidos, mas negada pelo governo brasileiro. Apenas em 1896, com a mediação do governo de Portugal, chegou-se a um acordo e a Ilha foi devolvida para o Brasil. Conf. BUENO, 1995, p. 332-340).

comunicação de Rio Branco com o tradicional periódico carioca. Paranhos estabelecera correspondência com o novo dono do *Jornal do Commercio*, José Carlos Rodrigues, antigo colega da Faculdade de Direito de São Paulo. Rio Branco mantinha o periódico informado de todos os seus passos e o alimentava com informações exclusivas acerca de sua atuação nos arbitramentos em Washington e Berna. Pouco antes da divulgação do laudo arbitral na questão do Amapá, Paranhos enviou uma série de orientações e informações exclusivas ao *Jornal do Commercio*, como pode ser visto em duas correspondências com Rodrigues, datadas, respectivamente de 21 de novembro de 1900 e de 27 de novembro de 1900:

(...) Não haverá inconveniente em que o Leitão comece a publicar, uns cinco ou seis dias depois de conhecida a sentença, o trabalho que já mandei e de que irá o resto agora. **É um resumo substancial do que há nas alegações das duas partes, e os leitores compreenderão que a redação do jornal precisa de tempo para estudar tantos volumes.** Da vez passada você começou a publicar o seu resumo quatro ou cinco dias depois.

No dia 26, o Leitão recebe cinquenta e seis páginas; no dia 3, as seguintes até a página 184; no dia 10, a continuação.

Estou com grande confiança no resultado, mas não poderemos antecipar porque falta o essencial, que é a votação dos sete juizes em sessão (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 21 de nov. de 1900, grifo nosso).

Para evitar perda de tempo, é melhor que você componha já, com as notícias que lhe mandei, o seu telegrama acrescentando no dia 1º as que lhe possa mandar (...)

Fica você tendo já os acessórios, mas falta-lhe o principal, que é o laudo. Se eu lhe telegrafar no dia 1º all right entenda por essas duas palavras o seguinte:

Os árbitros decidiram:

1. Que o rio Japoc ou Vicente Pison do artigo 8º do Tratado de Utrecht, como ficou demonstrado pelo documentos e memórias que o Brasil submeteu ao Tribunal, é o rio Oiapoque que desemboca no mar entre o cabo de Orange e a Montagne d'Argent, proximamente em quatro graus e dez minutos de latitude setentrional e que pelo talvegue desse rio, desde a foz até a nascente, ficará definitivamente estabelecida a primeira linha de fronteiras, chamada limite marítimo;
2. Que o limite chamado interior, desde a nascente do Oiapoque até ao ponto de encontro com o território holandês, será constituído pela linha natural que nos montes de Tumucumaque separa as águas que vão para o Amazonas das que correm para o litoral da Guiana Francesa;

Se não for essa a decisão e se – o que não acho possível –, nos cortarem alguma coisa do lado do mar, negando-nos o Oiapoque, em vez do all right eu lhe mandarei pelo telégrafo a coisa por miúdo (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 27 de nov. de 1900, grifo nosso).

Com efeito, entre os dias 07 e 21 de dezembro de 1900 foi publicado o estudo aludido no primeiro telegrama. Dividido em treze partes, com o título *A questão do Oiapoque perante o arbitramento do governo Suíço*, que traçava um panorama histórico do litígio desde o período colonial até a assinatura do acordo de arbitramento. Quanto à notícia citada na segunda correspondência, ela foi reproduzida, na seção *Telegramas*, da forma como foi

orientada por Rio Branco. Estreitava-se uma relação que seria rompida apenas com a morte de Rio Branco, em 1912.

Em 1898, pouco antes do sucesso na questão do Amapá, Paranhos viveu dois momentos distintos. O primeiro foi sua eleição para membro da Academia Brasileira de Letras, um dos principais espaços de sociabilidade, junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da elite intelectual do país. O segundo, aparentemente, não trouxe satisfação, foi a morte de Marie Stevens, sua esposa. A relação manteve-se conturbada até o fim, como pode ser visto em carta enviada por ela ao Barão Rio Branco, em 1897 (*Apud* SANTOS, p. 31): “Eu já sofri tanto por ti que me é impossível responder com calma, já que tu só sabes me dizer coisas desagradáveis como quando me disse que todo seus filhos são desequilibrados porque sou eu a mãe deles e, além disso não se discute com uma mulher que se crê louca.” A insatisfação de Marie Stevens era tão aguda que, pouco antes de morrer, confessou com amargura que havia pago muito caro pelo seu título de baronesa. Em seu *Caderno de Notas* a manifestação de Rio Branco após a morte de Marie foi lacônica: “Marie faleceu hoje, 11 de janeiro, às 11:55 da manhã” (*Apud* LINS, 1965, p. 214). Seus biógrafos consideram que o falecimento da esposa livrou Rio Branco de uma de suas últimas obrigações pessoais deixando livre seu caminho para se tornar um grande estadista (LINS, 1965 p. 214).

Restava a Paranhos remediar sua situação financeira, exposta como precária em uma correspondência em que respondia a solicitação de auxílio financeiro feito pela filha Clotilde (*Apud* VIANA FILHO, 1959, p. 293).

Não disponho de nada. O pouco que eu possuía, dei-o em garantia a um Banco, por ocasião do teu casamento, para contrair uma dívida de 50.000 francos, da qual pago os juros, e que, até o momento, me foi impossível amortizar, mesmo em parte. Uma pequena reserva de dinheiro que tinha para ocorrer às remessas mensais que te faço e que prometi fazer até o fim desse ano, se fosse possível. Essa reserva (...) encontra-se reduzida a 570 francos. Faço hoje a transferência para a Agência do bairro de Paulo e encarrego-o de te remeter 500 francos. Ainda não pude pagar o meu seguro de vida cujo prêmio venceu-se há um mês...No Congresso brasileiro, segundo um despacho publicado em Paris e talvez inventado, alguns deputados propuseram que se me conceda a dotação de um milhão, além de uma pensão anual de 24.000 francos. Estou certo de que essas proposições não serão aprovadas (...)

Com efeito, a pensão anual de vinte e quatro contos de réis, com transmissão ao seus filhos enquanto fossem vivos, e um prêmio de 300 contos de réis, foram aprovados pelo Congresso e trouxeram maior tranquilidade e estabilidade à vida financeira de Paranhos. Seu próximo objetivo era ingressar definitivamente na carreira diplomática e, após um curto período de incertezas, acabou por ser nomeado para a representação em Berlim, a qual

escolheu em detrimento da representação em Lisboa. Ocupou o cargo entre abril de 1901 e novembro de 1902, passagem que antecedeu sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores. Como bem aponta Corrêa (2009, p. 07-08), a atuação de Rio Branco na Alemanha é assunto pouco ou nada explorado por seus biógrafos e por aqueles que analisam sua herança política. A análise do período resume-se, peremptoriamente, à sua atuação junto ao governo alemão para que este não investisse capitais no *Bolivian Syndicate*, grupo de investidores ingleses e norte-americanos que conseguiram arrendar o território do Acre em meio às disputas territoriais entre Brasil e Bolívia. De acordo com a análise de Corrêa (2009, p.09-10), o período em que o Barão esteve na Alemanha esconde uma atuação muito mais efetiva e dinâmica do que se expõe. Contemporizou a cobrança alemã de uma dívida contraída pelo Estado de Minas Gerais; observou, nos temas ligados à imigração alemã para o Brasil, os riscos e benefícios que a concentração de cidadãos alemães no sul traziam para o país; atuou de forma competente na questão do sindicato boliviano, o que terá efeito prático na resolução do litígio com a Bolívia, entre tantas outras ações. Além disso, sua estadia trouxe uma melhor compreensão do desenvolvimento do ambiente europeu que precedeu a Primeira Guerra Mundial e do esgotamento de seu modelo imperialista que, segundo Corrêa (2009, p. 10), certamente influenciou em sua “propensão a privilegiar a pareceria com os Estados Unidos.”

A despeito da relevância de sua passagem em Berlim, é fato que foi breve. Em julho de 1902, iniciaram-se as consultas para que assumisse a pasta das Relações Exteriores no governo de Rodrigues Alves (1902-1906). De início demonstrou-se resistente a aceitar o convite. Alegou problemas de saúde, motivação que escondia os temores em relação aos surtos de febre amarela e malária que assolavam o Rio de Janeiro. Depois apresentou as dificuldades em empreender as reformas necessárias na estrutura e na orientação do Itamaraty, sobretudo pela presença do Visconde de Cabo Frio³⁸ – antigo amigo da família e ocupante do cargo de Diretor Geral no Ministério das Relações Exteriores há quase quarenta anos – que era manifestadamente contrário a qualquer tipo de reforma. Preocupava-se também com as questões financeiras, pois teria que se instalar em Petrópolis a fim de escapar das doenças

³⁸ Joaquim Tomás do Amaral (1818-1907): Atuou como árbitro na comissão mista brasileiro-inglesa em Serra Leoa, em decorrência do combate ao tráfico negreiro. Foi adido em Londres, secretário em Paris e interinamente ocupou a legação brasileira em Buenos Aires (1855). Serviu também em Montevidéu, foi ministro plenipotenciário em Assunção e Bruxelas. Em março de 1865 foi nomeado Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Como Diretor Geral foi enviado em missão especial no Prata, para negociar pendências decorrentes da Guerra do Paraguai. Em 1874, foi agraciado com o título de Visconde de Cabo Frio. Assumiu, interinamente, o Ministério das Relações Exteriores em 1890 e 1900, além de exercer influência direta sobre as decisões do Ministério em diferentes ocasiões. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AMARAL,%20Joaquim%20Tom%C3%A1s%20do.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

endêmicas e necessitaria de um ordenado que cobrisse todas essas despesas. Indicava insistentemente que Joaquim Nabuco era mais competente e afeito a assumir tal responsabilidade. A relutância oscilava entre a realidade dessas questões e a vaidade que lhe causava a insistência, quase súplica, de seus amigos para que aceitasse a oferta.

Em fins de agosto, Rodrigues Alves deu seu ultimato e enviou o seguinte telegrama a Paranhos: “Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V. Excia. será muito bem recebido não podendo negar ao país sacrifício pedido.” (*Apud* LINS, 1965, p. 255). A resposta de Rio Branco foi dada no dia seguinte: “Farei sacrifício que V. Excia. Julga necessário contente de o fazer pelo muito que devo à nossa terra e a V. Excia.” (*Apud* LINS, 1965, p. 255). Paranhos abandonava definitivamente a contestação ao regime republicano e o saudosismo monárquico e voltava-se exclusivamente para a execução de sua ideia de como o Brasil deveria agir no cenário internacional.

1.4. As bases da política externa do Barão do Rio Branco e a imprensa a serviço do Itamaraty.

O dia 1º de dezembro de 1902 marcou o retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil, após quase vinte seis anos de permanência em terras europeias. Nessa data, a cidade do Rio de Janeiro apresentava um ambiente de verdadeira agitação, comparável, segundo Álvaro Lins (1965, p. 259), à chegada de D. João VI, pouco menos de um século antes. Aproximadamente dez mil pessoas aguardavam nas ruas o desembarque do homem que havia derrotado, em complexas disputas arbitrais, as pretensões territoriais de Argentina e França. Ao redor do navio *Atlantique*, encarregado de trazer o futuro ministro, encontravam-se inúmeras lanchas com representações do Exército, dos círculos políticos, da indústria, do comércio, de estudantes e intelectuais, além de delegações estaduais instituídas especificamente para as comemorações. Levi Carneiro (*Apud* VIANA FILHO, 1959, p. 325), produziu uma das melhores descrições sobre o clima daquela manhã.

Era um dia luminoso e cálido de dezembro. Enchera-se de embarcações empavesadas, atopedadas de gente, o ancoradouro dos navios mercantes. Em meio delas, Rio Branco desceu do transatlântico para o galeão D. João VI, que o transportou a terra (...) Estrugiram aclamações e girândolas de foguetes; bandeiras multicores agitavam-se aos ventos. Por um momento se deteve o galeão, e à popa assomou a figura imponente de Rio Branco, agitando a grande cartola cinzenta. As aclamações redobram. Uma banda de música militar, em outra embarcação que se aproximara, executou o dobrado do seu nome, que se tornaria famoso. Em terra, a manifestação assumiu proporções assombrosas. Ouvi, então, um discurso de agradecimento de Rio Branco. E a grande impressão, que ele me deu, foi de extrema singeleza. Nenhuma retórica, nenhuma ênfase, nenhuma revelação de contentamento indiscreto.

A cena descrita por Carneiro em nada lembrava a partida solitária do jovem Juca Paranhos rumo a Liverpool, em 1876. Com participação apagada na política nacional – gerada pelo desinteresse que nutria pelos discursos grandiloquentes executados na Câmara dos Deputados e pela constante sombra projetada pela fama de seu pai – partiu sem grande reconhecimento ou expectativa, permanecendo em um profundo ostracismo durante boa parte de sua estadia europeia, nas palavras de Bradford Burns (2003, p. 39), “como uma espécie de boêmio exilado.”

Podemos afirmar que nenhum ministro das Relações Exteriores, no ato de sua nomeação e consequente assunção do cargo, gerou tanta agitação e comoção quanto o Barão do Rio Branco. É certo, também, que nenhum outro Chanceler foi elevado ao incontestável posto de herói nacional. Nem mesmo o Visconde do Rio Branco, reconhecidamente uma das figuras políticas mais importantes do Império e responsável pela pasta em quatro ocasiões diferentes, foi capaz de atingir tal patamar. Álvaro Lins (1965, p. 241), indica que “a imaginação popular começava a criar um culto em torno dessa figura que, distante da pátria, conquistara, sem sangue, dois territórios. A própria circunstância de sua ausência aumentava-lhe o prestígio do nome, acrescentando-lhe um caráter de mistério.”

Criou-se um clima de acentuada expectativa para a chegada do novo Chanceler. A imprensa do Rio de Janeiro, desde algumas semanas antes da data marcada para o desembarque de Paranhos, iniciou uma intensa cobertura acerca dos preparativos para a recepção. As informações veiculadas eram das mais variadas e iam desde a decoração das ruas e praças públicas até a listagem das autoridades que estariam presentes no evento. Além disso, a história do Visconde do Rio Branco foi constantemente retomada para exemplificar a linhagem de Paranhos Júnior e o tom laudatório era o elemento norteador dessas análises. Ciente da repercussão de sua chegada e de todos os preparativos, Rio Branco fez a seguinte solicitação à José Carlos Rodrigues: “Veja se me livra de manifestações excessivas e de me andar dando em espetáculo. Quem tem vivido no retraimento, como eu, não se dá bem com essas coisas. Não me obriguem a fazer má figura.” (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 07 de nov. de 1902). Como visto não logrou sucesso em sua solicitação.

Os detalhes prosaicos dividiam espaço com as análises essencialmente políticas. Os jornais do Rio de Janeiro³⁹, em geral, apresentavam uma visão positiva da chegada de Rio

³⁹ Costumeiramente o levantamento e análise dessa repercussão baseia-se no que foi veiculado pelos principais periódicos do Rio de Janeiro. Claramente, tal opção não dá a amplitude do que era publicado e discutido nas capitais e cidades interioranas dos demais estados brasileiros. Na contramão dessa tendência, Sandra Brancato

Branco e de suas possibilidades à frente do ministério. A *Gazeta de Notícias* (02 de dezembro de 1902, p. 01) teceu longos elogios a Paranhos Júnior e o saudava indicando que seu nome estava ligado à grandeza da pátria, “de modo que hoje ninguém lerá a história dos nossos triunfos, sem conhecer o nome deste homem extraordinário que é um dos mais notáveis da política americana, mesmo porque ninguém mais do que ele consolidou essa mesma política (...).” *O Paiz* (BARÃO DO RIO BRANCO, 02 de dez. de 1902, p. 01), descreveu a recepção do novo Chanceler e exaltou as conquistas obtidas por ele e a gratidão que a nação lhe devia:

O nosso eminente patricio barão do Rio Branco, ontem chegado a esta capital, recebeu a mais brilhante, inconcussa e popular aclamação de que temos notícia em terra brasileira.

O entusiasmo dos moços, o delírio de toda a sociedade, congregada na mais legítima e nobre representação, na disputa das provas de afeto e satisfação pela boa vinda do diplomata exímio e grande triunfador, são o mais valioso documento do nosso sentimento cívico, do conhecimento que temos de nossas dívidas sagradas de amor e patriotismo.

Como a multidão de ontem que corou com seus vivas, as suas palmas e a sua animada e prazenteira presença a chegada do patricio amado ao torrão natal, nós ainda hoje, com a alma cheia de bênçãos, de simpatia e admiração, saudamos o grande e vitorioso patriota.

Os jornais tidos como de oposição ao governo também manifestaram satisfação com a escolha do novo Chanceler. O *Jornal do Brasil* (01 de dez. de 1902, p. 01), por exemplo, perpassou pelo serviços prestados por Rio Branco, destacando seu valor para a nacionalidade brasileira, principalmente por atuar na consolidação das fronteiras por meios justos e pacíficos e finaliza seu artigo com a indicação de que Paranhos viria para “desempenhar missão espinhosa.” Por fim, o *Correio da Manhã*, jornal que circulava há pouco mais de um ano, mas que se destacava na oposição ao governo, publicou um artigo de Gil Vidal, pseudônimo de Pedro Leão Veloso Filho⁴⁰ (02 de dez. de 1902, p. 01), no qual apresentou uma análise pragmática sobre os desafios que esperavam por Rio Branco no Brasil:

(2002) empreendeu um interessante levantamento sobre o que havia sido publicado sobre o retorno de Rio Branco ao Brasil, tendo como base jornais de outros estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Aproveitando-se dos artigos pré-selecionados por Rio Branco e seus secretários nos Cadernos de Recortes, trouxe informações e opiniões que circulavam fora do principal centro político brasileiro. Quanto às posições emitidas por esses periódicos, há certa similitude com o senso dominante no Rio de Janeiro, pois poucas eram as expectativas negativas sobre a gestão Rio Branco. Sobram, entretanto, críticas ao governo Campos Sales e ao recém-empossado Rodrigues Alves e, nessas circunstâncias, Rio Branco era visto como alguém capaz de dar sustentação a esse governo e contribuir para a reestruturação do país. Vale destacar a afirmação do jornal *O Pharol* (*Apud* BRANCATO, 2002, p. 105), localizado em Juiz de Fora: “O Barão do Rio Branco se é o espírito superior de que tem dado mostras, há de se sentir, convencido de si para si, que passou por tremenda decepção, e que o seu Brasil não é a terra de outros tempos.”

⁴⁰ Pedro Leão Veloso Filho (1856-1923), formado em Direito, ocupou cargos de juiz e chefe de polícia no Estado de São Paulo. Em 1901, tornou-se editor-chefe do *Correio da Manhã*, onde escrevia sob o pseudônimo de Gil Vidal. Foi eleito deputado federal pela Bahia (1906-1918) e defendeu ativamente, no Congresso e na

Mas não se iluda o nosso ilustre compatriota: tem muito com que lutar. A primeira dificuldade que se lhe apresenta é a de achar-se num país desconhecido. O Brasil de hoje é inteiramente diverso do Brasil de ontem. Não é só com uma nova geração de estadistas que veio S. Exa. defrontar, mas com outros hábitos, outros costumes, outras regras, outros princípios.

O novo ministro das Relações Exteriores ou tem de resistir ou tem de amoldar-se. No primeiro caso, chovem-lhe as contrariedades, no segundo, desce das alturas a que o elevou a gratidão nacional para se confundir com a turba dos que tão mal tem dirigido os negócios públicos, desmentindo, além do mais, as tradições de austeridade dos governos brasileiros, em cujos exemplos se educou o nosso eminente compatriota.

Embora seja a pasta das relações exteriores pouco política, na acepção menos graduada da palavra, todavia em torno dela se agitam muitas pretensões desarrazoadas, pois quanto tribunate republicano existe por aí [que] não quer menos de uma missão diplomática em paga de seus serviços. Demais, e isto ainda é pior: tencionam aforrar a pasta os que dela precisam para sua política, uma política nova, que o sr. Rio Branco nunca conheceu no Brasil, a política dos negócios.

A análise de Pedro Leão Veloso, apesar de plausível, não condizia com a realidade de Rio Branco, pois este se mantivera atento, mesmo que a distância, aos movimentos políticos que se sucederam no país desde sua partida para Liverpool, em 1876. Logo que chegou ao Brasil, fez questão de matizar tal conhecimento: “Não posso dizer que desconheço nossas parcialidades políticas porque acompanhei sempre com interesse os acontecimentos de nossa pátria” (2012f, p. 108). Demonstrava, segundo Lins (1965, p. 262), “que tantos anos no estrangeiro não o tornaram um desajustado no ambiente nacional.” Rio Branco conhecia, inclusive, as desconfianças e expectativas que alguns grupos nutriam em relação a ele. Em carta a José Carlos Rodrigues fazia a seguinte indicação: “Pelo que li na *Gazeta de Notícias* de 16 de outubro, vejo que não posso ter a confiança de certos círculos; é que estão atribuindo ao dr. Rodrigues Alves, pela minha escolha, sentimentos de reacionário.” (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 07 de nov. de 1902). De fato, Paranhos era visto por grupos monarquistas exaltados e por republicanos jacobinos como um possível líder para um movimento de restauração monárquica, suposição que ganhou ainda mais força quando, em agosto de 1902, poucos meses antes de sua chegada, eclodiu um levante restaurador em São Paulo⁴¹. O *Commercio de São Paulo* (Apud Lins, p. 265), folha que representava as aspirações

imprensa, a campanha civilista de Rui Barbosa. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VELOSO%20FILHO,%20Pedro%20Le%C3%A3o.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

⁴¹ O levante restaurador de agosto de 1902, foi, predominantemente, monarquista e paulista. Circunscreveu-se às cidades do interior do Estado de São Paulo e à localidade de Jacarezinho no Paraná. Os principais implicados eram fazendeiros influentes, ligados aos chefes monarquistas estaduais e membros das oposições municipais. Aliados à dissidência do Partido Republicano Paulista, julgavam terem motivos para se rebelarem: haviam sido totalmente vencidos nas eleições municipais de 1901 e se consideravam vítimas de uma série de sanções do governo federal. Conf. JANOTTI, 1986, p. p.220-242.

dos monarquistas paulistas, questionava sobre qual seria a função de Rio Branco no movimento:

Na atualidade nacional é hoje o Barão do Rio Branco o Caxias da nossa política externa. Imitá-lo-á?

O Brasil é um enfermo. E o sorriso com que ele vê a chegada do novo médico, mal lhe disfarça as contorções que lhe renovarão em breve os gemidos e os soluços.

Lembra-se S. Ex. do estado em que o deixou há vinte e seis anos?

Deixou-o – *Brasil*; encontra-o – *Brasis*.

Deixou-o árbitro moralizado das contendas alheias; encontra-o alijado até dos seus próprios direitos, hóspede em sua própria casa. Encontra-o isolado na América do Sul, desrespeitado, maltrapilho, desconceituado na civilização ocidental. Deixou-o moço, encontra-o moribundo, abandonado, tendo por único sinal de vida o ódio dos povos vizinhos e o desdém das nações longínquas.

Que fará o Barão do Rio Branco?

O pai libertou uma raça. Quererá o filho libertar o Brasil?

Em discurso no Clube Naval, no dia em que desembarcou no Rio de Janeiro, Rio Branco (2012f, p. 108, grifo nosso) tratou de negar qualquer hipótese de vinculação às disputas partidárias do país:

Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso posto em que me entendeu dever colocar-me o ilustre Sr. Presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me ele, não é e não deve ser uma pasta de política interna. Obedeci aos seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. **Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.**

Paranhos expunha, de imediato, uma das linhas condutoras de sua atuação junto ao Ministério das Relações Exteriores: a autonomia da política externa em relação à política interna. Era uma proposição que se pautava em dois aspectos essenciais: protege-lo de qualquer associação com o movimento monarquista e garantir sua autonomia de ação, sobretudo pela intenção de configurar a política externa como sendo exclusivamente uma política de Estado, ou seja, acima das disputas partidárias. Façamos uma breve análise de como procedeu com cada um desses aspectos.

A perseguição aos monarquistas e aos seus respectivos símbolos, intensa na primeira década republicana, já não se apresentava de forma aguda, mas ainda ecoava no país. Rio Branco, que se mantivera relativamente afastado de qualquer vinculação com os movimentos restauradores, temia essa associação. Nessa perspectiva, reafirmava, sempre que possível, seu desejo de se manter afastado das questões que movimentavam a política interna. Contudo, sua intransigência quanto à algumas questões técnicas e burocráticas acabaram por levantar sobre ele tais suspeitas. Em 1893, enquanto atuava como advogado brasileiro na questão com a

Argentina, questionou a orientação para que se utilizasse as palavras *Saúde e Fraternidade*, expressão imposta pelos positivistas no início do período republicano, ao fim de todos os ofícios (LINS, 1965, p. 266; JORGE, 2012, P. 74-79). Logo que assumiu a chancelaria deu vazão para sua insatisfação e aboliu da correspondência do Itamaraty as fórmulas e expressões positivistas: *Saúde e Fraternidade, Vós e Capital Federal*. Poucos dias depois, Miguel Lemos (23 de dez. de 1902, p. 01), um dos principais líderes do positivismo brasileiro, publicou no *Jornal do Commercio* uma dura crítica à Paranhos, na qual insinuava que, após a supressão das fórmulas oficiais, este iniciaria a “restauração dos títulos nobiliárquicos.” Seguiu com a sugestão de que o Barão mantinha estreitas relações com o *Partido da Pátria*, denominação que era, recorrentemente, atribuída ao Partido Monarquista

Se estas alterações dimanassem de um republicano insuspeito, teríamos de lamentar a sua pequice política, mas partindo do aclamado chefe do intitulado partido da pátria elas não podem deixar de incutir sérias apreensões nas almas de todos quantos sabem pressentir através de tais sintomas, por pequenos que pareçam, a intoxicação sebastianista que vai corroendo fundo as instituições fundadas por Benjamin Constant.

Miguel Lemos finalizou sua crítica colocando em xeque a capacidade de Paranhos para conduzir as questões mais urgentes da política externa nacional, com especial destaque para a efervescente questão do Acre:

Mas seja como for, o que sinceramente desejamos é que essas reformas iniciais do Ministro do Exterior muito contribuam para que o ilustrado brasileiro nos demonstre praticamente, na gestão política da sua pasta, que o capitólio das Missões e do Amapá está muito distante da rocha Tarpéia do Acre e de outros insondáveis despenhadeiros que demoram em torno de sua eminente posição no Governo da República

Observando os prejuízos que tais afirmações poderiam causar, Rio Branco recorreu ao seu principal meio de manifestação pública: a imprensa. No mesmo *Jornal do Commercio*, seu aliado de muitos anos, assumiu o pseudônimo *Nemo* e, em janeiro de 1903, construiu uma longa resposta a Miguel Lemos. Abordou cada ponto da crítica e explicou, de maneira pormenorizada, cada um dos motivos que o levaram a suprimir as expressões positivistas. Era um artigo típico do Barão do Rio Branco, repleto de referências à história nacional e com cada uma das afirmações assentadas em bases documentais. Ademais, possuía um tom espirituoso, em claro desdém à postura exacerbada do líder positivista. Ao analisar o emprego da expressão *Rio de Janeiro* para substituir *Capital Federal*, fórmula que considerava muito genérica, Paranhos fez a seguinte associação (11 e jan. de 1903, p. 01).

O senhor Miguel Lemos, que tanto se arreceia do chamado sebastianismo, deveria atender a que o emprego de *Capital Federal* tem franco ressaibo monarquista, pois não é outra coisa mais do que uma transformação do antigo vezo português e brasileiro de dizer *corte*, para designar Lisboa e Rio de Janeiro.

No tempo do Império, o atual ministro das Relações Exteriores nunca deu à cidade do Rio de Janeiro o impróprio nome de *corte* (...)

Restituamos à nossa cidade federal o nome que lhe pertence e único porque é conhecida no mundo inteiro. Chamemo-la como ela tem o direito de ser chamada: *Rio de Janeiro*. A federação e a República não poderão perigar por isso, nem o templo da humanidade sofrer dano de espécie alguma.

Utilizou, também, o caráter laico do Estado brasileiro para criticar o cunho religioso que os positivistas impunham às suas expressões oficiais:

O senhor Rio Branco, portanto, não suprimiu fórmulas republicanas nem obedeceu a pensamento algum político. O “*Salut et Fraternité*” usado na França na época da grande revolução, é desde muito *fórmula religiosa* e não *política*, de que apenas se servem na França e em outros países os pouco numerosos observantes da doutrina religiosa de Augusto Comte (...)

No Brasil foi decretada a separação da Igreja e do Estado, e não houve lei alguma impondo às repartições e aos funcionários públicos manifestações de adesão à religião da humanidade.

Sabemos que o senhor Rio Branco admira profundamente os talentos, a ilustração, a constância de propagandistas e a pureza de vida dos dois dignos apóstolos⁴² do positivismo no Brasil. Tem por eles e por todas as religiões o maior respeito, mas não pode esquecer que no Brasil o Estado não tem religião.

Considerou a utilização do termo *vós* inadequada, sobretudo por ser excessivamente coloquial para figurar nas manifestações oficiais, além disso, valendo-se de fina ironia, indicou que sua supressão seria importante para “evitar os erros de conjugação tão frequentes entre nós”⁴³. Na sequência, contestou a crítica motivada pelo fato de utilizar a assinatura *Rio Branco*. Para isso, elencou alguns documentos publicados pelo *Diário Oficial*, nos quais estadistas europeus, tradicionalmente vinculados ao republicanismo, utilizavam o mesmo expediente. Pautado no caráter incontestável dos documentos, questionou seu contendedor se deveriam os estadistas europeus ficarem sob a suspeita de “fingido republicanismo porque assinam um só nome?” Após discutir minuciosamente cada uma das críticas impostas por Miguel Lemos, dividiu seu argumento final em três partes: a negação da proximidade com o Partido Monarquista, o imenso sacrifício que dedicou à pátria ao aceitar o convite de

⁴² Faz referência a Teixeira Mendes e ao próprio Miguel Lemos, principais líderes do Apostolado Positivista brasileiro.

⁴³ Rio Branco insere um pequeno caso para exemplificar as dificuldades de conjugação:

“Veja-se, por exemplo, o seguinte curioso trecho de ofício, há tempos publicado, escrito por um pretenso positivista que em 1889 mereceu a honra de um retrato, com extensa dedicatória, do ilustre Benjamin Constant: ... Já *vês*, pois, que quem se enganou e errou *fostes* *vós* e não *este* seu criado, que *chamei* a atenção dos ilustres ministros...

Em ofícios e telegramas, em vez de *vós* tem recebido funcionários brasileiros, às vezes, o pouco cerimonioso tratamento de *tu*.”

Rodrigues Alves – discurso constantemente utilizado por Rio Branco – e o quanto estava ciente da situação brasileira, sobretudo no que se relacionava ao Acre:

Não sabemos que há entre nós um “intitulado partido da pátria.” Se existe, terá outro ou outros chefes. Afastado há 28 anos de nossas questões de política interna, o senhor Rio Branco tem mostrado que não procura nem deseja eminências políticas. Se, ultimamente, pela confiança do novo presidente da República, foi colocado em “posição eminente”, outros galgaram essas alturas muito mais depressa e muito mais facilmente do que ele. É também sabido que só aceitou o posto que ocupa depois de longa resistência, porque, dados os seus hábitos de vida tranquila e retirada e os encargos de família que tem, a aceitação importava mui grande sacrifício (...)

Pode o senhor Miguel Lemos estar muito certo de que o novo ministro das Relações Exteriores não partiu da Europa ignorando a existência dos despenhadeiros a que se refere. Veio para o Brasil mui ciente de que no posto de perigo que lhe foi designado tinha bastante a perder e nada a ganhar. Se, porém, tiver de cair de algum despenhadeiro, estamos convencidos de que há de fazer o possível por cair só sem arrastar em sua queda os interesses do Brasil. Seja como for, as fórmulas agora abolidas do nosso estilo de chancelaria não tiveram a virtude de impedir a horrorosa embulhada do Acre, em que andamos metidos, nem a constituição dos rochedos com que é ameaçado o novo ministro.

O extenso artigo escrito por Rio Branco servia para afastar as dúvidas que sobre ele recaíam. Utilizou seu profundo conhecimento histórico, técnico e burocrático para desmontar cada um dos pontos levantados por Miguel Lemos. A escrita era espirituosa e leve, mas repleta de ironias, e cumpria a função de atacar o contendedor, representante de uma corrente pela qual Paranhos nutria profunda antipatia, sem a necessidade de empreender um discurso exaltado ou sectário. Ademais, o artigo marcou a conduta assumida por Rio Branco frente às críticas à sua gestão ministerial, procedimento que seria mantida ao longo de toda a década de 1900, pautada pela firmeza e clareza das informações, objetivando manter a opinião pública atenta a todos os aspectos das questões discutidas. Vale destacar que foi a primeira manifestação contundente de Paranhos, enquanto ministro, na imprensa do Rio de Janeiro. Era inegável a recepção positiva que seu texto obteve, visto que foi republicado no dia seguinte pelo *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *A Tribuna*.

Quanto à separação entre política interna e política externa, Pierre Milza (2003, p. 371) faz a seguinte avaliação:

Não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna, quer se trate dos atos mais importantes da vida dos Estados ou das manifestações cotidianas da atividade internacional. Em outras palavras: não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre interior e exterior. Mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo.

Ao observarmos a análise do historiador francês, podemos concluir que a ideia de Rio Branco de separar a política interna da política externa, tornando esta uma política

exclusivamente de Estado, representava uma ideia artificial e aventada para dar maior autonomia de ação ao novo Chanceler. Em realidade, a noção da política externa como política de Estado, isolada das disputas e discordâncias internas, era uma herança da diplomacia executada no Segundo Reinado, na qual as discussões sobre a política externa transcorriam, principalmente, no âmbito do Senado e do Conselho de Estado, com a presença dos grandes líderes conservadores e liberais. Existia a busca por consensos e a política externa era campo profícuo para tal, sobretudo pela existência de constantes conflitos na região do Prata com a participação ativa do Brasil. Nessa lógica, durante o Segundo Reinado a política externa assumiu, efetivamente o espectro de uma política de Estado acima dos partidos, “ainda que, na prática, evidentemente continuassem a existir visões conflitantes” (SANTOS, 2012b, p. 94-95). As especificidades observadas no Segundo Reinado não poderiam ser integralmente transportadas para o início do século XX com a finalidade de justificar as aspirações do Barão. Pelo contrário, a região platina observava um período de maior estabilidade, com significativa redução dos conflitos armados e considerável crescimento da economia de alguns países, a exemplo da Argentina. O Brasil também passava por um período de franca recuperação em relação aos turbulentos anos iniciais da República e não fornecia motivos aparentes para um rompimento radical entre as decisões internas e as externas.

Nesse contexto, Rio Branco buscou nas questões de fronteira a credibilidade para seu discurso de desconexão entre a política externa e as lutas partidárias. Segundo Santos (2012b, p. 95), independentemente “de afiliação partidária, todos podem concordar com o objetivo de definir e assegurar as fronteiras, ou mesmo de conseguir ganhos territoriais. Em termos simbólicos, as fronteiras demarcam também a alteridade, o “outro” em relação ao qual se constrói a identidade nacional.” A manutenção da integridade e da grandeza do território nacional apresentava-se como elemento premente para o Brasil e vinha sendo utilizado como recurso de legitimidade desde o período da independência. Lastreado por suas vitórias nas questões de Palmas e do Amapá, Paranhos Júnior afigurava-se como opção imediata para defender o direito do Brasil nos diferentes litígios que ainda careciam de solução. Conseguia, assim, desvincular-se das acusações ligadas ao seu passado monarquista e, ao mesmo tempo, apresentar-se como elemento essencial para a realização do ideal brasileiro de consolidação definitiva de suas fronteiras. Assentadas as bases de sua legitimidade como Chanceler, partiria, então, para a construção de seu projeto de, nas palavras de Rubens Ricupero (2000, p. 06), “inserção do Brasil no mundo”

Antes de iniciar qualquer ação voltada para o estabelecimento de diretrizes políticas e diplomáticas, Rio Branco iniciou um processo de reestruturação física, humana e intelectual do próprio Itamaraty. Enquanto representante diplomático em Berlim, Paranhos Júnior, em correspondência com o senador Frederico de Abranches⁴⁴ (*Apud* RICUPERO, 2002, p. 72-73), já havia manifestado a necessidade de uma completa modernização do Itamaraty: “há muito o que fazer ali, é preciso aumentar o pessoal, dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um consultor jurídico e bons Diretores de seção (...), organizar um gabinete do Ministro, restabelecer a seção do Arquivo (...) criar uma biblioteca e uma seção geográfica.” O Ministério das Relações Exteriores era, dentre os demais ministérios, o que contava com a menor verba orçamentária, o que contribuiu sobremaneira para sua defasagem estrutural e de funcionalismo, além de uma considerável desatualização sobre as práticas e conceitos da diplomacia moderna. Em 1902, contava com um quadro de vinte e sete funcionários, quando, em 1859, o número era de trinta e oito. Além disso, os vencimentos sofreram poucos e insuficientes reajustes ao longo de quatro décadas. Não havia mais Conselho de Estado, Gabinete do Ministério, consultor jurídico, ou arquivo diplomático. Existia sim a centralização das decisões em uma só figura: o Visconde do Cabo Frio.

Ocupava, ininterruptamente desde o ano de 1865, o cargo de Diretor Geral do Ministério e assumiu responsabilidades e autoridade cada vez maiores, segundo Lins (1965, p. 264), “o Visconde do Cabo Frio fazia as vezes de Conselho de Estado, de consultor e até de ministro.” A afirmação não era exagerada, pois em casos de assunção de um Chanceler com pouca força ou conhecimento restrito dos meandros da diplomacia, era Cabo Frio quem conduzia o Itamaraty. Na verdade, o Visconde foi responsável por garantir a estabilidade e continuidade entre a política exterior do Império e a da República e daí partia sua grande credibilidade. Contudo, era avesso a qualquer tipo de mudança de orientação ou modernização em relação às bases diplomáticas fixadas pelo Império ao longo do século XIX.

Para Rio Branco, o Diretor-Geral do Ministério representava um dilema, pois reconhecia que sua presença certamente colocaria em xeque sua atuação como Chanceler e, por consequência, observava a necessidade de reduzir seu poder e influência. Entretanto, Cabo Frio fora amigo íntimo de sua família, serviu competentemente o Visconde do Rio Branco no ministério e conhecia Paranhos Júnior desde que este tinha quatorze anos, o que

⁴⁴ Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1844-1903): Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi presidente da província do Paraná (1873-1875) e da província do Maranhão (1875-1876). Também atuou como jornalista e advogado.

tornaria o seu desligamento abrupto do Itamaraty uma ofensa a um velho amigo e conselheiro de infância. De forma hábil, Rio Branco começou a limitar os deveres e responsabilidades do Visconde à administração rotineira do Itamaraty e prestava a ele o devido respeito e as homenagens adequadas. Era um processo lento e gradual, consumado com a instalação de um busto em homenagem ao longevo funcionário. No discurso de inauguração, Paranhos fez a seguinte afirmação:

Quando, pela lei natural a que nenhum de nós escapa – e permita Deus que esteja muito longe esse momento – se encerrar a nobre tarefa que vossa excelência se impôs de servir modestamente e sem descanso a terra do seu nascimento, mais do que o bronze, que de ora em diante guardará aqui os traços fisionômicos de vossa excelência na idade da robustez física, conservará a sua honrada memória nesta Casa, a tradição dos seus altos dotes intelectuais e morais, e os numerosos documentos de sua lavra que enchem os nossos arquivos e que só pelos vindouros poderão ser estudados em sua integridade (RIO BRANCO, 2012g, p. 112)

Dirimida a influência de Cabo Frio, que veio a falecer em 1907, Rio Branco iniciou o projeto de introduzir o Ministério das Relações Exteriores no século XX, plano efetuado sistematicamente ao longo de seus nove anos à frente da chancelaria brasileira. Promoveu a ampliação e modernização das estruturas físicas do Itamaraty com o objetivo de “fazer dele sua ‘esplêndida sala de recepção’ de modo que os diplomatas e visitantes estrangeiros tivessem uma impressão favorável do seu contato inicial com o Brasil” (BURNS, 2003, p. 56). Por meio do *Regulamento Rio Branco*, materializado no Decreto n.º 6.604, de 24 de maio de 1906, reativou o Arquivo e anexou a ele uma biblioteca e uma mapoteca, além da contratação de profissionais especializados para conservar e manejar tal material. Solicitou um aumento no quadro de funcionários, que passou de vinte e sete para trinta e cinco, e estabeleceu um significativo ajuste nos salários dos diferentes setores que compunham o ministério.

Rio Branco também promoveu modificações na estrutura burocrática. Dividiu a *Secretaria de Estado* em *Gabinete do Ministro* e *Diretoria-Geral*, esta foi subdividida em outras cinco seções: *do Protocolo, dos Negócios Políticos e Diplomáticos, dos Negócios Consulares, da Contabilidade e do Arquivo* (CASTRO, 2009, p. 221). O *Gabinete do Ministro* retomava uma orientação abolida em 1859, na qual o Chanceler poderia formar seu gabinete com auxiliares de sua escolha e retirados da Secretaria, do Corpo Diplomático e Consular e até de outras repartições. A medida serviu para que Rio Branco reformulasse parte do quadro de funcionários, tornando-o mais jovem, com valores intelectuais diversificados e,

mais importante, composto por figuras de sua confiança. Sobre essa opção, Bradford Burns (2003, p.56-57, grifo nosso), faz a seguinte análise:

Sob a sua direção, o pessoal do Ministério das Relações Exteriores, tanto no Rio de Janeiro como fora do país, adquiriu traços mais jovens, atraentes e de valor intelectual. Rio Branco fez questão de atrair personalidades do mundo literário para o serviço exterior. Por exemplo: logo depois da publicação de *Os Sertões*, o Barão convidou Euclides da Cunha para aceitar uma posição no Itamaraty. **Preocupado com a imagem do Brasil no exterior e influenciado pelas doutrinas racistas da época, o Chanceler enviava ao exterior brasileiros de bom aspecto e aparência europeia.** A figura agradável de [Joaquim] Nabuco, que causava uma bela impressão nas capitais estrangeiras, com sua inteligência e a aparência elegante e sedutora, passou a ser o tipo ideal de diplomata que o Barão preferia enviar ao exterior. **Nos jantares, bailes e recepções do Itamaraty ele aparecia cercado de jovens atraentes, entusiastas (e brancos), simbolizando o Brasil que ele procurava projetar no exterior.**

A observação de Burns ganha importância não só pelo seu conteúdo e conotação, mas também por apresentar um aspecto do Chanceler que não encontra acolhida nas biografias e demais estudos dedicados a ele. Naturalmente, a busca por rejuvenescer o corpo diplomático e por atrair figuras promissoras e com destacada capacidade intelectual surge recorrentemente e com tons de exaltação à iniciativa. O aspecto racial, contudo, foi sumariamente suprimido. Não causaria surpresa a adesão de Paranhos Júnior às teorias científicas tão difundidas e aceitas na virada do século XIX e XX e, mais ainda, que tenha empregado tais preceitos na construção da imagem de um país estável, com instituições representativas e em constante desenvolvimento social e econômico. Contudo, nos faltam elementos para sustentar tal afirmação. O que se pode indicar é que a interpretação de Bradford Burns não é descabida, pois encontramos na literatura nacional indicações semelhantes às efetuadas pelo historiador norte-americano.

Na obra *Os Bruzundangas* (2013), Lima Barreto, um dos críticos mais ferrenhos de Rio Branco no campo literário, constrói a imagem de um país, muito semelhante ao Brasil, onde imperavam os privilégios de classe, o poder oligárquico, a desigualdade social, entre outros temas. A Bruzundanga, nome dado a ele para tal país, possuía um ministro das Relações Exteriores, denominado de Visconde de Pancome, que gozava de grande aceitação política e social, além de conduzir a diplomacia com extrema liberdade, passando por cima das leis e normas gerais da sociedade bruzundanguense. Pancome possuía todas as características físicas e intelectuais do Barão do Rio Branco, dentre as quais estava a profunda preocupação com a imagem do país no exterior. Nessa perspectiva, Lima Barreto (2013, p. 122-123) narra, em uma das passagens do livro, uma situação em que o Visconde de Pancome

depara-se com a necessidade de contratar um novo amanuense para os quadros do ministério e, assim, desenvolve um quadro essencialmente negativo de Pancome, com especial destaque para os critérios e preconceitos raciais que permeavam sua administração:

Em lei, o caminho estava estabelecido: abria-se concurso e nomeava-se um dos habilitados; mas Pancome nada tinha que ver com as leis, embora fosse ministro e, como tal encarregado de aplica-las bem fielmente e respeitá-las cegamente.

A sua vaidade certas quizílias faziam-no desobedecê-las a todo instante. Ninguém lhe tomava contas por isso e ele fazia do seu Ministério coisa própria e sua.

(...) Uma de suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa – coisa que equivale aqui aos nossos mulatos.

Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis ao estrangeiro, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender.

Esta preocupação nele chegava às raias da obsessão, pois o seu espírito de herói da Bruzundanga não se orientava, no que toca à sua atividade governamental, pelos aspectos sociais e tradicionais do país, não se preocupava em descobrir-lhe o seu destino na civilização por este ou aquele ténue indício a fim de, com mais proveito, auxiliar a marcha de sua pátria pelos anos em fora. (...) desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero bulevar, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros e provocavam remoques dos caricaturistas da República das Planícies⁴⁵, limítrofe, e tida como rival da Bruzundanga.

(...) o visconde era ministro para evitar aos estranhos, aos turistas, contratempes e maus encontros com os javaneses

Lima Barreto era avesso ao que chamava de “diplomacia decorativa” (BARBOSA, 1952, p. 285), voltada exclusivamente para a satisfação de uma imagem externa do país. Além disso, possuía uma linguagem baseada na ironia e na crítica social, muitas vezes transmitindo os preconceitos e desilusões de sua vida para seus personagens. Entre elas estava a candidatura frustrada a um cargo de amanuense no Ministério das Relações Exteriores. Daí partia a crítica ácida e virulenta dedicada a Rio Branco, presente também em outras obras do autor fluminense. Frente a esses fatos, podemos relativizar a intensidade da crítica imposta por Lima Barreto, mas não desconsiderar a possibilidade de que Rio Branco era adepto das teorias e preconceitos raciais que permeavam o período.

Após esse breve desvio, devemos considerar que a reforma imposta pelo Barão no Itamaraty atingiu satisfatoriamente seus objetivos, sobretudo pela criação de um profundo *esprit de corps* entre os funcionários da chancelaria brasileira. Formou-se um grupo que acompanharia Rio Branco por quase toda a sua gestão e que, principalmente, compactuava com suas ideias e objetivos para a definição e condução da política externa brasileira.

Sustentado por seu prestígio e pela reestruturação do aparelho diplomático nacional, Rio Branco iniciou o trabalho de estabelecimento das linhas condutoras de sua gestão frente

⁴⁵ A República das Planícies era uma clara alusão à Argentina.

ao Ministério das Relações Exteriores. Entre aqueles que o estudam é consenso que sua política externa se baseou em três eixos centrais: a política territorial, consubstanciada pela definição das fronteiras; a manutenção da estabilidade regional, exercendo uma liderança compartilhada com Argentina e, em menor medida, com o Chile; e a busca por restaurar e consolidar o prestígio brasileiro no exterior, colocando o país em uma posição superada apenas pelas grandes potências mundiais⁴⁶. Concordam também que a aproximação e o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com os Estados Unidos, representou ponto fundamental para o desenvolvimento satisfatório dos três preceitos supracitados.

Contudo, apesar da existência de objetivos e diretrizes bem definidas, o Barão as conduzia de forma independente e pragmática. Como bem aponta Ricupero (2000, p. 23; 31), Paranhos possuía profunda inapetência por teorias, doutrinas ou ideias pré-concebidas, não possuía linha rígida e obstinada e “até o que ele mesmo dizia sobre sua invariável adesão às posições herdadas do Império, tem de ser tomado com pitadas de sal, pois pode expressar mais um propósito ideológico do que a verdade história e objetiva.” Rio Branco empregou um caráter essencialmente realista à sua política externa, respondendo às necessidades que se apresentavam e se apoiando em uma leitura pragmática do contexto internacional de seu tempo. Com efeito, “criava suas doutrinas a partir de situações concretas, muitas vezes em contradição aberta com opiniões anteriores ou preferências expressadas ou presumidas.” (SANTOS, 2012b, p. 101). Nessa perspectiva, as orientações e objetivos pré-estabelecidos adequavam-se à ocasião e ao que ela demandava. Essa é a base do que Santos (2012b, p.120) conceituou como o “evangelho do Barão”, uma espécie de mostruário de ideias e práticas, no qual os sucessores de Rio Branco apoiavam-se, de acordo com suas conveniências de momento, para justificar os caminhos e orientações empregadas por eles na chancelaria nacional. Nas palavras de Santos:

Essa herança projetou-se para além da existência física de Paranhos. O grande sucesso alcançado pelo Barão tornou sua figura e suas ideias uma referência inescapável para seus sucessores. Na medida em que partiu sempre dos problemas concretos para a definição de suas políticas, não deixou um receituário pronto que pudesse ser aplicado sem maiores considerações. Esta é, talvez, uma das grandes chaves para explicar a permanência de seu legado por tantas décadas. Os muitos escritos de Rio Branco (...) tratam de questões imediatas, sem a preocupação de consolidar qualquer tipo de doutrina. Possuem, portanto, um alto grau de ambiguidade e mesmo revelam contradições entre si. Desse corpo de textos podem-se, portanto, retirar diretrizes com grande liberdade interpretativa. Essas características, a legitimidade e ambiguidade criaram uma referência que ganhou

⁴⁶ Conf. BUENO, 2003, BURNS, 2003; RICUPERO, 2000; SANTOS, 2012b.

permanência, como um evangelho em que a verdade revelada não deve ser discutida, mas pode ser interpretada, às vezes com muita liberdade.

Naturalmente, existem trabalhos que objetivam inserir ou aproximar as ideias de Rio Branco às grandes doutrinas de geopolítica ou de política internacional da virada do século XIX para o XX. Destacamos aqui o trabalho de Adelar Heinsfeld (2015), que se propõe a discutir de que forma a Geopolítica esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Barão do Rio Branco entre os anos de 1902 e 1912. O autor (2013, p. 17), parte do pressuposto de que este, ao empreender sua política internacional, “estava colocando em prática as ideias geopolíticas em elaboração, naquele momento, pelos considerados precursores e fundadores da ciência Geopolítica: Friederich Ratzel, Alfred Tyler Mahan, Halford Mackinder e Rudolf Kjellén.” Com efeito, é possível encontrar no discurso e na prática de Rio Branco elementos da relação indissolúvel entre território e Estado, preconizada por Ratzel, ou fundamentos da teoria do poder naval e do poder terrestre, defendidas, respectivamente, por Mahan e Mackinder. Entretanto, como admite Heinsfeld (2015, p. 39), empiricamente é impossível comprovar tal associação. Nesse sentido, torna-se, pelo menos até o momento, difícil comprovar se Paranhos entrou realmente em contato com tais teorias, ou se suas posições e práticas provinham de sua própria observação das influências e movimentos aos quais o sistema internacional estava submetido.

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco recebeu a tarefa de dar prosseguimento à definição das fronteiras nacionais. Delimitar as fronteiras era condição *sine qua non* para sua política, pois eliminaria focos de tensão com os países vizinhos e transmitiria, para o contexto internacional, a imagem de uma nação sólida e satisfeita com seu território. Entretanto, a missão não se apresentava fácil, pois estavam em aberto as fronteiras com Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa e Uruguai. Além disso, era preciso lidar com o Equador que, caso vencesse seu litígio com o Peru, passaria a ser confinante com o Brasil.

Baseado nos preceitos do diplomacia imperial, Rio Branco assumiu três diretrizes para essas negociações. A primeira era baseada na não aceitação dos tratados coloniais – Madri, em 1750, e Santo Ildefonso, em 1777– como norteadores das negociações, pois, segundo Paranhos, além de sua nulidade, eram vagos, mal definidos e incompletos. A segunda diretriz tomava o *uti possidetis* como princípio básico para qualquer acordo, ou seja, a posse do território seria elemento definidor dos direitos defendidos pelos países. Por fim, a terceira era a negação de se estabelecer qualquer negociação de fronteira de caráter multilateral, pois Rio

Branco preferia tratar individualmente com seus contendores para depois promover os ajustes necessários. Vale destacar também que o Barão, mesmo vencedor nos tribunais arbitrais que definiram as questões com Argentina e França, passou a impor forte resistência ao recurso do arbitramento, que deveria ser utilizado somente em caso de impossibilidade de se chegar a um acordo direto. A derrota brasileira no arbitramento com a Inglaterra tornou a restrição de Rio Branco ainda mais contundente:

Essa lição consiste em reconhecermos que o arbitramento não é sempre eficaz. Pode a causa ser magnífica, o advogado inigualável e, como é o caso, ter-se uma sentença desfavorável. Não condenamos por isso em absoluto o arbitramento, decerto, mas reconheçamos que só devemos recorrer a ele quando for de todo impossível chegarmos a um acordo direto com a parte adversa. Transigiremos, então, tendo em vista o interesse comum; mas não veremos possíveis interesses estranhos a nós, desconhecendo o nosso direito e até os princípios correntes do direito internacional (RIO BRANCO *Apud* LINS, 1965, p. 310).

Quanto às relações no âmbito regional, Rio Branco defendia uma política de plena estabilidade. Nesse sentido, buscou estabelecer uma relação de cordialidade e reciprocidade com a Argentina e com o Chile, países de maior expressão, juntamente com o Brasil, da porção sul do continente. Para o Chanceler, as agitações revolucionárias e os conflitos regionais, além de enfraquecerem internamente os países sul-americanos, transmitiam uma imagem de incapacidade para o autogoverno, abrindo a possibilidade para intervenções externas e ataques à soberania desses países. Nesse contexto, como assinala Doratioto (2000, p. 131), “Rio Branco estabeleceu política coerente, segura e inovadora em relação aos países sul-americanos, particularmente no Rio da Prata”, tal política era subsidiada por dois princípios básicos: “o de abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o de favorecer a estabilidade política regional, prestigiando os Governos constitucionais, quaisquer que fossem eles.”

Não podemos ignorar que essa política pacifista também tinha bases no estado precário em que se encontravam as Forças Armadas e a Marinha brasileira, reconhecidamente inferiores às da Argentina e Chile. Rio Branco manifestava, antes mesmo de se tornar ministro, profunda insatisfação com essa situação e promoveu uma consistente campanha para que o Brasil renovasse os recursos e a estrutura de seus elementos de defesa. Em 1906, proferiu um discurso em homenagem às forças armadas, no qual condensava sua ideia de íntima relação entre esta e a diplomacia:

Mas o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.

(...) Diplomatas e soldados são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; ou outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo a violência com a violência (2012j, p. 156)

A ideia de que Rio Branco era, em essência, um pacifista, passou a sofrer contestação nos últimos anos. O trabalho de Alsina Júnior (2015) dedica-se a debater essa tradicional concepção, com base em uma visão realista das forças e interesses que movimentavam o cenário internacional do período. Segundo o autor (2015, p. 330), o Barão do Rio Branco observava no poder militar um elemento indispensável à defesa, à inviolabilidade da honra pátria e à projeção dos interesses brasileiros na América do Sul, “parece claro que ele não alimentava ambições expansionistas ou agressivas, até mesmo porque conhecia as limitações das Forças Armadas do país”, contudo, a busca por reestruturar a Marinha e o Exército serviam “não para agredir algum vizinho, mas para dissuadir eventuais ameaças e projetar-se como primeira potência da região.” A ideia exposta por Alsina Júnior tornou-se patente nas negociações de limites com a Bolívia e o Peru, pois a iminente ameaça de um conflito armado com esses países, gerou considerável apreensão em Rio Branco, que desconfiava das capacidades militares do Brasil frente a nações que, tradicionalmente, possuíam forças armadas inferiores.

A resolução das questões de fronteira e a manutenção da estabilidade regional garantiriam a Rio Branco a possibilidade de colocar em prática uma política de prestígio que, segundo Bueno (2003, p. 137), tinha a intenção de “alargar o horizonte internacional do Brasil e ingressá-lo (...) na *grande politique*, pois possuía os elementos que o habilitavam a reivindicar o *status* de potência.” A pretensão era ousada, mas vista como possível pelo Chanceler. Nesse sentido, Paranhos buscou empregar uma série de medidas que demonstravam a superação da instabilidade interna da década anterior e o avanço brasileiro em diferentes campos e ações. O país tornou-se mais presente nas conferências internacionais, sediando a III Conferência Internacional Americana (1906) e participando com destaque da II Conferência de Paz de Haia (1907); obteve a nomeação do primeiro cardeal sul-americano junto à Santa Sé⁴⁷; expandiu consideravelmente as legações e representações brasileiras no exterior, ao todo foram criados vinte e cinco Consulados, seis Vice Consulados e, ao menos quatorze representações, inclusive na Ásia e em alguns países árabes (CASTRO, 2009, p. 224-225); elevou a representação brasileira nos Estados Unidos à Embaixada e recebeu uma Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro; e solucionou satisfatoriamente ingerências

⁴⁷ Conf. VINHOSA, 1996.

européias na soberania brasileira. Com efeito, no período Rio Branco o Brasil alcançou grande reconhecimento e Paranhos tornou-se o “ícone de um país unido, estável e com visibilidade externa.” (BUENO, 2003, p. 138). Contudo, o nível de sucesso ficou, consideravelmente, distante das aspirações do Chanceler.

A despeito da importância e do relativo sucesso obtido na projeção e realização dessas linhas condutoras, a consolidação das relações políticas com os Estados Unidos foi, seguramente, a principal ação do Chanceler brasileiro, sobretudo, por ter servido como sustentáculo para os objetivos brasileiros tanto no contexto regional, quanto no contexto mundial. Naturalmente, havia um fundamento comercial na aproximação, pois as economias dos dois países eram complementares e, no caso brasileiro, o estreitamento das relações significava a sustentação da economia agroexportadora e a consequente atração de capitais norte-americanos. Contudo, as intenções de Rio Branco eram, essencialmente políticas.

Mediante uma análise pragmática do cenário internacional, Rio Branco observou na ascensão dos Estados Unidos como nova potência mundial os benefícios que tal situação poderia trazer para o Brasil. Em primeiro lugar, ao longo dos quase vinte e seis anos que passou na Europa, Rio Branco constatou o pleno desenvolvimento do imperialismo europeu e lhe causou certa apreensão o perigo que tal movimento representava para os países americanos. A invasão da ilha de Trindade pela Inglaterra e o bloqueio naval imposto à Venezuela, em 1902⁴⁸, contribuíram ainda mais para a consolidação desse temor. Nesse sentido, os Estados Unidos surgiam como elemento capaz de inibir a ação europeia no continente e assegurar a soberania dos países mais vulneráveis.

Em segundo lugar, Rio Branco considerava que a estreita relação com os Estados Unidos traria benefícios para sua política regional. Inicialmente, buscava angariar o apoio estadunidense para as divergências e dificuldades com os países vizinhos e, caso não recebesse auxílio da potência continental, esperava, ao menos, que ela assumisse postura neutra. Devemos considerar também a intenção do Chanceler de tornar o Brasil um interlocutor entre os Estados Unidos e os países hispano-americanos, mediando conflitos e

⁴⁸ Em 1902, a Venezuela sofreu um bloqueio naval imposto pela Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, como meio de exigir o pagamento da dívida pública contraída pelo governo daquele país. O presidente Cipriano Castro acreditava que os Estados Unidos, defendendo os preceitos da Doutrina Monroe, impediriam a ação militar europeia. Contudo, o governo norte-americano, consultado previamente pelos europeus, assumiu uma postura de neutralidade, sobretudo por considerar que a ação não resultaria em ocupação territorial. Quanto ao Brasil, Rio Branco assumiu uma postura de alinhamento com os Estados Unidos por concordar que o bloqueio não visava ocupar territorialmente a Venezuela. Conf. BUENO, 2003, P. 147-149; STUART, 2011.

coordenando uma possível aproximação, a exemplo do que ocorreu no caso ALSOP⁴⁹, que foi responsável por antagonizar chilenos e estadunidenses.

O alinhamento entre Brasil e Estados Unidos não foi condensado em nenhum tipo de documento oficial. Em realidade, a relação entre os países baseou-se na reciprocidade e no apoio mútuo sem a necessidade de qualquer compromisso legal, uma espécie de, nas palavras de Bradford Burns (2003), “aliança não escrita”. Naturalmente, essa relação não foi rígida e sofreu momentos de considerável oscilação, sobretudo quando os interesses individuais dos países entravam em choque. Mas, em linhas gerais ela cumpriu satisfatoriamente os objetivos e expectativas do Chanceler.

O Barão do Rio Branco considerava que a implementação de sua ideia e de seus objetivos para a política externa careciam de profunda sustentação junto à opinião pública nacional. Era necessário mantê-la constantemente em contato e consciente dos propósitos e aspirações do Ministério das Relações Exteriores. A informação concisa, bem estruturada e apoiada em fatos históricos e documentos, geralmente, oficiais era o meio mais adequado para apresentar as argumentações e dar a elas um caráter incontestável. A imprensa mantinha-se como o instrumento ideal para a veiculação de tais pressupostos. Contudo, eles não poderiam partir de uma só voz ou de um só veículo, era necessário espalhar e consolidar as palavras do Itamaraty em diferentes jornais, com características e tendências políticas diversas. Nesse sentido, o *Jornal do Commercio*, apesar da manutenção da preferência e da admiração por parte do Barão, perderia o exclusivismo e o costume da notícia em primeira mão, para que Rio Branco pudesse ampliar sua ação junto a outros órgãos de imprensa do Rio de Janeiro. Proprietários, redatores, editores, publicistas e jornalistas passaram a frequentar abertamente o Ministério das Relações Exteriores e, em contato com o Chanceler ou com algum de seus secretários, eram abastecidos com informações, opiniões e, sobretudo, com orientações sobre como proceder em cada situação. Em outros casos, recebiam artigos já finalizados, esperando apenas pela publicação, ou rascunhos aguardando pelos retoques finais. Em suma, o Barão do Rio Branco estabeleceu uma verdadeira rede de sociabilidade com alguns dos principais jornais do Rio de Janeiro e tinha considerável controle sobre o que poderia, ou não, ser dito

⁴⁹ Crise diplomática entre Estados Unidos e Chile em decorrência da ação da empresa norte-americana ALSOP, que recebeu da Bolívia concessões para exploração de minerais, mas que não foram reconhecidas pelo Chile após a Guerra do Pacífico. A companhia tinha o apoio do governo norte-americano que buscou resolver a pendência por meio de arbitragem. Contudo, tal ação foi recusada pelo governo chileno e os Estados Unidos ameaçaram romper relações diplomáticas caso a reclamação da empresa não fosse atendida. O Brasil, por meio da ação de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, embaixador nos Estados Unidos, atuou como mediador para que o conflito fosse resolvido de forma pacífica. Conf. BURNS, 2003, p.167-169.

sobre os movimentos do Itamaraty, uma espécie de censura prévia que visava a construção de uma imagem exclusivamente positiva acerca do Ministério das Relações Exteriores e de seu titular. Dentre aqueles que integravam o círculo de beneficiários do Barão merecem destaque, além do *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e o jornalista Alcindo Guanabara. A relação estabelecida com o *Jornal do Commercio* já foi pontuada ao longo do texto e julgamos desnecessário repeti-la. Contudo, participação do *O Paiz* e de Guanabara merecem breve análise.

Fundado em 01 de outubro de 1884, *O Paiz* apresentou-se como jornal de oposição ao governo monárquico e integrou ativamente as campanhas abolicionista e republicana, tendo em Quintino Bocaiúva, seu redator-chefe, o referencial para a determinação de sua linha-editorial. A transição da Monarquia para a República promoveu a reorientação do periódico que passou, invariavelmente, para as fileiras da situação e atingiu sua fase de maior influência na vida política brasileira. Em um período de transformação e consolidação dos jornais em empresas capitalistas, há o incremento das relações financeiras entre a imprensa e o governo, como aponta Sodré (1966, p. 317, grifo nosso), “é agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e **é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.**” Nesse contexto, *O Paiz* materializava essa relação, pois era constantemente subvencionado pelo governo e demonstrava um servilismo intransigente, apoiando, inclusive, mediadas mais virulentas a exemplo das empregadas nos governos de Floriano Peixoto (1891-1894) e, posteriormente, no de Hermes da Fonseca (1910-1914). Tal característica ganhou ainda mais profundidade com a saída de Quintino Bocaiúva da redação e, com a conseqüente chegada do português João de Sousa Lage ao periódico, como aponta Luiz Edmundo (1957, p. 930-931):

(...) grande capitalista, grande homem de negócios, isso, por uma época em que a folha estremece sob a lufada de uma terrível crise financeira.. E entra, Lage, por onde pretendia entrar – pela gerência, a ombradas, derrubando chefes de serviço, sacrificando companheiros, despedindo empregados...

De gerente passa, dentro em pouco, a diretor. Mais algum tempo corre e vamos encontra-lo dono integral da grande empresa.

Na orientação da folha, Lage, amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligência e com agrado. Dá, de uma banda, e de outra banda tira...*É o dá cá, toma lá.* Usa porém de processos inéditos para melhor vasar a teta do Tesouro.

(...) Os cofres públicos arreganham-se aí, para servir ao pedinção.

Para Sodré (1966, p. 381), João de Sousa Lage “tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal.” O Barão do Rio Branco, ciente das características do periódico,

observava a utilidade e os benefícios que a orientação do *O Paiz* poderia trazer para sua gestão. Nessa perspectiva, estabeleceu constante troca de correspondências com Lage e, principalmente, com Eduardo Salamonde, diretor e chefe da redação do periódico. Em correspondência com Joaquim José Seabra⁵⁰, Rio Branco (RIO BRANCO [para] SEABRA, 04 de novembro de 1903, grifo nosso), explicitava a utilidade do *O Paiz* e a necessidade de empregar os recursos necessários para garantir o apoio do jornal:

O Salamonde, do *Paiz*, disse-me hoje que irá amanhã à noite à sua casa para conversar sobre coisas de imprensa. Bem sabe quem é: um homem inteligente e que sabe escrever. **Penso que o governo muito ganhará tendo-o ao seu lado e contando com a sua dedicação. Em todas as grandes questões, ou questões de empenho, ele tem estado espontânea e desinteressadamente do nosso lado. Suponho que é de boa política auxiliar de algum modo o jornal que dirige. Somos atacados e precisamos de defensores.**

Alcindo Guanabara prestava o mesmo tipo de auxílio ao Barão do Rio Branco. Considerado um dos principais jornalistas da virada do século XIX para o XX, Guanabara colaborou com diversos periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, dentre os quais destacam-se o *Jornal do Commercio*, *Cidade do Rio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Tribuna*, *Nação*, *República* e *A Imprensa*. Era, portanto, um jornalista volante e sua intensa e constante colaboração com a imprensa lhe garantiram considerável influência nesse meio. Sua produção era direcionada para os assuntos políticos, mas sem demonstrar fidelidade irrestrita a qualquer governo ou tendência política. De acordo com Sodré (1966, p. 401), Alcindo Guanabara era “ora usado pelos escravocratas para combater a onda abolicionista avassaladora, ora para defender as ideias republicanas; no início do século XX, atacando o governo e sofrendo por isso; depois servindo ao governo com a fidelidade do escriba.”

Rio Branco já conhecia as habilidades e a utilidade de Alcindo Guanabara de longa data. Em 1893, José Carlos Rodrigues, em correspondência com o futuro Barão, fazia elogios a Guanabara e, no limiar de sua carta, indicava: “Verá agora que, como amigo, o camarada não é menos apreciável” (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 10 de fev. de 1893). Com efeito, a amizade e o respeito entre Paranhos e Alcindo Guanabara tornou-se sólida e com base em trocas mútuas de apoio. Duas correspondências enviadas pelo jornalista ao Barão do Rio Branco são significativas para ilustrar essa relação. O primeiro faz referência sobre

⁵⁰ José Joaquim Seabra (1855-1942): Político, jurista, abolicionista, republicano “histórico”, foi deputado, senador e ministro de Estado. Assumiu, interinamente, a pasta das Relações Exteriores (1902), a da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906) e, também interinamente, da Agricultura, Indústria e Comércio (1911). Conf. <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra>. Acesso em 12 de julho de 2018.

excessos cometidos pelo *A Tribuna*, jornal fundado por Guanabara, contra o Barão do Rio Branco. O segundo, por sua vez, ilustra a fidelidade política do jornalista ao Chanceler.

Recebi ontem a carta com que V. Exa. me honrou em data de 5 e apresso-me em responder-lhe assegurando-lhe que não é de hoje que tributo a V. Exa. respeito, amizade e consideração que por si sós bastariam para me impedir de lhe ser por qualquer forma desagradável. Sobretudo julgando com injustiça a sua patriótica conduta na direção da pasta que V. Exa. fez o sacrifício de aceitar por acrisolado amor à pátria. Isto quer dizer que fui absolutamente estranho ao artigo da *Tribuna*, que não li, porque ela me tem chegado aqui muito irregularmente e de que só tive conhecimento pelas referências dos outros jornais. Espero que o fato não se repetirá, porque escrevi imediatamente declarando que, se quisessem continuar a ser desagradáveis a V. Exa., deveriam primeiramente retirar o meu nome do cabeçalho da folha.

Tenho meus processos de vida e minha linha de conduta, que já estou velho para abandonar, e quem tem acompanhado a minha vida pública sabe que, se há nela um traço acentuado, é exatamente o da fidelidade às minhas amizades (GUANABARA [para] RIO BRANCO. 12 de abr. de 1903)

Como já deve saber, abandonei a redação de *A Nação* por não me poder acomodar com o pessoal que lá estava. Estou, pois, sem jornal. Todavia, continuo a desobrigar-se do meu dever que me impus de apoiar sua ação na questão do Acre. *A Crônica Política da Gazeta de Notícias* de hoje, 8, é minha; como meus têm sido os últimos artigos editoriais da *Tribuna* (...) (GUANABARA [para] RIO BRANCO, 08 de fev., de 1904)

O Barão do Rio Branco reunia, assim, diferentes vertentes e características da imprensa brasileira no projeto de defesa da sua política externa. Aproveitava-se do prestígio e da tradição do *Jornal do Commercio*, da avidez e subserviência comercial do *O Paiz* e da circulação e talento de Alcindo Guanabara. Além disso, o vespertino *A Notícia*, o *Correio da Noite* e *A Nação*, secundavam os periódicos de maior expressão e veiculavam artigos e informações provenientes das salas do Itamaraty. Naturalmente, nem toda a imprensa do Rio de Janeiro coadunava com a política desenvolvida por Rio Branco. *Jornal do Brasil*, *Commercio de São Paulo*, e *Correio da Manhã* eram os bastiões dessa oposição.

O *Commercio de São Paulo*, fundado em 17 de janeiro de 1893, era um dos principais representantes do movimento monarquista paulista. Mantinha uma postura crítica em relação ao sistema político, mesmo nos anos de estabilidade dos primeiros governos civis, e de intransigência em relação àqueles monarquistas que aderiram à República. A resistência às políticas implementadas pelo Barão do Rio Branco era decorrente, em grande medida, da postura apartidária do Chanceler que, em sua chegada, era visto pelo periódico como potencial líder de uma retomada monarquista.

O *Jornal do Brasil* não se parecia em nada com o periódico fundado em 1891, com o auxílio direto de Rio Branco. Sua identidade monarquista foi substituída por uma orientação

republicana que, em um primeiro momento, atuava contra o governo militar de Floriano Peixoto e, posteriormente, passou a coadunar com as práticas políticas dos governos civis. Pertencia, desde 1894, à firma Mendes e Cia e tinha como proposta “assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que necessário, para sustentar a autoridade legal.” (JORNAL DO BRASIL, 15 de nov. de 1894), entretanto, enfrentou diferentes crises com o governo federal. Identificado por Sodré (1966, p. 325), como “ninho de coronéis da Guarda Nacional”⁵¹, tinha profunda preocupação com questões de segurança e com a ação da polícia. Passou, também, por um processo de popularização, ficando conhecido como “o popularíssimo” (EDMUNDO, 1957, p. 941), no qual predominava o caráter informativo, em detrimento da opinião. Sua oposição ao Barão do Rio Branco era circunstancial, mas firme, sobretudo em relação à política de aproximação com os Estados Unidos.

O opositor mais contundente era o *Correio da Manhã*. Fundado por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901, o periódico colocou-se de imediato como jornal de oposição ao governo e manteve tal postura até o seu encerramento, em julho de 1974. Em seu artigo-programa indicava, logo nas primeiras linhas, que o periódico “não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre, que vai se consagrar com todo o ardor e independência à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, à defesa dos direitos do povo, do seu bem-estar e das suas liberdades.” (BITTENCOURT, 15 de jun. de 1901, p. 01). O caráter oposicionista, entretanto, não significava a existência de qualquer vinculação com partidos ou grupos que também se propunham de oposição. A isenção partidária permitia a constituição de uma redação heterogênea, integrada por monarquistas, republicanos moderados e por representantes do enfraquecido jacobinismo (JANOTTI, 1986, p. 214-215). Combatia também a pretensa neutralidade de alguns jornais, pois entendia ser inerente à imprensa o caráter combativo e contestador. Nesse sentido, travou debates exaltados com *O Paiz* e sua “defesa patrocinada” dos atos do governo.

A orientação política do periódico promoveu, em algumas ocasiões, uma inevitável discordância com as ações do Barão do Rio Branco. No interior do periódico, seus críticos mais ferrenhos eram Rocha Pombo e Pedro Leão Veloso Filho, que assinava com o pseudônimo Gil Vidal. Este contestava a aproximação com os Estados Unidos e a corrida armamentista empregada com a Argentina, chamada por ele de “megalomania naval”.

⁵¹ Fernando Mendes, um dos proprietários da firma Mendes e Cia., foi comandante da Guarda Nacional e a redação do *Jornal do Brasil* contava com uma série de antigos membros dessa corporação. (EDMUNDO, 1957, p. 947-948).

Contudo, dois fatores devem ser levados em consideração para mensurar os limites dessa crítica. Em primeiro lugar, Leão Veloso, a exemplo de diversos jornalistas do Rio de Janeiro, também buscava informações privilegiadas junto ao Itamaraty para construir seus artigos, prática exemplificada em uma carta enviada pelo Chanceler aos seu contendidor (RIO BRANCO [para] VELOSO FILHO, 06 de novembro de 1903): “Em resposta ao seu telegrama, remeto em separado as únicas notícias que lhe posso dar sobre o assunto. Espero vê-lo quanto antes restituído a Petrópolis e, *quand même*, suceda o que suceder, hei de ser sempre, inalteravelmente, o seu dedicado.” Em segundo lugar, Leão Veloso possuía dívidas pessoais com Rio Branco pela nomeação de seu filho a um cargo vinculado ao Itamaraty, como demonstrado nos dois excertos abaixo:

Com a chegada do árbitro peruano vai se instalar o Tribunal, oferecendo-se assim a esperada oportunidade de empregar V. Exa. Meu filho, conforme me prometeu. É o que venho lembrar a V. Exa. E desde já lhe agradeço o deferimento ao meu pedido (VELOSO FILHO [para] RIO BRANCO, 05 de set. de 1907).

Soube por informação do Gastão que meu filho é hoje empregado no lugar que V. Exa. lhe deu no Tribunal Arbitral Peruano. Muito e muito obrigado. É fineza de que me confesso seu eterno devedor. Creio-me para sempre seu (LEÃO VELOSO [para] RIO BRANCO, 11 de set. de 1907).

A relação existente entre o Chanceler e seu crítico promove, naturalmente, um questionamento sobre a profundidade dessa crítica e o quanto ela pode ter sido influenciada pelo próprio Barão.

Esse era o cenário em que Rio Branco movimentava-se e, também, fazia movimentar, no intuito de angariar apoio para o desenvolvimento de sua ideia de política externa. Independentemente do assunto, de sua relevância e do grau de impacto, Paranhos julgava útil registra-lo e informa-lo à sociedade. Ditava regras e normas e, em alguns casos, pautava até mesmo as críticas direcionadas a ele. Utilizava seu conhecimento sobre a história nacional e sobre um vasto leque de documentos para tornar a informação e o argumento mais robustos e, em sua concepção, incontestáveis. Era um defensor da informação exata e colheu vários sucessos em decorrência dessa postura. Nesse sentido, os próximos capítulos serão dedicados a aprofundar e analisar essa relação com a imprensa. Para ilustrar essa análise, tomaremos casos específicos acerca das negociações de fronteira, das relações com os Estados Unidos e com os vizinhos sul-americanos.

2. O Opositor Oculto: O Barão do Rio Branco e sua atuação no *Jornal do Brasil* (1891-1893)

2.1. A fundação do *Jornal do Brasil* e a polivalência de Rio Branco.

Em fins de 1889, Rodolfo Dantas já mencionava, em sua correspondência com Rio Branco, a intenção de fundar um jornal voltado para a defesa do Imperador e das instituições monárquicas, estas já em fase de declínio e profundamente contestadas por seus opositores (DANTAS [para] RIO BRANCO, 14 de out. de 1889). A proclamação da república, realizada poucos mais de um mês após a comunicação entre os amigos, acabou por atrasar em alguns anos o projeto de Dantas. Efetivamente, o momento deixara de ser propício.

O florescimento de uma imprensa monarquista, combativa e que se opunha à nova orientação política do país, foi acompanhada de um crescimento proporcional na implementação de medidas que impunham obstáculos à liberdade de expressão. Em 23 de dezembro de 1889, pouco mais de um mês após a instauração do Governo Provisório, foi implementado o decreto 85-A, que determinava a criação de uma comissão militar que julgaria os indivíduos que conspirassem ou aconselhassem, por meio de palavras, escritos ou atos, a revolta civil e a indisciplina militar. A medida foi ampliada em 28 de março de 1890 e passou a prever que ficariam sujeitos ao regime do decreto 85-A todos aqueles que dessem origem, “pela imprensa, por telegrama ou por qualquer outro modo, a falsas notícias e boatos alarmantes, dentro ou fora do país, sobre a disciplina dos corpos militares ou a estabilidade das instituições e da ordem pública” (COSTELLA, p. 1970, p.74-76). Os decretos não instituíam oficialmente a censura, mas asfixiavam a imprensa e não deixavam margem para críticas.

As restrições contra os periódicos foram rapidamente colocadas em prática em diferentes regiões do país. Jornais foram suprimidos, edições confiscadas, tipografias atacadas e destruídas, editores e redatores foram ameaçados e presos. Apesar do ambiente e das ações repressoras, jornais monarquistas continuavam surgindo e fazendo severas críticas ao governo e ao Marechal Deodoro da Fonseca. Destacava-se nesse movimento o periódico *A Tribuna*. Lançado em 01 de julho de 1890, a folha era ligada ao Visconde de Ouro Preto, figura central do movimento monarquista, e tinha por função ser um elemento agregador e porta-voz para os setores monarquistas insatisfeitos. Em seu artigo de abertura apresentava-se com a seguinte missão:

Nos trabalhos de reconstrução e de evolução em que se acha a nossa Pátria, entendemos prestar serviço à comunidade brasileira colocando-nos a seu lado, advogando seus direitos, velando por seus interesses, e combatendo as demasias do poder que preside a Nação Brasileira.

Somos intérpretes dos brasileiros, maiormente daqueles que não estão de acordo com o desmoronamento que se vai esperando em todo o Brasil.

Aqui, pois, malgrado todas as violências, acharão espaço todas as queixas daqueles que se sentirem perseguidos ou prejudicados em seus direitos e interesses, os quais estejam certos encontrarão na *Tribuna* defensor digno e desassombrado (A TRIBUNA, 01 de jul. de 1890).

Eduardo Prado era um dos colaboradores mais exaltados do *A Tribuna* e, sem medir as palavras, ridicularizava Deodoro ao descrever sua inépcia para o governo e sua ambição pelo poder. Ia além, insultando o exército brasileiro por sua falta de preparo e de disciplina: “O clube presidido pelo sr. Deodoro não teria sido permitido em nenhum país culto” (*Apud SODRÉ, 1966, p. 290*)

A atuação contundente do *A Tribuna* ganhou, brevemente, ainda mais força após o decreto de 22 de novembro de 1890, que restabelecia a integridade da liberdade de expressão. Todavia, a liberdade era apenas aparente, pois em seu interior o governo, mergulhado em crises, se ressentia das críticas e preparava uma nova onda de repressão. Apenas uma semana após o decreto, a redação do *A Tribuna* foi invadida e destruída por oficiais do Exército à paisana, entre os quais encontravam-se alguns familiares de Deodoro. Na ação, seis funcionários do jornal ficaram feridos, sendo que um deles, o redator João Ferreira Romariz, faleceu alguns dias depois do atentado. A repercussão negativa do ato foi considerável, os ministros entraram com pedido coletivo de demissão, a imprensa do Rio de Janeiro, independentemente de filiação ou de orientação política, emitiu uma nota conjunta cobrando a punição dos envolvidos e a garantia da liberdade de manifestação. O governo pouco fez para remediar a situação. Instaurou inquérito para investigar o ataque, mas os resultados foram inconclusivos e se prestou apenas a emitir uma nota indicando que a ordem pública e todas as liberdades inseridas no espírito da lei seriam mantidas (JANOTTI, 1986, p. 39).

Antes mesmo dos ataques ao *A Tribuna*, Rodolfo Dantas (DANTAS [para] RIO BRANCO, 17 de fev. de 1890) já manifestava a Rio Branco suas impressões e temores sobre a compressão que o governo exercia sobre seus opositores:

Porque pois tais medidas, perguntará V.? Por nada. Tiros contra fantasmas! Golpes de espada no vácuo! (...) lançam-se entretanto os homens do governo à pista de conspirações e conspiradores imaginários e em consequência decretam o estado de sítio em que permanecemos, na expectativa, que se frustrará ou não, da Constituinte para daqui a um ano e sujeitos nós nesse meio tempo a todos os azares e a todos os riscos de uma ditadura descarada, mas armada de ponto em branco para todos os

desatinos que lhe acudirem, à cegueira, à intolerância, ao mau espírito de ódio e destruição que, de certo tempo a esta parte, inspira cada um de seus atos!
 (...) A época está para tudo e até eu, que há tanto desprendi-me das ambições e que não aspirei viver senão para os livros e a família, poderia ser suspeito.

O plano para a fundação do novo jornal voltou a ser discutido apenas em fins de 1890 e seu lançamento foi projetado para abril do ano seguinte, após a votação da Constituição e a organização definitiva dos poderes. A retomada da proposta foi, em grande medida, favorecida pela debandada de figuras centrais do *Jornal do Commercio*, esta motivada pelo apoio político que a nova direção do periódico, encabeçada por José Carlos Rodrigues, destinava ao Governo Provisório. Do tradicional periódico saíram Gusmão Lobo e Henrique Villeneuve, que somados a Rodolfo Dantas e Sancho de Barros Pimentel começaram a moldar a estrutura do novo jornal. Prontamente, Dantas (DANTAS [para] RIO BRANCO, 13 de dez. de 1890) dirigiu a Rio Branco as seguintes palavras: “Agora sr. Juca, d’um jornal onde Lobo e eu estamos, pode V. deixar de fazer parte? Não; venho pedir-lhe, pois, que seja dos nossos, sendo aí o nosso correspondente e daí enviando-nos além do que lhe parecer (estudos, críticas, etc.), cartas noticiando os fatos correntes nesse país.” Estavam assentados os alicerces para a fundação do *Jornal do Brasil*, que viria à luz no dia 09 de abril de 1891⁵², não mais para ajudar a sustentar a enfraquecida monarquia, mas como órgão simpático a um regime deposto e que se opunha ao governo vigente.

O alto capital investido por Rodolfo Dantas conferia ao periódico o status de empresa sólida, rica e com potencial para se colocar entre os grandes jornais do Rio de Janeiro. As conquistas e avanços na estruturação do *Jornal do Brasil* tornavam a correspondência entre Rodolfo Dantas e Rio Branco frequente. Paranhos era informado e incitado a opinar sobre tudo, desde a definição da materialidade, constituída por quatro páginas e oito colunas em um formato de 120 por 51 centímetros, inspirada no jornal francês *Temps*, até as informações em tempo da composição da redação, dos colaboradores e correspondentes. Chamava atenção o grupo que se formava para colocar em circulação o *Jornal do Brasil*, além de Rodolfo Dantas, Gusmão Lobo, Henrique Villeneuve e Sancho Pimentel de Barros destacavam-se: Joaquim Nabuco, correspondente em Londres e, posteriormente, redator-chefe; Oliveira Lima, correspondente em Portugal; Domício da Gama, correspondente em Nova York; José Veríssimo, responsável pela crítica literária nacional; Constâncio Alves⁵³, redator-chefe e

⁵² A data foi escolhida para homenagear o 60º aniversário do *Te-Deum* em ação de graça pela aclamação de D. Pedro II como Imperador (SODRÉ, 1966, p. 293).

⁵³ Antônio Constâncio Alves (1862-1933): Formado em Medicina pela Faculdade de Salvador, colaborou com o *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio*, neste permaneceu por trinta e seis anos. Além disso, foi poeta e

responsável pela resenha semanal; Benício de Abreu⁵⁴, lente da Escola de Medicina e responsável pela revista científica; Sousa Pinto, crítica teatral; Andrade Pinto; notícias do estrangeiro; e Sousa Ferreira, parte comercial. Alguns conviviam intimamente com Dantas e Rio Branco, outros eram profundamente admirados por eles.

Outro elemento que comprovava a expectativa de destaque para o *Jornal do Brasil* era a amplitude dos correspondentes estrangeiros contratados. Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Rio Branco ficaram responsáveis por contatar e convencer figuras notáveis da política, economia, cultura, literatura e ciências europeias para integrarem e darem maior credibilidade ao periódico⁵⁵. Foi por intermédio de Rio Branco que o jornal pôde contar com a colaboração de Paul Leroy Beaulieu, célebre economista francês; Edmundo de Amicis, novelista italiano; Emile Laveleye, publicista belga; e Wilhelm Schimper, conceituado botânico francês. Paranhos tornava-se responsável por fazer os pagamentos, receber e enviar os textos, solicitar artigos temáticos e cobrar os prazos para que essas correspondências fossem entregues.

Reputação e influência não eram os únicos elementos observados na escolha desses colaboradores. As tendências e manifestações políticas de cada um também eram relevantes. Wilhelm Schimper, por exemplo, foi indicado por suas opiniões políticas moderadas, o que o manteria afastado de comentar sobre os conturbados assuntos políticos brasileiros. Por outro lado, o contato inicial com Edmundo de Amicis, escolhido para atrair a numerosa colônia italiana no Brasil, gerou certo desconforto pela possibilidade de recusa devido à uma suposta identificação do *Jornal do Brasil* com o movimento de restauração monárquica. Joaquim Nabuco (NABUCO [para] RIO BRANCO, 07 de mar. de 1891) recomendava a Rio Branco cautela na correspondência com o autor italiano: “O De Amicis parece-me antes não querer figurar em jornal reacionário do que republicano. V. não se manifeste tão francamente a respeito de nossas coisas a menos de querer deixar o consulado, porque esse italiano pode muito inocentemente toma-lo por um ultra e dizê-lo.” As preocupações de Nabuco levaram Rio Branco a enviar uma longa carta a Amicis, explicando qual seria a orientação política do periódico:

membro da Academia Brasileira de Letras. Conf. <http://www.academia.org.br/academicos/constancio-alves/biografia> Acesso em 10 de jul. de 2018.

⁵⁴ José Benício de Abreu (1848-1906): Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, ocupou diferentes cargos nessa mesma instituição. Foi membro da Junta Central de Higiene Pública e colaborador na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Foi redator da *Revista Medicina do Rio de Janeiro*. Conf. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/abreujosben.htm> Acesso em 12 de julho de 2018.

⁵⁵ Colaboraram com o *Jornal do Brasil*, W. Franklin, nos Estados Unidos; Fialho de Almeida, Teófilo Braga e Oliveira Martins, em Portugal; o Barão do Rosário, na Inglaterra; e para Buenos Aires seria utilizado o correspondente do *Jornal do Commercio*, mas seu nome não foi revelado na correspondência.

O senhor me pede uma informação sobre o programa político do Jornal. Deseja saber se será favorável ou contrário à república. Segundo as cartas do sr. Dantas, o Jornal não terá cor política. Será um jornal neutro, ou imparcial, discutindo, tanto quanto possível, as grandes questões do dia, “sem espírito sectário.” Envio-lhe a cópia, em português, da passagem da carta do sr. Dantas relativa a esta questão. Um empreendimento do gênero, no qual o sr. Dantas comprometeu uma grande parte da sua fortuna, não poderia ser um empreendimento político, atacando o novo regime. A liberdade de imprensa foi restabelecida, por decreto, a vinte de novembro último, mas durante a noite de 28 de novembro a gráfica dum jornal da oposição no Rio foi atacada e destruída; compreenderá, pois, que o sr. Dantas não deseje a mesma sorte para o seu jornal. Ele quis criar um jornal como o *Times* de Londres, como o *New York Herald*, ou como o *Jornal do Commercio*, do Rio. O que ele deseja, como todos os liberais brasileiros é a ordem, a liberdade, as boas finanças, a prosperidade do país. Vejo por sua carta que é republicano. Eu tenho horror à política, que, entretanto, era a paixão do meu pai. Atribuo uma importância secundária às questões de forma de governo. Há, sob a monarquia constitucional, países bem mais livres do que algumas repúblicas. Há na América Latina, monocracias ou oligarquias militares que se atribuem o nome de repúblicas (RIO BRANCO [para] AMICIS, mar. de 1891)

Poucas foram as cartas em que Rio Branco se manifestou tão abertamente sobre os riscos oferecidos pela repressão governamental aos órgãos de imprensa, além de deixar transparecer sua tendência política. As duas afirmações que encerram a carta demonstram, a despeito da negação de preferência por formas de governo, o quanto considerava o sistema monárquico brasileiro mais seguro, estável e libertário do que o modelo republicano recém-instaurado no país e tradicional nas repúblicas hispano-americanas. A instabilidade e as ações pouco democráticas do governo brasileiro serviam como base de fundamentação para os argumentos de Paranhos e como parâmetro para a definição do programa e a proposta de atuação do *Jornal do Brasil*. O ambiente político não oferecia condições propícias para uma oposição declarada e combativa, mas sim para a crítica sutil e direcionada para a reestruturação do país. Nesse sentido, o nascente periódico apresentava como programa a busca pela melhor república possível e seu artigo de abertura deixava clara essa tendência:

É agora ou nunca o momento de colocar os interesses superiores, permanentes e essenciais de nossa sociedade acima da estreiteza do espírito de seita e de partido. Encontramos fundadas no país instituições com as quais não contribuimos, mas em cuja consolidação supomos dever nosso de patriotismo cooperar, a fim de que elas deem de si o que puderem dar de bom, falaremos, sim, a este novo regime a linguagem que melhor lhe convém, e dir-lhe-emos a verdade a ele próprio mais útil, apontando-lhe a todo propósito as escolhas fatais à sua índole, os vícios a que sua natureza o dispõe, as fraquezas para que o seu mecanismo o prepara, e que lhe cumprirá a todo transe evitar para que cedo o não contaminem germes de profunda decadência e irremediável decomposição (JORNAL DO BRASIL, 09 de abr. de 1891, p.01)

A comunicação direta e a manifestação de opiniões que Rio Branco mantinha com os correspondentes estrangeiros, exigências da função administrativa que exercia, fugiam da

característica que ele estabelecera para sua colaboração no *Jornal do Brasil*. O anonimato era condição *sine qua non* para a manutenção dessa relação e reforçado em todas as correspondências com Rodolfo Dantas, Gusmão Lobo e Joaquim Nabuco. Quanto mais intensa sua cooperação, maiores eram as preocupações com os riscos que essa vinculação poderia acarretar, e não foram poucas suas responsabilidades no *Jornal do Brasil*. Além de gerir os correspondentes, tornou-se responsável pelo serviço telegráfico oriundo de Paris e o fazia com tamanha competência, que Rodolfo Dantas optou por dispensar o serviço da Agência Havas para aquela região (LINS, 1965, p.177).

Também ficou encarregado da seção *Cartas de França*, que consistia em notas comentadas sobre a política e a sociedade francesa, além de informações sobre a circulação e atuação de brasileiros ilustres naquele país. Os artigos vinham assinados como F. H e, posteriormente, Ferdinand Hex. É interessante destacar que tais pseudônimos ganharam identidade e corpo ao longo das publicações, pois eram identificados por Rodolfo Dantas como um colaborador francês e listados por Rio Branco em eventos sociais promovidos em Paris. Buscava-se dirimir qualquer possibilidade de ligar o verdadeiro autor ao personagem que supostamente assinava a seção. O contato inicial com as *Cartas de França* indica um conteúdo completamente afastado das questões políticas e sociais existentes no Brasil. Contudo, uma análise mais cuidadosa nos possibilita observar que Rio Branco, de maneira habilidosa, imprimia em suas notas sobre a política francesa, alguns paralelos e críticas relativas às instituições republicanas e aos atores que as conduziam. Assim, a estrutura do exército brasileiro, o militarismo que dominava o recém-instalado governo e a busca por suplantar a tradição e a herança monárquica, eram algumas das críticas indiretas estampadas por Rio Branco em suas *Cartas de França*.

A regra do anonimato foi quebrada apenas nas *Efemérides Brasileiras*, na qual, após prolongada insistência de Rodolfo Dantas, Rio Branco aceitou ser anunciado como responsável pela seção e utilizou as iniciais R. B. como assinatura. As *Efemérides* compreendiam artigos que tencionavam comemorar ou indicar os principais acontecimentos históricos do dia. Representavam um importante registro do caráter metuculoso e sistemático das pesquisas históricas feitas por Paranhos. Nelas é possível encontrar um impressionante levantamento de dados, fatos, personagens e eventos da história nacional, sobretudo aqueles referentes à história militar e diplomática. O formato das efemérides era comum em jornais de tendências monarquistas e tinha como objetivo fundamental destacar os acontecimentos gloriosos da história do Império. Essa caracterização nos permite considerar que a seção

escrita por Rio Branco possuía uma funcionalidade crítica, ou seja, de resistência às modificações republicanas e de manutenção da tradição e herança monárquica.

Além das *Efemérides Brasileiras* e das *Cartas de França*, Rio Branco possivelmente publicou, anonimamente ou protegido por pseudônimos, outros artigos e notas sobre temas diversos. Alguns poucos foram identificados e incluídos nas compilações voltadas para a relação entre o Barão e a imprensa. Contudo, estabelecer um mapeamento completo dessas publicações é trabalho complexo e incerto, pois faltam referências em suas correspondências e em seus volumes de recortes de jornais que indiquem caminhos para a identificação desses artigos.

A despeito dessa importante lacuna, é visível que a relação entre o Barão do Rio Branco e o *Jornal do Brasil* foi intensa e produtiva. A estabilidade econômica e política encontrada pelo periódico em seus primeiros meses de circulação, contribuíam sobremaneira para o estreitamento dessa colaboração. Situação que levava Rodolfo Dantas a manifestar seus planos de oferecer a Rio Branco e Gusmão Lobo sociedade no jornal: “(...) é meu propósito torná-lo e ao nosso Lobo proprietários, como eu, apenas eu veja que daí só lhes possam vir resultados. Se as coisas continuarem como vão, não tardará isso muito tempo.” (DANTAS [para] RIO BRANCO, 27 de jul. de 1891) A proposta não se concretizou, pois, em fins de julho, o equilíbrio e moderação do *Jornal do Brasil* foram substituídos por uma postura mais contundente e combativa, sobretudo quando Joaquim Nabuco, de regresso de seu exílio voluntário na Europa, assumiu a chefia da redação. Nabuco imprimiu nas páginas do jornal uma manifesta oposição ao governo republicano. Entre os meses de julho e outubro, lançou duas séries de artigos, denominados *Ilusões Republicanas* e *Outras Ilusões Republicanas*, nos quais atacava o adesismo, o ideal republicano, questionava as reais modificações implementadas pelo novo regime, investia contra o federalismo e, de forma irônica, indicava que o principal efeito da proclamação fora o desaparecimento do Partido Republicano e o esfacelamento das alianças que se juntaram especificamente para derrubar a monarquia:

Se o efeito da república prematura é destruir ou inutilizar a preparação de qualquer povo para a democracia republicana, será demais induzir deste fato que, imposta a república a um país ainda não habilitado para recebe-la, a mudança de regime não fará senão desprestigiar o ideal republicano perante o povo e enfraquece-lo na própria consciência dos seus propagandistas sinceros? (NABUCO, 18 de out. de 1891, p. 01).

Os artigos de Nabuco eram considerados pelos republicanos como altamente provocativos e contrários ao pleno desenvolvimento do país, além disso, rompiam com a

postura sóbria adotada pelo periódico e evidenciavam sua oposição ao governo republicano. Essa abertura ocorria em um momento no qual a manutenção do governo Deodoro tornava-se cada vez mais delicada. Em claro choque com as lideranças civis, o primeiro presidente da República buscava fortalecer o Poder Executivo e para isso fechou arbitrariamente o Congresso, prometendo novas eleições e uma remodelação constitucional. Somava-se a esse ambiente o surgimento do jacobinismo⁵⁶, que começava a ganhar espaço na política brasileira, e expunha uma tendência radical baseada no uso indiscriminado da violência para atingir a estabilização do sistema republicano. Rodolfo Dantas (DANTAS [para] RIO BRANCO, 09 de set. de 1891), demonstrava-se receoso “de que esta nossa situação complique-se, pelo possível advento dos exaltados. Se o jacobinismo consegue instaurar-se no governo, ninguém sabe o que poderá suceder.”

O projeto de Deodoro dependia, prioritariamente, do apoio das Forças Armadas, o que acabou por não se concretizar. Diante da oposição dos setores civis, dos florianistas, jacobinos e das movimentações no interior da Marinha, Deodoro acabou isolado e se viu obrigado a renunciar à presidência da República, em 23 de novembro de 1891. Em consequência, subiu ao poder o vice-presidente, Floriano Peixoto. O marechal Floriano encarnava uma visão de República que não se identificava com as aspirações das forças econômicas dominantes. Observou no centralismo político a base para a estabilização do governo e, conseqüentemente, alargou a participação e a representatividade do Exército no sistema político. Essa visão chocava-se com as intenções dos grandes produtores de café, liberais e adeptos da descentralização, que viam com desconfiança o fortalecimento do Exército e o crescimento de grupos exaltados que apoiavam amplamente a posição de Floriano Peixoto, a exemplo do que faziam os jacobinos.

A renúncia de Deodoro e a conseqüente ascensão de Floriano Peixoto desencadearam uma nova onda de violência contra os jornais monarquistas, sobretudo em relação aos mais exaltados, como *O Diário do Commercio*, *O Brasil* e *Novidades* (JANOTTI, 1986, p. 50).

⁵⁶ O jacobinismo refletia a heterogeneidade das forças que, momentaneamente, se reuniram para derrubar a Monarquia e que, após sua dispersão, foram responsáveis pela instabilidade dos primeiros anos republicanos. Segundo Suely Queiroz (1986, p12), “o jacobinismo reflete a dispersão dessas forças e sua reaglutinação sob forma diversa: sempre heterogênea, abrigando interesses e finalidades diferentes, o radicalismo de algumas emerge com clareza no período de Floriano e mantém o governo de Prudente em permanente tensão.” Era um grupo diversificado, formado por intelectuais, parlamentares, políticos ligados às oligarquias estaduais e militares. Eram defensores irrestritos do modelo republicano e baseavam sua atuação no radicalismo militarista, no nacionalismo étnico (xenófobo) e no nacionalismo econômico, voltados, sobretudo, para os setores médios da sociedade brasileira. Em suma, segundo Queiroz (1986, p. 127-128), visavam “uma sociedade laica, anticlerical, sem o bacharelismo pedante e pontificador, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte.”

Essa investida contra a imprensa de oposição não intimidou o *Jornal do Brasil*. Os artigos de Nabuco mantiveram sua contundência e voltaram-se para o questionamento da legalidade do novo governo.

Às tensões da transição presidencial juntaram-se as manifestações e homenagens por ocasião da morte de D. Pedro II, a 5 de dezembro de 1891, em Paris. Por todo o país, surgiram demonstrações de pesar pelo falecimento do ex-monarca, casas comerciais fecharam suas portas, associações baixaram suas bandeiras a meio pau, legações estrangeiras declararam luto oficial e missas solenes foram realizadas e acompanhadas de pronunciamentos fúnebres que exaltavam D. Pedro II e o regime monárquico. O governo acompanhava com atenção tais atos e os clubes jacobinos e batalhões patrióticos saíram em defesa das instituições republicanas, perseguindo e denunciando suspeitos de atividades antinacionais (JANOTTI, 1986, p. 50-51).

O *Jornal do Brasil* integrou ativamente as homenagens a D. Pedro II. Em sua edição de 06 de dezembro, estampou nas duas primeiras páginas análises elogiosas sobre Imperador e seus cinquenta anos à frente da monarquia brasileira, com destaque para sua postura sóbria, a solidez de seu governo e o trabalho de consolidação e desenvolvimento do país. Nesta mesma edição, Joaquim Nabuco publicou um artigo intitulado *A fé de ofício do Reinado*. O texto, essencialmente laudatório, enaltecia a postura apaziguadora e unificadora do monarca, principalmente com os elementos de oposição, a exemplo dos republicanos. Escrevia Nabuco (NABUCO, 06 de dez. de 1891, p. 02):

A história do movimento republicano é a sua justificação. Não só ele nunca tentou a virtude dos republicanos, como também não consentiu, ainda quando o apelo revolucionário era feito diretamente à força armada, que se limitasse a liberdade absoluta dos ataques contra o trono. Nada abalava as duas ideias do Imperador: de que não se devia tocar na imprensa, e de que as opiniões republicanas não inabilitavam nenhum cidadão para os cargos que a Constituição fizera só depender do mérito.

Aprofundou-se ainda mais na crítica e tocou em questões candentes da época, sobretudo na relação do monarca com o Exército e a participação deste na derrubada da monarquia:

O que há, porém, de mais tocante na sorte de D. Pedro II é ter sido ele assim tratado pelo exército, ele o único verdadeiro amigo que o exército teve em nossa política. [...] É uma das decepções da história que a esse homem que durante os cinco anos da guerra do Paraguai foi a personificação do exército e da armada nacional, e a quem os nosso generais e soldados feridos levantavam o seu último *Viva*, simbólico da imortalidade da pátria, um governo militar o proibisse de possuir uns miseráveis bens na terra que seu pai deu um reino para tornar independente, que ele fez livre e una, e onde sua filha apagou as últimas divisas do cativo.

Não há melhor prova de que a revolução de 15 de novembro não foi a revolução do soldado e nem do marinheiro (NABUCO, 06 DE DEZ. DE 1891).

Nos dias subsequentes o *Jornal do Brasil* promoveu uma concentração popular em tributo ao ex-monarca. Além disso, entre os dias 06 e 15 de dezembro, a primeira coluna da primeira página, normalmente dedicada ao editorial do jornal, estampou o título *D. Pedro II* e reproduziu telegramas e mensagens de pesar de diversas regiões do Brasil e de diferentes países. Por fim, Joaquim Nabuco voltou a atacar o sistema republicano em um artigo intitulado *O Funeral*, no qual fazia largos elogios à República francesa e ao tratamento respeitoso que esta dera ao Imperador brasileiro, estabelecendo uma contraposição com o que ocorria no Brasil:

A República Francesa não é hoje a imposição de uma insignificante minoria fanática e autoritária às massas timoratas do país; funda-se na opinião e não na força, legítima a sua existência, não por um dogma político de seita, mas pela preferência expressa e conhecida do sufrágio universal. Por isso ela, democracia culta, não comete o erro grosseiro de confundir com as instituições democráticas, o militarismo sul-americano [...] (NABUCO, 09 de dez. de 1891, p. 01)

Esses artigos de caráter doutrinário recrudesciam a campanha monarquista instaurada por Nabuco e, em consequência, intensificavam o descontentamento dos republicanos e de parte da opinião pública em relação ao autor e o jornal. A insatisfação do governo e de seus correligionários irrompeu no dia 16 de dezembro de 1891, quando a redação do *Jornal do Brasil* foi invadida por uma multidão, aos gritos de “Mata! Mata Nabuco!”, e as oficinas foram completamente depredadas (SODRÉ, 1966 p. 296). O jornal solicitou junto ao governo garantias para sua liberdade de expressão e circulação, mas a resposta indicava a falta de interesse governamental em oferecer proteção a indivíduos vinculados a jornais monarquistas. (SODRÉ, 1966, p. 296). Era um recado a todos que, por meio da imprensa, engrossavam as fileiras oposicionistas.

Em 18 de dezembro de 1891, o periódico veiculou a seguinte nota, assinada por Rodolfo Dantas: “Os proprietários do *Jornal do Brasil* deliberaram transferi-lo a novos donos. Deixo, por isso, desde hoje a direção desta folha, que os seus fundadores me haviam confiado. Resignam também os seus postos os meus ilustres amigos Drs. Sancho Pimentel e Joaquim Nabuco.” (DANTAS, 18 de dez. de 1891). A nota foi acompanhada por uma manifestação oficial do periódico, na qual elogiava e manifestava agradecimentos pela dedicação de Dantas ao crescimento e bom desenvolvimento do jornal. A Joaquim Nabuco, entretanto, nenhuma menção foi feita.

Temerosos de reações mais radicais Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco deixaram o país, acompanhados de suas respectivas famílias, com destino à Europa. Dantas, logo que chegou, enviou uma carta explicativa a Rio Branco:

Imagino como surpreendeu-o a minha saída do Jornal e minha vinda imediata para cá: é ao que chegamos em nosso pobre país, meu caro. V. sabe com que intuitos desinteressados eu fundara a folha e como procurei mantê-la em nível desconhecido entre nós, a certos respeito. Isso valeu-me, na véspera de deixar o Jornal, que me crivassem de balas as portas, tendo a malta dos assaltantes à frente os delegados de polícia.

(...) Não é para nossos dias, meu querido amigo, o levantamento de nosso país. Peçamos a Deus que possam vê-lo, ainda que tarde, os nossos filhos (DANTAS [para] RIO BRANCO, 16 de jan. de 1892)

Ademais, solicitava que Rio Branco se mantivesse vinculado ao periódico e desse continuidade às *Efemérides Brasileiras*, assim como aos pagamentos destinados aos correspondentes europeus. Também Nabuco escreveu a Rio Branco narrando o episódio de violência vivido pelo *Jornal do Brasil* e afirmava: “A verdade é que a república não tolera nenhum grau de liberdade de opinião. Ela sabe que tem todo mundo contra si e não tem coragem de afrontar os perigos da liberdade.” (NABUCO [para] RIO BRANCO, 17 de jan. de 1892).

Após a saída de Dantas e Nabuco, iniciou-se um período de transição para o *Jornal do Brasil*, agora sob a responsabilidade de Henrique Villeneuve. A despeito das dificuldades, em um curto período Villeneuve imprimiu um ritmo ativo no periódico, encampando as propostas oposicionistas de *impeachment* de Floriano Peixoto e de novas eleições para a presidência da República. Em abril de 1892, estabeleceu-se uma sociedade anônima que assumiu a direção do jornal. Em realidade, a maioria dos integrantes era formada por remanescentes da direção original do periódico que conservavam suas simpatias pelo regime monárquico e suas críticas ao sistema republicano. Em suma, segundo Marieta Moraes e Sérgio Montalvão (2001, p. 2867), “a dissolução da antiga sociedade não passara, portanto, de uma artifício para ludibriar os inimigos do jornal e diluir as responsabilidades de Dantas e Nabuco.”

Apenas em abril de 1893, um grupo integrado por Rui Barbosa, Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo e Tobias do Rego Monteiro⁵⁷ iniciou negociações para comprar o *Jornal*

⁵⁷ Tobias do Rego Monteiro (1866-1952), foi um importante jornalista brasileiro, atuando na virada do século XIX para o XX. Colaborou com diversos periódicos do Rio de Janeiro e de outras cidades, dentre os quais destacam-se: *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Diário Oficial*, *A República*, *Gazeta da Tarde*, *Correio Paulista*, *O Paiz* e *Diário de Notícias*. Sua vida política esteve intimamente ligada com a de Rui Barbosa, de quem foi constante colaborador. Além disso, foi eleito Senador pelo Rio Grande do Norte (1921). Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MONTEIRO,%20Tobias.pdf> Acesso em 11 de julho de 2018.

do Brasil. Concluída a operação, a direção do jornal foi entregue a Rui Barbosa, que recebeu plenos poderes para conduzir a folha, agora defensora do republicanismo, mas voltado para combater a degeneração do regime promovido pela ditadura de Floriano Peixoto. (MORAIS; MONTALVÃO, 2001, p. 2867-2868).

Pela correspondência trocada com outros membros do *Jornal do Brasil*, é possível afirmar que Rio Branco manteve sua colaboração até meados de 1893, quando a transferência do periódico para o grupo de Rui Barbosa promoveu a inflexão na orientação política do jornal. Nesse intervalo, manteve sua atividade junto aos correspondentes europeus e continuou a publicação de mais algumas de suas *Efemérides Brasileiras*, assim como as *Cartas de França*, enviadas em dezembro de 1891, que narravam a morte e o funeral de D. Pedro II.

2.2. As *Cartas de França* e a desilusão com o exército brasileiro.

O conceito da seção *Cartas de França* surgiu de um pedido expresso de Rodolfo Dantas, ainda em fins de 1890, para que Rio Branco produzisse notas sobre a sociedade e a política francesa, além de informações sobre a circulação e atuação de brasileiros ilustres naquele país. Atendendo à solicitação Paranhos enviou, entre abril e junho de 1891, oito cartas ao *Jornal do Brasil*, publicadas, posteriormente, com a assinatura F.H. Ocupavam de três a quatro colunas, no centro da primeira página, tornando necessária a inclusão de um sumário que indicava os temas abordados no dia. Não possuíam periodicidade definida, ficando sujeitas à disponibilidade do Barão para produzi-las e à pontualidade dos pacotes para entregá-las. Entre dezembro de 1891 e janeiro de 1892, a seção voltou a figurar no jornal, agora assinada com o pseudônimo Ferdinand Hex, e tinha por objetivo narrar a morte e o funeral de D. Pedro II.

Rio Branco inseriu em sua correspondência informações sobre uma grande variedade de temas, entre os quais se destacavam: discussões sobre as alterações nas taxas alfandegárias francesas, as relações políticas e econômicas entre Brasil e França, notas sobre arte, literatura e música, as últimas descobertas científicas, o falecimento de figuras ilustres da política e da literatura, as comemorações pátrias, as eleições parlamentares e as manifestações populares promovidas por anarquistas, socialistas e pelos setores operários.

As informações veiculadas nas *Cartas de França* vinham, invariavelmente, acompanhadas de comentários do próprio Rio Branco, tornando a seção mais ilustrativa e

atraente aos leitores do Rio de Janeiro, a exemplo da nota responsável por anunciar o falecimento do príncipe Jerônimo Napoleão:

Outro morto destes últimos dias foi o príncipe Jerônimo Napoleão, o *César declassé*, como com razão o chamaram.

Passou a vida conspirando e intrigando e, apesar do seu grande talento, ilustração e espírito, só deixa após si um triste legado de desprezo e ódios.

(...) Sua morte nenhuma influência terá na política francesa. O antigo partido bonapartista deixou de ser uma força com que se deva contar. As lições do passado ensinaram este povo a não mais entregar os seus destinos ao arbítrio de um homem. A França está satisfeita com o regime parlamentar que possui (F. H, 12 de abr. de 1891).

As relações políticas e econômicas do Brasil com a França e os demais países da Europa também não fugiram à atenção de Rio Branco. O acordo de reciprocidade firmado entre Brasil e Estados Unidos⁵⁸, em meados de 1891, aguçou o interesse da imprensa e do governo francês, sobretudo pela insatisfação com as vantagens econômicas obtidas pelo governo estadunidense em sua relação comercial com o Brasil. Em meio aos debates sobre o acordo aduaneiro, Rio Branco (F. H., 18 de jun. de 1891, p. 01) reproduziu um discurso de Paul Deschanel, eminente político e jornalista francês, que observava nos Estados Unidos uma busca “por conquistar a hegemonia na América inteira e por estabelecer uma espécie de novo bloqueio continental contra a Europa”, Deschanel também incitava o governo francês a “obter para os seus produtos no Brasil os mesmos favores concedidos aos americanos do norte.”

Assim, como outros países europeus, a França pleiteava que os moldes desse acordo fossem estendidos às nações que mantinham relações comerciais com o Brasil e que davam condições semelhantes às oferecidas pelos Estados Unidos aos demais produtos brasileiros. A proposta francesa sequer foi examinada pelo governo brasileiro. A recusa fundamentava-se, principalmente, no fato de não se conhecerem ainda os efeitos do acordo de 1891, tornando prematuro a negociação de tratados idênticos. Ademais, estender aos produtos europeus as vantagens do convênio implicaria drástica redução das rendas geradas pelas alfândegas, comprometendo uma importante fonte de receita da União (BUENO, 135-137).

Rio Branco reproduzia as manifestações oficiais do governo brasileiro e narrava a insatisfação com que eram recebidos na França. Todas essas informações eram baseadas na

⁵⁸ O acordo buscava promover a manutenção da entrada do café brasileiro, isento de tarifas, no mercado norte-americano e, mais importante, favorecer a exportação de açúcar, também baseada em isenções alfandegárias, para competir com o mercado antilhano. Em contrapartida, os Estados Unidos foram contemplados com uma extensa lista de produtos que teriam tratamento tarifário preferencial no mercado brasileiro, parte deles isenta de qualquer imposto e outros com uma redução de 25% nos encargos. Conf. BUENO, 1995, p. 117-137.

repercussão e nos interesses que tais questões traziam para o governo e a sociedade francesa. Não havia indícios de críticas ou censuras à condução dada pelo governo brasileiro ao caso. Seguindo essa tendência, também não fazia menções à instabilidade política e econômica enfrentada pelos republicanos em seus primeiros anos no poder. Essa prática, tornava as *Cartas de França* uma seção aparentemente informativa, permeada por uma aura de imparcialidade e sem qualquer pretensão de opinar sobre as questões políticas brasileiras. Para o observador pouco atento, essa era, realmente, a leitura possível da seção. Contudo, consideramos que essas notas informativas ocultavam uma série de críticas às instituições base do sistema republicano. Estas eram feitas de forma indireta e se aproveitavam do exemplo francês para expor, de acordo com os ideais políticos de Rio Branco, uma série de falhas e desvios do novo governo. A estrutura do exército brasileiro, sua integração aos setores políticos e a sua participação na queda do regime monárquico, foram os principais alvos das considerações negativas desenvolvidas nos textos de Paranhos Júnior.

O Barão do Rio Branco era herdeiro de uma tradição que observava no Exército a obrigação de fidelidade irrestrita aos setores políticos, uma instituição impenetrável aos desejos revolucionários. A convivência íntima com algumas das figuras que personificavam esse paradigma, a exemplo do Duque de Caxias e do Visconde de Inhaúma, e seu profundo conhecimento e admiração pela história militar do país, reforçavam a idealização que construía em relação a essa instituição.

Entre a independência e a Guerra do Paraguai, a constituição e ação do exército brasileiro sofreram, essencialmente, a influência do modelo europeu de recrutamento e fidelização ao poder civil. Nesse sentido, os cargos de oficiais eram destinados a beneficiar os grupos sociais dominantes, seja pelo prestígio, pela riqueza, ou pelo poder, enquanto os soldados de categorias inferiores eram retirados, voluntariamente ou de forma compulsória, dos grupos sociais mais baixos. Esse tipo de recrutamento teve importantes consequências políticas, pois possibilitava, de um lado, a identificação entre o oficialato e os grupos civis politicamente dominantes, e de outro, o isolamento destes oficiais em relação aos estratos mais baixos da hierarquia militar. Vale destacar, que essa formatação foi favorecida pelos moldes da independência brasileira, sem grandes conflitos, resistências, ou rupturas contra o sistema político vigente na época.

Contudo, após o fim da Guerra do Paraguai, essa estrutura começou a sofrer intensos questionamentos e a experimentar sensíveis modificações internas. A formação de oficiais ficou, quase exclusivamente, sob a responsabilidade da Escola Militar da Praia Vermelha,

ambiente amplamente dominado pela ideologia positivista, sobretudo após a integração de Benjamin Constant ao quadro docente, em 1872. Constituíam-se em um centro de estudos que privilegiava o ensino de matemática, filosofia, sociologia e letras, em detrimento das disciplinas propriamente militares. Segundo José Murilo de Carvalho (2006, p. 25), “o que na verdade produzia a escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito.” Esse grupo dividia espaço com os oficiais mais velhos, pejorativamente chamado de tarimbeiros. Estes ocupavam os postos máximos da hierarquia militar, mas não possuíam a formação social proporcionada pela Escola Militar e sim a experiência de campo, adquirida na guerra contra Rosas, nas campanhas internas e na Guerra do Paraguai.

A relação entre esses grupos era complexa. O pacifismo positivista estava em constante choque com a tendência militarista dos oficiais mais tradicionais. Contudo, por sobre as divergências prevalecia o *esprit de corps*. A Questão Militar (1884-1887) foi exemplo marcante, pois as ações repressivas do governo monárquico contra as manifestações públicas de alguns representantes do Exército, insatisfeitos com o tratamento e a posição ocupada pela corporação na sociedade, impeliram esses grupos a se unirem. No interior dessa união, desenvolveu-se a concepção brasileira do soldado-cidadão, que buscava garantir aos militares a possibilidade de participarem ativamente da vida política do país, afirmando a igualdade de direitos em relação aos setores civis, sobretudo no tocante à elite política. A ideia servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, escancarava o ressentimento e o senso de marginalidade que esse setor observava na comparação com o estrato civil da sociedade. Segundo Carvalho (2006, p. 38-39), a concepção do soldado-cidadão era polissêmica, o que a tornava aceitável aos dois grupos, pois “aos tarimbeiros interessava afirmar a organização em face da elite política num jogo exclusivamente de prestígio e poder. Aos bacharéis de farda interessava afirmar a organização e também usar seu poder para reformar o sistema político.” A união desses interesses e a aliança com setores civis, também insatisfeitos com os limites impostos pelo regime monárquico, levaram ao golpe que culminou na proclamação da República.

Em carta ao Conde d’Eu (RIO BRANCO *apud* RIO BRANCO, 1957, p. 94-96), poucos meses após a queda da Monarquia, Paranhos revelou que possuía uma antiga preocupação em relação às ideias e métodos que vinham sendo empregados na formação dos militares brasileiros. Além disso, lamentou a excessiva liberdade no interior das Escolas

Militares e que a instrução ali recebida tenha contribuído com o movimento que derrubou as instituições monárquicas:

(...) desde 1887 eu receava que o estado de indisciplina de uma parte do Exército, e a circunstância de achar-se o povo desarmado, sem a guarda nacional que fora sempre entre nós um elemento de ordem, produzissem esse resultado. Por vezes tomei a liberdade de chamar a esse ponto a atenção de alguns de nossos homens políticos (...) Ainda no dia 14 de novembro do ano passado remeti ao Visconde de Ouro Preto vários livros que escolhi na Livraria Militar, em Paris, e ia escrever pedindo lhe que os fizesse traduzir e espalhar no exército e nas escolas militares, para que nossos oficiais aprendessem que um dos primeiros deveres dos militares é o respeito e a submissão à autoridade civil. Deixei de mandar a carta porque dois dias depois chegou-nos a notícia da sedição que logo se converteu em Revolução.

A insatisfação era patente e as *Cartas de França* se converteram na forma mais segura para Rio Branco extravasar sua decepção. Assim, o exército francês tornou-se o modelo ideal de conduta militar e passou a ser utilizado para criticar, indiretamente, a situação que havia se estabelecido no Brasil. Logo em sua primeira correspondência, a propósito de noticiar o alistamento de Georges Hugo, neto boêmio do eminente escritor francês Victor Hugo, Paranhos incluiu a seguinte frase: “Felizes os povos cuja força armada é, assim, a melhor escola da disciplina e do dever.” (F. H., 12 de abr. de 1891, p. 01). Apontava, ainda que timidamente, quais seriam os moldes de sua crítica.

O momento era propício para se discutir o exército francês. Em quase toda a Europa e nos Estados Unidos se realizavam os preparativos para as comemorações do dia primeiro de maio. Na França, socialistas e anarquistas incitavam os setores operários a dar um caráter revolucionário às manifestações. Havia grande insatisfação com a Comissão Superior do Trabalho, nomeada pela Câmara dos Deputados, vista como incapaz de prestar o menor serviço aos operários e de compreender o sentido e a urgência das reivindicações por melhores condições de trabalho. Criava-se uma atmosfera de tensão e o exército ganhava protagonismo, pois era visto como o principal elemento de manutenção da ordem no caso de qualquer incidente. Rio Branco apoiava irrestritamente qualquer ação necessária das forças armadas francesas:

Apesar das decisões tomadas, a ordem pública há de ser mantida energicamente pelo governo. **A propaganda revolucionária nenhuma mossa faz na exemplar disciplina dos oficiais e soldados do brioso exército francês. A política não penetra aqui nas fileiras da força armada. Oficiais e soldados são homens do dever militar, cumprindo sempre com fidelidade as ordens recebidas,** quaisquer que elas sejam (F.H. 20 de abr. de 1891, p. 01, grifo nosso).

Chama a atenção o dissabor com que Rio Branco interpretava a sedição no interior do exército brasileiro. Em contraposição, os militares franceses seguiam os princípios

considerados ideais para as forças armadas, ou seja, a fidelidade e a disciplina necessárias para o cumprimento do dever nacional. É necessário indicar que essa diferença se dava, em grande medida, pela forma como a ideia de soldado-cidadão se estabeleceu em cada um dos países. Na França, ocorreu, a partir da revolução de 1789, um processo exógeno que intentava democratizar o Exército e retirá-lo do controle da nobreza monárquica. Esse movimento colocava os militares a favor dos interesses da nação e construía uma sólida fidelização ao novo governo. No Brasil, o processo foi endógeno e buscava igualar os direitos políticos dos militares aos da elite civil que governava o país. Aqui a ideia de soldado-cidadão estabelecia a abertura da sociedade ao Exército, enquanto na França o Exército foi impelido a se abrir à sociedade. Paranhos seguia com sua crítica:

Em França **os oficiais e soldados não são como na América espanhola, matéria seduzível para a politicagem e a desordem.** Honram-se da obediência passiva, são simplesmente soldados, e nem mesmo os generais podem votar ou receber voto nas eleições, salvo quando pela reforma deixam o serviço ativo (F. H., 15 de mai. de 1891, p.01, grifo nosso).

Rio Branco introduziu um novo elemento de comparação em sua crítica acerca das estruturas militares: os oficiais e soldados da América espanhola. Esse novo componente cumpria uma dupla função na argumentação construída pelo autor. Em primeiro lugar, consideramos que o exemplo hispano-americano era mais um subterfúgio para estabelecer uma crítica indireta ao exército brasileiro. Não era um artifício inédito para Rio Branco. Em 1887, trocara correspondências com Gusmão Lobo, nas quais discutia justamente a formação política que os militares vinham recebendo no país e o impacto dessa nova estrutura na Questão Militar. Em uma das cartas, Lobo indicava que um de seus artigos fora censurado pelo *Jornal do Commercio* e que se tornou necessário recorrer a outros termos e mecanismos para fazer referência ao exército nacional:

Ao instituir-se o Clube Militar, tendo Pelotas dito no Senado que a associação não tinha fins políticos (o contrário estava patente), escrevi um editorial muito jeitoso, honrosíssimo para as classes militares, mas todo dedicado à disciplina. Lembro-me de ter escrito alguns trechos de muito boa forma. Pois, meu caro, isso me foi suprimido.

(...) **Prevendo alguma destas, escrevi o artigo incluso sem nenhuma referência ao Brasil, muito manhoso (...) e levei a manha a ponto de dizer – Tem havido pretorianos nas repúblicas da América do Sul.** (LOBO [para] RIO BRANCO, 11 de nov. de 1887, grifo nosso).

Em segundo lugar, não podemos ignorar que o processo de formação das forças armadas hispano-americanas caminhou na corrente oposta à que Rio Branco considerava ideal. Nestes países, o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas contra o

poder dominante e indivíduos pertencentes a diferentes extratos sociais foram incorporados aos diferentes escalões da hierarquia militar. Ocorreu uma maior democratização e, conseqüentemente, uma redução no nível de profissionalização, processo que tornou recorrente sua utilização como instrumento de manipulação política. O enraizamento do caudilhismo, em alguns desses países, foi amplamente favorecido por esse processo. Nesse sentido, é necessário indicar que o modelo de forças armadas desenvolvido nos países hispano-americanos e no Brasil possuía profundas diferenças estruturais e ideológicas. Contudo, é possível que Rio Branco considerasse que um fator os unia: a quebra de fidelidade com o governo instituído e a pretensão em integrar ativamente a vida política de seus respectivos países.

Em correspondência com o Barão do Rio Branco, Rodolfo Dantas demonstrava satisfação com o modelo e os resultados obtidos pelas *Cartas de França* e salientava: “As correspondências têm estado magníficas e obtido extraordinário sucesso; de toda parte perguntam-me quem é o autor. Respondo que é um colega meu da Escola Livre de Ciências Políticas, que escreve em francês, incumbindo-me eu da tradução.” (DANTAS [para] RIO BRANCO, 05 de mai. de 1891) Dantas mantinha o acordo de sigilo, mas apontava para um pequeno problema com o pseudônimo previamente definido pelo amigo: “Cortei a assinatura Henrique Batalha, substituindo-a pelas iniciais F.H., porque numa folha da tarde um sujeito estava aqui escrevendo com aquele pseudônimo.” (DANTAS [para] RIO BRANCO, 05 de mai. de 1891). Quando Rio Branco foi informado da troca de pseudônimo, cinco de suas oito cartas já haviam sido publicadas. A distância a ser percorrida entre Paris e Rio de Janeiro para a entrega dessa correspondência, fazia com que as notícias e comentários fossem publicados de forma retroativa, ou seja, chegavam aos leitores com vários dias de defasagem. Além disso, era costume que fossem enviadas mais de uma carta por pacote e que sua publicação fosse fragmentada em diferentes edições do periódico.

A troca do pseudônimo e a declaração de que a seção estava sob a responsabilidade de um correspondente de nacionalidade francesa, trouxeram uma nova perspectiva para a colaboração do Barão do Rio Branco. A forma de escrita e de tratamento empregados por Paranhos sofreram uma sutil, mas significativa modificação. Os pronomes utilizados para fazer referência a tudo que era de origem francesa foram alterados. As *Cartas de França*, anteriores à correspondência enviada por Rodolfo Dantas, se referiam ao governo e às forças armadas francesas da seguinte forma:

Apesar das decisões tomadas, a ordem pública há de ser mantida energicamente **pelo governo**. A propaganda revolucionária nenhuma moça faz na exemplar disciplina **dos oficiais e soldados do brioso exército francês** (F. H., 20 de abr. de 1891, p.01, grifo nosso)

Contudo, após o conhecimento de que a autoria da seção era atribuída a um francês, os pronomes utilizados para definir as citadas instituições do país europeu passaram a conter a indicação de pertencimento à aquela nação:

Não ne enganei afirmando que **o nosso exército** saberia cumprir o seu dever, nem é isso aqui questão que possa inspirar a mais ligeira dúvida (...)
Com as leis e costumes do **nosso país** e com a austera e moralizadora instrução que os oficiais recebem nas escolas militares, compreende-se que o governo, em todas as circunstâncias de perigo interno ou externo, possa contar com a dedicação sem limites da força pública. (F. H., 17 de jun. de 1891, p. 01, grifo nosso).

Rio Branco estabelecia uma identidade para o seu pseudônimo e, conseqüentemente, garantia maior liberdade para manifestar suas opiniões e críticas. O espaço dedicado a exaltar o exército francês aumentou consideravelmente e os comentários de Paranhos ganharam uma perspectiva mais contundente do que a encontrada nas publicações anteriores. Discutia a inelegibilidade dos militares franceses, a impossibilidade de publicarem livros, escreverem em jornais ou revistas e de participarem de palestras que se relacionassem com questões políticas sem o exame ou aprovação de comissões superiores de censura, nomeadas pelo ministro da Guerra e Marinha. Além disso, apontava para a formação exemplar que os oficiais franceses recebiam nas escolas militares “onde, seja dito de passagem, estuda-se muita coisa e faz-se muito exercício, mas não se estuda sociologia” (F. H., 17 de jun. de 1891, p.01). Eram claras referências à atividades e métodos praticados livremente no Brasil desde os anos finais da Monarquia.

Chama a atenção uma passagem, na qual Rio Branco estabelecia uma comparação entre o Clube Militar de Paris e o Clube Militar de Buenos Aires:

(...) Também existe um clube militar, o *Cercle des armées de terre et de mer*, mas é um clube elegante, como seus similares de Londres Berlim, Viena e Roma, onde não se encontram – **como encontrei há quatro anos, visitando o chamado Clube Militar de Buenos Aires – oficiais de farda desabotoada, de cabeleira crescida e chicote em punho, discorrendo sobre atos do governo e da oposição e falando de coisas de que entendem tanto como qualquer senador e jornalista paisano entende da direção de um encouraçado ou do comando de um batalhão** (F. H., 17 de jun. de 1891, p.01, grifo nosso)

As afirmações de Paranhos apresentam algumas questões interessantes. Primeiramente, a indicação de que havia visitado o Clube Militar de Buenos Aires, no ano de 1887, era, possivelmente, mais uma ferramenta para afastar qualquer possibilidade de ser

vinculado à autoria da seção. Entre sua indicação para o Consulado de Liverpool e sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores, período que abrangia o intervalo entre os anos de 1876 e 1902, Rio Branco voltou para o Brasil em apenas três ocasiões. A primeira foi entre outubro de 1880 e abril de 1881, em decorrência da morte de suas irmãs, Augusta e Luísa, e de seu pai, o Visconde do Rio Branco. Retornou em 1883, para buscar a mãe, o irmão, Afonso, e um sobrinho, que passariam a viver com ele em Paris. No início de 1888, passou mais alguns meses no Brasil e retornou diretamente para Paris. Não há referências de que tenha viajado a Buenos Aires em nenhuma dessas três visitas.

Também não podemos ignorar que o ano de 1887, indicado por Rio Branco como o da visita a Buenos Aires, era a mesmo em que fora fundado o Clube Militar do Rio de Janeiro. Associação que Rio Branco e Gusmão Lobo, em sua troca de correspondências, indicavam ser integralmente destinada a fins políticos, ou seja, para abrigar os debates dos militares formados nos moldes da Escola Militar da Praia Vermelha. Retomando a informação de que Rio Branco visitou o Rio de Janeiro em 1888, é plausível considerar que tenha tido contato direto com o Clube Militar da capital e que suas apreciações sobre a instituição do país vizinho sejam, na realidade, uma forma indireta de criticar a recém-instalada instituição brasileira.

As últimas *Cartas de França* também retomaram a questão das manifestações populares do dia primeiro de maio, narrando sua realização e discutindo sua repercussão na imprensa e na sociedade francesa. Nestas correspondências Rio Branco demonstrou uma postura acentuadamente elitista e reacionária, a começar pela descrição daqueles que organizavam os *meetings* e de suas reivindicações:

Em cartas anteriores, dei a notícia das reuniões preparatórias e dos discursos violentos de **alguns energúmenos, exploradores da ignorância popular ou mentecaptos, que procuram inconscientemente estragar todos os grandes e nobres sentimentos de um povo, pregando umas tolas doutrinas de fraternidade universal, que se traduzem na negação do patriotismo e no ódio às classes dirigentes e à propriedade.** Com o maior empenho, procuraram eles espalhar proclamações, excitando os soldados a não cumprirem as ordens que recebessem; mas os soldados foram os primeiros a prender e a apresentar aos seus oficiais os distribuidores de impressos. (F. H., 17 de jun. de 1891, p. 01, grifo nosso).

Na grande maioria das cidades francesas, incluindo Paris, as manifestações tiveram pouca adesão, sobretudo nos locais em que havia concentração de tropas. Contudo, nas cidades de Lyon, Marselha e Fourmies, ocorreram conflitos, nos quais as tropas e os agentes de polícia foram, segundo Rio Branco (F. H., 17 de jun. de 1891, p. 01), “atacados a pedradas, à faca ou a tiros de revólver.” Em Fourmies, tradicional cidade industrial do norte da França,

o conflito foi intenso e acabou com o saldo de nove mortos, todos manifestantes, e trinta e cinco feridos. Paranhos assumiu uma postura de apoio irrestrito à ação do Exército:

As medidas preventivas tomadas pelo governo asseguraram a ordem em toda a extensão do território francês e reduziram à impotência, agora como no ano passado, os promotores das manifestações do 1º de maio. **Não me enganei afirmando que o nosso exército saberia cumprir o seu dever, nem é isso aqui questão que possa inspirar a mais ligeira dúvida. Para o militar francês, é ponto de honra o estrito cumprimento das ordens recebidas de autoridade competente, sejam quais forem essas ordens** (F. H., 17 de jun. de 1891, p.01, grifo nosso)

Para finalizar sua crítica, Paranhos considerava as manifestações e as ações dos anarquistas e socialistas, responsáveis por incitar os operários, como totalmente injustificáveis, principalmente em um país que baseava seu sistema político no sufrágio universal e finalizava: “A liberdade de voto é completa: a França não é o Haiti. Vivemos em país livre, de governo parlamentar, que é o melhor dos governos. Os operários dispõem dos números. É pelas urnas eleitorais que devem encaminhar as suas reivindicações.” (F.H., 18 de jun. de 1891, p. 01). Essa breve afirmação nos indica a aversão de Rio Branco aos movimentos populares e sociais, calcada em sua defesa das ações repressivas contra os manifestantes. Ao mesmo tempo que defendia ações repressivas contra as manifestações populares, indicava o quanto a França possuía instituições democráticas, que possibilitavam, por meio do sistema eleitoral, que todos os setores da sociedade se fizessem representados.

Após a publicação de 18 de junho de 1891, as *Cartas de França* foram interrompidas sem maiores explicações e retomadas apenas em meados de dezembro. Em seu retorno, tinham o objetivo específico de narrar, detalhadamente, a morte e o funeral de D. Pedro II. Rio Branco enviou mais duas correspondências, porém, uma era tão extensa, tamanha a riqueza de informações, que foi dividida e publicada em seis partes.

Rio Branco dedicou-se à tarefa de maneira intensa e meticulosa. Sua narrativa sobre o período que abrangia os últimos dias de D. Pedro II até seu enterro, foi, certamente, o que de mais completo se publicou na imprensa brasileira do período. Construiu um verdadeiro inventário, no qual constavam informações sobre as reações da família e dos amigos próximos, um levantamento dos telegramas de pesar, a preparação do corpo e da sala fúnebre, as manifestações da imprensa e dos líderes políticos da Europa, a indicação de cada homenagem e de cada coroa de flores enviada, a reprodução da mensagem oficial de D. Isabel e do convite para o funeral, a descrição do coche fúnebre e do posicionamento de cada figura de relevância política e intelectual no funeral, as honrarias militares, entre tantos outros detalhes. Contudo, a despeito da aparência meramente informativa dessas *Cartas de França*,

Rio Branco empregou uma série de comentários e opiniões sobre o Brasil republicano e a falta de deferência pelo ex-monarca. Mantinha também a constante preocupação em ocultar sua identidade e recorreu a velhas e novas estratégias para cumprir tal tarefa.

A seção deixou de ser publicada com a assinatura F. H. e o autor passou a ser identificado como Ferdinand Hex. Paranhos abandonava a abreviação para revelar o nome do responsável por aquelas correspondências, atitude calculada para fortalecer a identidade de seu pseudônimo e ocultar sua participação nas homenagens fúnebres. Em seu primeiro artigo sobre o tema, publicado em 22 de dezembro de 1891, ao descrever o grupo de pessoas que acompanharam os últimos momentos de D. Pedro II, indicava a presença da família real, de alguns criados e de amigos próximos, dentre os quais estavam “Eduardo Prado, Silva Coutinho, os Srs. Sebastião Guimarães, Alfredo Rocha e sua senhora; Pandiá Calógeras e sua senhora, o dr. Seybold e **Ferdinand Hex.**” (HEX, 22 de dez. de 1892, p. 01, grifo nosso) Além da identidade, o pseudônimo de Paranhos ganhava corpo e presença física.

Uma série de outras referências sutis foram utilizadas para ocultar sua presença. Na carta publicada em 08 de janeiro 1892, identificou os integrantes de um grupo de brasileiros que se revezavam para velar o corpo de D. Pedro II e teve cuidado de não arrolar Ferdinand Hex, mantendo a nacionalidade como elemento primordial do pseudônimo. Da mesma forma, as expressões “nós franceses”, “nossa República Francesa” e “entre nós franceses”, continuavam a identificar o autor da seção como um cidadão local. Contudo, nos pequenos detalhes, Rio Branco deixou claro, para aqueles que eram íntimos a ele, sua presença nas homenagens a D. Pedro II. Ao relacionar as coroas de flores recebidas, não deixou de registrar uma, sem nominar seu ofertante, com os dizeres: “Ao grande brasileiro benemérito da Pátria e da Humanidade – *Ubique Patria Memor*”. (HEX, 11 de jan. de 1892, p.01). As palavras finais estavam grafadas na divisão do brasão de armas do Barão.

Os relatos e comentários de Paranhos vinham acompanhados de um profundo pesar pela perda da figura que, juntamente com o Visconde do Rio Branco e o Duque de Caxias, representava, em sua opinião, a essência do regime monárquico, promotor de um prolongado período de estabilidade e desenvolvimento do país. As primeiras linhas das *Cartas de França* mensuravam a consternação de Rio Branco:

O príncipe ilustre que durante meio século, à frente do governo de um povo livre, foi a brilhante e gloriosa personificação da pátria brasileira, acaba de descansar em terra estrangeira, nos modestos aposentos que ocupava em um hotel de terceira ordem. Foi às 12 e 29 desta madrugada que aquele grande coração deixou de pulsar.

Pela profunda dor que a triste notícia tem causado nesta grande capital, avalio bem a impressão que terá produzido a esta hora no povo do Brasil. (HEX, 22 de dez. de 1891, p. 01).

As reações à morte de D. Pedro II não foram tão homogêneas como julgava Rio Branco. Em realidade, desencadearam uma disputa pelo simbolismo do episódio. Os setores restauradores observavam a oportunidade de conseguir, por intermédio das manifestações populares de simpatia ao imperador, sensibilizar a opinião nacional e internacional, obtendo assim maiores recursos para a consecução dos seus objetivos. Os jornais monarquistas, a exemplo do *Jornal do Brasil*, sustentaram essa campanha e estamparam inúmeras edições com tributos a D. Pedro II e a exaltação de um regime monárquico estável e unitário. Os setores mais radicais do republicanismo, a exemplo dos jacobinos, pressupunham o desaparecimento de um símbolo do movimento monarquista. Para sustentar essa inclinação, fiscalizavam de forma impetuosa qualquer manifestação de apreço pelo imperador falecido ou pelo regime deposto. Daí surgiram uma série de perseguições a suspeitos de ações antinacionais, seguidos de ataques às redações de jornais monarquistas.

Os relatos de Paranhos nos permitem observar que o funeral estava permeado de símbolos que, como não poderia ser diferente, enalteciam o período e a herança monárquica, ao mesmo tempo em que denunciavam a falta de liberdade imposta pela República. Algumas coroas de flores vinham com as seguintes inscrições: “A dom Pedro II, a quem o Brasil deve meio século de liberdade, de progresso e glórias”. Em outra: “Tempos felizes em que o pensamento, a palavra e a pena eram livres, em que o Brasil libertava povos oprimidos!” (HEX, 11 de jan. de 1892, p.01) Além disso, assinalava que o corpo de D. Pedro II fora envolvido na bandeira imperial e o coche fúnebre e a igreja decorados com a coroa imperial e a antiga bandeira brasileira. Esses elementos foram contestados por alguns jornais franceses, ao que Rio Branco respondeu:

A bandeira e as armas que estiveram na igreja e no coche fúnebre foram repudiadas pelo novo regime no Brasil e, portanto, são hoje simples emblemas do passado, de caráter puramente histórico; são distintivos da família de dom Pedro (...)

Conhecemos **nós, republicanos**, perfeitamente a distância que, **no respeito público e na opinião da gente sensata, deve separar os reis constitucionais, como Pedro II e Leopoldo da Bélgica, dos ditadores tiranetes da ordem dos Rosas e dos López.** (HEX, 17 de jan. de 1892, p.01, grifo nosso)

Paranhos via em Deodoro e Floriano Peixoto características que os aproximavam dos “ditadores tiranetes” hispano-americanos, mas não manifestava abertamente essa opinião. Contudo, o Arquivo Histórico do Itamaraty possui a minuta de um artigo jornalístico, que

acabou por não ser publicado, que dimensiona a opinião íntima de Rio Branco sobre o Marechal Deodoro da Fonseca. Pelas referências históricas, é possível deduzir que o texto foi escrito entre dezembro de 1890 e agosto de 1891. Em sua essência, era uma reação a uma publicação do *Jornal do Commercio* que estabelecia uma comparação entre o marechal brasileiro e o presidente estadunidense Ulysses Grant. Rio Branco utilizou um tom ríspido para contestar esse paralelo:

[Grant] Nunca deu exemplos de indisciplina aos soldados americanos, como Deodoro o fez no Brasil. Nunca foi rebelde como Deodoro; nunca traiu ninguém. Combateu, sim, os rebeldes e traidores.

Grant foi eleito presidente da República dos Estados Unidos pelo livre voto dos seus concidadãos. Nunca usurpou o poder público, nunca autorizou despesas sem lei, nem foi ditador como os ridículos tiranetes da América Latina, entre os quais figurara o Sr. Deodoro. Não banuiu ninguém; não submeteu os jornalistas ao julgamento de comissões militares; não mandou assaltar tipografias e sobre a sua consciência não pesa a responsabilidade de assassinato algum, como o do infeliz Romariz. (...)

Pode-se comparar um homem desses ao Sr. Deodoro para quem o direito nada vale, para quem a brutalidade da a força e não pode-se comparar Grant a Deodoro que cedendo aos maus conselhos de um mentecapto, saiu entre os estudantes vadios, tenentes de letras gordas e os meninos cegos, praticou a *Traição de 15 de novembro* e desmoralizou aos olhos do mundo a sua pátria impondo-lhe um governo “constituído pelo Exército e pela Armada” (RIO BRANCO, s/ data, p. 01-02).

Ao analisar a repercussão da morte de D. Pedro II na imprensa francesa, Rio Branco traçou um perfil elogioso do ex-monarca e do Segundo Reinado. Se contraposto ao julgamento que fazia do governo Deodoro, podemos observar de maneira ampla sua opinião sobre as diferenças entre o sistema monárquico e o republicano:

Víamos perfeitamente nós, os franceses, que dom Pedro II não fora um xá da Pérsia ou um tiranete do tipo dos Guzmán Blanco e de outros ditadores da América espanhola, mas sim o primeiro magistrado de um povo livre, governando-se com instituições muito semelhantes às que temos hoje.

A Constituição da nossa República Francesa é a mesma que o Brasil tinha, com as únicas diferenças de que entre nós o chefe de governo é eletivo, os senadores são quase todos temporários, e as atribuições do Poder Moderador brasileiro, inspiração de Benjamin Constant, pertencem na França ao Poder Executivo. Dom Pedro II governou com os primeiros brasileiros do seu tempo, ouvindo seus conselheiros de Estado, e guiando-se pelas manifestações do Parlamento e da opinião pública. Nisso consiste principalmente sua glória. Honrá-lo é honrar também a nação que o teve por chefe durante meio século e que, durante esse reinado, tanto se elevou no conceito do mundo civilizado, mostrando-se a mais livre, a mais próspera, a mais adiantada e a mais poderosa da América Latina (HEX, 12 de jan. de 1892, p. 01).

As *Cartas de França* demonstram um interessante panorama da opinião do Barão do Rio Branco sobre o desenvolvimento dos primeiros anos da república brasileira. Publicista competente, conseguia ocultar não só sua identidade, mas também transmitir críticas e insatisfações de maneira indireta, por meio de exemplos do que considerava ideal para uma

República. Nesse sentido, o sistema político e a organização militar da França surgiam como exemplos a serem seguidos e o modelo hispano-americano como o padrão do que o Brasil não deveria, de forma alguma, se aproximar.

2.3. As *Efemérides Brasileiras* e a exaltação do período monárquico.

Percorrer a história do Brasil em pequenas notas que registravam os acontecimentos importantes de cada dia, era uma prática com a qual Rio Branco estava acostumado a lidar. Anotava-as em qualquer pedaço de papel que estivesse ao seu alcance: nas cartas, nos envelopes, nas margens dos livros, nos cadernos de notas e nos programas ou convites de festas (LINS, 1965 p. 123). Observava nesse processo a oportunidade de desafiar e desenvolver a memória. Nesse sentido, publicou algumas efemérides no *A Nação*, no período em que atuou como redator, e divulgou algumas no *Jornal do Commercio*. Contudo, foi apenas no *Jornal do Brasil* que esse costume foi organizado e estruturado como uma colaboração sistemática. Em carta ao Visconde de Ourém, em Londres, Paranhos identificava o estilo dessa contribuição: “Tenho estado muito atarefado, porque o conselheiro Rodolfo Dantas, fundou no Rio uma grande folha, e pediu-me muito que lhe desse um pequeno artigo diário, comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos, isto é, uma espécie de efemérides.” (RIO BRANCO *Apud* GARCIA, 2012, p. 23).

Diferentemente das *Cartas de França* e de outras colaborações, as *Efemérides Brasileiras* representavam a face visível do Barão do Rio Branco no *Jornal do Brasil*. Às vésperas do lançamento da primeira edição do jornal, Rodolfo Dantas escreveu a Paranhos: “Magníficas, magníficas, a suas *Efemérides*. (...) Vamos dizer que são suas, nos termos que V. terá e darão a entender que sua colaboração se limita a isso e a trabalhos de história, especialmente militar” (DANTAS [para] RIO BRANCO, 05 de abr. de 1891). Publicadas desde a primeira edição do *Jornal do Brasil*, em 09 de abril de 1891, as efemérides, assinadas com as iniciais R. B., possuíam periodicidade diária, mas sem espaço definido, sendo publicadas variavelmente entre a primeira e a quinta página, ocupando de duas a três colunas. Em sua primeira publicação trazia o seguinte texto de apresentação:

As efemérides pátrias, que começamos a publicar, são escritas pelo Sr. Barão do Rio Branco cuja competência em coisas da história nacional tem sido posta à prova em boa cópia de trabalhos da especialidade. Desde longos anos dedica-se com afã aquele nosso compatriota a investigação desta natureza, ao correr das quais se lhe têm deparado nas relações de autores, erros a corrigir, lacunas a preencher e reivindicações a sustentar para lustre e honra da pátria (EFEMÉRIDES BRASILEIRAS, 09 de abr. de 1891, p. 01)

As *Efemérides Brasileiras* representam um importante registro da dimensão do conhecimento e do caráter rigoroso e sistemático da produção histórica do Barão do Rio Branco. Nesse sentido, abrangem um impressionante levantamento de dados, fatos, datas, personagens e eventos da história nacional. Álvaro Lins (1965, p. 124), fez o seguinte comentário sobre o trabalho de Rio Branco:

Porque é um gênero aparentemente fácil, o que dá valor a um volume de efemérides é a capacidade pessoal do seu autor: a perspicácia no escolher para a fixação de cada dia os seus acontecimentos realmente representativos, a exatidão nas datas e nomes, o dom da expressão sintética, a memória vigilante para os pormenores. E porque representam esse trabalho de erudição, seleção e rigor histórico, as *Efemérides* de Rio Branco são as mais completas na sua espécie.

Os interesses de Rio Branco ditavam as temáticas mais abordadas nos artigos enviados ao *Jornal do Brasil*. As notas sobre história diplomática estavam repletas de referências aos temas de limites, algumas apenas com descrições factuais e outras com comentários e análises mais extensas e profundas, dentre os quais destacavam-se: Tratado de Tordesilhas (1494), Tratado de Utrecht (1713), Tratado de Madri (1750), Tratado de Santo Idelfonso (1777), Tratado de aliança e de limites com o Uruguai (1851), o Tratado de limites com a Bolívia (1867), Tratado de Montevideu (1890). Assim descreveu o Tratado de 1777:

1777 - Tratado preliminar de Santo Idelfonso (La Granja), fixando os limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América. Este tratado ficou nulo porque a demarcação não se ultimou, e ocorreu a Guerra de 1801, em que o Brasil, pelo direito de conquista, alargou as suas fronteiras. Depois, sobreveio a independência das possessões portuguesas e espanholas na América, ficando indecisas as fronteiras e prevalecendo, portanto, na falta de tratados, o direito de posse (RIO BRANCO, 01 de out. de 1891, p. 01).

Demonstrava profundo conhecimento sobre a temática que, anos mais tarde, viria a notabilizá-lo como uma das figuras centrais na consolidação da república brasileira. Também as questões do Prata, com as quais teve contato desde muito jovem, estão representadas de forma relevante. Rio Branco registrou nas *Efemérides Brasileiras* as datas e temas mais importantes das relações do Brasil com os vizinhos do sul: as disputas sobre a província da Cisplatina e o reconhecimento da independência da República Oriental do Uruguai, as intervenções contra os governos de Rosas e Oribe, o Tratado de Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai, entre tantos outros.

Contudo, para o observador das *Efemérides Brasileiras* é evidente o conhecimento e a predileção de Rio Branco pela história militar do país. É possível indicar que o espaço ocupado pelas questões militares era semelhante ao ocupado pelas demais temáticas

abordadas em conjunto. Um levantamento dos principais acontecimentos históricos analisados por Paranhos (**Tabela 1**), indicou que entre os quinze temas mais citados, dez eram referentes a questões militares e entre os três principais estavam: Guerra do Paraguai (158), Revolução Farroupilha (86) e a Guerra de Independência (75). Da mesma forma, a observação das figuras históricas mais citadas nas *Efemérides* (**Tabela 2**), indicou que entre os quinze mais frequentes, dez eram militares ou fizeram parte de movimentos de insurreição, com destaque para: Duque de Caxias (102), André Vidal de Negreiros⁵⁹ (39) e o General Osório (36).

A publicação de efemérides era recorrente em jornais brasileiros de tendência monarquista e tinha como objetivo fundamental destacar e exaltar os episódios gloriosos da história do período monárquico. Contudo, consideramos que, em alguns casos, as efemérides escritas por Rio Branco, além de cumprirem a função supracitada, também possuíam um viés analítico, ou seja, eram selecionadas para criticar, especificamente, algumas questões do regime republicano e de seus atores centrais. Nesse sentido, a primeira efeméride do dia 09 de abril de 1891 é sintomática:

1641 – Amador Bueno da Ribeira, aclamado rei pelos habitantes da então vila de São Paulo, resiste aos amigos e partidários e promove a aclamação de D. João IV, já reconhecido na Bahia, no Rio de Janeiro e em Santos. No dia 3, foi D. João IV aclamado em São Paulo (RIO BRANCO, 09 de abr. de 1891, p. 04).

Ao longo do século XIX, Amador Bueno foi retomado, em diferentes ocasiões, como símbolo de fidelidade ao poder instituído. Ao discursar na Assembleia Constituinte de 1823, D. Pedro I mencionou que: “Foi na pátria do fidelíssimo, e nunca assaz louvado Amador Bueno de Ribeira, onde pela primeira vez fui aclamado Imperador.” (D. PEDRO I *apud* FALAS DO TRONO, 1889, p.14). Em 1848, Francisco Adolfo de Varnhagen dedicou a D. Pedro II uma peça de teatro intitulada *Amador Bueno ou a Coroa do Brasil em 1641*. Em sua dedicatória, Varnhagen indicava que a peça vinha demonstrar e exaltar a unidade do Brasil e a fidelidade e importância da Casa de Bragança nesse processo (1858, p. 01).

Ao observarmos esse cenário, consideramos que o destaque dado a essa efeméride por Rio Branco, buscava estabelecer uma crítica à ação dos grupos que romperam com a fidelidade ao regime monárquico, no intuito de implementar um governo que atendesse aos seus interesses específicos. Nesse sentido, a atuação de Amador Bueno era a contraposição

⁵⁹ André de Vidal Negreiros (?): Nascido na Paraíba, no início do século XVII, foi um personagem importante na luta contra a ocupação holandesa nas Capitânicas do Norte. Após a expulsão dos holandeses foi governador do Maranhão (1655-1656), de Pernambuco (1657-1661) e, posteriormente, em 1667) e de Angola (1661-1666). Conf. <http://www.iict.pt/pequenobreza/arquivo/Doc/res009-pt.pdf> Acesso em 02 de outubro de 2018.

exata da postura assumida por Deodoro da Fonseca. Basta analisar a opinião de Rio Branco sobre o marechal, quando respondia a comparação deste com do presidente norte-americano Ulysses Grant: “[Grant] Nunca deu exemplos de indisciplina aos soldados americanos, como Deodoro o fez no Brasil. Nunca foi rebelde como Deodoro; nunca traiu ninguém. Combateu sim os rebeldes e traidores.” (RIO BRANCO, s/ data, p.01).

Tabela 1 – Referências por temas

Temas	Referências
Guerra do Paraguai	158
Revolução Farroupilha	86
Guerra de Independência	75
Colônia de Sacramento	68
Independência do Brasil	63
Insurreição Pernambucana	54
Revolta dos Cabanos	46
Revolta da Balaiada	35
Fortaleza de Humaitá	22
Revolução Pernambucana	19
Assembleia Constituinte	16
Abolição gradual da escravidão	16
Guerra dos Mascates	13
Revolta da Sabinada	7
Tratado de Madri	7

Tabela 2 - Referências por personagens

Personagens	Referências
Duque de Caxias	102
D. Pedro I	85
D. Pedro II	68
D. João VI	52
José Gervasio Artigas	50
Visconde de Porto Seguro	42
André Vidal de Negreiros	39
Conde de Alegrete	39
José Bonifácio de Andrada e Silva	38
General Osório	36
Siegemundt von Schkoppe	36
João Fernandes Vieira	35
Francisco Solano López	34
Henrique Dias	34
Guillermo Brown	30

A resistência ao republicanismo também pode ser percebida na efeméride relativa ao dia 15 de novembro de 1889, anunciado de forma lacônica: “Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.” (RIO BRANCO, 30 de nov. de 1891, p. 02). Nenhuma outra referência foi feita ao recém-instalado regime republicano, nem mesmo sobre a Constituição de 1891 ou sobre a eleição do Marechal Deodoro da Fonseca. As únicas efemérides que ultrapassaram o ano de 1889, foram as relativas à morte e aos funerais de D. Pedro II. Se compararmos o anúncio da proclamação da República com outros pontos de inflexão do

período monárquico, fica ainda mais claro o desinteresse pelo novo regime político. A nota sobre a independência, por exemplo, ocupava quase uma coluna do periódico e trazia uma detalhada análise do processo que ocorreu às margens do rio Ipiranga, além de celebrar o heroísmo de D. Pedro I:

1822 - (...) Não era mais possível contemporizar, e, junto ao mesmo ribeiro Ipiranga, de João Ramalho, lançou o brado de “Independência ou Morte!”, que logo repercutiu em toda a extensão do território brasileiro. **Assim, salvou dom Pedro o Brasil, e tornou possível a união de todas as províncias, pondo-se à frente do movimento separatista** (RIO BRANCO, 07 de set. de 1891, p.02, grifo nosso).

As *Efemérides Brasileiras* foram bem recebidas pelos leitores do jornal e mereceram uma análise de José Veríssimo, quando este fazia um balanço da produção intelectual brasileira ao longo de 1891:

Neste jornal começou a publicar o Sr. Barão do Rio Branco as suas *Efemérides Brasileiras* que concluídas devem sair em volume. Por maior que seja a estima que pelo seu autor tenha, direi sem disfarce que absolutamente não gosto desse sistema, ao que parece, entre nós tão querido, de fazer história aos bocadinhos. A principal importância da história não é o fato, mas o conjunto de fatos. Seja como for, este trabalho veio confirmar, se de confirmação carecesse, o alto lugar que ocupa entre os mais profundos sabedores da nossa história o Sr. Barão do Rio Branco, tal é a exatidão da sua informação, a precisão dos seus detalhes, a consciência meticulosa com que averigua e expõe os fatos. O Sr. Barão do Rio Branco deve-nos uma história do Brasil. Com exceção do Sr. Capistrano de Abreu, não vejo ninguém que a pudesse nos dar melhor, mais completa e mais exata (VERÍSSIMO, 04 de jan. de 1892, p.01).

A representatividade das *Efemérides Brasileiras* no conjunto das obras de Rio Branco, gerou um significativo interesse em sua compilação e publicação. Nesse sentido, contamos atualmente, com três versões desse trabalho e julgamos importante fazer um breve comentário sobre cada uma, destacando as diferenças que apresentam entre si e em relação ao original publicado no *Jornal do Brasil*.

Em fins de 1891, o periódico anunciava que iniciaria a edição e publicação de títulos que reuniriam o melhor da colaboração nacional e internacional veiculadas no jornal, sob o título geral de *Biblioteca do Jornal do Brasil*. Dentre as publicações previstas estavam dois volumes dedicados às *Efemérides Brasileiras* do Barão do Rio Branco. Em realidade, desde que Paranhos enviou o primeiro lote de efemérides, Rodolfo Dantas manifestou o interesse de reuni-las em edições que oferecessem qualidade semelhante à que era oferecida pelo conteúdo escrito por Rio Branco. No início de janeiro de 1892, o periódico lançou o primeiro volume das *Efemérides Brasileiras*, contendo as de 1º de abril a 30 de setembro. O ataque à redação do jornal e o afastamento de Rodolfo Dantas abortaram o projeto de um segundo volume.

Segundo Rodolfo Garcia (2012, p.24), as efemérides de outubro a dezembro foram veiculadas apenas no periódico, até o último dia de 1891, e as do primeiro trimestre não chegaram a ser publicadas, apesar de constarem, com algumas falhas, nos originais manuscritos do Barão do Rio Branco.

Em 1916, Lauro Muller, sucessor do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, doou os originais manuscritos e as cópias datilografadas das *Efemérides Brasileiras* para o IHGB. O Instituto, de posse do material, passou a organizá-lo no intuito de realizar uma publicação que reunisse a obra em sua totalidade. Contudo, verificou-se que existiam algumas lacunas no material doado, referentes às seguintes datas: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 de fevereiro – dezenove dias –, além de todo o mês de março (IHGB, 1917, p. 08-09). Frente a esse obstáculo, o IHGB selecionou uma comissão, comandada por Basílio de Magalhães⁶⁰, que deveria dedicar-se a preencher as lacunas deixadas pelo Barão. Em fins de 1917, após um breve período de pesquisas, o IHGB publicou um volume de sua revista, com mais de novecentas páginas, dedicado exclusivamente a reproduzir as *Efemérides Brasileiras*.

Contudo, a publicação é passível de algumas observações. Em primeiro lugar, Basílio de Magalhães (*apud* IHGB, 1917, p. 10), relatou dificuldades de se aproximar, em curto período, do conteúdo e estilo empregados por Rio Branco.

Notar-se-á, sem dúvida, logo à primeira vista, a enorme diferença entre os dez meses tratados pelo integrador das nossas fronteiras e os dos elaborados pelo dr. Vieira Fazenda e por mim. (...) Eu, porém, francamente e lealmente confesso que não me abalancharia a tentar imitá-lo.

Esforcei-me, contudo, por seguir a orientação do conjunto da obra. Mas o Barão do Rio Branco possuía documentos inéditos e dados longa e pacientemente colhidos para uma “História Militar do Brasil” – e de tais ou idênticas informações não me foi possível utilizar para a pequena parte de suas magnificas *Efemérides*, que me coube completar em curtíssimo espaço de tempo.

Nesse sentido, as “novas efemérides” não eram compatíveis com o trabalho efetuado por Paranhos e se afastavam do modelo e da intenção original propostas pelo autor. Em segundo lugar, Basílio de Magalhães atualizou algumas efemérides esclarecendo “alguns episódios ainda mal elucidados ao tempo em que o Barão do Rio Branco escrevia seu

⁶⁰ Basílio de Magalhães (1874-1957): Colaborou com os periódicos *Gazeta Mineira* e com *A Pátria Mineira*. Em 1892, mudou-se para Campinas, onde prestou concurso e passou a lecionar História do Brasil. Em 1922, retornou a Minas Gerais e foi eleito vereador de São João del Rei e presidente da Câmara. Em 1924, foi eleito deputado federal por Minas Gerais e exerceu mandato, após sua reeleição, até 1929. Além disso, foi professor do Colégio Pedro II e da Escola Nacional de Belas Artes. Além disso, foi diretor da Biblioteca Nacional e publicou uma série de livros sobre a história nacional. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MAGALH%C3%83ES,%20Bas%C3%ADlio%20de.pdf> Acesso em 02 de outubro de 2018.

trabalho” (*apud* IHGB, 1917, p. 11). Eram pequenas mudanças em datas, nomes e opiniões que, além de ferirem a originalidade do trabalho de Rio Branco, tornavam algumas efemérides anacrônicas.

Entre os anos de 1945 e 1948, o Itamaraty, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, desenvolveu a coleção *Obras do Barão do Rio Branco*, integrada por nove volumes, dentre os quais estava um dedicado às *Efemérides Brasileiras*. A preparação, organização e complementação desse volume ficou sob a responsabilidade do historiador Rodolfo Garcia, que, logo no início de sua nota explicativa, trazia severas críticas ao trabalho realizado pelo IHGB, considerando-o impreciso e sem o embasamento necessário para completar as lacunas deixadas por Paranhos (GARCIA, 2012, p. 26). Julgava que a solução mais coerente para o preenchimento desses vazios, era a consulta das obras e das anotações do próprio Rio Branco. Esse processo, segundo o organizador (2012, p.26), “teria a vantagem, da maior importância, de integrar o livro de Rio Branco, com elementos que, de pleno direito lhe pertenciam.” O critério e cuidado na organização e complementação do material, levaram essa versão a ser considerada como a mais completa e fiel compilação das *Efemérides Brasileiras*.

Contudo, tal edição também possui algumas falhas de forma e conteúdo que a torna anacrônica e a distancia, em certa medida, dos objetivos de Rio Branco. Inicialmente, há uma série de referências a eventos do período republicano, como a promulgação da primeira Constituição republicana, em 24 de fevereiro de 1891; a assinatura do Tratado de Montevidéus, em 25 de janeiro de 1891; e a eleição de Deodoro da Fonseca para a presidência, em 25 de fevereiro de 1891. Ficava claro no projeto de Paranhos um total desinteresse em relação aos acontecimentos republicanos, que foi desconsiderado nessa versão. Além disso, o volume produzido pelo Itamaraty trazia algumas efemérides referentes a eventos, inseridos no período republicano, nos quais Rio Branco foi peça fundamental, a exemplo, da definição da questão limítrofe entre o Brasil e a Argentina, em 1895, tornando tais referências, novamente, anacrônicas.

Como se pode observar, os manuscritos originais e as cópias datilografadas das *Efemérides*, foram os elementos norteadores da pesquisa e organização das versões publicadas pelo IHGB e pelo Itamaraty. Contudo, optamos por não seguir essa referência e efetuamos a pesquisa diretamente nas páginas do *Jornal do Brasil*. A opção acabou por se demonstrar acertada, pois encontramos alguns elementos que diferiam sensivelmente do conteúdo apresentado pelas versões supracitadas.

Em primeiro lugar, há um consenso de que as efemérides foram publicadas pelo *Jornal do Brasil* entre os meses de abril e dezembro de 1891, sendo que a última, veiculada em 30 de dezembro, fazia referência aos fatos históricos concernentes ao dia 20 de dezembro. Nessa perspectiva, o mês de dezembro ficou incompleto e os meses de janeiro, fevereiro e março sequer foram publicados, apesar de constarem, com as lacunas já mencionadas, nos originais manuscritos. O ataque à redação do *Jornal do Brasil* e o afastamento de Rodolfo Dantas da direção do periódico, são argumentos costumeiramente utilizados para justificar essa interrupção. Contudo, ao seguir com a pesquisa pelos anos de 1892 e 1893, observamos que as *Efemérides Brasileiras*, em realidade, não foram interrompidas, pelo contrário, seguiram sendo publicadas ao longo desses dois anos, mesmo que sem a periodicidade diária que caracterizava sua presença no periódico.

Os meses de janeiro e fevereiro de 1892, foram dedicados a finalizar as referências históricas de dezembro. Após esse período, as efemérides foram interrompidas e retomadas apenas em 15 de agosto de 1892, precedidas do seguinte comunicado do periódico:

Os leitores devem recordar-se dos admiráveis fragmentos da história nacional que o *Jornal do Brasil* publicou ano passado sob a forma de *Efemérides*, devidos à pena do ilustre brasileiro Sr. Barão do Rio Branco, nosso cônsul em Liverpool. Severa crítica histórica, o mais minucioso e imparcial exame dos fatos, a segurança nos juízos originados de pesquisas trabalhosíssimas e feitas durante um longo espaço de tempo, elegância e concisão de estilo, foram qualidades que deram o maior relevo ao trabalho do ilustre Sr. Barão do Rio Branco. **Incompleto esse trabalho por ter terminado em 31 de dezembro, temos a fortuna de hoje recomença-lo** (NOTÍCIAS DIVERSAS, 15 de ago. de 1892, p.01, grifo nosso).

Há uma aparente incoerência, pois o jornal indicava o reinício da seção a partir de sua interrupção em dezembro de 1891, sem mencionar as publicadas no início de 1892. Para tentar explicar essa incongruência, dois elementos devem ser observados. Primeiramente, a despeito da data base fornecida para o recomeço das *Efemérides*, o periódico seguiu com a publicação das datas históricas referentes a janeiro, ou seja, dando continuidade ao que havia sido publicado no início do ano de 1892. Além disso, devemos considerar que o periódico foi vendido em meados de 1892, o que pode ter levado a nova redação a algum tipo de equívoco ao anunciar o retorno da seção.

Apesar de seu retorno, a seção *Efemérides Brasileiras* foi publicada sem uma periodicidade definida, transparecendo que era utilizada para preencher vazios encontrados pelos editores do periódico. Entre os meses de agosto e dezembro de 1892, foram veiculadas em apenas quinze edições do jornal, abrangendo eventos históricos que iam de 1º a 15 de janeiro, até serem, novamente, interrompidas.

Uma nova retomada foi proposta em janeiro de 1893:

Vamos recomeçar por esses dias a publicar as interessantíssimas *Efemérides Brasileiras*, de que é autor competentíssimo o sr. Barão do Rio Branco. Como recordarão os nossos leitores, esse trabalho, verdadeiro labor beneditino, encerra na sua forma despretensiosa uma prodigiosa soma de estudos, de investigações e de saber históricos.

É de crer que esta nova série, que completará o ciclo anual, seja tão bem recebida como as primeiras. (JORNAL DO BRASIL, 04 de jan. de 1893, p. 01).

Efetivamente, a partir de 16 de janeiro de 1893, as *Efemérides* voltaram a ser publicadas nas páginas do *Jornal do Brasil*. Dessa vez, estavam emparelhadas com suas respectivas datas comemorativas e apontava-se para a intenção de completar o ciclo anual, do qual ainda faltavam parte do mês de janeiro e todos os dias de fevereiro e março. Entre 16 de janeiro e 10 de fevereiro, foram divulgadas diariamente pelo *Jornal do Brasil*, até que foram definitivamente suspensas (**Tabela 3**).

Tabela 3: *Efemérides Brasileiras* publicadas após o ano de 1891

Data da publicação	Dia da referência histórica	Edição	Página
01 de janeiro de 1892	22 de dezembro	01	02
02 de janeiro de 1892	23 e 24 de dezembro	02	02
04 de janeiro de 1892	21 de dezembro	04	02
24 de janeiro de 1892	25 de dezembro	24	02
25 de janeiro de 1892	26 e 27 de dezembro	25	02
26 de janeiro de 1892	28 de dezembro	26	02
27 de janeiro de 1892	29 de dezembro	27	02
03 de fevereiro de 1892	30 e 31 de dezembro	34	02
15 de agosto de 1892	1 de janeiro	227	02
16 de agosto de 1892	2 e 3 de janeiro	228	02
17 de agosto de 1892	4 de janeiro	229	02
19 de agosto de 1892	5 de janeiro	231	02
20 de agosto de 1892	6 de janeiro	232	02
22 de agosto de 1892	7 de janeiro	234	02
29 de agosto de 1892	8 de janeiro	241	02
02 de setembro de 1892	9 de janeiro	245	02
03 de setembro de 1892	10 e 11 de janeiro	246	02
10 de outubro de 1892	12 de janeiro	283	02

31 de outubro de 1892	13 e 14 de janeiro	304	02
01 de novembro de 1892	15 de janeiro	305	02
16 de janeiro de 1893	16 de janeiro	16	01
17 de janeiro de 1893	17 de janeiro	17	02
18 de janeiro de 1893	18 de janeiro	18	02
19 de janeiro de 1893	19 de janeiro	19	02
20 de janeiro de 1893	20 de janeiro	20	02
21 de janeiro de 1893	21 de janeiro	21	02
22 de janeiro de 1893	22 de janeiro	22	02
23 de janeiro de 1893	23 de janeiro	23	02
24 de janeiro de 1893	24 de janeiro	24	02
25 de janeiro de 1893	25 de janeiro	25	02
26 de janeiro de 1893	26 de janeiro	26	02
27 de janeiro de 1893	27 de janeiro	27	02
28 de janeiro de 1893	28 de janeiro	28	02
29 de janeiro de 1893	29 de janeiro	29	02
30 de janeiro de 1893	30 de janeiro	30	02
31 de janeiro de 1893	31 de janeiro	31	02
01 de fevereiro de 1893	01 de fevereiro	32	02
02 de fevereiro de 1893	02 de fevereiro	33	02
03 de fevereiro de 1893	03 de fevereiro	34	02
04 de fevereiro de 1893	04 de fevereiro	35	02
05 de fevereiro de 1893	05 de fevereiro	36	02
06 de fevereiro de 1893	06 de fevereiro	37	02
07 de fevereiro de 1893	07 de fevereiro	38	02
08 de fevereiro de 1893	08 de fevereiro	39	02
09 de fevereiro de 1893	09 de fevereiro	40	02
15 de fevereiro de 1893	10 de fevereiro	46	02

A partir disso, é necessário chamar atenção para mais um equívoco cometido pelas edições que se basearam nos originais manuscritos para reconstituir a obra de Rio Branco. Dentre as efemérides consideradas como inexistentes, constavam as referentes aos dias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 de fevereiro. Contudo, observamos que esses dias foram, de fato, publicados nas páginas do periódico. É impossível determinar os motivos para essa divergência,

poderíamos considerar que os originais tenham se perdido em meio a tantos documentos deixados por Rio Branco e manuseados por diferentes pessoas, ou que apenas existiam os enviados ao *Jornal do Brasil*, sem cópias para o arquivo pessoal. Em realidade, todas as possibilidades levantadas não se desvinculariam do campo das especulações, pois não há indícios que apontem para qualquer caminho.

Comparar essas efemérides com as produzidas pelo IHGB e pelo Itamaraty constitui-se um exercício interessante. Algumas notas retratavam episódios completamente diferentes. Outras, abrangiam os mesmos acontecimentos históricos, mas com informações, estilos e opiniões que se distanciavam sensivelmente, a exemplo da efeméride, publicada em 06 de fevereiro de 1893, que registrava a coroação de D. João VI como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves:

1818 – Aclamação de D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal-Brasil e Algarves. Esta cerimônia efetuou-se com grande pompa em um pavilhão construído na frente do antigo convento do Carmo, no Largo do Paço, desde a Capela Real (depois imperial) até ao passadiço que unia o mencionado convento ao palácio. Os artistas franceses que tinham vindo fundar a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro concorreram para o esplendor das festas que então se deram na capital provisória do Reino Unido. Pode-se ter ideia dessa solenidade e dos festejos que a acompanharam lendo as *Memórias* de Gonçalves dos Santos e examinando as estampas da interessante obra do pintor Debret (*Voyage Pittoresque au Brésil*)
D. João VI tinha tomado o título de rei do Reino Unido desde de 20 de março de 1816, data do falecimento de D. Maria I, sua mãe. Antes, desde 15 de julho de 1799, governara com o título de príncipe regente (RIO BRANCO, 06 de fev. de 1893, p. 02).

1818 – Adiada em consequência da revolução pernambucana de 1817, realizava-se nesta data a coroação solene do príncipe D. João de Bragança como 6º rei desse nome de Portugal, Brasil e Algarves. Atendendo às representações do Senado da Câmara do Recife e do general Luiz do Rego Barreto, governador da província de Pernambuco, concede o soberano anistia aos implicados na mencionada sublevação de 1817, e, ainda em lembrança da sua coroação, cria a ordem honorífica de Conceição da Vila Viçosa. O teto da varanda para a aclamação de D. João VI foi decorada pelo célebre pintor fluminense José Leandro de Carvalho (IHGB, 1917, p.89)

1818 – Coroação e aclamação de D. João VI, como rei de Portugal, Brasil e Algarves. (GARCIA, 2012, p. 106)

A primeira efeméride demonstra o estilo loquaz de Rio Branco, preocupado com os pequenos detalhes e com a descrição exata do episódio. A segunda, produzida pelo IHGB, desvia a atenção da aclamação para as questões relativas à revolução pernambucana, de 1817. Certamente, não possuíam documentos que detalhassem a cerimônia e outros pontos da festividade. Por fim, a efeméride produzida na edição do Itamaraty não podia fugir mais do

estilo de Paranhos, apresentando a aclamação de forma direta, sem a atenção que o episódio, que viria a ser determinante para a posterior independência do país, merecia.

Outro ponto a ser destacado é a incompatibilidade entre as efemérides do dia 4 de fevereiro, arrolado entre ou poucos disponíveis nos originais para o referido mês. A versão do IHGB, lista para esse dia efemérides dos seguintes anos: 1648, 1684, 1609, 1725, 1838, 1859, 1866 e 1887. A versão publicada pelo Itamaraty, por sua vez, também faz referências a esses anos, mas inclui notas de episódios ocorridos também em 1803 e 1826. Contudo, a maior dissonância reside nas efemérides publicadas no *Jornal do Brasil*, consideravelmente reduzidas em relação às anteriores, pois reproduzia apenas os eventos de 1648, 1725, 1838 e 1866. Novamente, podemos considerar algumas possibilidades para essas diferenças. No caso da versão publicada no periódico, é plausível considerar que as notas históricas possam ter sofrido um corte, efetuado, tanto por Rio Branco, quanto pelos editores do *Jornal do Brasil*, sendo esta última a perspectiva mais verossímil.

As *Efemérides Brasileiras* constituem um dos exemplos mais bem definidos do conhecimento e dedicação que Paranhos dispensou à história nacional. Trabalho minucioso de pesquisa e de escrita de uma história, considerada por ele, como exemplar e formulada por aqueles que representavam a grandiosidade da Monarquia e de seus feitos. A publicação desses estudos em um jornal monarquista e em um período marcado por conturbações políticas e econômicas, nos permite considerar que a seção possuía a manifesta intenção de exaltar os anos de uma dita estabilidade interna e de grande destaque e projeção externa, em contraposição às dificuldades dos primeiros anos republicanos, anos que foram peremptoriamente ignorados por Rio Branco em suas notas históricas. As diferentes compilações e recompilações das *Efemérides* nos dão a dimensão de como estas adquiriram importância em meio às diferentes produções e ações de Paranhos Júnior. Contudo, tais coletâneas, ao não buscarem a produção de Paranhos nas páginas do *Jornal do Brasil*, mas sim em seus manuscritos, acabaram por ignorar e reconstituir uma série de efemérides que comporiam, com material original, uma publicação fiel às intenções e objetivos do Barão do Rio Branco.

Segundo Maria de Lourdes Janotti (1986, p. 213), ao longo das duas primeiras décadas republicanas, o movimento monarquista desenvolveu um discurso que possuía características anti-históricas, pois

(...) elimina as diferenças entre os três períodos do Império; escamoteia as divergências políticas ou dá-lhes pequena importância; não alude aos problemas sociais; refere-se á escravidão somente no momento de sua abolição, para enaltecer o governo – tudo uniformizado no sentido de obscurecer as contradições. Reconhece que o Império teve muitas dificuldades, mas todas com o tempo iam sendo solucionadas – sem pressa e com ótimos resultados – e assim continuaria, se fossem realizadas as reformas preconizadas pelo último gabinete.

As *Cartas de França* e as *Efemérides Brasileiras* contribuía para a construção de tal discurso, pois representavam o Império justamente como uma unidade temporal, material e moral, no qual o Segundo Reinado era identificado como elemento central e mais bem definido desse sistema de governo. Para isso, as divergências políticas e econômicas de cada período eram desconsideradas e os problemas sociais raramente citados, a exemplo do que descreveu Janotti. Buscava-se uma uniformização histórica, no intuito de apagar as contradições e demonstrar a continuidade dos progressos materiais e da estabilidade política e territorial. Definia que a Monarquia não se desviara, em nenhum momento, de seu principal objetivo: tornar o Brasil a maior potência da América do Sul e, reconhecidamente, um país civilizado e distinto, afastado da fragmentação territorial e do caos político das repúblicas vizinhas. Esse discurso tornava-se ainda mais vívido quando colocado em contraposição com os golpes e conflitos militares que se sucederam no início da República e estabeleceram, ou revelaram, a tradicional realidade de violência social e de atraso econômico do país. Nesse sentido, Rio Branco conseguiu encadear fatos e opiniões, alicerçadas em seu profundo conhecimento da história nacional, que conseguiam transferir as dificuldades tradicionais do regime monárquico para a responsabilidade da recém-instalada República. Nesse sentido, construía a imagem de uma Monarquia estável, unida e libertária responsável por oferecer, de fato, a democracia e o desenvolvimento intensamente propalados por aqueles que defendiam e comandavam o sistema republicano.

3. O DEUS *TERMINUS* DAS FRONTEIRAS

Ao contrário dos países hispano-americanos e dos Estados Unidos, o Brasil não rompeu de forma abrupta com os laços coloniais que o ligavam a Portugal e acabou por constituir-se na única monarquia americana estável e longeva. Evidentemente, a independência política trouxe como encargo a necessidade de construção de uma identidade própria, que orientaria o desenvolvimento político e social do novo Estado e o diferenciaria do restante do império português. A opção pela legitimação com base no princípio dinástico-religioso, que ainda mantinha alguma força, foi o sustentáculo inicial dessa nova identidade. Naturalmente, tal tendência colocava o Brasil na contramão de um movimento histórico mais amplo de disseminação e consolidação da ideia de nação como núcleo legitimador dos Estados, caminho adotado pela maioria dos países americanos. A opção brasileira era, claramente, conservadora, pois, segundo Santos (2010a, p.18), apoiar, desde o início, o novo Estado brasileiro nas ideias de nação e cidadania “teria sido uma opção extremamente arriscada para as diversas elites regionais em vista da base escravista da economia, da imensa extensão do território, das enormes desigualdades regionais e dos escassos laços entre as diversas regiões.”

Entretanto, uma série de dificuldades se apresentava para a construção dessa identidade genuinamente brasileira. A manutenção do princípio dinástico demandava a transferência das lealdades políticas, consolidadas ao longo do período colonial, para a nova monarquia. Contudo, o período não era favorável para tal manobra, pois a própria legitimidade da coroa portuguesa, e conseqüentemente as lealdades vinculadas a ela, estava sendo contestada em Portugal e nas demais colônias. Além disso, a despeito do processo de independência, algumas áreas mantinham ligações mais frequentes e estáveis com a antiga metrópole do que com o governo brasileiro e movimentavam-se na direção das contestações supracitadas.

A utilização de elementos que norteavam a identidade nacional europeia e a hispano-americana também encontrava obstáculos nas especificidades brasileiras. Como bem observou Benedict Anderson (2008, p. 85), “quer se pense no Brasil, nos Estados Unidos ou nas ex-colônias espanholas, a língua não era um elemento que os diferenciava das respectivas metrópoles imperiais”, pelo contrário, no caso brasileiro o português era um elemento que, fundamentalmente, unia Portugal à sua ex-colônia. A etnia comum, em um país “marcado pela miscigenação, com grande parte de sua população transplantada (em muitos casos, à

força) de outros continentes” era incompatível (SANTOS, 2010a, p. 24). Hobsbawn (2002, p. 31), indica que a nação e a identidade dela proveniente eram representadas pelo “corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política.” Esse era o movimento em curso na grande maioria dos países americanos, que buscavam alicerçar sua identidade nacional nas ideias de inclusão, cidadania e soberania popular. O Brasil, entretanto, não poderia trilhar esse caminho, pois sustentava o sistema escravista como base de sua estrutura social e meio fundamental para a economia agroexportadora. Modificar abruptamente essa ordem traria, além dos prejuízos econômicos, uma séria ameaça ao oscilante apoio das elites nacionais.

Frente a tantos impeditivos, a solução encontrada foi a atrelar a manutenção da integridade territorial, legado da antiga colonização portuguesa, à preservação da monarquia. De acordo com Magnoli (1997, p. 85), “a ideia de uma entidade preexistente, conservada a salvo das turbulências do mundo exterior, protegida sobre o manto lusitano, até conhecer a luz do dia no momento da maturidade, retoma e desenvolve o enfoque mitológico da constituição da nacionalidade.” A monarquia apresentava-se, assim, como o único meio capaz de garantir a civilização e a ordem do novo Estado. Discurso que ganhava ainda mais peso, quando comparado com os demais países da América do Sul, onde, de acordo com a visão brasileira, “campeavam a desordem, a desunião e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas” (PRADO, 2001, p. 131-132).

As condições particulares da monarquia e da escravidão moldaram o discurso identitário, impondo-lhe características específicas: o território, em detrimento da sociedade, foi o traço definidor da nacionalidade brasileira. Nesse aspecto, a geografia garantiu a estabilidade inicial do regime monárquico, pois, nas palavras de Magnoli (1997, p. 17), “em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação à própria natureza, fazendo-a anterior aos homens.” No caso brasileiro, a instrumentalização do mito geográfico da Ilha-Brasil, expressão divulgada por Jaime Cortesão (1956), assentou as bases dessa identidade.

Diferentes documentos portugueses do século XVI e XVII, revelavam a existência, no centro da porção sul da América, de uma ilha, de grandes proporções, circundada, em sua porção oeste, pelos cursos de um grande rio do norte e do rio da Prata que se encontravam, depois de descreverem arcos convergentes, em um lago unificador. Inicialmente, o “grande rio do norte” foi atribuído ao rio Tocantins, contudo, os avanços portugueses sobre as áreas de domínio espanhol deslocaram esse rio para o oeste, até que se chegou ao Amazonas e nele foi

fixado a identidade do rio aludido. Segundo Cortesão (1956, p. 137), a variedade de relatos referentes a esse território acabou por lhe conferir aceitação, sendo introduzido em diferentes cartas cartográficas europeias da época, não havendo dúvida de que “houvesse na América do Sul um todo geográfico geometricamente definido e quase insulado (...).”

Ainda recorrendo ao estudo de Cortesão, é possível observar que o imaginário sobre esse território cumpria um claro desígnio geopolítico da coroa portuguesa, bem explicitada pelo autor:

Uma razão geográfica de Estado, oposta ao Tratado de Tordesilhas, presidiu à formação territorial do Brasil. A luta entre aquele imperativo geopolítico e os ditames artificiais do célebre convênio explica, na sua maior parte, os três primeiros séculos da história brasileira.

Antes que os luso-brasileiros tivessem adquirido a consciência da unidade geográfica, econômica e humana, que deu lugar à formação do Brasil, já haviam traduzido esse fato por aquilo a que nós chamamos o mito do Ilha-Brasil.

A “razão geográfica de Estado” e o “imperativo geopolítico” fornecidos pela Ilha-Brasil, produziram a base ideológica para a expansão da colonização portuguesa, desprezando o meridiano definido pelo Tratado de Tordesilhas. Tal orientação indicava que, desde a primeira metade do século XVI, com a colonização dando seus primeiros passos, Portugal procurou delinear sua colônia americana em uma forma geométrica orgânica, limitada por fronteiras naturais. De acordo com Góes Filho (2015, p. 146), tal contorno era conseguido nos mapas “deslocando-se a foz do Prata para leste, de maneira a incluí-la, com a foz do Amazonas, na área limitada pela linha de Tordesilhas. Esta, por sua vez, era empurrada para oeste, e quase sempre passava perto de uma divisa natural constituída pelos cursos norte e sul dos dois grandes rios continentais.”

Seguindo essa lógica, o Brasil se apresentava como uma realidade geográfica que precedia a ação colonizadora e representava um lugar de contornos definidos e indivisíveis, no qual “ao invés de conquista e exploração, [representava] dádiva e destino” (MAGNOLI, 1997, p. 47). O Império, no intuito de definir sua legitimação e instituir uma identidade que o diferenciasse de Portugal, assumiu a posição de beneficiário e defensor da integridade territorial legada pelos portugueses. Construiu, assim, um imaginário que permeou todo o período monárquico e adentrou as três primeiras décadas do regime republicano, momento em que as fronteiras foram delimitadas em definitivo. Demétrio Magnoli (1997, p. 290), descreve com exatidão essa ideia do mito territorial brasileiro e sua consequente transcendência:

A geografia – ou, mais precisamente, a imaginação geográfica – desempenhou papel crucial na produção de uma identidade nacional para o Brasil. Ela forneceu uma

narrativa territorial poderosa, da qual emanam fontes de legitimidade ancestrais para o Estado brasileiro e caracteres singulares capazes de alicerçar a nacionalidade. A elaboração dessa narrativa, as suas repercussões sobre a política de fronteiras conduzida pelo Estado e a cristalização dos limites do território nacional representaram momentos dessa operação legitimadora.

A mitologia nacional brasileira foi elaborada pelo Império. Ela se organizou a partir de um olhar romântico dirigido para o passado luso-americano, que estruturou um programa de resgate territorial: a Ilha-Brasil. As suas origens encontram-se no período histórico da ruptura dos laços coloniais, inserindo-se no contexto da definição de uma nação brasileira distinta de Portugal (...) A política de fronteiras manejada habilmente pela diplomacia imperial foi, em larga medida, uma derivação da narrativa da Ilha-Brasil. Simultaneamente, a eficácia dessa política funcionou como reafirmação do mito e importante estágio de refinamento da própria narrativa. Mito e realidade fundiram-se na gestão do Barão do Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. A delimitação de conjunto do invólucro fronteiriço do país transferiu para a esfera do Direito Internacional o território elaborado no plano do mítico, conferindo-lhe um outro tipo de legitimidade.

A monarquia, apoiada no mito territorial e na consolidação do Estado, obteve sucesso na superação das tendências separatistas, suprimiu as várias protonacionalidades do vasto território e promoveu o estabelecimento de vínculos afetivos com uma ideia de pátria que iam além das “pequenas pátrias” locais (SANTOS, 2010b, p. 179). Contudo, não foi capaz de promover, entre os brasileiros, um sentimento de nacionalidade, ou seja, uma noção geral de pertencimento a uma mesma nação. Deixou os alicerces para que os governos republicanos consolidassem esse sentimento e o transformassem na base da legitimidade do Estado brasileiro. De acordo com Santos (2010b, p. 179), muitos elementos foram reaproveitados pela República, ganhando releituras e sofrendo alterações em seus conteúdos, dentre eles estavam a revalorização “da velha concepção de unidade territorial preexistente, a posse de um vasto território que une os brasileiros a despeito de suas diferenças.” Além disso, o autor considera que na grave crise de legitimidade enfrentada nos primeiros anos de governo republicano, nos quais o espectro das tensões separatistas ressurgiu, a “ideia de integridade e grandeza do território, como base para a construção da nacionalidade, elevaram-se à condição de dogma do novo evangelho da nação. Se o Estado monárquico desenhou os contornos gerais do território, o Estado-nação republicano sacralizou esse território.” A relação estabelecida entre nacionalismo e territorialidade é fator fundamental para entender a importância que o Barão do Rio Branco ocupou no imaginário nacional.

Vitorioso nos arbitramentos com a Argentina (1895) e com a França (1900), passou imediatamente à condição de herói nacional. Era uma figura convergente, pois garantia ao país a consolidação de um dos poucos símbolos que gravavam unidade entre a maioria da população. Além disso, surgia em meio à efervescência dos anos de governo militar e dos difíceis momentos de equalização da situação interna, promovida nos primeiros governos

civis. Convocado para ocupar o Ministério das Relações Exteriores, continuou sua obra de consolidação das fronteiras nacionais, não com o exclusivismo imaginado por alguns, e estabeleceu oportunos tratados de limites, com Bolívia (1903), Equador (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). A única pretensão territorial com resultado considerado negativo foi o arbitramento com a Guiana Inglesa, contudo, apesar de contribuir com o desenvolvimento da defesa, o advogado brasileiro nessa questão era Joaquim Nabuco e à Rio Branco não foi imposto o dissabor da derrota. Ricupero (2000, p. 07-08), aponta que o “mito da invencibilidade explica por que ele se tornou inamovível, a não ser pela morte, de todos os governos que se sucederam, sem poder prescindir-lhe os serviços como ministro das Relações Exteriores.” Rui Barbosa (2002, p. 17), apontava Rio Branco como o *Deus Terminus* das fronteiras. Nesse sentido, conferia a Paranhos uma natureza divina, condizente com o caráter sacro que o território brasileiro adquirira ao longo do século XIX e início do XX. Ao explicar os motivos que o elevaram a esse patamar, Rui Barbosa evoca o direito natural do Brasil sobre as áreas que foram delimitadas pela ação negociadora de Paranhos: “Rio Branco alcançando o reconhecimento do nosso direito à região que os estrangeiros nos disputou, não alargou as nossas divisas: restaurou-as. A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração”.

O sucesso de Rio Branco na definição das fronteiras nacionais foi de fundamental importância para a afirmação do discurso e da legitimidade do Estado em bases nacionalistas. De acordo com Santos (2010a, p. 27), “Rio Branco qualificou-se, nesse contexto muito peculiar de um nacionalismo tardio, como um dos pais fundadores da nacionalidade, quase um século depois da independência política, exatamente porque a própria nacionalidade foi, no caso brasileiro, uma conquista tardia.”

A posição assumida por Rio Branco no imaginário nacional, beirando, em alguns momentos, o caráter divino e, em outros, a composição de um mito, eram habilmente asseguradas por mecanismos puramente terrenos. A aceitação e os sucessos do Barão não garantiam a ele unanimidade no interior da sociedade e dos círculos políticos nacionais. Possuía críticos. Estes eram constantes, beiravam a fidelidade. Nesse contexto, Rio Branco preocupava-se profundamente com a opinião pública e julgava necessário influir sobre ela para que as aspirações de sua política externa recebessem o apoio adequado. Recorria, então, à imprensa e buscava alimentar a sociedade com informações precisas, com fatos e com elementos históricos que sustentassem, por si só, a orientação que empregava às negociações

de fronteira. Nessa perspectiva, o presente capítulo será dedicado a analisar esse processo de resolução dos litígios fronteiriços que ainda se mantinham ativos no período republicano e como Rio Branco utilizou a imprensa para obter a anuência da opinião pública em suas decisões. Optamos também por fazer um breve percurso pela história da formação das fronteiras nacionais, abordando elementos da ação diplomática, existentes tanto no período colonial como no monárquico, que, de certa forma, orientaram a ação de Rio Branco.

3.1. A diplomacia brasileira frente ao desafio de consolidar as fronteiras nacionais.

As fronteiras⁶¹ brasileiras do período colonial se desenharam com base em uma evolução histórica que seguia as tendências, princípios e costumes políticos da época. O Tratado de Tordesilhas era inexequível. Definido no plano das fronteiras artificiais, não contava com os conhecimentos geográficos e astronômicos necessários para sua demarcação. De 1580 a 1640, a união das coroas ibéricas colocou as questões de limites em um estado de letargia. Período favorável à movimentação das missões de religiosos portugueses no rio Amazonas e seus afluentes e, também, para a implementação das bandeiras paulistas que trilharam o Sul e o Centro-Oeste, este de difícil fiscalização e, conseqüentemente, de população rarefeita. Em 1680, a fundação da Colônia de Sacramento cumpria o objetivo português de tentar assegurar a fronteira natural do Prata. Já no século XVIII, a invasão dos limites estabelecidos em 1494 seguiu o movimento de exploração do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Nessa mesma centúria, ocorreram a consolidação da presença

⁶¹ Os termos fronteira e limite aparecem, em alguns estudos, como é o caso do presente trabalho, como sinônimos e representam o objetivo único de assinalar as áreas que marcam a divisão territorial entre dois ou mais Estados soberanos. Contudo, por se tratarem de termos técnicos julgamos fazer uma breve apreciação sobre cada um deles. A fronteira representa uma extensa faixa de terra que margeia os limites definidos para indicar os territórios que estão sob o controle de um determinado Estado soberano. Além disso, podem ser povoadas e servirem como ponto de contato entre habitantes de Estados vizinhos. Segundo Silva (2012, p. 195-196), “são seis as fases de formação de uma fronteira: negociação, delimitação, tratado, demarcação, caracterização ou densificação e inspeção. A negociação consiste na troca de pontos de vista entre os representantes diplomáticos dos países interessados e objetiva chegar a um consenso em torno da linha de limites. A delimitação é a linha negociada e aceita como limite de fronteira, traçada sobre o mapa. O tratado é a formalização, em documento descritivo, dessa linha (...). A demarcação é a materialização no terreno dos pontos notáveis da descrição dos limites, complemento indispensável aos preceitos contidos nos tratados de limites, cujos marcos indicam sua importância e utilidade (...) A caracterização ou densificação consiste na introdução de marcos intermediários entre os marcos fundamentais construídos na demarcação, objetivando a intervisibilidade ou redução no espaçamento. A inspeção é atividade de manutenção dos marcos construídos, incluindo sua reparação ou reconstrução, assim como a atualização do processo de determinação de suas coordenadas geográficas.”

Os limites, por seu turno, representam uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno, onde estão diretamente envolvidas as atividades de demarcação. De acordo com Silva (2012, p. 195), “os limites podem ser terrestres ou marítimos. Os terrestres são definidos como naturais e geométricos, e os marítimos em sua maioria são geométricos. Os naturais são hídricos, cursos d’água, ou orográficos, divisores de águas ou montanhas e demais acidentes geográficos. Os limites geométricos são as linhas geodésicas, muitas vezes tratadas como retas ou linhas geográficas, os meridianos e paralelos geográficos.”

portuguesa na região Amazônica e o avanço das monções no Oeste e no Norte. Por fim, a porção Sul foi cenário das disputas pela posse da Colônia de Sacramento e das tentativas de ocupação do território que hoje se divide entre o estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai.

Os avanços luso-portugueses e a conseqüente ocupação de territórios que, em teoria, pertenciam à coroa espanhola, tornavam a situação delicada e carente de solução. De acordo com VIANA (1949, p. 96), para “consertar essa situação de fato, somente um novo tratado, que anulasse e substituísse os anteriores, com base na ocupação real dos territórios em causa, e não mais em discutíveis meridianos traçados antes dos descobrimentos e povoamentos (...)” Com efeito, os laços de parentesco que uniam as coroas de Portugal e Espanha, facilitaram a abertura das negociações em fins da década de 1740.

O resultado foi a assinatura, em 13 de janeiro de 1750, na cidade de Madri, do *Tratado de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores D. João I, rei de Portugal, e D. Fernando VI, rei de Espanha*, vulgarmente chamado de Tratado de Madri. As partes contratantes reconheceram nesse documento a violação da linha de Tordesilhas, uma na Ásia e outra na América, e optaram por aboli-la. Nessa perspectiva, a redefinição das linhas fronteiriças seguia dois princípios básicos: a demarcação não seria mais orientada pelos meridianos, mas sim pelas fronteiras naturais, tomando rios e montanhas como principais referenciais; e a origem do direito de propriedade seria a ocupação efetiva do território, com base na doutrina do *uti possidetis*, oriunda do Direito Civil Romano. Além disso, o tratado permitia, em casos excepcionais, a troca de territórios e vedava a guerra entre as áreas coloniais, mesmo que as matrizes europeias estivessem em conflito.

Seguindo esses preceitos, Portugal concordou em ceder a Colônia de Sacramento e uma faixa de território localizada na margem esquerda do Amazonas, além de renunciar aos seus direitos sobre as Filipinas. A Espanha, por sua vez, ratificou a posse portuguesa em diferentes áreas da região Amazônica, no Centro-Oeste e no Sul, além de ceder o território dos Sete Povos das Missões como compensação pela obtenção da Colônia de Sacramento.

Contudo, a validade do Tratado de Madri foi efêmera. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo, que anulava todas as disposições do documento anterior, assim como as demarcações já efetuadas e outros atos dele decorrentes. Nos anos subsequentes, as relações cordiais entre Espanha e Portugal se deterioraram, sobretudo pela atuação, em lados opostos, na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e pelas constantes incursões espanholas na Colônia de Sacramento, promovendo longos períodos de controle hispânico sobre a região e, conseqüentemente, de protestos portugueses.

Em meados da década de 1770, Portugal e Espanha reabriram as negociações para resolverem suas pendências fronteiriças. Como resultado, firmaram, em 01 de outubro de 1777, o Tratado Preliminar de Santo Idelfonso. Diferentemente do período de assinatura do Tratado de Madri, a Espanha gozava de superioridade política e militar em relação a Portugal e tal desequilíbrio acabou por subordinar os interesses portugueses às exigências espanholas. O Tratado de Santo Idelfonso repetia, em suas grandes linhas, as fronteiras fixadas em 1750, mas com alterações significativas na porção Sul do continente. Portugal conservou, mediante pequenos ajustes, as suas possessões no Norte e no Centro-Oeste, porém, se viu obrigado a transferir a Colônia de Sacramento para o controle espanhol e abrir mão da compensação representada pelo território dos Sete Povos das Missões.

As relações entre Espanha e Portugal foram bruscamente interrompidas pela eclosão do conflito armado de 1801, conhecido como Guerra das Laranjas. Por imposição de Napoleão Bonaparte, a Espanha invadiu as fronteiras portuguesas na Europa com o objetivo de refrear a circulação de navios ingleses em portos lusitanos. O breve conflito, com duração de pouco mais de um mês, foi resolvido mediante a assinatura do Tratado de Paz de Badajoz. A despeito de sua brevidade, o conflito trouxe consequências mais profundas para as possessões coloniais americanas, pois, logo que deflagrado, forças lusitanas invadiram o território dos Sete Povos das Missões e ali se instalaram. Da mesma forma, espanhóis provenientes da região onde hoje se encontra o Paraguai, tentaram invadir o sul do Mato Grosso, mas foram rechaçados pelos portugueses (VIANA, 1949, p. 119). O Tratado de Badajoz se preocupou, prioritariamente, em garantir a devolução das áreas invadidas pela Espanha na Europa. Assim, não estipulou o *status quo ante bellum* para as colônias e nem revalidou os limites definidos pelo tratado de 1777, tornando-o nulo. Nesse sentido, a Portugal foi garantida a posse dos Sete Povos das Missões e os limites entre as duas metrópoles retomaram ao caráter de indefinição.

Francisco Iglesias (1992, p. 87-88, grifo nosso), ao analisar os tratados de limites coloniais, faz a seguinte afirmação:

Lo importante, sin atender a pormenores geográficos, fue que al final del dominio ibérico en América, con las independencias conseguidas entre 1810 y 1830, **los límites del Brasil ya estaban determinados**. Fueron obra de las conquistas brasileñas y portuguesas y de la diplomacia portuguesa. **Las jóvenes naciones americanas surgidas a comienzos del siglo XIX tuvieron que hacer sólo pequeños ajustes, en un trabajo completado por diplomáticos del imperio y del comienzo de la república**. Las fronteras entre Brasil y las repúblicas vecinas son pacíficas y el mapa de América del Sur en cuanto a Brasil quedó fijado ya en el período portugués, en lo fundamental. Después, sólo se hicieron ajustes mínimos.

Não é incomum essa interpretação de que a colonização portuguesa legou ao Brasil independente um território unificado e com suas linhas de fronteira praticamente definidas. Como visto, o processo de legitimação do sistema monárquico pós-independência assentou-se justamente nessas bases. Góes Filho (2015, p. 237-238), por sua vez, possui uma interpretação mais realista ao considerar que “terminado o período colonial de nossa história, ao se encontrar o Brasil independente e cercado por dez vizinhos, se não havia propriamente acordos de fronteira, havia, sim, uma ideia geral dos limites do território nacional que vinha dos grandes tratados coloniais.”

Por fim, Demétrio Magnoli (1997, p. 251) assume um tom crítico quanto à contribuição dos tratados coloniais para a delimitação das fronteiras:

Os tratados de limites do século XVIII contribuíram para a produção de uma pequena extensão das linhas divisórias do Brasil, mas tiveram um papel muito mais significativo no que toca ao desenvolvimento dos conhecimentos geográficos relativos à faixas fronteiriças. As múltiplas expedições de reconhecimentos ou campanha de demarcação realizadas no quadro dos tratados de 1750 e 1777 (...) geraram “verdadeiros monumentos cartográficos” que serviram à diplomacia imperial na hora das complexas negociações de limites do século XIX.

Não negamos aqui que os tratados de limites coloniais, sobretudo o de Madri, foram fundamentais para a delimitação dos contornos do território brasileiro. Contudo, considera-los como responsáveis pela fixação de grande parte das fronteiras brasileiras, a exemplo do que faz Francisco Iglesias, representa uma grave imprecisão. Uma breve análise do processo de formação das fronteiras nacionais, nos permite observar que o Brasil independente herdou de Portugal litígios em quase todas as suas faixas de fronteira. A monarquia ainda enfrentaria mais dois agravantes. O primeiro identifica-se com o fato de que Portugal negociava seus limites apenas com Espanha e França, ao passo que o Brasil deveria efetuar negociações com França, Holanda e Inglaterra, detentoras das Guianas, e com as demais nações sul-americanas, excetuando-se o Chile. O segundo complicador residia na nulidade dos tratados do século XVIII, que extinguiu qualquer base jurídica capaz de orientar, com precisão, a definição das fronteiras com as antigas colônias espanholas.

Superadas as dificuldades iniciais de sua implementação, o governo imperial colocou em prática uma política externa dinâmica e voltada para a delimitação das fronteiras nacionais. Contudo, compreendendo que os ajustes de limites com tantos países diferentes não poderiam ser feitos de forma empírica, pois gerariam contradições e diversidades de processos, a diplomacia brasileira buscou o estabelecimento de uma doutrina uniforme,

coerente e capaz de ser aplicada em todas as negociações. Pautou-se, então, pela adoção de uma versão atualizada do *uti possidetis* inserido no Tratado de Madri. A ausência de tratados válidos, lastreava a ideia de que a ocupação efetiva de um território era a forma mais adequada para justificar sua posse. Nessa perspectiva, o *uti possidetis* brasileiro defendia que cada país deveria ficar com o território que possuía no momento de sua independência. Entretanto, sua aceitação nos círculos políticos brasileiros não foi plena e nem imediata, sendo duas figuras essenciais para a reversão desse quadro: Duarte da Ponte Ribeiro⁶² e o Visconde do Rio Branco.

Duarte da Ponte Ribeiro observou a indefinição dos dirigentes imperiais em torno de qual era a melhor política a ser adotada na fixação das fronteiras brasileiras. Indefinição com a qual teve que conviver ao longo de sua larga experiência como representante do Império em países confinantes. Em uma memória, dedicada a explicitar o estado das relações entre o Brasil e as Repúblicas do Peru e da Bolívia, Ponte Ribeiro (*Apud* JANKE, 2015, p. 61) expressava sua veemente defesa em relação ao *uti possidetis*:

A adoção do princípio do *uti possidetis* é sem dúvida o que mais convêm ao Brasil para demarcar os seus limites com os Estados seus confinantes, e seria para desejar que o governo Imperial o sustentasse até aproveitando-se das declarações já feitas por alguns desses Estados limítrofes de que “não se consideram obrigados à observância dos antigos Tratados entre Portugal e Espanha”, precedente que torna desnecessários quantos argumento poderão deduzir-se do estado bélico ocorrido entre aquelas duas Potências depois de feitos esses Tratados, do não acabamento do preliminar, e da nova face política que a América tomou depois.

Apesar dos esforços de Duarte da Ponte Ribeiro, o *uti possidetis* só passou a ser norma geral da diplomacia imperial, a partir de 1849, quando Paulino José Soares, futuro Visconde do Uruguai, assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e retirou a política externa brasileira do imobilismo que a caracterizara nos anos anteriores. Nesse momento, ganhava importância a figura do Visconde do Rio Branco. Recém-integrado às fileiras conservadoras, José Maria Paranhos executou diferentes missões diplomáticas na região do Prata e foi responsável por tentar fixar, junto aos países platinos, o *uti possidetis* como doutrina única para as negociações de fronteiras. Em 1857, no quadro das difíceis negociações de limites com o

⁶² Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878) nasceu em Portugal, mas veio para o Brasil em 1808, em decorrência da invasão napoleônica à Península Ibérica. Em 1811, formou-se cirurgião pela Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no real Hospital Militar do Morro do Castela. Apoiador do processo de independência brasileiro, foi nomeado cônsul-geral na Espanha (1826), encarregado de negociar o reconhecimento da emancipação do Brasil. Além disso, ocupou cargos diplomáticos em Lisboa, México, Peru, Bolívia e Buenos Aires, em período anterior à guerra contra Rosas. Entre 1837-1841, atuou como representante do Império junto à Confederação Peru-Boliviana, com a qual negociou tratados de limites e comércio. Em 1873, recebeu o título de Barão da Ponte Ribeiro. Para maiores informações sobre Duarte da Ponte Ribeiro Cf. JANKE, 2014.

Paraguai, expôs de forma competente e detalhada a doutrina, a ponto de, segundo Álvaro Lins (1965, p. 192), dar a ela “sua definitiva expressão formal.” Apesar da fala de Rio Branco ser relativamente extensa, julgamos oportuno reproduzir alguns trechos para ilustrar a orientação dada por ele, em nome do governo imperial, ao *uti possidetis*:

O Tratado de 1777 foi roto e anulado pela guerra superveniente em 1801, entre Portugal e Espanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz assinado em Badajoz aos 6 dias de junho do mesmo ano (...).

O Governo de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raías com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis equitativas que podem ser invocadas: o *uti possidetis* onde esse existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante. Estes princípios têm por si o assenso da razão e da justiça, e estão consagrados no direito público universal. Rejeitado eles, o único princípio regulador seria a conveniência e a força de cada nação (PARANHOS *Apud* RIO BRANCO, 2012e, p. 65-66).

Os demais países hispano-americanos também aderiram ao princípio do *uti possidetis*, mas deram a ele uma interpretação própria, em decorrência de existir ali uma diferença fundamental em relação ao Brasil: a fragmentação territorial. Segundo Magnoli (1997, p. 252), “na América hispânica, o problema das fronteiras concernia, na maior parte dos casos, à interpretação das disposições coloniais espanholas relativas aos limites dos vice-reinados, capitânicas e audiências.” Dessa forma, sustentavam, em oposição ao princípio brasileiro, a que chamavam *uti possidetis de facto*, a ideia de um *uti possidetis juris*. Neste a definição dos limites baseava-se nas divisões administrativas impostas arbitrariamente pela Espanha ou nos limites fixados por ela nos tratados que se referiam às fronteiras, independentemente da posse ou da ocupação efetiva. O Tratado de Santo Ildefonso era o paradigma do *uti possidetis* hispano-americano e a comprovação da jurisdição de um território era determinada pela apresentação de documentos que, legalmente, comprovassem o direito efetivo sobre ele. Naturalmente, era mais adequado à resolução dos litígios fronteiriços existentes entre as repúblicas hispano-americanas, ainda que tenha sido registrado uma série de conflitos e dificuldades em tais negociações. Entretanto, também foi evocado para dirimir os litígios com o Brasil e, em menor medida, com os Estados Unidos. Nas contendas sul-americanas sua utilização foi breve, pois cedeu frente à pressão brasileira para a adoção do *uti possidetis de facto* como doutrina base para os ajustes de limites.

Ao longo das quase sete décadas de vigência do sistema monárquico, foram fixadas, com base no *uti possidetis*, três tratados de limites: Peru (1851), Venezuela (1859) e Bolívia (1867). Entretanto, apenas o acordo com a Venezuela se tornou definitivo. O Peru, a partir de 1863, buscou renegociar o tratado e invocou o traçado estipulado em Santo Ildefonso para

nortear as negociações, proposta prontamente recusada pelo Brasil. No caso boliviano, a crise deflagrada no Acre, motivada por levantes brasileiros na região em fins do século XIX, definiu a necessidade de novas negociações. Apesar dos resultados decepcionantes, os acordos, sobretudo o executado com o Peru, serviram para gerar jurisprudência, tornando-se um modelo para as iniciativas de delimitação das fronteiras amazônicas, aproveitado, inclusive, no período republicano.

No Prata, o princípio do *uti possidetis* não foi determinante para a resolução dos litígios fronteiriços. A investida brasileira contra Rosas e a Guerra do Paraguai, foram responsáveis, respectivamente, pela fixação das fronteiras com o Uruguai (1851) e o Paraguai (1872). No caso da República Oriental, manteve-se viva uma pequena contestação quando à navegação na lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, resolvida apenas em 1909. No caso paraguaio, a derrota e a conseqüente desestruturação política, social e econômica do país, não permitiram qualquer tipo de contestação quanto à posse brasileira sobre a área litigiosa.

Ao fim do período monárquico, continuavam sem delimitação definitiva as fronteiras com as Guianas, a Argentina, o Peru e a Colômbia. Além disso, era necessário discutir a contestação uruguaia acerca da navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão e aguardar a resolução do litígio entre Peru e Equador, que poderia legar ao último uma fronteira com o Brasil. Por fim, as rebeliões de seringueiros no Acre reabririam o litígio com a Bolívia, causando sérias dificuldades ao governo republicano. À primeira vista, a atuação do Império parece ter sido pouco efetiva, sobretudo por transmitir a maior parte da obra de definição das fronteiras nacionais para a República. Contudo, é necessário fazer uma ressalva. A despeito dos efeitos práticos exíguos, a diplomacia imperial destacou-se por desenvolver uma base doutrinária que passou a sustentar, com raras exceções, a posição brasileira frente a seus contendores.

Os anos iniciais da República foram turbulentos. O autoritarismo dos governos militares, a radicalização política promovida pelos jacobinos, o encilhamento, a deterioração das finanças e os conflitos gerados pela Revolta da Armada, pela Revolução Federalista e pela Revolta de Canudos, promoveram uma profunda crise de legitimidade do regime recém-instalado. A revolta no Rio Grande do Sul ameaçava, até mesmo, a integridade do território nacional. Os governos civis de Prudente de Moraes e Campos Sales contribuíram para a equalização das crises políticas e econômicas. Contudo, ainda era necessário retomar integralmente a legitimidade do Estado.

Nesse contexto a atividade diplomática de Rio Branco foi fundamental e a consolidação das fronteiras obteve papel destacado. Apoiado no princípio do *uti possidetis*, Paranhos foi responsável por costurar acordos e formalizar limites em seis das dez seções de fronteira do país: Argentina (1895), França/Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Guiana Holandesa (1906), atual Suriname, Colômbia (1907) e Peru (1909). Além disso, firmou um tratado condicional com o Equador (1904), restituiu, junto ao Uruguai (1909) o condomínio da navegação na lagoa Mirim e no Rio Jaguarão. Por fim, era o Chanceler quando Joaquim Nabuco foi “derrotado” no litígio com a Guiana Inglesa (1904). A resolução dos litígios com Argentina, França e Bolívia, legaram ao país, respectivamente, os territórios de Palmas, com extensão de 30.662 km², do Amapá, com 260.000 km², e do Acre, com 190.000 km². Por fim, fez com que o Peru desistisse de uma contestação que garantiu a manutenção de 403.000 km² ao país. Uma área total de 883.662 km², aproximadamente 10% do território brasileiro atual.

Atualmente, as fronteiras brasileiras se estendem por um total de 24.253 km, divididos em uma seção marítima de 7.367 km e em uma seção terrestre de 16.886 km. Destes, 4.632,4 km foram definidos no período monárquico, cerca de 27,5% da extensão fronteiriça. O período republicano, por sua vez, foi responsável pela definição de 12.253 km, cerca de 75% da extensão fronteiriça nacional (**Tabela 4**). Alguns autores, a exemplo de Demétrio Magnoli, consideram que alguns segmentos de fronteira, mais especificamente nas fronteiras com Argentina e Bolívia, foram definidos ainda no período colonial, pois seguiram exatamente o que fora estipulado nos tratados de limites firmados entre portugueses e espanhóis. Contudo, optamos por não seguir essa tendência, pois entendemos que a nulidade dos tratados coloniais permite que se atribua a eles apenas a ideia de uma projeção do que seriam aqueles limites e não a definição de um tratado de fronteira.

Tabela 4 – Configurações das fronteiras brasileiras

Fronteira	Extensão (km)	Extensão (%)	Estados limítrofes	Período (Definição)	Origem
Argentina	1261,3	7,5	RS, SC, PR	Republicano	Arbitramento
Bolívia	3423,2	20,5	MS, MT, RO, AC	Monárquico/Republicano	Acordo bilateral
Colômbia	1644,2	10	AM	Republicano	Acordo bilateral
Guiana	1605, 8	9,5	RR, PA	Republicano	Acordo bilateral
Guiana Francesa (França)	730,4	4,5	AP	Republicano	Arbitramento
Paraguai	1365, 4	8	PR, MS	Monárquico	Guerra
Peru	2995,3	17	AC, AM	Monárquico/Republicano	Acordo bilateral
Suriname	593	3,5	PA, AP	Republicano	Acordo bilateral
Uruguai	1068	6,5	RS	Monárquico	Guerra
Venezuela	2199	13	AM, RR	Monárquico	Acordo bilateral

Ao longo do capítulo analisaremos a participação do Barão do Rio Branco na resolução dos litígios fronteiriços e como este utilizou a imprensa para sustentar sua atuação e para responder as críticas de seus opositores. Contudo, observando os limites de espaço e de tempo para a execução do trabalho, optamos por selecionar três litígios para nossa análise: com Argentina, Bolívia e Uruguai. Cada um possui uma forma de negociação e um objetivo específicos e exemplificam bem como o Rio Branco era capaz de conduzir tais questões de forma eficiente. Por fim, gostaríamos de atentar para o fato de que o litígio com a Argentina pela região de Palmas, possui uma quantidade muito pequena de artigos ou telegramas produzidos por Paranhos, isso se deu pelas condições *sui generis* em que ele foi nomeado e desenvolveu seu trabalho. Contudo, as poucas referências serão de suma importância para a compreensão de seus objetivos e práticas na relação com a imprensa do Rio de Janeiro.

3. 2. Questão de Palmas⁶³

A fronteira atual do Brasil com a Argentina é, predominantemente, fluvial, exceto por uma reduzida faixa de terra, com cerca de 24 km², que, em sua parte mais alta, liga as nascentes do rio Peperi e Santo Antônio, afluentes respectivamente dos rios Uruguai e Iguaçu. Esses quatro rios são responsáveis por separarem o oeste dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná do território pertencente à República Argentina. Em realidade, a orientação dessa fronteira é oriunda do Tratado de Madri que, em seu 5º artigo, determinava a linha divisória dessa região da seguinte forma:

Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Peperi ou Pequiri, que deságua na margem Ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Peperi acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desembocou no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Peperi, e depois pelo Iguaçu, ou Rio Grande de Curitiba, continuará a raiar até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe ajunta o rio Iguereí pela sua margem ocidental. (*Apud* RIO BRANCO, 2012, p. 81).

Entre 1759 e 1760, dando cumprimento às determinações do Tratado, comissários espanhóis e portugueses, encarregados da demarcação, subiram o rio Uruguai e reconheceram a maior parte do curso do Peperi ou Pequerí, que passou a ser conhecido também como Peperi-Guaçu. Além disso, descobriram e exploraram o afluente do Iguaçu que com ele contravertia e prosseguia a linha divisória, ao qual deram o nome de Santo Antônio. Dessa forma, estabeleceram a linha que ligava os dois pontos essenciais da fronteira, o rio Uruguai ao sul e o Iguaçu ao norte. A assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, que anulou as disposições do Tratado de Madri, suprimiu a atividade demarcadora na região.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, promoveu a retomada nas negociações das fronteiras coloniais entre Portugal e Espanha. Na região aqui apresentada, o limite fronteiriço foi ajustado de modo quase semelhante ao que já havia sido definido. A única alteração referia-se ao ponto de encontro do rio Uruguai, que passou da foz do Ibicuí para a do Peperi-Guaçu.

⁶³ Diversos autores utilizam, indiferentemente, as expressões “questão de Palmas” ou “questão das Missões” para se referirem ao litígio entre Brasil e Argentina. Contudo, a segunda expressão é uma criação genuinamente argentina e que só pode ser aplicada do ponto de vista daqueles que defendiam a posição do referido país. Rio Branco refutou firmemente essa denominação, fundamentando essa negação no argumento de que a designação era imprópria e inexata, “porque o território brasileiro que a República Argentina deseja adquirir (...) nunca fez parte da antiga província das Missões da Companhia de Jesus do Paraguai, depois chamada pelos espanhóis – província de Misiones”, mas sim da Comarca de Palmas (RIO BRANCO, 2012e, p. 211).

Contudo, em 1788, enquanto procediam com a demarcação, comissários espanhóis descobriram na margem direita do rio Uruguai, acima da confluência do rio Peperi-Guaçu, e, portanto, mais para leste adentrando o território português, outro rio que, apesar de constar nos mapas do século XVIII, não tinha recebido nome (VIANA, 1949, p. 198). Os representantes espanhóis o denominaram de Peperi-Guazú e, em consequência, deram a seu contravertente o nome de Santo Antônio-Guazú – a partir do século XIX, esses rios passaram a ser identificados nos mapas brasileiros com os nomes de Chapecó e Chopim. Indicando supostos erros na demarcação de 1759, os espanhóis pretendiam determinar a fronteira não pelos rios identificados pelo Tratado de Santo Ildefonso, mas sim pelo rio recém-descoberto.

A contestação espanhola foi interrompida pela guerra travada com Portugal e a consequente assinatura do Tratado de Badajoz, em 1801, que não revalidou os termos do Tratado de 1777. Alguns anos depois, os processos de independência, a fragmentação territorial da América Hispânica, a instalação de diferentes repúblicas e a manutenção do regime monárquico no Brasil, mantiveram as jovens nações absorvidas pelos problemas políticos e militares na região do Prata, colocando a resolução do impasse fronteiriço em suspenso.

Em 1857, as negociações foram retomadas e José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, foi enviado à província de Entre Rios para negociar com o governo da Confederação Argentina. O representante brasileiro obteve sucesso e, em 14 de dezembro, assinou, na cidade de Paraná, capital da Confederação, um Tratado de Limites que atendia plenamente os objetivos brasileiros. Segundo este acordo, a linha divisória a ser adotada seguiria as definições do Tratado de Madri e validaria os trabalhos da comissão demarcadora de 1759, como pode ser visto em seus dois artigos iniciais:

Art. 1º - (...) Segue a linha divisória pelas águas do Peperi-Guaçu até a sua margem principal; desde esta continua, pelo mais alto do terreno, a encontrar a cabeceira principal do Santo Antônio até à sua entrada no Iguazu, ou Rio Grande de Curitiba, e por este até sua confluência com o Paraná.

Art. 2º - As duas Altas Partes Contratantes declaram, para evitar qualquer dúvida, posto que as designações do Artigo 1º sejam bem conhecidas que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, de que fala o dito Artigo, são os que foram reconhecidos, em 1759, pelos demarcadores do Tratado de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha (*Apud* RIO BRANCO, 2012e, p. 226).

O acordo foi prontamente validado pelo governo brasileiro e aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da Confederação Argentina. Entretanto, o governo platino adiou a ratificação mediante a urgência dos problemas nacionais, gerados pelo conflito com Buenos Aires, e condicionou sua assinatura ao apoio que o Brasil deveria dar à sua luta contra esta

província. A recusa brasileira em intervir diretamente na política interna argentina levou à não ratificação do Tratado dentro do prazo duas vezes estipulado, tornando-o nulo, em 14 de janeiro de 1859. Em represália à postura argentina, o governo imperial baixou um decreto, em novembro de 1859, que instituiu a criação de Colônias Militares às margens dos rios Chapecó e Chopim. Todavia, apenas em 1881, o ministro da Guerra tornou a resolução efetiva, sendo as colônias estabelecidas em 1882. Ao Brasil, restava a satisfação de que o governo argentino reconheceria o direito sobre a área não demarcada, argumento que seria, futuramente, utilizado para justificar os objetivos nacionais.

As negociações só foram retomadas em 1876, com o fim da Guerra do Paraguai e de todos os problemas políticos e territoriais dela resultantes para o Brasil e para a República Argentina. O Barão Aguiar de Andrade foi enviado à Buenos Aires com o objetivo de obter a ratificação do Tratado de 1857 ou a celebração de um novo ajuste de limites (JORGE, 2012, p. 49). Bernardo de Irigoyen, ministro das Relações Exteriores do país vizinho, fez uma contraproposta, na qual deixava transparecer as primeiras dúvidas argentinas sobre a exata posição dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio:

El artículo 2º [Tratado de 1857] hace referencia al reconocimiento de 1759 y si no estoy equivocado, ese reconocimiento no tuvo resultado definitivo, por lo que fue necesario nombrar nuevas comisiones o partidas demarcadoras. Para evitar toda a dificultad anticipada sobre este punto creo que debe omitirse la referencia al reconocimiento de 1759 y establecer que los ríos mencionados en el artículo 1º se determinaran en presencia de los trabajos practicados en el siglo pasado por orden de los Gobiernos de España y Portugal (*Apud* PEREIRA, 1945, p. 191).

A sugestão de que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio fossem determinados pelos trabalhos de demarcação realizados ao longo do século XVIII, abria a possibilidade para que as negociações não se pautassem apenas pelas operações de 1759, mas também pelas efetuadas em 1788, que contestavam a real posição desses rios. Nesse sentido, as proposições de ambas as partes foram rigorosamente negadas e as tratativas encerradas em 1877.

Em 1881, observando que a instalação das Colônias Militares às margens do Chapecó e do Chopim seriam efetivadas, a Argentina declarou formalmente que considerava litigioso o território a leste dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio e que, com base nas demarcações de 1788, pretendia estender sua raia até os rios Chapecó e Chopim. Como resposta às instalações militares brasileiras, baixou um decreto, em 16 de março de 1882, criando o Governo das Missões (*Gobernación de Misiones*), limítrofe com a zona litigiosa (**Mapa 1**).

O governo brasileiro alarmou-se com os riscos de uma instalação oficial na região, sobretudo, pela possibilidade de ingerência das autoridades argentinas em território ocupado,

predominantemente, por brasileiros. No intuito de ressalvar seus direitos na área, o governo imperial propôs a reabertura das negociações com base no Tratado de 1857. Claramente, a Argentina refutou a proposta. Como nova possibilidade, o representante brasileiro em Buenos Aires, Barão de Alencar, propôs que “posto os rios a respeito dos quais se discutia jamais terem sido reconhecidos por brasileiros ou argentinos, como tão pouco o território entre eles compreendido, fosse, para esse efeito, nomeada uma Comissão Mista.” (*Apud* HERMES, 1945, p. 45.) Dessa proposta resultou o Tratado de 28 de setembro de 1885, em virtude do qual cada país nomeou seus comissários e técnicos e constituíram a referida delegação, responsável por explorar e levantar a real posição dos rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim e de todo território compreendido entre eles.

Mapa (1)
Pretensão argentina em 1881



Fonte: GÓES FILHO, 2015, p 398-399 (Adaptado)

A comissão binacional iniciou os trabalhos nos primeiros meses de 1887 e já no ano seguinte encontrou seu primeiro problema. Verificou-se que o contravertente do rio Chapecó não era o Chopim, mas sim o rio Jangada, o que aumentava substancialmente a área em litígio. O governo argentino orientou seus comissários a procederem com o levantamento do curso do rio Jangada. Inicialmente, a comissão brasileira se recusou a efetuar essa inclusão,

mas foi orientada pelo governo a aceitar o desejo da República Argentina. As novas exigências empurravam o território litigioso mais a leste, atingindo uma área total de 30.621 km², ocupada por 5.793 habitantes, dos quais 5.763 eram brasileiros e 30 estrangeiros, dentre os quais não se contava um só cidadão argentino (JORGE, 2012, p.50).

Em fevereiro de 1889, antes de se encerrarem os trabalhos de exploração da área, o representante argentino no Brasil propôs, confidencialmente, um projeto de tratado pelo qual seria dividido o território contestado e adotada como fronteira definitiva a média geométrica entre a linha reclamada pelo governo do Brasil e a reivindicada pela Argentina. A proposta foi enviada ao Conselho de Estado, que manifestou oposição ao acordo, e refutada por D. Pedro II que declarou: “Nesta questão não transijo, ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence a nossos vizinhos e então é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence” (*Apud* VIANA, 1959, p. 178).

A possibilidade de levar a questão a arbitramento era mais atrativa ao governo brasileiro do que a simples divisão da área. Nesse sentido, rejeitada a cessão territorial mútua, prosseguiram as negociações que culminaram no Tratado de Arbitramento, assinado em 07 de setembro de 1889. O acordo determinava que encerrados os trabalhos de reconhecimento e exploração dos rios pela Comissão Mista, os dois países teriam um prazo de noventa dias para chegarem a um acordo direto e amigável, caso não atingissem um ajuste, o litígio seria submetido à decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos. Ao árbitro seria solicitado que pronunciasse, em sentença inapelável e sem possibilidade de divisão da área litigiosa entre os contendores, por uma das linhas de limites apresentadas: a dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, secularmente defendida pelo Brasil, ou a dos rios Jangada (Santo Antonio-Guazú) e Chapecó (Peperi-Guazú), reclamada pela República Argentina.

A proclamação da República trouxe, de imediato, uma nova perspectiva para o litígio. O Governo Provisório definiu como uma de suas prioridades em relação à política externa a solução das questões de limites ainda pendentes. Ademais, essas resoluções serviriam para “assinalar o novo momento da política exterior do Brasil, que deveria ser marcada por amplo espírito de fraternidade americana” (BUENO, 1995, p. 98). Seguindo essa orientação, o novo ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, reabriu as negociações com o governo argentino que, apoiado no rápido reconhecimento da República brasileira e na abertura de uma pretensa harmonia regional, voltou a propor a divisão do território. O projeto foi submetido a membros do Governo Provisório e a uma Comissão Especial de Limites e, após algumas conferências, acordou-se que a questão deveria ser solucionada via acordo direto,

mediante a existência de concessões mútuas. Quintino Bocaiúva e Estanisláo Zeballos, chanceler argentino, trocaram telegramas no intuito de estabelecerem as bases do tratado, ficando resolvido que os dois se encontrariam em Montevidéu para conclusão e assinatura dos termos do novo acordo. Com efeito, em 25 de janeiro de 1890, pouco mais de dois meses após a instalação da República, era assinado o Tratado de Montevidéu, que dividia o território e indicava como fronteira definitiva a média geométrica entre as linhas reclamadas pelos dois países (**Mapa 2**).

Mapa (2)

Pretensão argentina em 1888 e a linha do Tratado de Montevidéu (1891)



Fonte: GÓES FILHO, 2015, p 398-399 (Adaptado)

O acordo foi amplamente festejado na Argentina e considerado uma vitória diplomática. O sentimento não era inadequado, pois o país conquistava parte significativa de uma contestação que se tornara oficial há menos de uma década. No Brasil, opinião pública, imprensa e o Congresso Nacional receberam o acordo com grande indignação e impuseram severas críticas à postura e condução que Quintino Bocaiúva deu à negociação, acusando o chanceler brasileiro de “subserviência antipatriótica” (BUENO, 1995, p. 102). O juízo salomônico seguia na corrente oposta à tradição brasileira de não admitir qualquer forma de cessão territorial e acabou por compelir a Câmara dos Deputados, reunida em sessão secreta em 10 de agosto de 1891, a rechaçar o convênio por 142 votos contrários e apenas 5

favoráveis. A apreciação ainda assinalava que a questão deveria voltar aos termos do arbitramento acordado em 1889. Vale indicar que a desaprovação veemente e imediata do Tratado de Montevideu impulsionou os homens públicos do novo regime a reverem o idealismo político que permeava a política externa republicana e retornarem à realidade da tradição diplomática brasileira, com forte apreço pela defesa e segurança da integridade do território nacional.

A partir de 1893, os dois países iniciaram a preparação de suas respectivas defesas e argumentações, que seriam apresentadas ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. O governo brasileiro instituiu uma Missão Especial chefiada pelo Barão Aguiar de Andrade, secundado pelo general Dionísio Cerqueira⁶⁴, integrante da Comissão Mista instaurada em 1885 e profundo conhecedor da região, e auxiliado por um pequeno grupo de diplomatas. Aguiar de Andrade possuía largo conhecimento sobre a questão, herdado de sua atuação nas negociações de 1876, mas demonstrava profundo pessimismo acerca das chances de vitória, em decorrência da descoberta argentina de mapas e documentos que poderiam comprometer as aspirações brasileiras (VIANA, 1959, p. 179). Contudo, o representante brasileiro não pôde prosseguir com a tarefa que lhe fora designada, pois, em vista de sua idade avançada e do precário estado de saúde em que se encontrava, faleceu em Washington, em 25 de março de 1893, pouco depois de iniciar a organização da defesa brasileira.

Floriano Peixoto deparou-se com a difícil tarefa de encontrar, instantaneamente, um substituto com conhecimento e capacidade suficientes para arcar com a responsabilidade de conduzir a questão que envolvia, para além da rivalidade histórica com a Argentina, riscos reais e crescentes para a manutenção da integridade territorial do país. A reivindicação argentina, se atendida pelo árbitro norte-americano, deixaria o Rio Grande do Sul unido ao resto do Brasil por uma estreita faixa de terra de pouco mais de 200 km, criando uma vulnerabilidade militar para o país, além de consideráveis dificuldades econômicas e políticas para a região. Situação agravada pela eclosão da Revolta Federalista (1893-1895) e pelo histórico do próprio Rio Grande do Sul, resumido na apreciação de Góes Filho (2015, p. 312):

Esse era o Estado que justamente merecia mais cuidado: no começo do Império, houve a longa Guerra dos Farrapos (1835-1845) e, agora, no começo da República, estava ocorrendo a Revolução Federalista (1893-1895). O envolvimento de tropas

⁶⁴ Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (1847-1910): General-de-brigada do Exército nacional, destacou-se na política durante o período republicano. Deputado pela Bahia em quatro legislaturas (1891-1896 e 1899-1903), ocupou os ministérios das Relações Exteriores (1896-1898), da Guerra (1896-1897) e da Indústria, Viação e Obras Públicas (1897). Além disso, atuou nas negociações e delimitações de fronteiras do Brasil com a Argentina, Guiana Francesa e Bolívia Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CERQUEIRA,%20Dion%C3%ADsio.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2018.

gaúchas em problemas das nações platinas e vice-versa, a similitude das formações sociais entre gaúchos do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul e a própria especificidade do estado, tão defendida pelos republicanos “comtistas” de Júlio de Castilho e consagrada na Constituição de 1891, deixavam no ar um perigoso cheiro de separatismo.

A opção imediata era o general Dionísio Cerqueira, segundo plenipotenciário na Missão enviada aos Estados Unidos, membro da Comissão Mista que promoveu o levantamento do território litigioso e autor do parecer que rejeitara o Tratado de Montevideu. Contudo, em 05 de abril de 1893, decorridos apenas dez dias da morte de Aguiar de Andrade, Floriano Peixoto, possivelmente influenciado pelas várias informações e indicações que apontavam Rio Branco como o mais capaz para defender a causa, o indicou para assumir o cargo, causando surpresa na maioria da opinião nacional. Paranhos Júnior não hesitou e aceitou prontamente a convocatória.

Entretanto, em suas manifestações de aceitação, trocadas com diferentes interlocutores, Paranhos aparentava um certo desalento em assumir a tarefa que lhe fora incumbida. Destacamos uma carta trocada com José Avelino Gurgel do Amaral⁶⁵.

Na sua carta V. diz que agora me acho na carreira que mais me convém. Algumas vezes falamos deste assunto, V. deve lembrar-se que eu sempre lhe dizia que não quero saber de carreira diplomática. Não sirvo para isso, meu caro, por muitíssimas razões (...). Aceitei esta missão porque é temporária e unicamente para a defesa de um território incontestavelmente nosso. É questão de história e geografia que conheço perfeitamente, questão tratada por meu pai em 1857. Não sei por quem soube o governo que eu estava senhor de documentos novos e pretendia escrever sobre o assunto: apelou para mim, e eu não tinha o direito de escusar-me, alegando motivos de comodidade ou conveniência pessoal. Terminada a questão volto para o meu canto (*Apud* VIANA FILHO, 1959, p. 184).

Rio Branco tomou a assunção do cargo como um grande sacrifício patriótico, responsável por afastá-lo de sua vida retraída e, principalmente, dos seus estudos e projetos relativos à produção de trabalhos sobre a história nacional. Essa névoa de abnegação era uma constante nas correspondências pessoais e oficiais de Paranhos que, por meio da ideia de consternação com as tarefas que lhe eram solicitadas, buscava ocultar a satisfação em atingir, mesmo que tardiamente, postos que almejava desde sua juventude. Além disso, uma negativa à convocação de Floriano Peixoto, em momento de radicalização política no Brasil, não se

⁶⁵ José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901): Formado pela Faculdade de Direito do Recife, contemporâneo de Rio Branco nessa instituição, foi deputado em duas legislaturas (1891-1893 e 1898-1901). Apoiou Deodoro da Fonseca quando este fechou o Congresso, em 03 de novembro de 1891, e acabou exilado após a queda do Marechal. Teve destacada atuação na imprensa brasileira, sobretudo na do Rio de Janeiro, onde colaborou com *O Globo*, *Vanguarda*, *Diário do Brasil*, *Correio Fluminense*, *Diário do Comércio*, *Constitucional* e *O Paiz*. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AVELINO,%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2018.

apresentava como opção viável a Rio Branco, que tinha contra si o peso de seu título nobiliárquico, a tradição monárquica⁶⁶, o fato de ser um expatriado voluntário e, sobretudo, a necessidade de manter sua posição de cônsul em Liverpool, fonte imprescindível para a manutenção de sua sobrevivência financeira.

Entretanto, essa postura apática desaparecia quando Rio Branco afirmava sua condição singular de profundo conhecedor do caso e de manifesta confiança no resultado favorável ao Brasil. Em seus *Cadernos de Notas* registrou a seguinte apreciação: “Tenho a mais profunda convicção de que nenhum árbitro imparcial poderia resolver contra nós este litígio lendo a nossa exposição que deve ser escrita com a precisa clareza e acompanhada de mapas; por isso, nenhuma inquietação tenho quanto à resolução que há de proferir o Presidente Cleveland.” (Apud LINS, 1965, p. 200). É consenso entre aqueles que estudam o Barão de que este vinha, de longa data, analisando a questão e que já tinha opinião formada sobre quais argumentos e documentos seriam necessários para compor a defesa brasileira. Alguns jornais debatiam, inclusive, a possibilidade de que Paranhos possuísse uma *Memória* finalizada e à disposição do governo brasileiro, fato negado, constantemente, por ele. Em realidade, após a opção brasileira de levar a questão a arbitramento, Rio Branco, detentor de considerável acervo documental sobre o tema, projetava a produção de um trabalho que, mediante aceitação do governo brasileiro, seria entregue à Missão especial nos Estados Unidos para auxiliar na defesa (LOBO, p. 1945, p. 05). Com efeito, o conhecimento prévio de Rio Branco sobre o caso era fundamental, sobretudo se considerarmos que os representantes brasileiros dispunham de apenas oito meses para cumprirem uma série de compromissos oficiais, além de recolher e analisar a base documental selecionada e, por fim escrever e verter a *Memória* para o inglês.

Rio Branco chegou aos Estados Unidos em fins de maio e, poucos dias depois, por inusitada coincidência, o representante argentino, Nicolás Antonio Calvo, faleceu em Paris, pouco antes de embarcar para Washington. Para substituí-lo foi escolhido Estanislao Zeballos.

⁶⁶ Segundo Luís Viana Filho (1959, p. 194-195), o passado monarquista de Rio Branco e a eclosão da Revolta da Armada levaram o governo brasileiro, temeroso de qualquer atitude contrária aos interesses do país, a enviar agentes da polícia fluminense para vigiarem de perto a conduta do plenipotenciário brasileiro. Rio Branco registrou tal situação em um de seus *Cadernos de Notas*: “As instruções que tinham a meu respeito eram para que observassem os meus movimentos e os das visitas que recebia, e procurassem saber a quem eu dirigia telegramas ou cartas, para ver se me comunicava com os revolucionários ou se pelo telégrafo mandava alguma informação. Que grande e inútil maçada tiveram os detetives que andaram a observar a minha residência e os meus movimentos e a ler os meus telegramas!” (Apud LINS, p. 209)

A opção foi recebida de forma positiva pela diplomacia brasileira. Assis Brasil⁶⁷, representante em Buenos Aires, assim descrevia o novo plenipotenciário argentino:

Penso ser o adversário mais conveniente a nós, não porque não seja um moço de muito talento; porém tendo sido o próprio negociador do tratado de transação, não poderá alegar muita convicção na força dos direitos argentinos. Demais, tudo quanto ele puder dizer já nós conhecemos de antemão. O sr. Zeballos, com quem tenho aqui muita intimidade, é caráter muito diferente do que me dizem que é V. Exa. E creio que o contraste será favorável a nós. Ele confia muito no jogo dos silogismos e no ardor de arranjá-los não vacilará em amoldar as premissas ao seu sabor (*Apud VIANA FILHO, 1959, p. 189*).

A perspectiva de Assis Brasil não era inexata, mas necessita de uma análise mais ampla. Uma breve visita à historiografia argentina nos permite observar o quanto a atividade política e diplomática de Zeballos gera controvérsias. Luís Santiago Sanz (1957, p. 75), indica que a “vigorosa constituição temperamental fazia de Zeballos um político temível; para diplomata as suas veementes paixões conduziam-no a excessos.” Miguel Ángel Scenna (1975), um dos críticos mais contundentes de Zeballos, o considera um político agressivo e ingênuo, além de debitar sobre ele a responsabilidade por incitar diversas crises com os países vizinhos, sobretudo com Brasil e Chile. Mesmo Roberto Etchepareborda (1982), um dos principais apologistas do político argentino, reconhece que Zeballos, a despeito de sua inteira dedicação à pátria, possuía uma postura excessivamente agressiva enquanto diplomata, o que desestabilizava a posição argentina no contexto sul-americano. No Brasil, mais especificamente para aqueles que se dedicam ao estudo sobre o Barão do Rio Branco, a apreciação de Assis Brasil serviu como base para a construção simplificada e, por vezes, caricata de Estanislao Zeballos, permitindo uma comparação sempre desvantajosa em relação ao Barão. Álvaro Lins (1965, p. 388) faz a seguinte contraposição: “[Rio Branco] mantinha uma atitude moderada e conciliadora, invariável nos propósitos de conciliação, entendimento e relações pacíficas; Zeballos, era dos dois o polemista, o provocador, o belicoso (...)”. Luiz Viana Filho (1959, p. 188-189), por sua vez, descreve Zeballos como um jovem “talentoso, mas dispersivo, o que o impedia de se aprofundar nos assuntos, possuía uma personalidade trepidante e certo gosto pela aventura” e direcionava sua análise para a comparação entre o

⁶⁷ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938): Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, entrou em contato com as ideias republicanas, participou da fundação de diferentes grupos e núcleos republicanos e colaborou com periódicos da mesma orientação. Foi deputado pela Assembleia Provincial de Porto Alegre (1884-1886 e 1886-1888), atuou como ministro plenipotenciário na Argentina (1890-1891), deputado constitucional (1891), foi representante brasileiro em Washington (1898-1902), atuou junto a Rio Branco nas negociações com a Bolívia pela região do Acre (1903) e representante brasileiro em Buenos Aires (1906). Conf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em 10 de julho de 2018.

político argentino e Rio Branco: “Extrovertido, loquaz, amigo das aparências, sempre a ostentar uma flor à lapela, comprazia-se em parecer um grão-senhor. Por temperamento, era o oposto do antagonista.”

Entretanto, não podemos ignorar que a instabilidade atribuída a Zeballos não apaga sua considerável relevância no cenário político e intelectual da Argentina na virada do século XIX para o XX⁶⁸. De acordo com Etchepareborda (1982, p. 19, grifo nosso), o representante argentino era movido por um elevado conceito de pátria e foi “un político visionario que, tanto desde su gabinete de trabajo, al cual fue tantas veces relegado por sus arrebatos considerados peligrosos por algunos para la tranquilidad de la República, o de la tribuna parlamentaria, **marcó siempre una actitud de signo nacional (...).**” Fernando Navarro (2011, p. 23, grifo nosso), vai além da análise de Etchepareborda e indica que:

Su esmerada inclusión en la vida política argentina hizo que asumiera diferentes “máscaras” para permanecer, la del intelectual experimentado, la del estadista imprescindible y de del científico que posee un saber necesario para un país que pugnaba en esos momentos por organizarse como Estado moderno. **El sentido del tiempo, es decir, encontrar la oportunidad indicada para presentarse como el hombre que se ha educado para poner su saber al servicio de ese Estado fue, sin dudas, una de sus mayores virtudes.**

Os trechos destacados nas citações acima, caso não estivessem identificados como referentes a Zeballos, poderiam, facilmente, serem atribuídos a Rio Branco. Dessa forma, a despeito de apresentarem condutas e traços de personalidade opostos, os representantes de Brasil e Argentina conduziram suas respectivas trajetórias políticas e, por vezes, pessoais, em direção a um objetivo comum: a defesa máxima dos interesses da pátria. Paranhos foi fortemente influenciado pelas ideias conservadoras, que dominavam o cenário político brasileiro ao longo de seu processo de formação político-intelectual, influência acentuada pela convivência próxima com alguns dos principais representantes dessa corrente, com natural destaque para seu pai. Nesse sentido, afastou-se daqueles que contestavam abertamente a

⁶⁸ Estanislao Zeballos exerceu uma ampla variedade de atividades intelectuais e políticas no intervalo entre as décadas de 1870 e 1920. Graduado em Direito, envolveu-se com o periodismo argentino, ocupando a direção do *La Prensa*, jornal com o qual colaborou ao longo de toda sua vida, e exercendo profunda influência sobre outros periódicos, a exemplo do *El Sarmiento* e do *La Razón*. Foi deputado nacional por três legislaturas (1880, 1884 e 1912), ministro plenipotenciário em Washington (1893-1895), Presidente da *Sociedad Rural Argentina* (1888-1891) e Chanceler em três ocasiões (1889-1890, 1891-1892 e 1906-1908). Além disso, promoveu a criação de diversos institutos e publicações científicas e culturais, como a *Sociedad Científica Argentina* (1872), o *Instituto Geográfico Argentino* (1878) e a *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1923), importante meio de difusão do pensamento nacionalista do período. Foi membro da *Junta de Historia y Numismática*, instituição fundada em 1893 e que, algumas décadas depois, foi reconhecida como a *Academia Nacional de la Historia*. Por fim, publicou uma série de trabalhos sobre a história e o território argentino, a exemplo de *La Conquista de quince mil léguas* (1878),

ordem político-social do período⁶⁹, promovendo a manutenção de uma profunda fidelidade às instituições monárquicas, enquanto estas existiram, e transferindo, mesmo que com ressalvas, essa dedicação para um projeto de estabilização e consolidação do sistema republicano.

Estanislao Zeballos, por sua vez, integrava uma geração de políticos e intelectuais formados imediatamente após a unificação argentina de 1861. A alteração política promovida no país tornou necessária a adequação das elites provinciais a um país unido e impulsionado, prioritariamente, por Buenos Aires. Segundo Sandra Fernández e Martín Muller (2011, p. 56), “una das formas de integración, con efecto de dar, recibir y corresponder, fue concentrar a los ‘jóvenes hijos’ de las provincias a un proyecto de educación común para la elite.” Inserido no arcabouço teórico desse projeto estava a proposição de que “estos jóvenes deberían ser educados sólo a partir de la idea de ‘nación’, sobre la base de una modernidad en ciernes que preparara a estos varones para la tarea de gobernar, disciplinar y dirigir en todas las áreas de la vida nacional.”

Por fim, consideramos que o conhecimento, a experiência e a dedicação de Zeballos à resolução do litígio fronteiriço não poderiam ser desconsiderados, a exemplo do que fez Assis Brasil. O argentino integrava um grupo de nostálgicos que revisitavam o período em que a Argentina compunha o Vice-Reinado do Rio da Prata e lamentavam a perda da grandeza territorial. Combatiam, portanto, a tendência histórica do país ao desmembramento e, segundo Paulo Cavaleri (2004, p. 58), apelavam “vigorosamente a no tolerar más nuevos desprendimientos y a defender los restos territoriales que le quedaban a la Argentina moderna

⁶⁹ A contestação aberta à ordem e às instituições imperiais, intensificada a partir da década de 1870, foi formulada, prioritariamente, por uma geração de políticos-intelectuais marcada por uma experiência comum de marginalização, ainda que relativa, em relação à dominação política dos saquaremas. Seguramente, a variedade de grupos, ideias e tendências que povoavam a ação política dessa geração, fazia com que seu conteúdo e sua fundamentação teórica flutuassem entre elementos abertamente contraditórios ou até mesmo irreconciliáveis. Daí o fato de abrigar monarquistas liberais, republicanos, positivistas, federalistas, abolicionistas, entre tantos outros. Não havia uma unidade de visões na crítica à ordem conservadora e cada grupo propunha sua própria alternativa para superá-la. Eram unidos pela insatisfação que nutriam pela ordem político-social vigente, considerada excludente e responsável por refrear a conquista de suas demandas particulares (ALONSO, 2002). Luís Cláudio Villafañe Santos (2012b, p. 65-67), aponta que, em termos estritamente geracionais, Paranhos Júnior se enquadrava na ‘Geração de 1870’ e, de certa maneira, foi partícipe das discussões promovidas por ela, sobretudo por estar integrado aos propósitos do Visconde do Rio Branco de promoção de uma reforma conservadora da ordem saquarema. Também não podemos, ignorar que conviveu intimamente com alguns de seus expoentes, a exemplo de Joaquim Nabuco. Contudo, Santos (2012b, p. 65-67), faz a ressalva de que não se pode incluir Paranhos Júnior no movimento de 1870, pois era “filho do então político mais importante do Partido Conservador e nem de longe um contestador da ordem e das instituições do Império (...)”, além disso, não vivenciava a experiência de marginalização imposta pela ordem político-social saquarema, tornando-se uma espécie de representante da ‘antigeração de 1870’”.

de los antiguos dominios del Virreinato.” Observavam no Brasil o principal responsável externo por essas perdas históricas, sobretudo pela ação do Império, que empregou uma política intervencionista na região do Prata, objetivando a manutenção das independências de Paraguai e Uruguai e, conseqüentemente, impedindo a constituição e o avanço de uma força que poderia prejudicar seus interesses na região. Nessa perspectiva, uma nova perda territorial, principalmente para o Brasil, representaria um golpe para as aspirações de crescimento e liderança regional da Argentina.

Ciente da relevância que a disputa representava, Zeballos, enquanto ocupava o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*, entre 1891 e 1892, optou por enviar comissões a alguns arquivos europeus, para que levantassem toda a documentação que poderia ser de utilidade para o país em suas disputas fronteiriças (MOLINA, 1955, p. 127). Além disso, carregava a experiência da negociação que resultou no Tratado de Montevideú, do qual pode-se considerar que saiu vencedor, e pela publicação de trabalhos sobre o assunto, com destaque para *Cuestiones de límites entre las Repúblicas Argentina, el Brasil y Chile* (1892). Claramente, possuía qualidades suficientes para conduzir a defesa argentina, o que, conseqüentemente, lhe permitia observar certo realismo quanto às chances argentinas que, para ele, não deveriam ser vistas com otimismo excessivo:

La cuestión de Misiones tiene diverso y capitales puntos de vista, algunos de los que amparan indiscutiblemente la razón argentina, mientras que otros los relacionados con los hechos, **suscitan incertidumbres graves y no me permiten sustentar ilusiones irreflexivas en el desempeño de esta misión, que acepto con grandes contrariedades privadas y como un sacrificio debido a la Patria en una cuestión de integridad y de amor propio nacional** (ZEBALLOS, 1912, p. 418, grifo do autor).

Em solo norte-americano, Rio Branco e Zeballos assumiram, de imediato, posturas e estratégias diferentes. O representante argentino empregou uma intensa campanha de imprensa, permitindo sucessivas entrevistas e a concessão de informações sobre a preparação da defesa platina, com o objetivo de estabelecer um ambiente favorável à Argentina. Rio Branco, ao contrário, afastou-se da cena pública e do movimento diplomático de Washington. Fixou residência em Nova Iorque, de onde dispunha de comunicações mais diretas com seus correspondentes na Europa. Iniciou, assim, um trabalho febril, convivendo com horários inconstantes e com a pressão do prazo reduzido. No centro dessa corrida, Paranhos centralizava a responsabilidade por quase todas as atividades. Coordenava a busca por documentos e mapas nos arquivos de Lisboa, Madri e Paris e “em cada um dos arquivos referidos, havia a indicação do que copiar e das alternativas no caso de resultado negativo”

(LOBO, 1945, p. 04). Aproveitava o corpo diplomático brasileiro para espionar as pesquisas efetuadas pelos representantes argentinos, recebendo informações de quais especialistas foram consultados, quais os arquivos visitados e, principalmente, a relação de documentos recolhidos pelos membros da Comissão do país vizinho (LOBO, 1945, p. 04). Além disso, monopolizava a escrita da *Memória*, justamente por não confiar a ninguém trabalho que, em caso de resultado negativo, seria colocado inteiramente sob sua responsabilidade. Assumia uma carga de trabalho demasiada e para conseguir cumpri-la viveu por alguns meses em intenso estado de isolamento, como bem descrito por Álvaro Lins (1965, p. 201):

Isolava-se no meio da grande cidade, e era como se estivesse solitário na multidão. Solidão que se tornou quase completa, pois durante os meses em que preparava a sua *Exposição* quase não saía de casa. Em julho e agosto não foi à rua mais de quatro vezes. A correspondência com os amigos - é uma lacuna visível no seu arquivo - cessa quase de todo durante os dois anos de permanência na América do Norte. Leva meses sem se comunicar com a própria família

Esse retraimento afetou também sua colaboração com a imprensa brasileira. Os artigos de sua autoria praticamente desapareceram nesse período e a correspondência com seus principais interlocutores nesse campo, José Carlos Rodrigues e Gusmão Lobo, seguia na mesma corrente, confirmando a lacuna citada por Lins. Naturalmente, é possível encontrar cartas e telegramas trocados com aqueles que compunham a Missão Especial, mas são excessivamente formais e objetivas e pouco contribuem para desvendar o pensamento de Paranhos Júnior sobre o litígio.

Em 08 de fevereiro de 1894, Rio Branco entregou a *Memória*, composta por seis volumes, ao árbitro norte-americano. O fundamento doutrinário da defesa brasileira assentava-se no princípio do *uti possidetis*. Paranhos Júnior trazia, assim, a herança da diplomacia imperial para sustentar uma questão que se agravava frente à inaptidão da recém-instalada diplomacia republicana. Paranhos, assim definiu o direito brasileiro:

[O Brasil] funda o direito no *uti possidetis* da época da independência, que era o mesmo reconhecido pelos missionários espanhóis quando, desde o século XVII até meados do XVIII, mantinham a oeste do Pequerí brasileiro um posto de observação para dar notícia dos movimentos dos paulistas; posse igualmente reconhecida pela Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio governo argentino, porquanto no largo período de 70 anos, decorridos de 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma a fronteira mais oriental do que essa, e no período de 40 anos, decorridos desde a ocupação efetiva do Brasil (...) não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira. Funda ainda o seu direito na posição especial desse território, que lhe é indispensável para sua segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira (RIO BRANCO, 2012e, p. 67-68).

O intuito de Paranhos era demonstrar a constante e veemente defesa brasileira acerca do seu direito sobre a área, sem mudanças na linha divisória ou nos rios que orientavam o traçado da fronteira. Essa posição, conseqüentemente, ressaltava a postura dúbia do governo argentino que, ao longo de boa parte do século XIX, aceitara a posse efetiva do Brasil sobre a área para, tardiamente, iniciar contestação própria. Nessa perspectiva, o Tratado de 1857, negociado pelo Visconde do Rio Branco, era fundamental para a argumentação de Paranhos:

Não obstante ter o Tratado de 1857 ficado sem efeito por falta da formalidade complementar da troca das ratificações, todavia é documento histórico da maior importância no estudo deste pleito, porquanto prova que o governo argentino, concluindo esse ajuste, e o Congresso argentino, aprovando-o, reconheceram expressamente naquela data o direito do Brasil à fronteira do Santo Antônio, Peperi-Guaçu e Uruguai, direito já reconhecido tacitamente, pois desde 1810 até 1858 – durante 48 anos –, o governo argentino nunca formulou reclamação ou protesto de espécie alguma que manifestasse pretender fronteiras mais orientais do que essas (RIO BRANCO, 2012, p. 230).

Contudo, o cerne da estratégia de Paranhos era colocar em xeque a autenticidade da documentação apresentada pela Argentina e conduzir o árbitro a um plano em que não pudesse haver qualquer dúvida quanto à sentença. Em breve passagem de sua defesa, o representante brasileiro indica aceitar “todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação. Esses documentos são os Tratados de 1750 e 1777, as **Instruções expedidas aos Comissários demarcadores e um Mapa de 1749**” (RIO BRANCO, 2012e, p.68, grifo nosso). Nos dois últimos residia a vantagem de Rio Branco. Em pesquisas efetuadas e orientadas por ele, foi possível localizar os originais desses documentos, ambos considerados perdidos, no Arquivo Geral de Simancas, na Espanha, e no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, respectivamente. Mediante a posse desses documentos a posição brasileira tornou-se confortável, sobretudo, pela confirmação de que os argentinos possuíam apenas versões destes e que, por trabalho inexato de cópia, apresentavam uma série de erros, alterações e imprecisões. Nos cabe fazer uma breve análise de como Rio Branco utilizou cada um deles.

A contestação argentina estava alicerçada nas apreciações dos comissários espanhóis de 1788, os quais sustentavam que os demarcadores de 1759 haviam identificado erroneamente o rio Peperi-Gruaçu e, conseqüentemente, o seu contravertente, o Santo Antônio. Rio Branco caracteriza tal questão da seguinte forma:

Em 13 de novembro de 1789 (30 anos depois do primeiro reconhecimento do Peperi), o comissário espanhol Alvear disse em ofício dirigido ao seu concorrente português Róscio, que o mapa de 1749 situava o Peperi acima do Uruguai-Pitã e que, em 1788, fora encontrado esse Peperi “com sinais que o caracterizassem como

caudaloso, com uma grande ilha frondosa em frente sua foz, e um grande arrecife dentro de sua barra.

Alvear não falava em instruções: limitava-se a aplicar ao antigo Peperi do Tratado de 1750 os sinais característicos do rio descoberto em 1788, insinuando artificialmente que em 1759 o Peperi era conhecido por esses sinais (RIO BRANCO, 2012e, p. 103-104, grifo do autor).

A argumentação do comissário espanhol foi sustentada ao longo do século XIX por diferentes autores, especialistas e políticos, tanto espanhóis quanto argentinos. A partir da década de 1880, essa afirmação foi oficializada pelos representantes argentinos envolvidos com o litígio, inclusive por Zeballos, e utilizada como documento central na argumentação perante o árbitro norte-americano. Contudo, ao localizar o original da “Instrução particular de 27 de julho de 1758”, Rio Branco obteve a chave para desarmar a proposta argentina, confirmando sua suspeita de que a descrição do comissário espanhol representava uma falsificação do texto original de 1758:

A instrução particular de 27 de julho de 1758 só era conhecida por algumas citações que se encontram no diário da demarcação de 1759 e 1760. Agora, nesta última e suprema instância do pleito iniciado há mais de um século, e ultimamente ressuscitado, ela aparece pela primeira vez para fazer triunfar a causa da verdade e da justiça e vingar a memória dos demarcadores portugueses e espanhóis (...)

(...) Nada de Peperi águas acima do Uruguai-Pitã, nada de ilha nemorosa; e nada de recife dentro ou fora da boca do Peperi.

Desaparece assim, porque nunca existiu, um dos dois documentos que o governo argentino alegava, dando crédito às invenções dos comissários espanhóis encarregados da segunda delimitação de fronteiras, depois do Tratado de 1777 (RIO BRANCO, 2012e, p. 105;110).

A obtenção do original do “Mapa das Cortes” de 1749 representava a última peça no quebra-cabeças montado por Paranhos Júnior. O referido mapa foi produzido, em duplicata, com objetivo de orientar as discussões finais do Tratado de Madri. Dos mapas originais, denominados de “mapas primitivos”, foram tiradas seis cópias, três em Lisboa e três em Madri, para serem entregues aos comissários responsáveis pela demarcação em 1759. Contudo, tais cópias sofreram uma série de alterações e mutilações que dificultavam a exata definição das fronteiras acordadas no Tratado de 1750. Em posse de uma dessas cópias, os representantes argentinos alegavam que o rio Peperi-Guaçu nela representado era o mesmo identificado pelos demarcadores de 1788, ou seja, o rio Chapecó, o que comprazia a aspiração platina. De posse de um dos “mapas primitivos”, Rio Branco executou, auxiliado pelo geógrafo francês, Emile Lefebvre, um trabalho de sobreposição entre o referido mapa e outro produzido pela Comissão Mista brasileiro-argentina, de 1885, para analisar de forma comparativa as longitudes do Peperi-Guaçu, limite defendido pelo Brasil, e do Chapecó, limite pretendido pela Argentina. Tal estudo permitiu a Rio Branco a seguinte conclusão: “(...)

o rio que o mapa de 1749 designou para limite não é o Chapecó ou Pequeri-Guazú, como pretende a República Argentina; é o Peperi-Guaçu, antigo Pequeri, dos brasileiros de São Paulo, limite do Brasil desde o século XVII” (RIO BRANCO, 2012, p. 170).

Encerrada a apresentação dos motivos brasileiros, restava a Rio Branco aguardar o anúncio do presidente estadunidense. Entretanto, a espera foi prolongada e causou certa apreensão no Brasil, como pode ser observada na correspondência enviada por Gusmão Lobo:

Após telegramas anunciando solução favorável ao nosso Brasil na pendência das Missões, temo-los agora, via Montevideú, desmentindo a notícia. Não se tem falado do negociador senão nas rodas particulares que o honram *nemine discrepante*. Como todos os brasileiros, que mais ou menos fugitivamente conhecem os termos do litígio, ardo em desejos de o ver afinal resolvido a nosso favor. E ninguém confia no negociador mais do que eu. Entretanto, nutro apreensões que já lhe manifestei (GUSMÃO LOBO [para] RIO BRANCO, 12 de jun. de 1894)

Em 06 de fevereiro de 1895, decorrido quase um ano da entrega das *Memórias* brasileira e argentina, os representantes do governo norte-americano anunciaram o resultado do laudo como sendo favorável ao Brasil. Segundo Álvaro Lins (1965, p.212), tão logo a notícia chegou ao Brasil “o nome do Barão do Rio Branco passou a ser exaltado e glorificado em toda parte.” Poucos conheciam o representante brasileiro e muitos o identificavam pelo eco do nome paterno. Para informar o público sobre o novo personagem, Joaquim Nabuco (09 de fev. de 1895) publicou um extenso artigo no *Jornal do Commercio*, no qual apresentava uma biografia de Paranhos, com destaque para seu conhecimento sobre a história nacional e, principalmente, para sua constante disposição para servir a pátria:

Estão aí os traços característicos do segundo Rio Branco, genuíno patriotismo, culto amoroso do pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do país e, para satisfaze-la, vocação de historiador, por último, talvez, inclinação pessoal para a representação nacional no exterior. Todos esses sentimentos são de ordem desinteressada, todos incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos de um mesmo motor, o amor do país. Ele não se propõe ainda aqui nada de brilhante, de singular, pode-se dizer de próprio, a sua ambição é servir o Brasil, do modo mais obscuro, quase anônimo, possível.

Gusmão Lobo era dos mais exaltados e, em correspondência, informava Rio Branco da repercussão de sua vitória: “A opinião está fortemente abalada, e o seu nome está em todas as bocas. Não me consta discrepância de juízo acerca do negociador (...). Você anda lembrado para a pacificação do Rio Grande, para a solução da pendência do Oiapoque, para tudo enfim. É verdadeiramente o homem do dia” (GUSMÃO LOBO [para] RIO BRANCO, 12 de fev. de 1895). Levando-se em consideração o tom exaltado empregado por Gusmão Lobo, era inegável a ressonância que o nome Rio Branco causava. A imprensa, por exemplo, foi

unânime em reconhecer as qualidades do representante brasileiro. A *Gazeta de Notícias* traçou um breve esboço biográfico de Rio Branco e teceu comentários sobre sua capacidade e preparo para conduzir a defesa brasileira. O artigo, sem assinatura, transparecia ser escrito por alguém que conhecia intimamente Paranhos, como pode ser visto no excerto que reproduziremos a seguir: “Quem conhece José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, compreende a delícia que neste momento lhe vai na alma pela brilhante vitória que acaba de obter (...) resolvendo em favor do Brasil a pendência secular do território das Missões.” (A QUESTÃO DE MISSÕES, 08 de fev. de 1895, p. 01). *O Paiz* demonstrava satisfação com o resultado e grande apreço por Rio Branco:

A solução que teve o litígio das Missões, reconhecendo o direito do Brasil à posse desse extenso território, é justo motivo de contentamento não só para nós brasileiros, como para todos os que sabem ver na fraternidade internacional dos povos que habitam o continente sul-americano a base do seu progresso e a garantia do seu futuro.

(...) *O Paiz* felicita com o mais sincero prazer o digno chefe do Estado, o sr. Barão do Rio Branco, distintíssimo diplomata, a cujas habilidade e inteligência se deve em grande parte esta vitória, e associa-se nas manifestações de júbilo a todo o povo brasileiro, que com esta solução viu firmado o seu direito e estreitada a estima que já o vinculava à florescente República do Prata (QUESTÃO DAS MISSÕES, 08 de fev. de 1895, p. 01).

Contudo, foi o *Jornal do Commercio*, como não poderia ser diferente, que dispensou os maiores elogios ao representante brasileiro:

Emergindo, porém, da glória deste dia que festejamos, vemos o vulto do Barão do Rio Branco, herdeiro de nome ilustre que aos relevantíssimos serviços que recorda, reuniu a benemerência de outros altos serviços à pátria.

Em Washington o Barão do Rio Branco não foi só um plenipotenciário hábil e zeloso do bem desempenhar a sua missão; foi a alma do Brasil encarnando-se nele a aspiração da nação toda naquela magna questão. Não desmerecemos dos distintos profissionais que partilharam dos seus trabalhos, realçando-o sobre todos. Eles reconhecerão conosco o papel proeminente do Barão do Rio Branco nos trabalhos diplomáticos em Washington. A pátria deve muito a todos os que colaboraram com ele, mas ao chefe esclarecido que os conduziu ao triunfo do nosso direito, deve uma consagração pública do seu apreço e das suas grandes virtudes cívicas.

O Barão do Rio Branco bem mereceu da pátria (JORNAL DO COMMERCIO, 08 de fev. de 1895, p. 01).

O *Jornal do Commercio* também foi responsável pela publicação de um telegrama, que acreditamos ser de autoria do próprio Barão do Rio Branco⁷⁰, no qual descrevia a

⁷⁰ A identificação da autoria foi possível mediante a comparação do telegrama com as anotações de Rio Branco em seus *Cadernos de Notas*. Sua narrativa pessoal descrevia a cerimônia da seguinte forma:

“(...) Gresham disse: Se desejais posso fazer proceder à leitura do laudo. Eu disse a Zeballos: *Creio que é melhor que o leiamos em casa*. Zeballos disse, porém, em voz alta: Basta dizer em favor de qual das duas nações é o laudo. Então Gresham acenou para Uhl e este disse: *The award is in favor of Brazil*. (...) Zeballos voltou-se então para mim, e apertando-me a mão, disse: *Mis felicitaciones, señor Ministro*. Respondi que agradecia muito e

cerimônia de entrega dos laudos arbitrais e o anúncio do juízo proferido pelo presidente Cleveland:

No meio do mais profundo silêncio o Secretário de Estado o Sr. Gresham, anunciando que o Árbitro já pronunciara a sua decisão, perguntou aos enviados se desejavam que a lesse. O sr. Barão do Rio Branco declarou que de sua parte dispensava esse incômodo ao Sr. Gresham. O Sr. Dr. Estanislao Zeballos disse que julgava bastante que o Secretário declarasse desde logo em favor de quem era o laudo do Presidente Cleveland. O Sr. Gresham acenou então para o Sr. Uhl, seu Subsecretário, que disse: “Senhores da Comissão Especial da República Argentina e do Brasil, o Presidente dos Estados Unidos da América nesta contenda entre vossos Governos decidiu no sentido das pretensões dos Estados Unidos do Brasil.”

O Dr. Zeballos, então, adiantando-se, ofereceu a mão ao Barão do Rio Branco dizendo em voz muito alta e clara:

“Mis felicitaciones, Señor Ministro Rio Branco.”

O Sr. Barão do Rio Branco agradeceu e disse que considera a esta solução como do melhor auspício para a paz e boa amizade das duas nações. Acrescentou que os brasileiros reconheciam que ele, Dr. Zeballos fora não só o mais tenaz como o mais hábil e ilustrado adversário que o Brasil encontrou nesta discussão (Telegramas – Washington – 08 de fev. de 1895).

No mesmo telegrama, ao explicar a repercussão nos Estados Unidos da vitória brasileira, Paranhos Júnior também inseriu um autoelogio:

Aquí entre o corpo diplomático e nas rodas oficiais elogiam muito a extrema correção e admirável talento pesquisador do chefe da Comissão Brasileira, o Barão do Rio Branco, a cuja sagacidade se deve em grande parte esta decisão feliz, que vem reforçar no Congresso deste país a causa do arbitramento internacional.

Sei de fonte segura que a decisão em favor do Brasil é devida, sobretudo aos documentos novos, posto que antiquíssimos e raros, que a indústria do Barão do Rio Branco descobriu nos arquivos da Espanha e até da França (Telegramas – Washington – 08 de fev. de 1895).

Além do telegrama, o *Jornal do Commercio* também publicou um estudo, em quatro partes⁷¹, sobre o litígio. Intitulado *Questão das Missões*, era uma espécie de resumo da *Memória* escrita por Rio Branco e trazia o histórico do litígio, ilustrado por um mapa da área contestada, e uma breve análise documental, com especial atenção para o “Mapa das Cortes.” Ao abrir a primeira parte do estudo o periódico indicava o objetivo da publicação:

Muito se tem escrito, sobretudo em nossas colunas, sobre a questão dos limites das Missões que há quatro dias foi felizmente solvida em Washington (...)

considerava a solução honrosa e pacífica um acontecimento feliz para ambas as nações. Ao nos encontrarmos novamente na antessala Zeballos novamente se dirigiu a mim: *Ha Ud. vencido su campaña, lo felicito. Ao que respondi: Tive uma causa fácil de defender, enquanto a sua era extremamente difícil. Mesmo assim fez tudo quanto era possível pela causa de sua pátria, com o maior esforço e talento; reconhecemos hoje na sua pessoa o mais tenaz, o mais hábil e o mais ilustrado dos adversários que o Brasil encontrou na discussão desse litígio.*” RIO BRANCO *Apud* LINS, 1965, p. 211). O telegrama veiculado pelo *Jornal do Commercio* era uma cópia quase exata das anotações de Paranhos, naturalmente algumas partes foram abreviadas em decorrência do espaço limitado de que dispunha o jornal.

⁷¹ As partes foram publicadas nos dias, 10, 11, 12 e 14 de fevereiro de 1895.

Todo esse material, porém, foi preparado sem o uso de documentos, alguns dos quais eram por sua natureza de caráter reservadíssimo. Demais, o chefe da Missão Especial a quem o governo em boa hora confiou a defesa dos nossos direitos perante o árbitro conseguiu obter cópias autênticas de muitos mapas e outros papéis preciosos que até agora não contribuíam absolutamente, ou não concorriam com o mesmo peso de prova para a elucidação da questão. Parece-nos, pois, oportuno deixar aqui consignado nestas colunas um sumário do pleito, segundo a exposição que dele fez ao Árbitro a nossa Missão Espacial.

Resumir em algumas colunas um trabalho como este, monumental, equivale a mostrar a impossibilidade de bem desempenhar o nosso propósito. Fique, pois, entendido que por contentes nos teremos em dar ainda até uma ideia sucinta do modo como foi a questão das Missões apresentada em Washington à decisão arbitral do Presidente Cleveland (RIO BRANCO, 10 de fev. de 1895, p.01).

A análise da correspondência de Rio Branco indica que a publicação do estudo foi encomendada por ele junto ao proprietário do *Jornal do Commercio*, José Carlos Rodrigues. Em realidade, Paranhos Júnior executava a tarefa de agrupar as partes essenciais de seu trabalho e já as enviava prontas ao periódico fluminense, antes mesmo do resultado ser divulgado, e indicava a conveniência de que fossem publicados alguns dias após o anúncio do resultado, transparecendo que o jornal necessitou de algum tempo para estudar e condensar pontos primordiais do trabalho⁷².

Podemos considerar diferentes motivações para a publicação desse resumo. Em primeiro lugar, Rio Branco considerava necessário tornar pública a estrutura de sua argumentação e, assim, elucidar dúvidas e questionamentos que porventura pudessem ser levantados contra a condução dada por ele à defesa brasileira. Julgava que a investigação e, conseqüentemente, a exposição minuciosa dos fatos eram suficientes para calar qualquer voz dissonante. Em segundo lugar, não podemos ignorar que a vaidade do vencedor também motivava Paranhos a sugerir e, na maioria das vezes, escrever tais resumos e telegramas, pois o não reconhecimento do serviço prestado à pátria fazia com que a vitória se tornasse opaca. A prática se tornou uma constante e foi encontrada ao fim de quase todas as negociações de limites conduzidas por Paranhos, assumindo características cada vez mais complexas e meticulosas.

⁷² Não foi possível localizar a correspondência que tratava especificamente sobre a conveniência de publicar um resumo da *Memória* produzida por Rio Branco. Entretanto, em carta trocada com José Carlos Rodrigues, com data de 21 de novembro de 1900, Paranhos discute o envio de um trabalho sobre o resultado do litígio com a Guiana Francesa e faz referência a uma ação semelhante quando da vitória sobre a Argentina, em 1895: “Não haverá inconveniente em que o [Joaquim] Leitão comece a publicar, uns cinco ou seis dias depois de conhecida a sentença, o trabalho que já mandei e de que irá o resto agora. **É um resumo substancial do que há nas alegações das duas partes, e os leitores compreenderão que a redação do jornal precisa de tempo para estudar tantos volumes. Da vez passada você começou a publicar o seu resumo quatro ou cinco dias depois**” (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 21 de nov. de 1900). O laudo arbitral da questão de Palmas foi anunciado no dia 06 de fevereiro de 1895, enquanto a primeira parte do resumo foi publicada pelo *Jornal do Commercio* em 10 de fevereiro de 1895, quatro dias após, como indicava Rio Branco.

A Questão de Palmas representou um divisor de águas na trajetória do Barão do Rio Branco. O sucesso alcançado em momento de polarização política no país, colocou seu nome “no altar da devoção da opinião pública, assim, como dos meios políticos e dos militares que então dirigiam o Brasil” (CORRÊA, 2012, p. 44). Dois meses após a sentença arbitral, Paranhos completava cinquenta anos de idade e observava um novo campo de possibilidades se abrir. Seria novamente convocado para defender a posição brasileira e teria a oportunidade de fixar uma posição de quase unanimidade, passo necessário para assumir postos mais altos.

3.3. Questão do Acre

Logo que o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, uma das questões que mais preocupava o governo brasileiro era a resolução do problema fronteiriço com a Bolívia, envolvendo o território que atualmente compreende o estado do Acre. A virada do século XIX para o XX, marcou a emergência de uma série de crises políticas, econômicas e sociais na região que ameaçavam não só a produção da borracha, mas também a integridade de milhares de cidadãos brasileiros que ali viviam. O primeiro desafio do novo ministro era, seguramente, o mais complexo de toda a sua gestão e, caso não fosse resolvido de forma satisfatória, poderia colocar em risco sua continuidade no cargo.

Em essência o litígio era, como a ampla maioria das questões limítrofes brasileiras, uma herança dos tratados coloniais firmados entre Espanha e Portugal. A Coroa espanhola sempre enfrentou dificuldades para acessar a região Amazônica pela costa do Pacífico, o que obstaculizava incursões mais efetivas nessa área e, conseqüentemente, prejudicava sua administração colonial. Os vazios administrativos deixados pela Espanha foram, paulatinamente, ocupados pelos portugueses, que observavam melhores condições geográficas de aceder ao território. A União Ibérica (1580-1640) permitiu que os lusitanos intensificassem sua presença na região por meio de expedições com objetivos religiosos, que visavam a catequização dos indígenas, e materiais, como a busca pela exploração comercial das “drogas do sertão” e do apresamento de nativos para a constituição de mão-de-obra escrava.

O fim da união dos reinos ibéricos não conteve a presença portuguesa na região, pelo contrário, esta acabou por se tornar ainda mais intensa ao longo do século XVIII. A regulamentação da posse sobre a área foi definida apenas no Tratado de Madri. Para a região

que viria a constituir a fronteira com a Bolívia, a observação dos artigos VII e VIII do tratado são fundamentais:

Art. VII – (...) Desde o lugar, que na margem austral do Guaporé for assinalado para termo de raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra, atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado Madeira, que entra no das Amazonas ou Marañon, pela sua margem austral.

Art. VIII – Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entre no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon, prosseguirá por este rio abaixo até o bloco mais ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem setentrional (*Apud* VIANA, 1949, p. 219-220).

A despeito das disposições contidas no Tratado de 1750, as comissões demarcadoras, envoltas em desconfianças e nas aspirações individuais de seus respectivos reinos, não lograram sucesso no processo de exploração da área e de conseqüente instalação dos marcos fronteiriços.

Em 1837, com Brasil e Bolívia já independentes do jugo colonial, Duarte da Ponte Ribeiro reabriu negociações para a definição do litígio empregando, pela primeira vez, o *uti possidetis* como princípio norteador do acordo, contudo, não obteve sucesso. Já em 1860, nova proposta foi efetuada pelo governo brasileiro, mas a Bolívia recusou novamente o uso do *Uti possidetis* e contrapropôs indicando o Tratado de Santo Ildefonso como elemento base para o acordo, opção recusada pelo Brasil.

A eclosão da Guerra do Paraguai e a conseqüente divulgação do Tratado da Tríplice Aliança, causaram preocupação no governo boliviano. Este apresentou reclamação oficial contra a projetada divisa argentina, contida no artigo 16º do Tratado, e que seria implementada em caso de vitória dos aliados. O possível avanço da fronteira argentina prejudicaria as pretensões da Bolívia de garantir parte do Chaco paraguaio, área que historicamente disputava com o país vizinho. A chancelaria brasileira, que também não via com bons olhos as pretensões argentinas, manifestou apoio à causa boliviana e deu garantias de que os interesses do país seriam resguardados após o conflito. Aproveitou o ensejo para retomar as negociações interrompidas alguns anos antes e, dessa vez, conseguiu impor o *uti possidetis* como princípio elementar para a definição dos direitos de cada país. Em 1867, as negociações foram concluídas com a assinatura do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, que passou a ser conhecido como Tratado de La Paz de Ayacucho. O Peru manifestou insatisfação pela assinatura do acordo, pois mantinha litígio com a Bolívia

em parte do território delimitado com o Brasil, reclamação que ficou sem efeito prático até o início do século XX.

É recorrente a interpretação de que o Brasil, envolvido com a Guerra do Paraguai, buscou com o Tratado de 1867, neutralizar a possibilidade de apoio boliviano ao governo de Solano López. Costa (1973, p. 11), indica que “o Brasil, desarmado e em guerra, não podia deixar de ceder”. Goycochea (2007, p. 24), por sua vez, observa que a Bolívia aproveitou o envolvimento brasileiro na guerra para obter um tratado de limites que lhe fosse favorável. Por fim, Burns (2003, p. 58), afirma que “entrando em uma guerra com o Paraguai em 1864, o Brasil queria aplacar os bolivianos, que não eram simpáticos à causa da Tríplice Aliança e, na verdade, neutralizá-los naquele conflito.” Entretanto, há autores que observam equívocos nessa proposição, a exemplo de Ricupero (2012, p. 132), para quem “o argumento soa inverossímil ou exagerado, pois não é plausível que o vizinho, notoriamente frágil e instável, pretendesse hostilizar o Brasil ou ser a ameaça levada a sério, caso existisse.” A interpretação de Ricupero nos parece a mais acertada, entretanto, não podemos ignorar as dificuldades dos aliados frente à resistência do Paraguai, o que levou ao prolongamento da guerra por quase seis anos, nesse contexto, a entrada boliviana não provocaria um desequilíbrio capaz de mudar os rumos do conflito, mas, possivelmente, o tornaria ainda mais longo. Outro fator que advoga a favor da posição de Ricupero, baseia-se no fato de que o Brasil conseguiu impor à Bolívia o princípio do *uti possidetis*, situação que não seria normal em uma negociação em que o país estivesse em condições desfavoráveis.

Quanto ao Tratado de Ayacucho, o artigo 2º era responsável por divulgar as diretrizes para a definição da linha divisória entre os países. A linha foi dividida em três seções que possuíam fatores geográficos, econômicos e sociais específicos. Na primeira, ao sul, os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam garantir aos países a manutenção das áreas já habitadas por seus cidadãos, além disso, tinha como critério resguardar o direito brasileiro de navegação no rio Paraguai. A seção intermediária, confirmava o rio Guaporé, já estabelecido no Tratado de Madri, como responsável por delimitar a linha divisória entre os países. A seção norte, por sua vez, representava uma área inabitada e de difícil acesso que seria delimitada a partir da foz do rio Beni, onde principiava o rio Madeira, de onde partiria uma linha paralela, na latitude sul 10°20', até encontrar as nascentes do rio Javari. Entretanto, o tratado trazia uma ressalva quanto a essa seção: “Se o Javari tiver suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira desde a

mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do rio Javari.” (*Apud* VIANA, 1949, p. 223).

A definição da linha divisória na seção norte, logo se tornou problemática e viria a ser fundamental para a posterior questão do Acre. Em 1874, as comissões demarcadoras verificaram que o rio Javari não nascia a oeste da confluência entre os rios Beni e Mamoré, onde este toma o nome de Madeira, a 10°20’ de latitude sul, mas sim a noroeste do referido ponto. Tal descoberta impôs ao Tratado uma dupla interpretação. A primeira defendia que, a partir da margem esquerda da nascente do rio Madeira, tirar-se-ia uma reta inclinada ou oblíqua que iria ao encontro da origem principal do rio Javari, acima do paralelo 10°20’. A segunda, por sua vez, indicava que da margem esquerda da nascente do rio Madeira correria a fronteira por todo o paralelo 10°20’ até encontrar a longitude da nascente do rio Javari, onde uma reta deveria seguir, pela mesma longitude, até as origens deste último rio. A primeira interpretação denominada da “linha oblíqua” sentenciava que o território do Acre pertencia à Bolívia, à medida que a segunda, conhecida como a da “linha paralela”, conferia o território acreano ao Brasil⁷³.

De acordo com Leandro Tocantins (1973, p. 111),

(...) os dois países assinaram o Tratado de Ayacucho sem conhecer um palmo daquele gigantesco e desértico espaço, entre o Madeira e o Javari, não tinham a menor ideia do valor dessas terras (...) Tanto o Brasil como a Bolívia [tinham] o espírito voltado muito mais para outros setores da fronteira do que para aquela obscura linha.

O fato de a área ser praticamente desabitada, de difícil acesso para os bolivianos e, momentaneamente, de pouco interesse para os brasileiros não gerou discussões acirradas sobre a dúvida de onde deveria partir a linha para a demarcação. Além disso, a continuidade da Guerra do Paraguai e as dificuldades dela decorrentes, assim como os problemas da Bolívia com seus outros vizinhos, que culminaram na guerra do Pacífico (1879-1883), ocuparam as diplomacias dos dois países nas décadas seguintes, deixando a questão sem uma resolução efetiva.

À Bolívia nunca foi premente a ocupação de sua parte da Amazônia. Três fatores explicam esse desinteresse: a existência de diferentes acidentes geográficos e a densidade da floresta Amazônica, que dificultavam o acesso boliviano à área; a concentração populacional

⁷³ De acordo com Viana (1949, p. 223), “a origem da dúvida estava em uma carta geográfica manuscrita de 1860, o célebre “mapa da linha verde”, traçado por Duarte da Ponte Ribeiro e pelo major Isaltino José Mendonça de Carvalho (...) Nele eram apresentadas três hipóteses para a localização da referida nascente, daí partindo a dúvida incluída no mencionado texto [de 1867].”

nos altiplanos; e a distância entre a região acreana e os principais centros políticos e comerciais da América. O Acre permaneceu neste estado até o ano de 1869, quando alguns exploradores brasileiros, que gozavam de maior facilidade de acesso à região, empreenderam uma ocupação embrionária. Contudo, um fluxo migratório significativo e constante surgiu apenas em 1877, em decorrência da grande seca que assolou a região nordeste do país, com impactos mais devastadores no Ceará. Atraídos por promessas de riqueza provenientes da exploração da borracha na região, os migrantes nordestinos eram recrutados por seringalistas e submetidos a condições extremas de trabalho. Estima-se que em 1877, 14.000 pessoas migraram para a região, seguidas, no ano seguinte, por mais 54.000 pessoas (RICARDO, 1954, p. 85). No ano de 1900, a área contava com uma população de aproximadamente 60.000 brasileiros.

O fluxo populacional para a região do Acre acompanhou o *boom* da exploração e comercialização da borracha. Favorecida pelas descobertas científicas, sobretudo do processo de vulcanização da goma elástica, e pelo seu conseqüente emprego na indústria, a produção da goma elástica passou por um acelerado crescimento a partir da década de 1870. No quinquênio 1873-1877 foram exportadas pouco mais de 10.000 toneladas de borracha, enquanto no quinquênio 1893-1897 o número subiu para 54.000 toneladas. Em 1900, as exportações de goma elástica para os Estados Unidos somaram US\$ 16.999.345, contra US\$ 3.296.766, em 1879 (BANDEIRA, 2000, p. 152). Belém e Manaus, pontos estratégicos para a circulação de tudo que era produzido no Acre, foram beneficiados pela situação e tornaram-se grandes centros exportadores e comerciais. A presença de bolivianos na região era ínfima e nenhuma intervenção oficial foi registrada, mantendo-se a área sob a administração do Estado do Amazonas.

Em meados da década de 1890, Brasil e Bolívia, motivados pela entrada maciça de imigrantes na região, verificaram a necessidade de retomar o processo de demarcação, interrompido na década de 1870. Em 1895, assinaram um protocolo que instaurava uma Comissão Mista para a verificação e execução da demarcação. O Peru solicitou participação nessa empresa, mas a assunção da prática estabelecida no Império de não empreender negociações multilaterais, levou o governo republicano a rechaçar tal solicitação. Os estudos da Comissão revelaram que, a despeito da população majoritariamente brasileira, a área, de acordo com os termos do Tratado de 1867, pertencia à Bolívia. Em 1899, foi assumida uma linha provisória de limites, denominada de “linha Cunha Gomes”, para salvaguardar de forma oficial os direitos bolivianos.

O governo boliviano abandonou, prontamente, a tradicional postura de desinteresse na região acreana e fundou, ainda em 1899, o povoado de Puerto Alonso e ali estabeleceu governo e alfândega. Referendada pelo governo brasileiro, a ação boliviana gerou profunda insatisfação tanto nos seringalistas quanto no governo de Manaus, que perderia parte importante de sua arrecadação. Patrocinados pelo governo manauense, grupos de seringueiros promoveram um levante militar que expulsou os representantes bolivianos da área e culminou, em 14 de julho de 1899, na proclamação do Estado independente do Acre.

O Brasil não reconheceu o movimento de independência acreano e assumiu postura de apoio ao governo da Bolívia. Apesar da insistência de representantes do Congresso, de geógrafos e de parte da imprensa de que o território do Acre era brasileiro, o governo dava mostras constantes de que reconhecia a soberania boliviana. Em 1899, o governo republicano instalou um consulado na área de Puerto Alonso e o Chanceler brasileiro, Olinto de Magalhães, multiplicou declarações que negavam a existência de um litígio, como demonstrado em correspondência com o Barão do Rio Branco (*Apud Ricupero, 2012, p. 125*):

Apesar da opinião errada e irrefletidamente sustentada por corporações científicas, na imprensa e até no Congresso Nacional, o território do Acre não é brasileiro. É objeto de litígio entre a Bolívia e o Peru (...). Enquanto esse litígio não for resolvido a favor do Peru, para o Brasil é território boliviano em virtude do Tratado de 1867. Não pomos, portanto, em dúvida a soberania da Bolívia.

Para o governo republicano, a questão mantinha-se unicamente na esfera jurídica, enquanto no Acre ela se transformava em um problema humano e político. Nesse sentido, poucos meses após a declaração da independência, os revoltosos foram subjugados pela Bolívia, com o auxílio de uma força naval brasileira. Os levantes, entretanto, continuaram e o governo boliviano, impossibilitado de administrar normalmente aquele território e de exercer sua autoridade e soberania contra as ações da população brasileira, buscou outro meio de se aproveitar dos recursos ali existentes. Em 11 de julho de 1901, firmou um contrato que arrendava o território acreano a um conglomerado internacional, chamado *Bolivian Syndicate of New York City in North America*, que reunia capitais norte-americanos e ingleses. Pelo acordo, a Bolívia abdicava de sua soberania por um período de trinta anos, concedendo ao *Bolivian Syndicate* poderes semelhantes ao exercido por um Estado. Nesse sentido, a companhia assumiria o governo civil e a administração do Acre, com poderes de arrecadar rendas, impostos e outros direitos (BUENO, 2003, p. 310).

Para o Brasil, o arrendamento trazia uma série de complicações, pois a companhia estrangeira iria atuar em uma área confinante, sem limites demarcados e reconhecida pelo

governo e a chancelaria brasileiras como pertencente à Bolívia. Além disso, a comunicação com o Atlântico teria que, obrigatoriamente, passar pelos rios da bacia Amazônica brasileira. Nessa perspectiva, a presença de uma empresa imperialista, em um território em que a definição de jurisdição era incerta e respaldada pelo governo de duas grandes potências mundiais, trazia uma infinidade de riscos para o país e para as dezenas de milhares de cidadãos brasileiros instalados na região. Agindo de forma rápida, o Brasil buscou inviabilizar o empreendimento. A primeira medida foi retirar do Congresso Nacional o tratado de comércio e navegação firmado com a Bolívia, em 1896, e que aguardava votação, vedando a livre navegação do Amazonas e de seus afluentes. Naturalmente, a pressão externa foi significativa e a chancelaria brasileira empreendeu uma intensa atividade diplomática para conter qualquer envolvimento dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, que poderiam considerar prejudicados os interesses de seus cidadãos. Em Washington, Assis Brasil evocava a Doutrina Monroe para contestar a presença de capital europeu na companhia e para alertar em relação a exploração colonial que esses capitalistas iriam impor à região, a exemplo do que faziam na África e na Ásia⁷⁴. Além disso, o Barão do Rio Branco, à frente da legação brasileira em Berlim, atuou junto ao governo alemão para que este não permitisse a entrada de investimentos provenientes de seu país no *Bolivian Syndicate*.

A imprensa também se manifestou demonstrando toda sua insatisfação com o acordo. O *Jornal do Commercio* (09 de abr. de 1902, p. 01), abandonando sua postura contida, atacou diretamente a solução boliviana: “Esse arrendamento com soberania territorial mal dissimulada em cláusulas de aparência industrial e fiscal não ofende somente os nossos direitos, não é somente uma ameaça à nossa segurança; é um opróbrio para a América do Sul.” O *Jornal do Brasil* manifestava insatisfação com a passividade do governo brasileiro que, frente à ameaça aos cidadãos que viviam no Acre, não atuou para protegê-los:

Rara é a complicação internacional que não pudesse e devesse ser prevista e evitada pela chancelaria brasileira, se nesta, por via de regra, o amor próprio não sobrelevasse aos conselhos desinteressados dos patriotas e dos avisados. O caso do Acre é um deles. Vem de longe, e tão claramente desenhado, que a surpresa de agora sugere ao público comentários acerbos (O ACRE, 11 de abr. de 1902).

O poder Legislativo, como indicado por Bueno (2003, p. 313), “mostrou-se mais sensível à opinião pública e deu um tratamento mais emocional à questão acreana do que o

⁷⁴ Além do empreendimento do *Bolivian Syndicate*, o Brasil também observava de perto os avanços de capitalistas belgas na região do Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia. Os representantes dos empreendimentos provenientes da Bélgica pretendiam avançar e se instalar em terras brasileiras no intuito de desenvolver empresas colonialistas, a exemplo do que fizeram em regiões da África, para a exploração dos recursos da região. Conf. GARCIA, 2012.

Executivo.” Contudo, a chancelaria e o poder Executivo ao reconhecerem a soberania boliviana estabeleceram um distanciamento em relação ao poder Legislativo, tornando as discussões para uma ação efetiva contra a presença do *Bolivian Syndicate* infrutíferas. Para agravar a situação, em 06 de agosto de 1902, seringalistas insatisfeitos com o arrendamento e com as novas condições de administração que seriam instaladas na região, iniciaram um novo levante. Liderados por Plácido de Castro⁷⁵ e subvencionados pelos proprietários dos seringais e pelo governo do Amazonas, investiram contra as guarnições militares bolivianas e, em janeiro de 1903, proclamaram novamente a independência do Acre. Esse era o cenário com o qual o Barão do Rio Branco teria que lidar logo no início de sua gestão à frente do Itamaraty.

Logo que chegou ao Brasil, Rio Branco voltou, imediatamente, sua atenção para a situação calamitosa que se instalara no Acre. A exemplo dos outros litígios fronteiriços, Paranhos possuía considerável conhecimento sobre os fatos históricos e geográficos do conflito, além disso, mantivera assídua correspondência com Assis Brasil, que o alimentava com preciosas informações sobre o andamento da situação. Ainda em fins de 1902, Rio Branco propôs ao governo boliviano a compra do território do Acre. A proposta foi declarada inaceitável. Pouco tempo depois, buscou negociar sobre as bases de uma permuta desigual de territórios, que seria integralizada por outros tipos de compensação. As primeiras conversações sobre essa proposta foram interrompidas pela notícia de que o presidente boliviano, general Pando, liderava uma expedição militar contra os brasileiros que dominavam o governo do Acre, a fim de garantir a transferência da região para o controle do *Bolivian Syndicate* (JORGE, 2012, p. 130).

A expedição liderada pelo general Pando, motivou o Barão do Rio Branco a publicar, sob o pseudônimo J. Repórter, uma série de crônicas que buscavam ridicularizar a postura assumida pelo governo boliviano. As primeiras, publicadas em 30 de janeiro de 1903, simulavam um diálogo entre Rio Branco e Cláudio Pinilla, representante boliviano no Brasil, e faziam críticas mordazes ao avanço da expedição boliviana e a postura do general Pando, que não condizia com sua posição de chefe de Estado:

⁷⁵ José Plácido de Castro (1873-1908): Militar e ex-combatente da Revolução Federalista, seguiu para o Acre em 1899 e passou a atuar como demarcador de seringais. Em agosto de 1903, Plácido de Castro foi provisoriamente empossado no comando do Exército acreano e na presidência daquele território, posição que ocupou até fevereiro de 1904, quando retomou as atividades de demarcador de seringais. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Pl%C3%A1cido%20de.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

I

O senhor Rio Branco:

– Acabo de ser informado, com surpresa, que o general Pando está prestes a partir para o Acre, à frente de uma forte expedição.

O senhor Pinilla:

– Não é exato, não, senhor, o general deixar La Paz, partir para o Acre à frente de uma expedição...Isso lá seria possível? Ora essa! Nem o presidente da Bolívia poderia pensar em tal.

II

O senhor Rio Branco:

– Como se explica isso? O senhor Pando está fuzilando brasileiros, a arrancar-lhes propriedades, a invadir terras do Amazonas.

O senhor Pinilla:

– Ah, sim, é verdade! No entanto, isto não significa nenhuma hostilidade ao Brasil. Longe de tal, é uma série de medidas de alta prudência que o general tem tomado. Graças a elas, diminui o número de reclamantes contra o domínio boliviano no Acre e diminuem, portanto, as causas de atritos entre as duas repúblicas irmãs (REPÓRTER, 30 de jan. de 1903, p.01).

A segunda série trazia uma crítica voltada para a decisão do general Pando de liderar, pessoalmente, a expedição:

O que diz o senhor Pinilla:

Afinal como é isso? O general Pando partiu para o Acre? Partiu, mas volta? Partiu com outro rumo, mas está para voltar? Para onde foi o general Pando? Onde está o general Pando?

Segundo uma informação, o general Pando tomou efetivamente o caminho do Acre, mas o fez com o intuito de impedir que o coronel Montes prosseguisse na viagem que tão desastrosamente empreendeu.

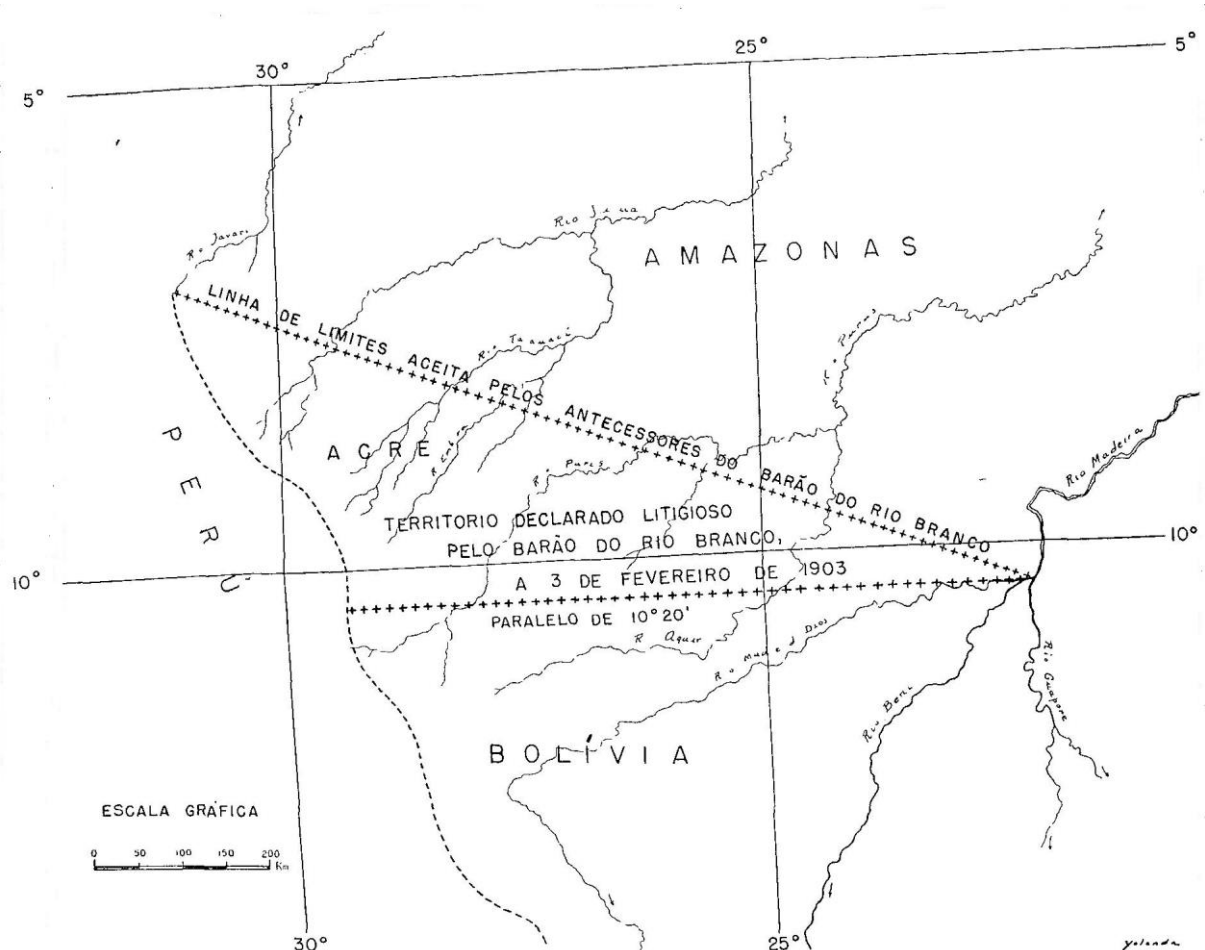
O presidente boliviano bem podia encarregar alguém de tal serviço. No entanto, quis em pessoa executá-lo. Parece que isso é costume seu. Ao que consta o homenzinho é terrível para acumular funções (...)

Segundo outra informação, ainda, o general partira, de fato. Entretanto, não fora ao Acre, nem se afastara de La Paz para preparar elementos de resistência contra os revolucionários. Fora a determinada localidade acabar com um barulho. O homem é presidente e, ao mesmo tempo, assim, uma espécie de delegado ou de capitão de polícia (REPÓRTER, 31 de jan. de 1903, p. 01).

Rio Branco revivia o cronista do *A Vida Fluminense*, empregando uma linguagem irônica sobre as ações bolivianas que, para ele, ultrapassavam o bom senso e se afastavam drasticamente das práticas protocolares. Entretanto, a visão tragicômica ficava restrita às páginas dos jornais, pois, oficialmente, Rio Branco assumiu uma postura mais contundente e implementou, em ação conjunta com o governo, duas medidas essenciais. A primeira foi dar nova orientação ao que fora estabelecido por seus predecessores. Nessa perspectiva, passou a defender a transferência da linha divisória do território em questão do sentido leste-oeste para o paralelo 10°20' latitude sul. Com isso, a área tornava-se litigiosa, tanto em relação à Bolívia, quanto ao Peru. Assumia, assim, a interpretação da “linha paralela” em detrimento da interpretação da “linha oblíqua” aceita anteriormente (**Mapa 3**). A segunda medida indicava que, diante dos preparativos bélicos bolivianos, o Brasil julgava seu direito e dever ordenar o

envio de tropas para os estados de Mato Grosso e Amazonas que, posteriormente, partiriam para efetuar a ocupação militar do território do Acre.

Mapa (3)
Fronteiras possíveis com a Bolívia



Fonte: CORREIA FILHO, 1945, p. 240.

Como mostra de boas intenções, o governo brasileiro reabriu o rio Amazonas e seus afluentes à navegação da Bolívia e dos demais países que ali circulavam para fins comerciais. Estabeleceu, também, uma longa e laboriosa negociação com a chancelaria boliviana para a fixação de um Acordo Provisório ou um *modus vivendi*, aceito, finalmente, em março de 1903. Por esse acordo, ficavam suspensas as hostilidades entre o governo da Bolívia e os revolucionários acreanos, enquanto o Brasil promovia uma ocupação administrativa e militar do território litigioso.

Pacificada a situação no Acre, Rio Branco buscou eliminar o perigo oferecido pelo sindicato boliviano. Durante as negociações, o governo brasileiro contou com o auxílio do

Barão N. M. Rothschild, agente financeiro do país em Londres e que tinha como seu representante nos Estados Unidos, August Belmont, um dos sócios do *Bolivian Syndicate* (BUENO, 2003, p. 322). A primeira proposta apresentada pelo intermediário inglês foi a de submeter a questão ao arbitramento da Grã-Bretanha, mas Rio Branco, que não era admirador de tal recurso, esquivou-se de firmar tal compromisso. Em realidade, o Chanceler considerava que o arbitramento seria desfavorável ao Brasil, pois este reconheceu, por mais de trinta anos, que a região pertencia à Bolívia. Posteriormente, Rothschild apresentou uma proposta de indenização para que o *Bolivian Syndicate* retirasse suas pretensões de explorar a região. É necessário destacar que o avanço e a consequente vitória das forças de Plácido de Castro contra os postos militares bolivianos, alarmaram os acionistas da empresa estrangeira, que percebiam no enfraquecimento da posição boliviana a inviabilização de qualquer possibilidade de exploração do território. Assim, requeriam o pagamento de U\$ 1.000.000 como condição para que o contrato fosse rescindido (BANDEIRA, 2000, p. 158-159). Como contraproposta o Brasil ofereceu o £100.000 – o equivalente a U\$ 500.000 – e a possibilidade de elevar a oferta a £ 125.000. O acordo foi selado, em 28 de fevereiro de 1903, mediante o pagamento de £ 114.000.

Com a remoção do sindicato e a instalação do *modus vivendi*, Rio Branco iniciou, em julho de 1903, as negociações bilaterais com a Bolívia. O governo peruano fez inúmeras solicitações para integrar as convenções, mas Rio Branco recusou a instalação de uma comissão multilateral, o que tornaria a situação ainda mais complicada do que já se afigurava. A comissão boliviana era formada por Cláudio Pinilla e Fernando Gauchalla, representante boliviano em Washington. Os plenipotenciários brasileiros, por sua vez, contavam com o Barão do Rio Branco, Assis Brasil e Rui Barbosa. Negociava-se um acordo sobre as bases de uma permuta equitativa de territórios e, caso não se chegasse a uma fórmula agradável às duas partes, o caso seria levado a arbitramento para a interpretação do Tratado de 1867.

As negociações se arrastaram por quatro meses. Em outubro de 1903, Rui Barbosa pediu exoneração do cargo por não concordar com as bases da negociação. Desde 1900, o senador colocava-se contra um novo tratado de limites com a Bolívia, pois entendia que o próprio Tratado de Ayacucho, caso interpretado corretamente, seria suficiente para garantir o direito brasileiro. Ademais, indicava que o preâmbulo do referido tratado consagrou o princípio do *uti possidetis* e que a significativa população de cidadãos brasileiros que ali residia, era suficiente para a aplicação da posse efetiva do Brasil sobre a área (ANDRADE; LIMOEIRO, 2003, p. 102). Baseado nesses argumentos, Rui Barbosa não aceitava qualquer

tipo de concessão territorial à Bolívia, além de “consciente da sensibilidade da opinião nacional em questões de soberania, estava convencido de [que] ela não se conformaria com a concessão, mesmo vantajosamente compensada.” (BUENO, 2003, p. 322-323). Os temores de Rui Barbosa não eram infundados.

Em abril de 1903, poucos meses antes de se iniciarem as negociações bilaterais, Alcindo Guanabara enviou longo telegrama a Rio Branco indicando seu apoio à condução que o Chanceler dedicava ao conflito, prevendo apoio irrestrito da imprensa: “(...) Com isto quero dizer-lhe que estou completamente de acordo com o pensamento de V. Exa. e penso que todos os brasileiros o estarão, V. Exa. o sentirá pelo pronunciamento da imprensa fluminense que não tardará em se dar de modo categórico.” (GUANABARA [para] RIO BRANCO, 12 de abr. de 1903). Entretanto, logo que as bases negociadas pelas duas comissões foram divulgadas, a previsão de Alcindo Guanabara desvaneceu e os temores de Rui Barbosa ganharam corpo. De acordo com o que circulava na imprensa, a permuta proposta por Rio Branco incluiria uma indenização de £ 2.000.000, a cessão de um trecho do território que pertencia à província do Mato Grosso e a construção de uma estrada de ferro, que percorreria o norte do Brasil, destinada a auxiliar a Bolívia a escoar sua produção para o Atlântico. Evidentemente, as concessões eram vistas como exageradas e receberam inúmeras críticas. De início, as mais contundentes não vieram da imprensa fluminense, mas sim da imprensa paulista, por meio do *Commercio de S. Paulo*. O periódico monarquista contestou todas as compensações oferecidas à Bolívia e, como não poderia ser diferente, manifestou o temor pela integridade territorial que, de acordo com o artigo, era uma das muitas heranças deixadas pela Monarquia:

Se o território do Acre é nosso, se dos profundos e meditados estudos a que há dez meses a nossa chancelaria está procedendo se verifica o nosso direito, para que trocar esse território por outro?

Não compreendemos a cessão do território; não compreendemos, nem a admitimos. E estamos certo de que a grande alma brasileira despertará, no momento em que tal coisa se declarar resolvida.

E se trocamos territórios, por que então há, além disso, uma indenização tão pesada? Pois caberá ao Brasil salvar os prejuízos da expedição do sr. General Pando e das que a antecederam?

É porque ainda a construção de uma estrada de ferro, que será exclusivamente brasileira, para atender aos interesses bolivianos?

(...) jamais a grande causa da integridade nacional correu mais sério risco (TIMON, 28 de out. de 1903, p. 01)

Além disso, questionou, mesmo que de forma polida, a participação de Rio Branco nessa ação que “ultrajava os direitos e a soberania brasileira”:

O imortal advogado que no pleito das *Missões* e no do *Oiapoque* soube com tanta galhardia proclamar os nossos direitos, conseguindo as mais esplêndidas vitórias, que a pátria correspondeu com os votos unânimes de gratidão, não pode vincular o seu nome glorioso a um tratado que golpeia o território nacional. Isso seria o seu Waterloo!

Se, diante dos desacertos e tropelias praticados anteriormente pela estultícia dos que a República erigiu nos elevados postos de nossa chancelaria, nada mais era lícito alcançar, então que o nosso egrégio patrício se retirasse. Não importaria numa fraqueza e, menos, numa deserção, pois não lhe assiste a mais ligeira culpa pelos precedentes! Seria um protesto que mais o exaltaria no coração dos brasileiros (TIMON, 28 de out. de 1903, p. 01)

A afirmação do periódico de que as bases do acordo causariam a derrocada do prestígio de Rio Branco, seguia na contramão do que era previsto pelo Chanceler. Paranhos possuía plena compreensão de que a perda do território acreano e o decorrente desamparo em que se encontrariam os cidadãos brasileiros que ali residiam, teriam um impacto significativamente maior e abalariam as possibilidades de manutenção do seu cargo ministerial. Por isso, empreendeu uma atividade diplomática pragmática e sem arroubos de patriotismo que pudessem suscetibilizar a chancelaria boliviana. Observou o cenário e implementou uma política de negociações pacíficas, mas reativa em casos de ameaças reais, a exemplo da investida do general Pando contra os revolucionários brasileiros no Acre.

No dia seguinte, o *Commercio de São Paulo* retomou a questão em um novo artigo, agora assinado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior⁷⁶, um dos líderes do enfraquecido movimento restaurador e amigo do Barão do Rio Branco. O texto de Andrada Júnior era um verdadeiro manifesto contra a República. Depositava sobre ela a responsabilidade pela deterioração do Exército e da Marinha nacionais e a qualificava como centro de práticas corruptas, verdadeira antítese de tudo que representava a Monarquia:

(...) tudo o que compõe e ostenta a realidade republicana nas renúncias governamentais e na tolerância do povo, tudo o que temos, vemos e padecemos desde 15 de novembro de 1889 está dizendo, está demonstrando, está provando que o governo, no Brasil atual, pode fazer o que quiser. Ninguém reclamará eficazmente. A paciência é infinita.

Carneiro moribundo, atirado a um charco, como evitará o povo brasileiro que o vendam? Como impedirá que o arrematem os interessados no leilão que começa?

A Monarquia tinha exército, tinha marinha, tinha opinião pública em vigor, tinha noção exata e ativa de Pátria e de Direito.

⁷⁶ Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior (1853-1927): Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, filiou-se ao Partido Liberal e foi eleito deputado provincial em São Paulo (1878-1884), também ocupou a presidência da província do Espírito Santo (1882-1883). Integrante da campanha abolicionista, conseguiu eleger-se deputado geral por São Paulo (1884) e empreendeu campanha em favor da Lei dos Sexagenários. Na República elegeu-se senador por São Paulo e foi Secretário da Fazenda desse Estado. Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ANDRADA%20J%20C3%9ANIOR,%20Martim%20Francisco%20Ribeiro%20de.pdf> Acesso em 12 de julho de 2018.

A Monarquia não era, não foi, não podia ser – lacaia da Bolívia (ANDRADA JÚNIOR, 29 de out. de 1903, p. 01)

Poucos dias depois da veiculação das críticas do jornal paulista, o periódico *O Paiz*, estreitamente ligado ao governo federal, publicou dois longos artigos defendendo o Barão do Rio Branco e a condução dada por ele à questão do Acre. Escritos por Eduardo Salamonde, os textos foram diretamente influenciados por Paranhos Júnior⁷⁷ e traziam um tom exageradamente laudatório quando se referiam ao Chanceler:

Pois é este homem, primeiro entre os primeiros, na afirmação dos nossos direitos, no esforço para aumentar o nosso território, no conhecimento da nossa história diplomática e das nossas questões de limites, no zelo, enfim, pela glória e pela fortuna de nossa Pátria, quem se acusa neste instante de ceder à Bolívia território nosso, de criar para o futuro uma situação diplomaticamente embaraçosa, pela aceitação ingênua de zonas a que não tem direito líquido a nação que nos vende. Há uma sofreguidão tamanha em amesquinhar o ídolo, em criar para o seu trabalho na questão do Acre uma tal atmosfera de desconfiança e hostilidade, que nem sequer se aguarda a publicação do tratado, para então o discutir, e antecipadamente se procede a análise das supostas bases, fulminando-as desde já com a pecha de inconstitucionais, de levianas e de monstruosamente lesivas (SALAMONDE, 13 de nov. de 1903).

A sequência do artigo deixava ainda mais clara a influência de Rio Branco em suas linhas, pois trazia uma extensa análise histórica de todo o processo de negociação do Tratado de 1867, suas inspirações e interpretações, além de uma minuciosa análise geográfica dos rios que faziam parte da região em disputa e a quem, historicamente, pertenciam. Entretanto, o argumento central dos artigos de Salamonde baseava-se na negação de que o Brasil cedia territórios à Bolívia:

Seja-nos lícito salientar, antes de tudo, que a palavra **cessão**, com que sem tem caracterizado este ato, é mal empregada, porque, recebendo o Brasil, da Bolívia 170.000 mil quilômetros quadrados, como se tem dito, e dando 5.000, como se tem igualmente asseverado, ainda restam 165.000 quilômetros de território, que passam para o seu domínio por força de tratado.

⁷⁷ Em carta a Joaquim José de Seabra, datada de 04 de novembro de 1903, Rio Branco fazia a seguinte afirmação: “O Salamonde, do *Paiz*, disse-me hoje que irá amanhã à noite à sua casa para conversar sobre coisas de imprensa (...) Penso que o governo muito ganhará tendo-o ao seu lado e contando com a sua dedicação. Em todas as grandes questões, ou questões de empenho, ele tem estado espontaneamente e desinteressadamente do nosso lado. Suponho que é de boa política auxiliar de algum modo o jornal que dirige.” (RIO BRANCO [para] SEABRA, 04 de novembro de 1903). Poucos dias depois dessa reunião, Eduardo Salamonde publicou seus artigos em defesa do Ministério das Relações Exteriores, artigos que contavam com o estilo e o tipo de informação privilegiada por Rio Branco. Além disso, em 17 de dezembro de 1903, Rio Branco escrevendo com o pseudônimo Kent, publicou no *Jornal do Commercio* um artigo defendendo o resultado das negociações com a Bolívia. Respondia a um artigo do *Commercio de São Paulo* e logo na introdução indicava: “*O Commercio de São Paulo*, nos editoriais “Cartas do Rio de Janeiro” e “Notas Fluminenses”, tem tratado por vezes do acordo a que chegaram em Petrópolis os plenipotenciários do Brasil e da Bolívia. “Waterloo”, “No Charco!” e “Fora do Charco” são os títulos de três desses artigos, os dois últimos saídos da pena do infatigável propagandista da restauração senhor Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Examinemos rapidamente este último escrito, **pois os dois primeiros artigos já respondeu brilhantemente Eduardo Salamonde nas colunas de *O Paiz***” (17 de dez. de 1903, p. 01, grifo nosso).

Estamos, pois, em frente de uma **aquisição** de território e não de uma **cessão**, quando muito de uma **permuta**, em que dois milhões esterlinos e a construção da estrada de ferro do Mamoré, perfazem o valor em que se computou toda a região acreana

O Brasil procurava dar a Bolívia um testemunho positivo de que não considerava deprimente a permuta de território, porque, se nos recusássemos a troca de qualquer arca, por julgarmos esse ato pouco digno, com que fundamento solicitaríamos daquela República a cessão de 170.000 quilômetro quadrados, como ela está disposta a fazer? A Bolívia vê nessa resolução uma prova de que reputamos perfeitamente correta da sua parte a cessão do Acre.

Já se escreveu que no Império não se cederá uma polegada de território. É possivelmente falsa a afirmação. Permutar territórios não é ceder e o Império permutou-os (SALAMONDE, 13 de nov. de 1903, p.01, grifo nosso).

A ideia da aquisição territorial foi a base da defesa empregada por Rio Branco para justificar as concessões à Bolívia. Contudo, a argumentação empregada pelo *O Paiz* serviu para acirrar ainda mais os ânimos, pois, no dia seguinte à sua publicação, o opositor *Correio da Manhã*, fez ataques diretos à “oficialidade” do jornal pertencente a João de Sousa Lage. O editorial, intitulado *Defesa Mercenária*, de autoria de Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio*, fazia a seguinte crítica: “Deem ao que se intenta fazer o nome de cessão, compensação, troca ou permuta de território; o certo é que se pretende cortar um pedaço do solo sagrado da pátria para dá-lo ao estrangeiro, além de muitos milhões, e o que é mais ainda, além de centenas de vidas de soldados mortos, obscura e resignadamente.” (BITTENCOURT, 14 de nov. de 1903, p. 01, grifo nosso). Na sequência Bittencourt subiu o tom de suas acusações e encampou um discurso xenófobo contra João de Sousa Lage e Eduardo Salamonde, ambos de origem portuguesa:

Para sentir a dor desse corte, é preciso ter na alma a profunda e delicada sensibilidade nacional que vem do berço, em uma palavra: é preciso ser brasileiro, ter no coração o amor e os preconceitos e fraquezas de sua pátria.

Ora, os srs. Eduardo Salamonde e João Lage, jornalistas d'*O Paiz*, que tomaram a empreitada de preparar agora o espírito do povo (...) **são dois estrangeiros, e dois estrangeiros mercenários!**

O povo reputa não escritas as opiniões d'*O Paiz*, sobre o tratado do Acre, porque, nelas está vendo matéria paga pelo governo a dois jornalistas estrangeiros, que nestes últimos tempos, tem vivido de alugar, por qualquer preço, as suas famosas “tradições republicanas.” (BITTENCOURT, 14 de nov. de 1903, p. 01, grifo nosso).

A linguagem virulenta do proprietário do *Correio da Manhã* foi utilizada, no dia seguinte, pelo *O Paiz* para contestar o conteúdo de seu artigo:

O Paiz, que há longo tempo estuda a questão do Acre e que professa pela capacidade e pelo patriotismo do Sr. Barão do Rio Branco uma admiração quase cultural, julgou-se no dever de dar ao público os motivos por que esposou as bases anunciadas do tratado, analisando-as sob o ponto de vista constitucional, político e econômico (...) O sr. Bittencourt receia as discussões e para as evitar, porque nelas demonstraria a sua lamentável falta de estudo e de critério, arreda os contendores, difamando-os:

o insulto vibra-o o diretor do *Correio*, mais por cálculo do que por solicitação mórbida do seu espírito desequilibrado (SALAMONDE, 15 de nov. de 1903, p. 01)

Afastado das discussões exacerbadas, Rio Branco enviou uma carta a Tobias do Rêgo Monteiro, redator-chefe do *Jornal do Commercio*, com indicações para a produção de um artigo que deveria ser publicado na seção *Gazetilha*. Dentre as informações enviadas pelo Chanceler, estava a contestação das críticas levantadas contra a cessão territorial que, supostamente, se faria em benefício da Bolívia:

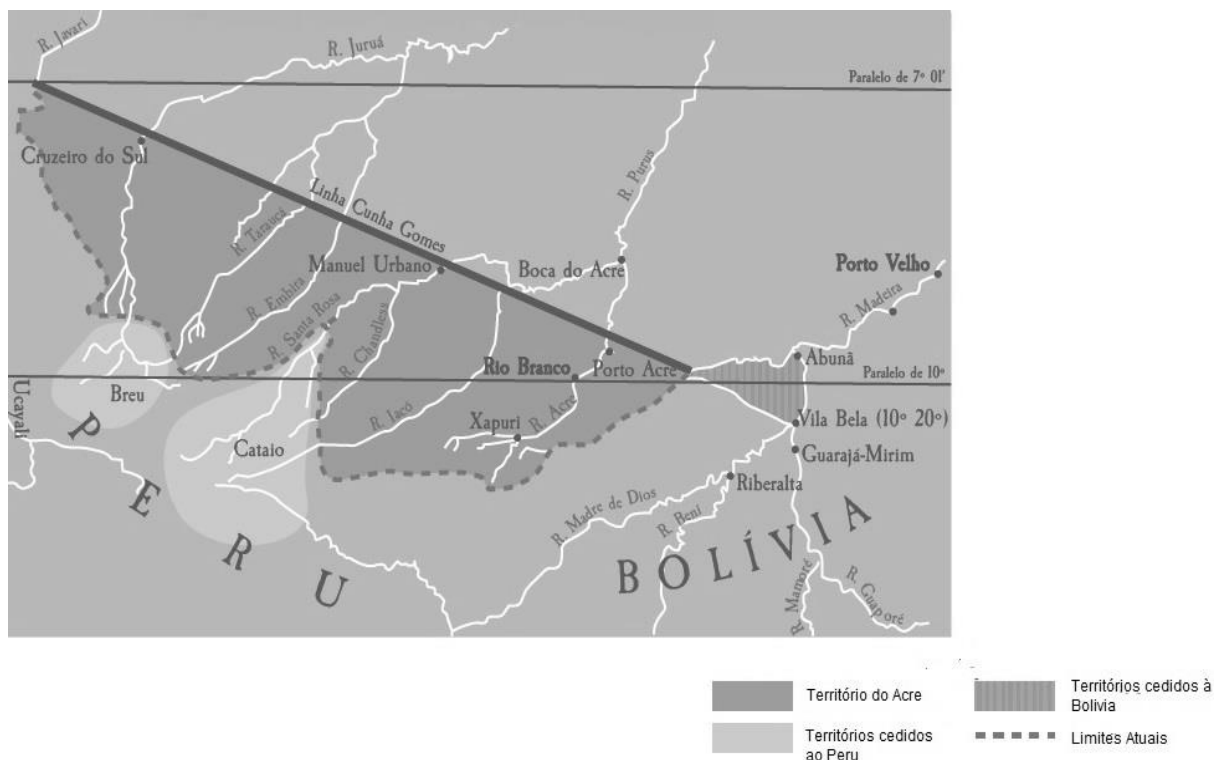
Gritam alguns contra o que chamam cessão de território nacional. Se entendem que não devemos transferir nem uma polegada de território como é que querem que outra nação, onde também há patriotismo e sentimento de honra, nos transfira, não uns cinco mil quilômetros de terra despovoada e de alagadiços, mas sim cento e cinquenta mil ou cento e setenta mil quilômetro quadrados de terras cuja riqueza ontem exaltavam tanto e que são quase exclusivamente habitados por brasileiros? Dizem que os sacrifícios que iremos fazer são grandes. Não é possível fazer tão grande aquisição territorial sem sacrifícios (RIO BRANCO [para] MONTEIRO, 13 de nov. de 1903).

Em meio a esse clima de profunda exaltação, foi aprovado, em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis. De acordo com suas diretrizes, o Brasil recebeu 142.900 km² referentes ao território em litígio e mais 48.100 km² de uma área que pertencia à Bolívia e não fora, anteriormente, contestada, perfazendo um total de 191.000 km². Em troca, o Brasil cedeu uma área de 3.164 km², que não era habitada por nacionais, pertencentes ao Estado do Mato Grosso. Além disso, como forma de compensar a desigualdade dos territórios permutados, o governo brasileiro assumiu a obrigação de pagar uma indenização de £ 2.000.000 e de construir uma estrada de ferro, em território brasileiro, que daria liberdade de trânsito aos produtos bolivianos até a sua chegada a pontos de escoamento no Oceano Atlântico.

Antes de analisarmos a repercussão do tratado julgamos necessário fazer uma breve explicação. A posse integral do território do Acre ainda não estava estabelecida de forma definitiva. Finda a questão com a Bolívia era necessário estabelecer negociações com o Peru, que considerava ter direito sobre o território acreano. Antes do Tratado de Petrópolis, o governo peruano reivindicava uma área de 251.000 km², ao norte da linha que ligava as nascentes dos rios Beni e Javari. Contudo, após o acordo entre Brasil e Bolívia a reivindicação peruana passou a ser de 442.000 km². As negociações foram longas, estenderam-se de 1904 a 1909, e atribuladas, com movimentações militares e constantes desacordos entre o governo peruano e o brasileiro. Em 1909, utilizando o princípio do *uti possidetis* como base legal para as negociações, Peru e Brasil entraram em um acordo, ficando o Peru com uma área de 39.000

km², extensão anteriormente ligada ao Estado do Acre, e o Brasil resguardou seu direito sobre uma área de 403.000 km², como demonstrado no mapa abaixo.

Mapa (4)
Limites do Acre



Fonte: GOES FILHO, 2015, p. 404-405 (Adaptado)

Classificada como uma “compra mal disfarçada” (BUENO, 2003, p. 323), afirmação admitida pelo próprio Rio Branco, a conclusão das negociações não foi bem recebida pela imprensa de oposição. Andrada Júnior retornou às páginas do *Commercio de São Paulo* e empreendeu uma espécie de crítica resignada, na qual não poupava a República e seus desacertos, mas preservava a figura do amigo, responsável por uma condução e por um resultado que se afigurava dentro do possível:

(...) O Brasil, pela primeira vez, viu ceder território a estrangeiros. Esse é o fato incontestável e resistente ao sofisma de que apenas se trata de uma retificação de fronteiras, que, aliás, ninguém supunha ser ou ter sido um dos capítulos do litígio acreano.

O Brasil vai pagar à Bolívia, por preço mais avultado, direitos (reais ou imaginários) que já pagou ao sindicato norte-americano.

O Brasil vai assegurar à indústria e ao comércio boliviano comunicações e, portanto, lucros, com o resto do mundo (...)

Como deve ser recebido o tratado de Petrópolis pela opinião sensata, pela opinião nacional, pela opinião dos brasileiros que estudam os interesses de sua pátria?

Francamente: o tratado deve ser aprovado e, examinadas as circunstâncias que o geraram, deve mesmo ser aplaudido. O tratado significa a vitória do possível (...)
 Em resumo: o benemérito barão do Rio Branco, tendo herdado da República um desastre, e à primeira vista, mal podendo transformar esse desastre em simples derrota, evitou a derrota e tornou a batalha indecisa. Bem examinada, a solução do litígio acreano pode e deve permanentemente figurar na biografia do ilustre estadista e nos anais da história nacional, ao lado dos triunfos do Amapá e Missões. **Amapá e Missões vinham do Império: poderiam ter erros, não tinham sujeiras. O Acre, em sua fase internacional mais acentuada, vinha da República: era-lhe inevitável a indecência** (ANDRADA JÚNIOR, 09 de dez. de 1903, grifo nosso).

Dessa vez, Rio Branco não recorreu à pena de Eduardo Salamonde e respondeu diretamente ao publicista do periódico paulista. Assumindo o pseudônimo Kent iniciou nas páginas do *Jornal do Commercio* a publicação de uma série de artigos, intitulada *A questão do Acre e o tratado com a Bolívia*. Paranhos recorreu à história diplomática do Império e a diferentes documentos para rebater *pari passu* os argumentos apresentados por Andrada Júnior. Nos cabe a análise das principais contestações efetuadas por Rio Branco. Inicialmente, contraria a afirmação “O Acre, em sua fase internacional vinha da República: era-lhe inevitável a indecência.” Para Rio Branco:

Muito se ilude o monarquista ilustre. A questão do Acre tem incontestavelmente as suas raízes no Império. Foi no tempo dos monarquistas que se negociou o Tratado de 27 de março de 1867 (...). Foi no tempo do Império que o governo brasileiro começou a dar ao artigo 2º a absurda interpretação de que resultou a linha oblíqua Javari-Beni, defendida depois pelos ministros da República durante as administrações Prudente de Moraes e Campos Sales.

Se isso era “sujeira”, vinha de muito longe, e as censuras do senhor Martim Francisco deveriam ser dirigidas não aos que a defendem por sentimento de solidariedade governamental, mas aos que a criaram (17 de dez. de 1903, p. 01, grifo nosso).

Nota-se aqui um afastamento da idealização da história do Brasil Monárquico, tão defendida e propagandeada em seu período como colaborador do *Jornal do Brasil*. Rio Branco necessitava de elementos que dessem sustentação a seus argumentos e eles foram retirados de ações que, segundo a interpretação do Chanceler, assentaram as bases para a crise que foi deflagrada já no período republicano. O segundo ponto da contestação proposta por Rio Branco residia na crítica à construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré. Paranhos indicou que essa era uma promessa feita à Bolívia no artigo 9º do Tratado de 1867 e renovada em um acordo de 1882. Para reavivar a memória dos “novéis monarquistas, esquecidos ou pouco conhecedores de atos que fizeram honra o passado regime”, reproduziu os artigos dos referidos tratados (KENT, 17 de dez. de 1903, p. 01).

Na sequência de seu artigo, Rio Branco discutiu as críticas à “cessão de território nacional”, considerando ser “impróprio falar em **cessão de território nacional**, quando o que

há, pelo tratado, é uma **permuta de territórios**, permuta que, por ser sumamente desigual, explica a compensação em dinheiro com que o Brasil deve entrar” (17 de dez. de 1903, p. 01, grifo do autor). Para afirmar sua posição indicou que o artigo 5º do Tratado de 1867 previa e autorizava a troca de territórios, sobretudo quando esta troca envolvia a proteção de cidadãos que residiam na área litigiosa. Evocou também a Constituição do Império, que permitia troca e concessão territorial mediante a aprovação da Assembleia Legislativa e foi por ela que o governo monárquico concluiu diversos tratados que envolveram permuta de território. Ao finalizar sua argumentação lançou a seguinte crítica à diplomacia imperial:

Durante os 60 anos do regime passado, o território nacional não teve aumento algum; pelo contrário, em todos os ajustes citados, renunciámos a terras a que, pela aplicação do princípio do *uti possidetis*, tínhamos direito (...)

Não recordamos estes fatos com intenção de desaprovar ou censurar o que praticou o Império. Desejamos tão somente que o *Commercio de São Paulo* e o senhor Martim Francisco meditem sobre esses antecedentes históricos e expliquem por que era lícito e louvável, naquele tempo, permutar, ceder território ou mesmo consentir na separação de uma província inteira, com representação no Parlamento brasileiro⁷⁸, e é condenável agora alargar os domínios da pátria brasileira, receber um território imenso e fertilíssimo, onde vivem 60 mil compatriotas nossos (KENT, 17 de dez. de 1903, p. 01, grifo nosso).

Sua crítica passou por uma leve oscilação ao tentar justificar que seus argumentos não tinham por intenção “desaprovar ou censurar o que praticou o Império”. Esse recuo se deu, possivelmente, pela percepção de que atacar a diplomacia imperial significava atacar algumas das propostas e ideias implementadas ou consolidadas por seu pai, o Visconde do Rio Branco.

O segundo e o terceiro artigos da série, são dedicados a externar a insatisfação de Rio Branco frente ao que considerava “tentativas de levantar contra ele a cólera popular.” Em realidade, discutia a mudança de postura, de parte da imprensa do Rio de Janeiro, em relação à sua condução acerca da questão do Acre: “Hoje, desejamos mostrar que não é propriamente o sentimento de patriotismo ofendido, mas sim o de paixão partidária e o desejo de perturbar a paz pública que inspiraram as hostilidades abertas em setembro contra o governo atual e muito particularmente contra o senhor ministro das Relações Exteriores.” (KENT, 18 de dez. de 1903, p. 01). Continua sua indignada apreciação nos seguintes termos: “Tudo corria tranquilamente quando, em setembro, aprouve a certos agitadores de profissão explorar contra o governo algumas das cláusulas do tratado que se negociava.” Para construir seu argumento, Rio Branco fez um significativo levantamento de muito do que foi dito sobre suas tentativas e propostas para solucionar a questão. Naturalmente, os Cadernos de recortes de jornais, foram

⁷⁸ Refere-se à Província da Cisplatina, que em 1828, tornou-se independente e deu lugar à República Oriental do Uruguai.

fundamentais para que o Chanceler pudesse retomar e debater artigos publicados em janeiro de 1903. Após indicar o que considerava as incoerências de cada jornal, com especial atenção para as cometidas pelo *Correio da Manhã*, concluiu:

Ocupação militar, compra, permuta de território, concessões recíprocas, tudo isso foi aconselhado ou aprovado durante meses pelos mesmos que hoje fazem disso outros tantos crimes do governo e se levantam indignados contra o tratado. Admiráveis conselheiros do povo e mestres do patriotismo (KENT, 18 de dez. de 1903, p. 01)

Ainda em dezembro de 1903, o *Correio da Manhã* publicou dois artigos permeados por críticas ao Tratado de Petrópolis. O primeiro, datado de 10 de dezembro, era de autoria de Rocha Pombo⁷⁹ e acusava o governo brasileiro de promover uma ação abusiva contra um “povo inferior”, além de apresentar concordância com os demais críticos do acordo quanto ao ato de ceder um pedaço do território nacional a outro país:

O tratado seria para a Bolívia um opróbio, e para nós, além de opróbio, seria um desastre talvez incalculável.

O que se fez agora não é um tratado, não é um contrato diplomático: é antes uma escritura de negócio (...) Instigamos a avidez do general Pando e alcançamos dele, a peso de ouro, dez vezes mais do que o Império – dizem os próprios bolivianos – alcançara em 1867 (...) E como para dourar a pílula, damos à impiedade uns ares de acordo legítimo, de lícita conciliação de interesses, oferecendo, por nossa vez, um pedaço da pátria à Bolívia... como se tratasse de troca de territórios.

É uma obra descomunamente abusiva e comprometedora das nossas tradições. É um crime contra nós próprios desagregando nosso território (...). Pois nós que nunca cedemos a ninguém (e sob pretexto algum, por mais poderoso que se imagine) um palmo sequer de terra pátria, vamos agora disfarçar um negócio oprobioso entregando à Bolívia pedaços de solo sagrado!

Por que enfrentamos com povo fraco e pobre nos erigimos em fortes para liquidar questões a golpe de força e a peso de dinheiro (POMBO, 10 de dez. de 1903).

O segundo artigo, escrito por Gil Vidal, tinha uma dupla intenção: reafirmar as críticas à cessão territorial e rebater as acusações, feitas por Kent em 18 de dezembro, de que o *Correio da Manhã* mudara de postura ao longo do ano, assumindo críticas ao que antes defendia com fervor. O artigo demonstrou bastante contundência e não economizou nas críticas à Rio Branco e a atuação da chancelaria nacional:

Contra a cessão de território, contra a compra do Acre, inúmeros são os nossos protestos. Vencendo efeitos pessoais, mal se divulgou que estava assentada a cessão de território nacional, **levantamo-nos contra a impatriótica deliberação, até dolorosamente concluirmos um dos nossos artigos, confessando perdidas no Barão do Rio Branco as esperanças que espíritos esclarecidos e corações generosos afagavam a bem dos felizes e honrosos destinos da pátria.**

Não o mostra, nem poderá mostrar o articulista oficial, que em vão se esforça para colher do que a princípio escrevemos contradição com o que arguimos agora às

⁷⁹ José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933): tradicional jornalista, professor e historiador, foi um importante propagandista das campanhas abolicionista e republicana. Conf. <http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo/biografia> Acesso em 13 de julho de 2018.

desastradas soluções que devemos ao sr. Rio Branco e a seus condescendentes colaboradores.

Não nos atingem, portanto, as invectivas com que, invertendo as atitudes, os propósitos e as responsabilidades, com arrogância imprópria da sua causa, ludibriando seus compatriotas, procuram malsinar-nos os intuitos, à força de fáceis exclamações para sermos admirados como conselheiros do povo e mestres de patriotismo, os singulares conselheiros da submissão do sentimento patriótico aos dislates de uma Chancelaria desmoralizadas pela pusilanimidades diante dos que podem conter-lhe os arreganhos e os mestres de um patriotismo que exige dos brasileiros o aplauso à obra inepta, requintada pelo desprezo das severidades do melindre nacional (VIDAL, 19 de dez. de 1903)

Responder as acusações de Rocha Pombo e Gil Vidal, foi um dos motes do quarto artigo produzido por Rio Branco, publicado em 23 de dezembro de 1903. Logo de início relembrou seu artigo de 17 de dezembro de 1903, no qual deixou explícito o quanto era incorreta a afirmação de que o Império não cedera territórios, baseando seu argumento no levantamento e discussão de alguns tratados de fronteira firmados no regime monárquico. Na sequência, questionou as indicações de que o Tratado de Petrópolis não era um “tratado” ou um “ato diplomático”, mas sim uma “escritura de negócio”: “Não necessitamos recorrer a jurisconsultos estrangeiros para mostrar que é muito regular e legítima, em direito, a aquisição derivativa que o Brasil vai fazer, e muito usual, nas relações internacionais, a transação a que chegaram os dois governos, do Brasil e da Bolívia.” (KENT, 23 de dez. de 1903, p. 01) Para sustentar seu argumento, Paranhos recorreu ao tomo I dos *Princípios de Direito Internacional*, de autoria do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que trazia um estudo minucioso acerca da aquisição, compra, venda e permuta de territórios. Ao concluir, Paranhos lançou um desafio às opiniões expostas pelo jornal de oposição: “Os nossos leitores decidirão entre a recente opinião do *Correio da Manhã*, de um lado, e a autoridade de Lafayette Rodrigues Pereira e de uma centena de outros mestres ou expositores do direito internacional que poderiam ser citados, de outro” (KENT, 23 de dez. de 1903, p. 01). Notadamente, Paranhos via nos escritos de Lafayette Rodrigues elementos que tornavam suas ideias e argumentos irrefutáveis. Contudo, Rio Branco não se demonstrava satisfeito e empreendeu um longo levantamento e análise de tratados de cessão, de permuta e de compra e venda de territórios, efetuados por potências europeias e pelos Estados Unidos. Finalizou seu estudo da seguinte forma:

Em vista do exposto e em vista das autoridades e dos exemplos citados, o leitor certamente convirá conosco que os escritos do *Correio da Manhã* são um tanto imodestos quando, a propósito do Tratado de Petrópolis, vituperam os negociadores brasileiros e bolivianos e pensam poder tirar lições de direito internacional, de direito diplomático, de patriotismo, de moralidade e honra a homens como os presidentes Rodrigues Alves e general Pando e os plenipotenciários do Brasil e da

Bolívia, senhores barão do Rio Branco, Assis, Brasil, Guachalla e Pinilla (KENT, 23 de dez. de 1903, p. 01).

O último artigo da série, publicado já em janeiro de 1904, trazia a reprodução de um artigo publica no *Jornal do Commercio* com o título *Soberania e Acre*. De autoria do jurisconsulto José Isidoro Martins Júnior⁸⁰, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, o texto defendia a cessão ou a permuta de territórios quando estas se apresentavam necessárias para a segurança do país e de seus cidadãos. Apoiando-se nessa análise, Rio Branco apresentou uma última defesa do Tratado de Petrópolis utilizando as proposições jurídicas vigentes no sistema internacional, sobretudo nos Estados Unidos, para justificar as medidas tomadas em relação ao Acre:

(...) Aos que se espantam com o fato de que o governo de um Estado Federal e o Congresso dos Representantes de uma nação assim constituída, sem consulta prévia aos cantões ou aos estados particulares, formadores da União, disponham de pequenas nesgas de território nacional, bastará afirmar por hoje que o governo e o Congresso em um Estado federal têm o poder de ceder não só trechos de territórios na fronteiras, mas também um estado inteiro, em caso extremo, como medida de salvação pública ou de interesse de toda a nação, como ensinam jurisconsultos dos Estados Unidos da América (KENT, 01 de jan. de 1904, p. 01)

Em 27 de dezembro de 1903, Rio Branco entregou ao presidente Rodrigues Alves sua *Exposição de Motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia*. O documento traçava o histórico das negociações entre os dois países, com especial atenção para os meses em que Paranhos e Assis Brasil negociaram com os representantes bolivianos, e trazia uma apresentação dos motivos e vantagens que levaram à assinatura do Tratado de Petrópolis. Segundo Rio Branco (RIO BRANCO, 2012n, p. 56/57):

Pelo presente tratado, o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior a de mais da metade dos 20 estados da nossa União. Não foram, porém, vantagens materiais de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto, o governo persistiu sempre em considerar boliviano aquele território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para utilizá-lo. Foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador de *Chartered Companies* e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana enquanto existisse sob a sua soberania um

⁸⁰ José Isidoro Martins Júnior (1860-1904): Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1883, aliava sua atuação como bacharel a uma vasta produção de poesias. Foi membro fundador da *Revista do Norte* (1887) e do Diretório Republicano de Recife, destinado a incentivar ideias abolicionistas e republicanas. Em 1889, foi nomeado professor da Faculdade de Direito de Recife. Em 1894, foi eleito deputado federal por Pernambuco e reeleito em 1897. Além disso, atuou como secretário de Quintino Bocaiúva, quando este foi eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro. Conf. <http://www.academia.org.br/academicos/martins-junior/biografia> Acesso em 10 de julho de 2018.

território exclusivamente habitado por brasileiros que lhe eram hostis, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos.

De fato, as maiores vantagens da aquisição territorial que resultam deste tratado não são as materiais. As de ordem moral e política são infinitamente superiores (...)

O que, pelas estipulações deste tratado, o Brasil dá para obter da Bolívia a cessão de uma parte do seu território e a desistência do seu alegado direito sobre a outra parte pode sem dúvida ser considerado como uma compensação sumamente vantajosa, e de fato o é; mas isso não obsta que as nossas vantagens sejam igualmente grandes. As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham serão sempre as melhores.

A *Exposição de Motivos* vinha acompanhada do texto integral do Tratado de Petrópolis que, prontamente, foi submetido à Câmara dos Deputados para aprovação. Em 27 de janeiro de 1904, sem grandes oposições, o tratado foi aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado. Contudo, nessa esfera surgiram algumas restrições ao acordo. Rui Barbosa publicou, em 28 de janeiro, sua *Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido*, na qual, rompendo com o sigilo imposto pelo governo ao Senado quanto às discussões sobre o acordo, explicitou os motivos que o levaram a discordar da solução dada ao litígio acreano e a não subscrever o tratado supracitado. O senador não poupou críticas à condução das negociações, às concessões feitas ao governo boliviano e também à atuação do Barão do Rio Branco. Inicialmente, Rui Barbosa apontou as motivações que o levaram a discordar do acordo e reafirmou sua tradicional oposição à postura da chancelaria brasileira que, antes da chegada de Rio Branco, defendia o direito boliviano sobre o território acreano:

No vertente caso todos variaram (...) Variou o nosso ministro, com seu ilustre companheiro [Assis Brasil], desde a entrega, a que estavam dispostos, sendo necessário, da margem direita do Madeira, até a concessão, em que ficaram, de 3.463 quilômetros no Amazonas e em Mato Grosso. Variou eu, enfim, da alienação, que a princípio se me antolhara aconselhável, dos 3.500 quilômetros quadrados na confluência do Madeira com o Abunã, até a recusa peremptória de qualquer transferência territorial. Do meu variar, pois ao do ilustre ministro, a diferença apenas está em que, partindo S. Ex. de uma grande concessão territorial, recuou a uma concessão reduzida, e eu, partindo de uma reduzida concessão, acabei por não tolerar concessão nenhuma de território brasileiro.

Notai bem o particular da minha situação. Não foi sem muito vacilar que eu me submeterei à honra, a cuja altura me elevava o governo. Era ela difícil em excesso para minhas convicções e responsabilidades. Minha consciência e o meu nome estavam ligados à defesa dos direitos do Brasil no território do Acre. Eu pertencia, em relação ao tratado de 1867, ao pugilo daqueles que o fanatismo pelo tratado de 1903 classifica de *sofistas pueris*. Quase sozinho na imprensa e na tribuna, exaurira, durante um ano, todos os meios da evidência e da ação moral, por suscitar no país um movimento de reivindicação contra o desfalque da nossa integridade pátria, desarmadamente consumado pela nossa chancelaria. (BARBOSA, 1952, p.236-237)

Na sequência, o senador brasileiro direcionou sua crítica para a inclusão da cessão de um pedaço do território nacional no acordo firmado com os bolivianos, opção que

considerava inadmissível e exagerada, visto que o Brasil já oferecia compensações demasiadas ao país vizinho:

Eu não compreendo. Que se aliene território pátrio, em não havendo outro remédio, é natural. Se para inteirar o preço de uma aquisição vantajosa e necessária, como a do Acre, se houvesse mister de juntar a outros esse valor, seria talvez admissível. Mas, estando ela paga de sobra com o dinheiro, que entregamos, e a estrada, que vamos construir, a mutilação, que se nos propõe, do território brasileiro, é uma prodigalidade indesculpável.

Eu me calaria, se esta convicção me não estivesse bradando na consciência com uma força, que me não permite emudecer. É com muito pesar que me declaro, negando o meu sufrágio, depois de ter negado a minha assinatura, para a conclusão deste acordo, ao Governo que me confiou e de que aceitei a missão de o negociar (BARBOSA, 1952, p.290-291)

O espírito e a prática jurídica de Rui Barbosa engessavam sua visão sobre o litígio e a necessidade urgente de sua resolução. Em contraposição, a postura pragmática e essencialmente realista de Rio Branco o levavam a observar que o prolongamento das negociações e uma possível solução por arbitramento, opção largamente defendida por Rui Barbosa, trariam desvantagens para o Brasil e para os cidadãos brasileiros que habitavam e exploravam a região acreana. A postura centralista de Rio Branco e sua capacidade de transigir para finalizar o litígio causavam considerável preocupação a Rui Barbosa, que observava com restrição a crescente influência do Chanceler sobre os diferentes círculos políticos e sobre opinião pública:

Cuida o aureolado Ministro ser o país quem nela se manifesta e regozija. Desvanece-se o exímio autor do tratado com o fenômeno desta aprovação geral no mundo político, em cuja harmonia na admiração desta obra o seu eminente artífice descobre sinais de estar ao seu lado, “quase unânime, a opinião nacional.”

Mas, não. Nada mais arriscado, em nacionalidades como a nossa, que avaliar os sentimentos populares pela tona de aparências superficiais, com que estão em contato os Ministros. Entre esse leve envoltório, que se presume refleti-la e a Nação medeiam distâncias e antagonismos incalculáveis. O nobre Ministro das Relações Exteriores é, hoje, por excelência, entre os seus colegas, o Ministro forte. Dir-se-ia que na sua órbita arrasta como satélite dominado pela sua imperiosa atração, todo o Governo, do qual, normalmente, apenas tinha de ser um dos membros. E, quando o poder, na atualidade, entre nós, se corporifica em uma dessas intensas concentrações pessoais, ninguém lhe resiste.

Todas as tubas da apologia festejam o Tratado de Petrópolis. Mas todas elas, todas essas vozes hoje exaltadas em louvores àquela transação, dormiam numa calada tumular, quando o Governo passado entregara gratuitamente o Acre à Bolívia, não obstante os escrúpulos e dúvidas que esta mesma opunha a tão desmarcada liberdade. Todas, portanto, foram corresponsáveis, pela sua mudez aquiescente, na generosidade presidencial, que doava aquele território aos bolivianos sem compensação alguma (BARBOSA, 1952, p.292-294).

Naturalmente, os jornais e jornalistas que atuavam como base de apoio a Rio Branco colocaram-se contra a manifestação de Rui Barbosa e iniciaram uma contundente oposição ao

senador baiano. No início de fevereiro, Alcindo Guanabara enviou uma correspondência ao Barão reafirmando sua fidelidade e compromisso com a solução dada pelo Chanceler ao litígio com a Bolívia:

(...) Com já deve saber, abandonei a redação de *A Nação* por não me poder acomodar com o pessoal que lá estava. Estou, pois, sem jornal. Todavia, continuo a desobrigar-me do dever que me impus de apoiar sua ação na questão do Acre. A *Crônica Política* da *Gazeta de Notícias* de hoje, 8, é minha; como meus têm sido os últimos artigos editoriais da *Tribuna*, inclusive o de hoje sobre a exposição do Rui. Não lhos envio, porque naturalmente tem aí os jornais (GUANABARA, 08 de fev. de 1904, p. 01)

Na referida *Crônica Política*, Alcindo Guanabara fez vários apontamentos sobre as considerações de Rui Barbosa e suas propostas para o litígio com o Acre. Há também uma breve crítica ao arbítrio do senador sobre a postura da opinião pública nacional:

(...) S. Ex. considera o Acre indisputavelmente brasileiro: pensa que o limite constante do art. 2º do tratado de 1867 é, não uma linha oblíqua da tradição documentada de nossa chancelaria, mas a linha quebrada (...) e partindo dessa convicção, conclui que demos demais, dando à Bolívia por esse território dois milhões esterlinos, a estrada de ferro Madeira e Mamoré e pequenos trechos de território no Amazonas e em Mato Grosso. Nesse caso, porém, parece que a lógica exigia ainda mais do que lhe concede o eminente senador baiano. Quando temos a convicção de que um trecho de território nos pertence indisputavelmente, intolerável nos parece a só ideia de que alguma coisa devamos ceder para que ele nos não seja disputado e a nossa parte seja respeitada. Essa convicção a tínhamos, e bem fundada, em relação ao território das Missões; e a opinião pública, que agora se afigura a S. Ex. adormecida ou ausente, sublevou-se e vigorosamente condenou e repeliu o tratado de Montevidéu, que o partilhava com a Argentina, o qual entretanto, fora levado a efeito pelo governo provisório da República, de que S. Ex. foi parte proeminente, quando o seu poder, por assim dizer, não tinha limites. Essa era e é a natural conduta dos que não duvidam do seu direito (GUANABARA, 08 de fev. de 1904, p. 01).

Na sequência, Guanabara aponta para o que considera uma incoerência de Rui Barbosa, visto que o senador apoiava a cessão de uma pequena faixa de território e, posteriormente, mudo de postura colocando-se radicalmente contra essa possibilidade.

Rigorosamente, os que, como o eminente senador baiano, pregam a doutrina de que o Acre é brasileiro, não podem sufragar o tratado de Petrópolis: não sob o fundamento de que ele dá demais, mas porque não se deviam acomodar à ideia de que dêssemos qualquer coisa, por mínima que fosse, pelo que, no seu sentir, legitimamente nos pertence.

Ora, não foi essa a conduta do ilustre plenipotenciário vencido: a sua correspondência com o Sr. Ministro das Relações Exteriores deixa evidenciado que S. Ex. assentou na preliminar de dar compensações à Bolívia por um território que não reputava dela: assentiu ainda em que essas compensações constassem de dinheiro, da estrada de ferro e até de território.

Só mais tarde afigurou-se lhe impolítico, inoportuno, inconveniente ou perigoso para o governo a cessão de território. Porque? Por que isso fosse deprimente, degradante, vexatório para o Brasil? Não. De modo nenhum (...). Ocorreu, porém, que, como S. Ex. observou, tudo variou em relação a esse tratado, a opinião como tudo e todos;

variou logo que o debate demonstrou que os nossos títulos à posse do Acre eram precaríssimos e que a verdade era que precisávamos de o incorporar mas que nenhum direito líquido tínhamos para dele nos apropriarmos.

Essa razão, pois, que era, de certo, valiosíssima para um governo republicano, desapareceu ainda muito antes da assinatura do tratado; e, entretanto, foi nela que S. Ex. se baseou para negar a sua coparticipação nesse ato, mau grado a sua convicção pessoal de que não há desar para uma nação em vender território. É sùtil o melindre, posto que, nem por isso, menos digno de respeito (GUANABARA, 08 fev. de 1904, p. 01)

A despeito das manifestações de Alcindo Guanabara, Rio Branco, por meio de seu secretário, Gregório Pecegueiro do Amaral, impôs um rigoroso controle em relação á imprensa, impedindo manifestações apaixonadas ou exasperadas contra Rui Barbosa. O Chanceler ainda nutria profunda admiração e gratidão ao senador baiano pelos elogios feitos a ele em diferentes ocasiões de sua trajetória como historiador e representante diplomático. Duas correspondências exemplificam essa breve censura determinada por Paranhos Júnior, a primeira direcionada ao periódico *A Nação* e a segunda ao jornal *A Tribuna*:

O Sr. Ministro encarregou-me de chamar a atenção de V. Exa. para o fato de estar a *Nação* transcrevendo artigos sobre o tratado não autorizado pelo gabinete. Ele proibiu a transcrição de artigos sobre a exposição do sr. Senador Rui Barbosa e nenhum foi reproduzido no *A Pedidos do Jornal [do Commercio]*. Entretanto, todos o têm sido na *Nação*. Atenciosas saudações. (AMARAL [para] *A Nação*, 12 de fevereiro de 1904)

O sr. Ministro encarregou-me de dizer a V.S. que o único artigo cuja transcrição ele autorizou pelo intermédio do Sr. [Domício da] Gama foi o do *Paiz*, intitulado “*A palavra do mestre*”.

Os outros artigos do *Paiz* e demais jornais criticando o sr. Senador Rui Barbosa não foram reproduzidos no *Jornal do Commercio* e não o foram na *Gazeta e Nação* a pedido deste gabinete. Atenciosas saudações (AMARAL [para] *A Tribuna*, 12 de fevereiro de 1904).

O artigo intitulado *A Palavra do Mestre*, publicado no *O Paiz* no dia 09 de fevereiro, possuía uma linguagem polida e preocupada em não atacar de forma contundente a imagem de Rui Barbosa. Contudo, em sua essência o artigo se propunha a rebater as proposições do senador baiano e a exaltar a condução dada por Rio Branco ao litígio. A base do argumento assentava-se na indicação de que seria inapropriado exigir que a Bolívia cedesse território sem receber as compensações que julgava adequadas:

O Brasil não achava uma indignidade a cessão de terras? Pois, em vez de lhe pagar [à Bolívia] só em moeda esterlina a importância do Acre, o Brasil dar-lhe-ia uma parte em dinheiro e a outra em território. Quando na República vizinha se procurasse verberar como um opróbio para a nação esse ajuste, pela alienação de uma parte de seu solo, objetar-se-ia que o Brasil também desistira da sua posse a três mil e tantos quilômetros quadrados, o que tirava ao ato a suspeita de uma capitulação indecorosa por parte do governo boliviano. Como se pode negar razão aos plenipotenciários da outra alta parte, se ainda, apesar disso, das suas repetidas instâncias para que a solução do litígio se fizesse por uma simples permuta de regiões, da consagração da

troca parcial como base do tratado, ainda se levanta no Brasil uma voz, das mais prestigiosas e triunfantes em solenes torneios pela liberdade e pela justiça, a proclamar a mercantilização do território por parte da Bolívia cuja culpa foi render-se à eloquência das razões apresentadas pelo sr. Barão do Rio Branco na sua obra de previdente e benemérito diplomata!

Que se devia fazer então para resolver o litígio? Pagar o Acre em dinheiro e mais nada. Não há nada mais fácil, com efeito, do que responder assim, partindo do princípio de que os bolivianos não queriam senão ouro, mas os fatos aí estão falando bem alto para mostrar a iniquidade clamorosa desse fundamento. Em geral as pequenas nações têm em certos assuntos exigências de pundonor, delicadezas quintessenciadas de melindre, tanto mais graves e teimosas quanto menor é o seu papel na civilização universal. O que a uma potência respeitável é simples fazer, como a cessão de um território que lhe é inútil ou oneroso, porque, ninguém põe em dúvida a sua altivez de caráter e a sua desnecessidade de recursos, a um país pequeno e fraco, de pouco crédito político pela sua desorganização tradicional, repugnam expedientes desta ordem, pelo temor de que eles pareçam exprimir menosprezo da soberania nacional (A PALAVRA DO MESTRE, 09 de fev. de 1904, p.01).

O litígio fronteiriço com a Bolívia foi um ponto de inflexão na trajetória do Barão do Rio Branco, pois permitiu a ele consolidar sua posição de elevado prestígio junto a sociedade brasileira e sua posição como Chanceler. Sua relação com a imprensa passou por uma notável expansão, mas ainda se mantinha enraizada em sua longeva colaboração com o *Jornal do Commercio* e ganhava forças no interior da redação do *O Paiz*. Em relação a seu discurso, ficou patente o recurso à história e aos documentos como elementos de sustentação e de comprovação de suas ideias e argumentos.

3.4. Questão com o Uruguai

O território que hoje compreende a República Oriental do Uruguai sempre representou um imperativo geopolítico para os luso-brasileiros. No período colonial, sua posse traduzia a possibilidade de estender a fronteira das possessões portuguesas até o Rio da Prata, liberando acesso a uma das principais vias fluviais do período. A fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, consubstanciou tal aspiração, mas Portugal teve que lidar com constantes tensões e conflitos que dificultavam a manutenção do controle sobre a região, encerrado com a conclusão do Tratado de Santo Ildefonso.

A elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, motivada pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, sinalizou um novo episódio da expansão rumo à fronteira com o Prata. A efervescência revolucionária que marcou as independências das colônias espanholas trouxe, pela ação de setores rebeldes da Banda Oriental, sérias ameaças à fronteira do Rio Grande do Sul. Entre 1811 e 1816, o Brasil defendeu-se das investidas e observou a resistência espanhola ser debelada na região oriental. Assumiu, então,

postura mais ativa e enviou, em fins de 1816, um exército de aproximadamente 6 mil homens para invadir e tomar a Banda Oriental, tarefa concluída apenas em 1820. A ocupação foi responsável por gerar, em 1819, a primeira Convenção de Limites firmada entre o Reino de Portugal e a Banda Oriental. Determinava-se que a “fronteira deveria correr pela margem ocidental da Lagoa Mirim e abranger uma faixa de terreno que compreendia a distância de dois tiros de canhão, ficando aquela lagoa e o rio Jaguarão inteiramente dentro do território português e no exclusivo domínio da coroa de Portugal” (JORGE, 2012, p. 163).

Entretanto, a Convenção de Limites teve duração efêmera e foi substituída, dois anos depois, pelo ato de incorporação da Banda Oriental, que passou a se chamar Província Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, pouco tempo depois, vinculada ao Império do Brasil. De acordo com o Tratado de 31 de julho de 1821, a fronteira seria definida pelo “rio Quaraí até a coxilha de Santana, que divide o rio de Santa Maria, e por essa parte o arroio Taquarembó Grande; **seguinto às pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pelo pontal de São Miguel** a tomar o Chuí, que entra no oceano (*Apud* Rio Branco, 2012m, p.161, grifo do autor). O Império atingia, assim, a almejada fronteira com o Prata.

Em fins de 1823, o governo de Buenos Aires empregou uma ação diplomática que compreendia a contestação da incorporação da Cisplatina ao Brasil e a entrega de Montevidéu às Províncias Unidas do Rio da Prata. A negativa brasileira levou o governo portenho, no início de 1825, a organizar e enviar um pequeno grupo de soldados, conhecidos como os *treinta y tres orientales*, para a Província da Cisplatina com o objetivo de, reforçados por forças locais, dominarem o território oriental. Cumpriram satisfatoriamente a função, sendo rechaçados apenas em Montevidéu e na Colônia de Sacramento. Em agosto de 1825, reuniu-se na vila de Flórida, pertencente ao território oriental, um Congresso que aprovou a reincorporação do território às Províncias Unidas do Prata. Frente a uma situação irreconciliável, D. Pedro I assinou, em 01 de dezembro de 1825, a declaração de guerra (SOUZA, 2003 p.371-374). O conflito perdurou até 1828, causando profundo impacto político e econômico nos dois países. Com a mediação britânica, assinaram, em 27 de agosto de 1828, uma Convenção Preliminar de Paz. Nesta, o imperador brasileiro declarava “a Cisplatina separada do Império, para que pudesse ‘constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação’” (SOUZA, 2003, p. 374). O governo das Províncias Unidas seguiu a mesma disposição e ratificou a independência da Cisplatina. Formou-se aí a República Oriental do Uruguai. Nada foi estipulado acerca dos limites do novo Estado,

indicando-se apenas que o rio Quaraí representava uma fronteira provisória até que se chegasse a uma resolução definitiva.

À independência do Uruguai sobreveio um prolongado período de instabilidade política. A polarização partidária, representada por *blancos e colorados*, gerava uma intensa disputa pelo poder que, de maneira deliberada, aguçava os interesses específicos de Brasil e Argentina na região. No caso brasileiro, duas situações específicas fizeram com que o país observasse mais atentamente o Uruguai: a Revolução Farroupilha (1835-1845), que apresentava tendências separatistas e uma estreita ligação com grupos políticos do Uruguai e da Argentina; e a ascensão de Juan Manuel de Rosas na Argentina que, por seu ideal de reconstituição do Vice-Reino do Prata, empreendeu uma série de avanços contra o território uruguaio e colocou em risco a manutenção da navegação brasileira no Prata. Contudo, a eclosão da Farroupilha e o avanço do poder de Rosas, encontraram a diplomacia brasileira em um período de prolongada letargia, materializada na observação de rigorosa neutralidade frente aos assuntos do Prata. Em meados da década de 1840, iniciou-se um hesitante processo de transição em relação à essa postura que, segundo Amado Cervo (2002, p. 110), “foi marcado por indefinições táticas e estratégicas, pela consideração das alternativas incompatíveis e pela falta de clareza no estabelecimento de metas concretas. Manteve-se a neutralidade efetiva, não como opção política, mas ao contrário, em função de sua ausência.”

Nesse contexto, o Uruguai enfrentava uma nova crise política e militar, sobretudo pelos avanços de Manuel Ceferino Oribe – ex-presidente uruguaio, ligado ao partido *blanco* e aliado de Rosas – que estabeleceu, a partir de 1842, um cerco à cidade de Montevidéu que perdurou por quase nove anos. Em busca do apoio brasileiro, a República Oriental propôs o estabelecimento de um tratado de limites que seria favorável ao Império. As primeiras negociações, instauradas entre 1844 e 1845, indicavam que Montevidéu abriria mão do condomínio das águas limítrofes, desde que fosse mantida sua liberdade de navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. O Império, porém, não aceitou a proposição, pois pretendia, além do domínio exclusivo sobre a navegação dessas águas, uma extensão das vertentes ocidentais da lagoa Mirim, que acarretaria em melhor cobertura da linha de fronteira, constantemente atacada por revolucionários uruguaio (JORGE, 2012, p. 165). Internamente, havia discordâncias quanto às exigências brasileiras, sobretudo quanto à exclusividade de navegação.

O início da década de 1850 representou o fim do período de imobilismo da política externa imperial. O ponto de inflexão dessa tendência foi a gestão de Paulino José Soares de

Sousa, futuro Visconde do Uruguai. Abandonando a postura neutra, o Chanceler reconheceu a necessidade de uma política externa ativa e enérgica, sobretudo em relação ao rio da Prata. Três elementos eram prementes para o governo brasileiro na região: a manutenção da estabilidade da província do Rio Grande do Sul, recém-pacificada, mas influenciada pelo que ocorria do outro lado da fronteira; a preservação da livre navegação do Prata e de seus afluentes que, caso fechados, prejudicariam não só a economia brasileira, mas também o acesso à província do Mato Grosso, atingível mais facilmente por via fluvial do que terrestre; e o bloqueio das pretensões expansionistas de Rosas.

Nesse sentido, definiu-se a necessidade de uma política de intervenção na região. A manutenção das independências do Paraguai e do Uruguai eram fundamentais, pois serviriam para conter os avanços de Buenos Aires e a consequente expansão da fronteira argentino-brasileira. As lutas internas na Argentina e no Uruguai facilitavam sobremaneira a ação brasileira, pois abriam a possibilidade de se apoiar as facções liberais que atuavam nesses países, tendentes ao comércio exterior e à livre navegação dos rios platinos. Alianças com os *colorados* no Uruguai e com as províncias argentinas insatisfeitas com o centralismo de Rosas, a exemplo de Corrientes e Entre Rios, foram costuradas mediante o apoio militar e financeiro do Brasil. Em 29 de maio de 1851, as partes supracitadas assinaram um Convênio de Aliança Ofensiva e Defensiva, com o objetivo de garantir a independência e a pacificação do Uruguai e conseguiram romper o cerco a Montevideú, expulsando Oribe da República Oriental.

Nessas circunstâncias, Brasil e Uruguai voltaram a abrir negociações sobre questões que ainda causavam discordâncias entre os dois governos, dentre as quais estava a delimitação das fronteiras. Em 12 de outubro de 1851, firmaram quatro tratados: de Limites, de Comércio e Navegação, de Aliança e de Extradicação. Além disso, também foi definida uma convenção regulatória sobre empréstimos ao Uruguai e seus respectivos meios de garantias. Reajustado em 1852 e 1853, o Tratado de Limites indicava que a linha divisória circularia a margem ocidental da lagoa Mirim à altura das maiores águas até a boca do rio Jaguarão, daí prosseguindo pela sua margem direita. Quanto à navegação da lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, o Uruguai reconheceu, pelo artigo 4º do Tratados de Limites de 12 de outubro de 1851, que o Brasil estava na posse exclusiva da navegação naquelas águas, e devia permanecer nela, segundo a base do *uti possidetis* admitida com o fim de chegar a um acordo final e amigável. Além disso, o Uruguai cedeu ao Brasil meia légua das margens dos rios Cebollatí e Tucuarí, rios interiores da República Oriental, para que o governo imperial

empreendesse a construção das obras e fortificações que julgasse necessárias. À solicitação uruguaia de autorização para empreender navegação na área, o Visconde do Uruguai respondeu com a seguinte nota:

Pelo que toca ao direito exclusivo de navegar as águas da lagoa Mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o tratado reconheceu, o abaixo assinado limitar-se-á a declarar que ele não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita, debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa (*Apud* RIO BRANCO 2012m, p. 173).

No Uruguai o acordo foi recebido com intensos protestos. A ratificação do tratado foi imediatamente contestada e, de acordo com Gerardo Caetano (2012, p. 508), “la oposición desatada ante sus contenidos fue tan dura que en el proceso de ratificación se suprimieron algunas de las concesiones más irritantes, como la cesión de territorio en las desembocaduras de los ríos interiores Cebollatí y Tucuari.” Héctor Gros Espiell (1989, p. 222), dá voz à historiografia uruguaia ao caracterizar o tratado como “monstruosamente injusto e humilhante.” A proposta e as bases do tratado foram delineadas pelo Uruguai e, habilmente, aceitas e expandidas pelo governo brasileiro. A insatisfação, nesses termos, pode parecer contraditória, mas há que se considerar a intensa pressão interna enfrentada pela jovem república, que acabou por impeli-la para a zona de influência do Império, consolidando sua condição de “semiprotetorado” brasileiro (CERVO, 2002, p. 118). Entretanto, não faltaram momentos de contestação ao tratado de 1851.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Uruguai tentou exaustivamente reabrir negociações com o governo brasileiro a fim de retificar o princípio de exclusividade de navegação nas águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Nos anos de 1857 e 1867 tratativas para a concessão foram abertas, mas prontamente rechaçadas pelo governo uruguaio, pois estavam condicionadas à cessão de territórios ou à permissão de navegação de outros rios pertencentes à República Oriental. Em 1864, uma nova guerra civil no Uruguai causou prejuízo às propriedades de brasileiros localizadas tanto na fronteira, quanto no interior do território uruguaio. Sendo infrutíferas as negociações, o Brasil empreendeu um bloqueio naval no rio da Prata e recebeu como resposta o decreto do presidente uruguaio, tornando “rompidos, nulos e cancelados os tratados de 12 de outubro de 1851 e suas modificações arrancadas violentamente à República pelo Império do Brasil” (ESPIELL, 1984, p. 240). Imediatamente após a pacificação da República Oriental, o decreto foi revogado e foram retomadas as disposições firmadas em 1851. Novas tentativas foram estabelecidas em 1878, 1887, 1890 e 1895, mas foram, peremptoriamente, recusadas pelo Brasil.

Em 1896, Carlos de Carvalho (1896, p. 05), ministro das Relações Exteriores, fez a seguinte apreciação sobre o direito uruguaio.

Por outro lado, a livre-navegação da lagoa Mirim e rio Jaguarão e a sua possível ligação com o Atlântico, desvanecendo preconceitos políticos, habilitaria a República Oriental do Uruguai a desempenhar a sua função internacional na América do Sul, adquirindo, por ato da sua plena soberania, absoluta tranquilidade externa para desenvolver seus elementos de prosperidade, estando como está, admiravelmente colocado no estuário do Prata para servir de traço de união e amizade entre o Brasil e a República Argentina.

A breve suposição de uma concessão ao Uruguai gerou um movimento de intensa contestação ao Chanceler brasileiro. Exemplo marcante foi o artigo publicado pelo *Paiz*, periódico historicamente ligado e sustentado pelo governo republicano, que empregou crítica veemente ao ministro:

Não compreendemos como sugestão de tamanho alcance figure em um relatório, quando não há necessidade de preparar a opinião para habilitar o nosso governo a entabular negociações a respeito.

Este ponto do relatório merece a mais apurada atenção, porque não se trata de enfrentar preconceitos políticos que, no entender do ilustre ministro, devem ser desvanecidos, mas de abrir larga brecha na linha de fronteiras em sítio sempre por nós escrupulosamente preservado e defendido com louvável e patriótico empenho.

Por esse trecho do relatório se afirmam os motivos de divergência do plano e a inconveniência profundamente anti-diplomática da franca exposição de programas, cuja elaboração, mesmo admitidas as suas vantagens e oportunidade, deve ser efetuada com a mais absoluta reserva.

Será a opinião do ilustre ministro acerca da Lagoa Mirim a do governo? Será este um dos assuntos essenciais da missão do atual ministro oriental?

Podemos afirmar que não partilha das mesmas ideias a opinião pública nacional (QUESTÕES INTERNACIONAIS, 19 de mai. de 1896)

As discussões sobre os limites brasileiro-uruguaio só foram retomadas no período em que Rio Branco dirigiu o Ministério das Relações Exteriores. Segundo Lins (1965, p. 454), a ideia de um novo tratado com o Uruguai estava consolidada desde que assumira o posto de ministro. Considerava justo e necessário restabelecer não só a liberdade de navegação, constantemente reclamada pelo Uruguai, mas sim o reconhecimento de sua soberania naquelas águas, além de uma retificação na linha e no regime de fronteiras da região. Contudo, questões mais urgentes exigiam a atenção da diplomacia brasileira, sobretudo a resolução dos litígios fronteiriços com o Acre e, posteriormente, com o Peru. Ademais, Rio Branco ainda precisava fortalecer sua posição junto aos círculos políticos nacionais e criar um ambiente favorável para que a opinião pública, sobretudo a do Rio Grande do Sul, recebesse de forma positiva uma proposta que contrariava a manutenção da integridade territorial, especialmente uma que não envolveria qualquer compensação por parte dos países vizinhos.

A recepção hostil dedicada à sugestão de liberdade de navegação, feita por Carlos de Carvalho balizava as dificuldades a serem enfrentadas por Paranhos Júnior.

Antes de explorarmos efetivamente a estrutura e o andamento das negociações, nos cabe um questionamento fundamental: O que motivava Rio Branco a insistir em uma concessão que, possivelmente, seria recebida de forma negativa e com possibilidade de lhe render uma série de críticas? Alguns autores, engajados em um projeto de idealização da figura política do Barão, consideram a retificação das fronteiras com o Uruguai como um ato de justiça e generosidade praticada por Rio Branco. Lins (1965, p. 451), faz a seguinte consideração sobre o fato:

Fixadas agora todas as fronteiras do Brasil ainda restava a reparação de uma injustiça, que nesse plano internacional havíamos cometido no passado. Para que ficasse completo o quadro da existência de Rio Branco faltava este gesto final: o do conquistador de tantos territórios, por direito realmente pertencentes ao Brasil, que oferece, no fim da vida, a um país vizinho, o direito que lhe era devido e que estávamos retendo injustamente há mais de meio século (...). Nunca se vira talvez na história internacional dos povos um gesto dessa espécie: o de um país que oferecia a outro o reconhecimento de um direito que ele havia alienado livremente em ajustes regulares e jurídicos.

Araújo Jorge (2012, p. 172) afirmava que o “justo e generoso gesto do Brasil, sem similar na história diplomática do mundo (...) traduzia, em verdade, uma aspiração da consciência nacional e o sentimento geral do povo brasileiro.” Franco (2009, p. 459), por sua vez, considera que a retificação estabelecida na lagoa Mirim e no rio Jaguarão representam um “gesto revelador da amplitude de vistas de Rio Branco e de seu desejo de selar, na aproximação com os Estados vizinhos, a política de paz e colaboração, pressupostos imperativos do que hoje chamaríamos o desenvolvimento regional.” A ideia de que, unicamente, a generosidade e a justiça moveram a ação de Rio Branco nos parece excessivamente simplificada, próxima à ingenuidade. Paranhos era figura essencialmente pragmática e atenta ao desenvolvimento da política internacional, postura que não combina com um ato que não tenha sido previamente calculado. Uma breve observação dos acontecimentos que marcaram a região do Prata, entre os anos de 1900 e 1909, nos dão uma amplitude de possibilidades que, possivelmente, influenciaram a decisão do Chanceler brasileiro.

Entre os anos de 1903 e 1904, Uruguai e Paraguai enfrentaram levantes internos que contestavam a legalidade do governo vigente. Na República Oriental, o movimento foi liderado pelo *Partido Blanco* que se demonstrava profundamente insatisfeito com o predomínio *colorado* no poder, que já durava mais de três décadas. A histórica proximidade

dos *colorados* com o Brasil e dos *blancos* com a Argentina, causava temor de uma polarização política na região do Prata. Rio Branco assumiu, de acordo com seus princípios de não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos, uma postura cautelosa, beirando a neutralidade. A Argentina trilhou o mesmo caminho e, apesar da simpatia pelos revolucionários, manteve-se neutra (DORATIOTO, 2000, p. 131). O levante de 1903 foi brevemente debelado, mas sobreveio outro em 1904, também concluído com a manutenção dos *colorados* no poder. O resultado favoreceu a manutenção das estreitas relações entre Brasil e Uruguai, fortalecendo a posição destes frente à Argentina.

Em 1904, ainda com a revolta no Uruguai em andamento, o Paraguai também foi acometido por um movimento liberal que visava depor o presidente Juan Escurra, vinculado ao *Partido Colorado*. No poder há mais de três décadas, o *Partido Colorado* paraguaio, a exemplo do que governava a República Oriental, mantinha laços com o Brasil e atuava como ponto de apoio brasileiro no Prata. Diferentemente do que ocorrera no Uruguai, a Argentina assumiu postura ativa e manifestou apoio diplomático aos revolucionários paraguaios, além de fornecer armas e transporte para que pudessem iniciar a rebelião. Impedido de qualquer ação militar, devido à decadência da Marinha e a desestruturação do Exército, ao Brasil restou manifestar apoio diplomático ao governo paraguaio. O triunfo dos revoltosos levou o Paraguai para a zona de influência da Argentina, privando o Brasil de um de seus alicerces na região platina. Nessa perspectiva a manutenção das relações políticas e econômicas com Montevideú assumiu ainda mais importância para o Brasil.

Ainda na primeira década do século XX, Uruguai e Brasil enfrentaram importantes crises diplomáticas como a Argentina, motivadas, em grande medida, pela condução radical que Estanislao Zeballos deu ao *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*, entre os anos de 1906 e 1908. No caso uruguaio, a indefinição acerca dos limites no rio Prata com a Argentina era motivação de constantes conflitos. Segundo Caetano (2012, p. 510-511), para justificar o direito argentino sobre a jurisdição do Prata, Zeballos desenvolveu uma “doutrina” que afirmava, com base no Tratado Preliminar de Paz de 1828, que ao Uruguai não foi legada nenhuma soberania sobre o rio compartilhado, ficando este sendo “país de frontera secas”. A ideia, segundo Caetano (2012, p. 511), “constituía un movimiento de mayores proporciones y formaba parte también del escenario de disputa argentino-brasileña.” A assertiva do historiador uruguaio é correta, pois a perda da soberania uruguaia em uma faixa do rio da Prata prejudicaria diretamente a navegação brasileira, que se aproveitava de concessões do governo oriental para utilizar a referida via fluvial.

Entre 1907 e 1908, três acontecimentos provocaram uma grave e prolongada situação de tensão entre Argentina e Uruguai e, conseqüentemente, colocaram o governo brasileiro em estado de alerta: o decreto de pesca aprovado pelo governo uruguaio, o naufrágio do vapor *Constitución* e as manobras realizadas pela esquadra argentina em águas de jurisdição uruguaia. A primeira liberava a pesca com redes de arrasto no rio da Prata em uma distância de até oito quilômetros além da costa uruguaia. A argentina reclamou veementemente contra os prejuízos que o ato acarretaria para sua nascente indústria de pesca, justamente pelo danos ambientais que o método causava. Com base em uma série de sanções, pressionou o governo uruguaio e conseguiu a suspensão do decreto. Um dia depois de aprovado o decreto de pesca, o vapor uruguaio *Constitución* naufragou próximo à costa Uruguaia. Enquanto ocorria o resgate, uma lancha da Marinha Argentina, fortemente armada, se aproximou para interrogar os orientais que participavam do salvamento e acabou por confiná-los por mais de um dia para a execução de interrogatórios. A invasão de águas que o Uruguai considerava dentro de sua soberania e a apreensão de cidadãos uruguaio, gerou um intenso movimento na imprensa do país, acompanhada, mesmo que com reticências, pela diplomacia que cobrou, sem ser atendida satisfatoriamente, explicações da Argentina. Por fim, as manobras efetuadas por parte da esquadra argentina em águas de jurisdição uruguaia, produziu novo debate diplomático, mas com o agravante de que as manobras pudessem representar uma ameaça à soberania da República Oriental (RODRIGUES AYÇAGUER, 2015, p. 145-153).

As relações entre Brasil e Argentina também sofreram abalos entre os anos de 1904 e 1909 – tais circunstâncias serão analisadas com maior atenção no capítulo quatro deste trabalho. Frente à sua incapacidade de defender adequadamente suas fronteiras marítimas, o Congresso brasileiro aprovou, em 1904, um projeto de rearmamento naval, que sofreu reajustes em 1906, e sua conclusão elevaria a Marinha Brasileira à qualidade de primeira força do contexto sul-americano. Naturalmente, na Argentina o projeto brasileiro foi recebido com desconfiança e causou verdadeira agitação na imprensa. Com a chegada de Zeballos à chancelaria, em 1906, a situação se agravou, sobretudo pela ação argentina de também retomar seu crescimento naval, no claro intuito de rivalizar com o Brasil. Alguns setores também viam na cooperação entre Brasil e Uruguai uma aliança contra os interesses argentinos no subcontinente americano e a possibilidade de concessões brasileiras à República Oriental contribuiu sobremaneira para que os ânimos se exaltassem. Nessa perspectiva, não faltavam acusações acerca de uma pretensa busca do Brasil por hegemonia na América do Sul e da orientação expansionista que Rio Branco imprimia à sua política externa. O *La Prensa*,

tradicional porta-voz da política de Estanislao Zeballos, era o principal representante dessa corrente e atacava regularmente a diplomacia brasileira:

El Barón de Rio Branco imprimió al debate rumbos nuevos, con energía inusitada, desenvolviendo una política de imposición, a la cual supo detener a cierta altura, sin abandonar su arrogancia, para llegar a acuerdos ventajosos, uno de los cuales hizo dueño al Brasil del Acre boliviano (...) Su dejo imperialista o de expansión territorial no pude ocultarse a nadie.

El Brasil aspira ocupar el primer rango en Sud América. La aspiración es alta y patriótica: tiene derecho a buscar esa posición, pero no se pueda, ni si debe olvidar que hay otros pueblos que sustentan aspiraciones análogas, con títulos no inferiores. Para el nuestro pretendemos resueltamente una posición internacional no inferior a ninguna otra (EL BRASIL EN EL CONTINENTE, 15 de jan. de 1905, p. 03)

É improvável que o Barão do Rio Branco, frente a essa ebulição política e militar, não observasse a necessidade de reforçar sua amizade com o Uruguai, tradicional aliado no Prata. A impossibilidade de uma ação mais aguda na região, devido ao desaparecimento dos setores militares, obrigou Rio Branco a empregar uma política de abstenção e de apoio em relação aos governos platinos. Restava a ele o uso adequado e pragmático da via diplomática para manter sua influência na região e, sobretudo, a garantia da livre navegação no rio da Prata. Nesse sentido, a concessão ao Uruguai materializava corretamente esse recurso. Não negamos a relevância e a generosidade do ato, mas atribuir a ele unicamente essas características e intenções demonstra profunda incoerência com a política externa desenvolvida entre os anos de 1902 e 1912.

Em 1906, Rio Branco retomou o projeto de retificar os tratados com o Uruguai. Observava maior estabilidade na política externa brasileira, além de já ter efetuado uma série de consultas com importantes políticos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro, recebendo, se não apoio irrestrito, importante compreensão sobre a relevância de corrigir a fronteira com o Uruguai (FRANCO, 2009, p. 460-461). Além disso, reabriu conversas diretas com a República Oriental, por meio do representante deste país no Brasil, Rufino Dominguez, manifestando interesse na revisão da situação existente na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Observando o ineditismo da situação, já que a proposta de retificação partia do Brasil e não mais do Uruguai, Rufino Dominguez apresentou, poucos dias depois, uma proposta de acordo em bases que atendiam plenamente as aspirações uruguaias. Entretanto, Rio Branco foi lacônico quanto a essa proposta, tornando a esfriar as negociações. O agravamento nas relações com a Argentina motivou a postura do Chanceler que, temendo causar ainda mais tensões, preferiu esperar a situação se estabilizar.

Entretanto, a situação passou por uma completa reorientação quando, em abril de 1908, a esquadra argentina executou manobras em águas de soberania uruguaia, gerando considerável apreensão na região platina. Observando os movimentos no cenário regional, Rio Branco envia, em junho de 1908, uma mensagem ao ministro uruguaio no Rio de Janeiro:

Havendo preparado a opinião e os círculos para que a concessão que eu desejava fizessemos à República Oriental do Uruguai possa ser feita, como agora espero, sem grande oposição, rogo a V. Exa queira comunicar a seu governo, confidencialmente, pelo telégrafo, que estou preparado para concluir com seu país um tratado modificando a atual fronteira no Jaguarão e na lagoa Mirim, de modo a seguir a linha pelo talvegue daquele rio e serem divididos entre o Brasil e o Uruguai as águas da lagoa. Eu estimaria poder assinar quanto antes esse tratado (*Apud* FRANCO, 2009, p. 464).

Naturalmente, Rio Branco tinha um objetivo pragmático nessa ação, o de fortalecer a imagem da diplomacia brasileira, dedicada à cooperação regional e, conseqüentemente, “estabelecer um padrão de comportamento que, afeiçoando-se à melhor doutrina internacional, produzisse um efeito exemplar no subcontinente e se constituísse num elemento de constrangimento para as iniciativas protagonizadas por Zeballos.” (FRANCO, 2009, p. 466). Uma semana após a nota para o representante uruguaio, Rio Branco viu-se favorecido pela dispensa de Zeballos do cargo ministerial. O contexto regional passou por uma sensível alteração e tornou-se mais estável e propício para a implementação do projeto do Chanceler brasileiro.

As negociações com o Uruguai eram realizadas em relativo sigilo e avançavam de forma satisfatória. Contudo, em agosto de 1908, o deputado Pedro Moacir⁸¹, durante discussão no Congresso sobre o orçamento do Itamaraty, fez alusão à decisão do governo de rever a fronteira com o Uruguai. A declaração causou grande agitação em Montevideú e gerou uma pequena crise interna, agravada pela publicação de uma *Vária* (editorial) no *Jornal do Commercio*, que vinha repleta de imprecisões:

Foram recebidos ontem nesta capital diversos telegramas do Rio da Prata, perguntando com insistência **se o órgão oficial do sr. Barão do Rio Branco na Câmara, o deputado Pedro Moacir, havia declarado em sessão estar o governo disposto a conceder, dentro em breves dias, ao Uruguai a liberdade absoluta de navegação e a igualdade de predomínio na Lagoa Mirim.** As respostas não podiam deixar de ser afirmativas, de acordo com os termos categóricos do discurso

⁸¹ Pedro Gonçalves Moacir (1871-1919): Deputado estadual (1892-1894) e Deputado federal (1894-1896) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Em 1896, rompeu com Júlio de Castilhos, então presidente do Estado, e passou a defender a revisão da Constituição positivista gaúcha. Em 1897, fundou o jornal *A República*, no qual atuou como redator-chefe até 1899. Passou a integrar as fileiras do Partido Federalista, oposição ao PRR, e por essa legenda foi, novamente, eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1898-1908). Conf. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOACIR,%20Pedro.doc.pdf> Acesso em 12 de julho de 2018.

anteontem pronunciado pelo mesmo deputado. É natural que a declaração oficial do sr. Moacir haja despertado em Montevideú o mais vivo entusiasmos.

O dr. Afonso Penna afirmou ontem a vários políticos que o procuraram não ser exato que o governo houvesse autorizado o deputado Pedro Moacir a fazer declaração contida no discurso que pronunciou na Câmara (VÁRIA, 21 de ago. de 1908, grifo nosso).

A indicação de que Pedro Moacir era “órgão oficial” do Barão do Rio Branco causou agitação nos setores oficiais e em parte da imprensa da capital. Contudo, ninguém demonstrava maior insatisfação com a *Vária* do *Jornal do Commercio*, do que o próprio Rio Branco. Contrariedade que foi manifestada em uma longa carta a José Carlos Rodrigues, proprietário da folha:

Como é que o *Jornal do Commercio*, um jornal seu, meu amigo, e folha em que trabalho como você sabe (ainda ontem à noite mandei-lhe um tema importante para uma coluna), como é que o *Jornal do Commercio* publica sem me ouvir uma *Vária* como a primeira que acabo de ler com o maior espanto? Pois então o Moacir, deputado oposicionista, que no discurso proferido há dois dias me fez várias censuras ainda que abundando depois em elogio, é ou pode ser órgão oficial do Ministério das Relações Exteriores?

Pois então o que é dito por um deputado da oposição é declaração oficial?

A declaração oficial a tal respeito, e em termos muito diferentes, já foi feita confidencialmente por mim ao governo Oriental há meses, e seria feita pelo seu jornal em tempo oportuno como um *Consta* e, depois, com os precisos pormenores.

A nossa situação no Prata é da maior delicadeza para que um jornal como o seu, folha tradicionalmente conservadora, consulte, em casos delicados como este, o amigo que perde noites inteiras a defender os interesses da paz neste país e trabalhando para que o *Jornal* se mostre sempre bem informado e concorra para a defesa desses interesses (...)

Essa *Vária*, num momento de intrigas políticas e de suspeitas como o atual, há de ser muito comentada (RIO BRANCO [para] RODRIGUES, 21 de ago. de 1908, grifo nosso).

A carta de Paranhos é um dos melhores registros de sua íntima ligação com o *Jornal do Commercio*, do contato e influência exercida na redação e da condição de “quase funcionário” do periódico. Paranhos tinha, no entanto, razão quanto aos comentários que poderiam surgir. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* já iniciava sua campanha de oposição à fixação de novas fronteiras e a cessão do condomínio das águas ao Uruguai. Novamente a questão da cessão de uma parte do território nacional, em contraposição ao que fez o Império, assumiu papel de destaque na crítica:

A concessão anunciada pelo simpático representante do Rio Grande seria na verdade inexplicável. Não se poderia compreender como o Brasil, de repente, com tanta facilidade, passava a abrir mão de um direito que a diplomacia do império soubera sempre defender com tanto zelo. O Uruguai é sem dúvida um excelente amigo nosso, e nós por nossa parte somos sinceramente amigos do Uruguai.

Mas em relações internacionais não há só que atender a sentimentos de fraternidade. Em troca de que ou a que propósito seria feito esse presente ao simpático país vizinho?

Dada a situação em que se acham a Argentina e o Uruguai, as desconfianças continuas que a Argentina manifesta quanto aos intuitos do Brasil em relação ao Uruguai, fácil é de compreender o efeito que terá nela produzido a notícia de que o Brasil subitamente, num movimento fidalgo, resolvera oferecer ao Uruguai a liberdade de navegação e condomínio na lagoa Mirim. Terá visto a Argentina nesse fato singular a revelação desastrada da existência de um secreto acordo entre as duas nações (A LAGOA MIRIM, 22 de ago. de 1908).

Como forma de esclarecer a situação, Rio Branco escreveu uma longa nota oficial e a fez publicar, com a assinatura do Ministério das Relações Exteriores, no *Jornal do Commercio*. A nota era direta e tinha como função central conter o avanço de um sentimento de insatisfação e de ataques ao governo e ao Itamaraty. Ataques estes, que o *Correio da Manhã* já empreendia:

O ministro do exterior preparou ou prepara um tratado com o Uruguai. Pode ser, é muito possível, que represente esse ato seu um golpe habilíssimo de diplomacia. Mas a declaração feita pelo deputado Moacir veio positivamente prejudica-lo. Provocou um ruído formidável e com esse ruído sobressaltou o Brasil e sobressaltou a Argentina. Ambos, depois do sobressalto, estão desconfiados: O nosso povo porque lhe repugna a ideia anunciada de uma concessão de tanta monta; a Argentina porque enxerga no fato a confirmação de seu receio de que o Brasil dê mão forte ao Uruguai na questão das águas do Prata. Suponhamos o Barão do Rio Branco um caçador emérito. O sr. Moacir quis ajuda-lo. Mas, habituado aos grandes combates da oposição política, não teve a paciência e a astúcia que a arte venatória exige: inflamou-se. Gritou. E espantou os passarinhos todos (O TRATADO, 25 de ago. de 1908).

A despeito da oposição apresentada pelo *Correio da Manhã*, o impacto na imprensa foi menor do que Rio Branco previa. Contribuía para isso o fato de o acordo com o Uruguai não ter sido ratificado imediatamente, pois as negociações e ajustes ainda prosseguiram e o acordo definitivo só foi assinado mais de um ano depois, em 30 de outubro de 1909. Por este tratado o Uruguai obteve o direito de navegação no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, bem como entre esta e o Oceano Atlântico, pelas águas brasileiras do rio São Gonçalo e pela lagoa dos Patos. Ficavam também para o Uruguai três ilhas existentes no rio Jaguarão. Dos 3.580 km² de extensão da lagoa Mirim, o Brasil cedeu 720 km² ao Uruguai. O prolongamento das negociações permitiu que o acordo tivesse mais tempo para ser analisado e para se tornar mais palatável junto à opinião pública.

Passado esse processo, Rio Branco, utilizando o pseudônimo Ernesto Maurício, publicou, em meados de maio de 1910, um artigo fazendo uma análise geral sobre o Tratado de 1909 e sua repercussão. Assim justificava a demora para a publicação:

Passado o calor do debate político, amortecidos os entusiasmos do aplauso e o azedume das censuras, não virá sem propósito um exame calmo e imparcial do resultado das negociações que se concretizaram no Tratado de 30 de outubro de 1909, modificando a linha e o regime da fronteira entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Não é uma defesa das partes, nem um voto de juiz; é o simples estudo de quem quer saber, sem precipitações nem ruído, porque aplaudir ou o que condenar (18 de mai. de 1910).

A despeito do recurso aos fatos históricos estarem presentes em diferentes pontos do artigo, é possível observar que este tem um caráter predominantemente jurídico. A questão central baseava-se nas críticas à cessão territorial feita pelo Brasil em favor do Uruguai. Segundo seus críticos, tal ato era proibido pelo direito internacional e inconstitucional dentro dos preceitos impostos pela carta republicana. Rio Branco fez uma profunda análise sobre os preceitos e os principais pensadores do Direito Internacional e lançou sua contestação: “A unanimidade é por tais cessões desde que haja nisso uma utilidade não só de ordem política, mas também de ordem administrativa ou econômica, e que o ato seja válido perante as leis constitucionais.” (MAURÍCIO, 18 de mai. de 1910, p. 01). Quanto à Constituição Republicana, que continha um artigo destinado a defender o caráter indissolúvel e perpétuo dos Estados da Federação, Rio Branco faz a seguinte afirmação:

Todas e quaisquer modificações na linha geral de fronteiras do Brasil, feitas pelos meios próprios e baseadas em utilidade nacional, não atingem de nenhum modo a indissolubilidade da federação. Os pequenos trechos de território, com que se retifiquem quaisquer inconvenientes na linha limítrofe, não atentam de forma alguma contra a constância e a perpetuidade dos laços que o regime federativo criou entre os estados (MAURÍCIO, 18 de mai. de 1910, p.01).

Ao finalizar seu artigo, Paranhos justificava a ação do Império em promover a manutenção de seus direitos pela região, fato que não impedia a observação de que era justa e irremediável a devolução dessas posses ao Uruguai:

Amplamente justificado na estrutura dos seus dispositivos combatidos, o Tratado de 30 de outubro de 1909 não o é menos nos seus motivos. Razão tiveram aqueles que, como o senhor deputado Maciel, repeliram nessa negociação a forma de uma restituição de direitos que a política do Brasil Império houvesse usurpado pela força. Guardando, em 1851, a posse que nossa era, sem interrupção, desde 1801 na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, e que as circunstâncias do momento aconselhavam a conservar, nem nos mantínhamos na extensão toda do território e dos direitos que por atos solenes a República Oriental do Uruguai já nos havia reconhecido, nem nos constituíamos caso único de exclusivos soberanos por tratado regular, precedido de posse sem vício, de todo um lençol de águas fronteiras.

O reconhecimento desse direito e a sua manutenção, entretanto, não implicavam a perpetuidade de um regime que, como todos os fenômenos da ordem social, havia de sofrer o influxo das tendências e da evolução do meio em que se tinha de expandir (MAURÍCIO, 18 de mai. de 1910, p. 01).

Se comparada com a ativa atuação que Rio Branco empregou junto à imprensa para defender o acordo na questão do Acre, observamos o quão reduzida foi sua atividade nas negociações com o Uruguai. Essa era uma tendência do Chanceler, pois, a despeito de manter-se constantemente em contato com os jornais do Rio de Janeiro, produzia e fazia produzir de

acordo com a necessidade da situação. O caso acreano representava uma ebulição de opiniões, personagens e possibilidades, gerando a urgência de uma ação mais ativa. O caso uruguaio representava uma negociação prolongada, em que as críticas existiam, mas não movimentaram o cenário político interno com grande intensidade, permitindo a Paranhos atuar em situações pontuais e a esperar o encerramento das negociações para manifestar seu parecer final.

4. A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA E A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA.

4. 1. “O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo”: a defesa da “aliança não escrita” na imprensa.

Em carta⁸² a Sousa Correia, datada de 03 de janeiro de 1896, o Barão do Rio Branco (*apud* LINS, 1965, p. 143), insatisfeito com os rumos da República e com a orientação americanista de sua política externa, fez a seguinte afirmação: “Eu prefiro que o Brasil estreite suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos.” Vale lembrar que Rio Branco, pouco menos de um ano antes, ainda residia em Washington, por ocasião do arbitramento com a Argentina. Aproveitou sua estadia para conhecer a sociedade e as instituições norte-americanas, para entrar em contato com deputados, senadores, ministros, diplomatas, homens de negócio e juristas, e para acompanhar *in loco* o intenso desenvolvimento industrial que, pouco tempo depois, alçou os Estados Unidos à categoria de potência mundial. Naturalmente, a herança política de base monarquista e a longa estadia em terras europeias, em contato, sobretudo, com a cultura e os costumes franceses, influenciaram a forma negativa com que Rio Branco observava o crescimento norte-americano e a sombra que este projetava sobre o continente. Segundo Lins (1965, p. 143), nos longos diálogos que travavam em Paris, Rio Branco e Eduardo Prado, crítico ferrenho da política e da sociedade norte-americanas, compartilhavam uma visão pessimista e ácida acerca dos Estados Unidos, considerado “uma nova barbárie na ordem da civilização e um imperialismo cruel na ordem das relações internacionais.”

O americanismo foi, de fato, um traço marcante da República desde o seu nascimento. De acordo com Bueno (1995, p.23): “O americanismo marcava, pois, a república nascente por antinomia ao europeísmo com o qual se identificara a Monarquia. Se as instituições monárquicas prendiam o Brasil à Europa, as republicanas integravam-no ao sistema continental.” Os primeiros atos da diplomacia brasileira foram marcados por uma postura idealista e pautada pela necessidade de reiterar, sempre que possível, uma concreta solidariedade americana. O Tratado de Montevideú, assinado em 1890, materializava essa

⁸² Álvaro Lins (1965, p. 143), indica que a frase está registrada apenas na minuta, tendo sido riscada e descartada na versão final. Para o autor “neste gesto há como que uma antecipação do seu próximo pensamento.” Não é possível reconstituir a intenção do Chanceler em não incluir a frase na versão final da carta, mas é sintomático que refletiu sobre seu uso e observou algum tipo de prejuízo nessa assertiva.

orientação e, ao dividir o território litigioso de Palmas entre Brasil e Argentina, demonstrava profunda ingenuidade ao esperar por qualquer ação de semelhante desprendimento por parte do país vizinho. Com efeito, a não ratificação do tratado alertou a diplomacia para a necessidade de uma reorientação da política americanista, conduzida, a partir dali, de forma pragmática e atenta aos movimentos e interesses que predominavam no cenário mundial. A solidariedade e os estreitos laços de amizade foram substituídos pela necessidade de satisfação dos objetivos internos e pela retomada de relativa desconfiança em relação aos países vizinhos.

O desenvolvimento efêmero desse americanismo também pode ser entendido com base na incapacidade republicana de superar uma visão negativa, construída no Império, em relação às repúblicas hispano-americanas. A atuação dos intelectuais brasileiros foi fundamental para consolidar essa perspectiva. Anarquia, caos social, atraso, instabilidade, barbárie, autoritarismo e fragmentação, eram alguns dos termos mais utilizados por essas figuras em suas descrições dos países de colonização espanhola. De acordo com Baggio (1998, p. 209), “ainda que o início do período republicano tenha significado um fortalecimento do americanismo no Brasil – rompendo com a presença quase exclusiva da Europa no interesse dos intelectuais brasileiros – a América Hispânica permaneceu como uma ‘outra’ América”

A despeito desse movimento inicial de aproximação com as repúblicas hispano-americanas, o Brasil acabou por voltar sua atenção para a consolidação dos laços políticos e econômicos com os Estados Unidos. Atendia, assim, aos interesses da agroexportação, já consideravelmente dependente do mercado norte-americano, e buscava a realização de dois objetivos estratégicos: reforçar a posição brasileira frente a qualquer ameaça do imperialismo europeu, que se encontrava em pleno desenvolvimento; e garantir a posição brasileira frente a eventuais ameaças de seus vizinhos, com os quais ainda mantinha indefinições em suas fronteiras. Contudo, na primeira década republicana, as realizações concretas dessa aproximação foram bastante duvidosas. A tentativa de Salvador de Mendonça em firmar, durante a I Conferência Pan-Americana, realizada em Washington entre os anos de 1889 e 1890, uma aliança ofensiva e defensiva para a proteção da independência, soberania e integridade nacional, redundou em completo fracasso. O tratado aduaneiro de 1891, que visava reerguer a produção de açúcar no nordeste também não obteve sucesso, pois o governo estadunidense ofereceu à produção cubana as mesmas vantagens definidas no acordo com o Brasil. Por fim, à Revolta da Armada sobreveio a intervenção de uma esquadra norte-

americana que, apesar de contribuir para a manutenção do governo de Floriano Peixoto, representou uma grave ingerência nos assuntos internos do país.

Os resultados eram escassos. Contribuía para isso a situação de instabilidade interna, marcada por lutas políticas, pela eclosão de movimentos rebeldes e pela acentuada crise econômica, que obrigava a diplomacia brasileira a dedicar-se quase exclusivamente à tarefa de minimizar no exterior os efeitos negativos desse momento de profunda convulsão. Além disso, tal desequilíbrio prejudicava sobremaneira a constituição de uma diretriz para a política externa. Entre 1889 e 1902, o Itamaraty foi comandado por onze titulares diferentes, sem contar os que exerceram interinamente o cargo ou aqueles que o ocuparam por mais de uma vez. Naturalmente, os períodos de maior atribulação política apresentaram números mais significativos de mudanças ministeriais. O governo Floriano Peixoto nomeou dez ministros para a pasta do exterior, sendo dois interinos e um que declinou o convite. O governo de Campos Sales, porém, nomeou apenas um chanceler (BUENO, 1995, p. 22-23)

Nota-se que a primeira década republicana, no tocante à aproximação com os Estados Unidos, representou um período de transição e acomodação a uma nova tendência para a política externa, que abandonava o tradicional eixo Europeu, sobretudo as relações com a Inglaterra, para buscar integrar-se, mesmo que de forma relativa, ao cenário continental. O acordo aduaneiro de 1891 e a intervenção norte-americana na Revolta da Armada, concorreram para trazer realismo a esse novo vínculo, sobretudo na aceitação da preponderância regional exercida pelos Estados Unidos. A partir de 1902, superado esse período, a relação entre os dois países passou a observar uma tendência de cooperação e alinhamento, abandonados, evidentemente, quando havia choque de interesses entre as duas nações.

Em grande medida, esse processo foi devedor da ação do Barão do Rio Branco, em seu período à frente do Itamaraty. Entretanto, não reside aí uma patente contradição em relação ao pensamento manifestado anteriormente? Claramente, a resposta é afirmativa, mas não surpreendente. A objetividade e o pragmatismo, aliados à capacidade de se adequar às situações concretas ou necessidades imediatas, mesmo quando em clara contradição com opiniões anteriores ou preferências expressadas, eram características permanentes na ação de Rio Branco (SANTOS, 2012b, p. 99). Tais tendências, quando aliadas à estabilidade política e econômica da segunda década republicana, trazem a chave para a compreensão do seu sucesso e durabilidade no cargo ministerial. Também são fundamentais para explicar como se

deu a consolidação das relações políticas estabelecidas com os Estados Unidos, ao longo de sua gestão.

Com base em uma análise pragmática do contexto internacional dos primeiros anos do século XX, Rio Branco observou na emergência dos Estados Unidos como potência mundial, a possibilidade de obter benefícios para as necessidades da política externa brasileira. De acordo com Bueno (2003, p. 145),

Rio Branco captou com precisão a nova distribuição do poder mundial e, sobretudo, a posição ocupada pelos Estados Unidos que já possuíam a maior economia do planeta e ingressavam na política das grandes potências, buscando a formação do seu sistema de poder. O chanceler brasileiro não contestou as pretensões dos norte-americanos e até lhes facilitou a tarefa, na medida em que procurou uma aproximação ainda maior do que a que já existia e manifestou o desejo de vê-los desempenhando o papel de *leadership* do continente.

Segundo a concepção de Rio Branco, o estreitamento dos laços com os Estados Unidos traria uma série de garantias ao Brasil, dentre as quais destacam-se: a proteção frente a possíveis tentativas de ingerência europeias nos assuntos internos do Brasil; apoio ao projeto de liderança na América do Sul; a neutralização dos Estados Unidos em querelas com os vizinhos hispano-americanos, sobretudo nas negociações para resolução dos litígios fronteiriços; e o fortalecimento de uma pretensão política de prestígio internacional.

Naturalmente, os Estados Unidos também observavam vantagens nessa relação com o Brasil. O país do norte encontrava-se em pleno processo de abertura e expansão de sua política externa e buscava consolidar sua liderança no continente, observado, desde a propagação da Doutrina Monroe, em 1823, como zona natural de sua influência. Esse movimento era motivado, em grande medida, pela necessidade norte-americana de escoar a produção agrícola e industrial que seu mercado interno não mais conseguia absorver em sua totalidade. A realização da I Conferência Pan-Americana (1889-1890), visava cumprir tais objetivos, propondo uma integração dos países americanos sobre a hegemonia dos Estados Unidos e, conseqüentemente, o incremento das exportações de produtos estadunidenses para o restante do continente, a fim de superar a entrada de produtos europeus, sobretudo da Inglaterra, sua principal concorrente. Nascia, assim, a ideia do pan-americanismo que, Segundo Pecequillo (2005, p. 71), “tinha por interesse ampliar o escopo da ação e dos interesses regionais dos Estados Unidos, porém com um foco direcionado para temas econômicos, comerciais e financeiros.” Nesse contexto, o Brasil, que já havia manifestado anuência a algumas das aspirações norte-americanas, representava um ponto de apoio na

porção sul do continente e poderia cumprir a função de interlocutor entre os interesses norte-americanos e as repúblicas hispano-americanas.

Um dado fundamental para entender os moldes em que se assentaram essa relação é a visão *sui generis* empregada por Rio Branco na compreensão dos aspectos e objetivos da Doutrina Monroe, do Corolário Roosevelt e do Pan-americanismo. Torna-se necessário uma breve análise de cada uma.

A doutrina professada por James Monroe, em 1823, e consubstanciada pela frase “América para os americanos”, embora propagasse uma percepção da separação e da identidade americana, não escondia que o continente passava a fazer parte da zona de influência norte-americana. Medida unilateral que recebeu acolhida pouco entusiasmada entre os países hispano-americanos, que nunca a reconheceram oficialmente e nem lhe deram legitimidade hemisférica, recorrendo a ela apenas em momentos pontuais. O Brasil, contudo, assumiu postura oposta e reconheceu, quase de imediato, a validade da doutrina e propôs aos Estados Unidos o estabelecimento de uma aliança ofensiva e defensiva. O afã do reconhecimento baseava-se, em grande medida, nos temores brasileiros de uma tentativa de retomada portuguesa, mediante o apoio da Santa Aliança, de sua antiga área colonial. Observava na doutrina uma manifestação multilateral dos Estados Unidos e de defesa dos interesses das jovens nações do continente.

Durante a gestão de Rio Branco, pretendia-se adotar os preceitos da Doutrina Monroe, mas não de forma passiva. Segundo Burns (2003, p. 185-186), Rio Branco procurava compartilhar “suas responsabilidades e benefícios com os Estados Unidos, tornando-a parte do direito hemisférico implementável pela ação cooperativa das principais repúblicas do continente.” Nessa perspectiva, para ser palatável aos brasileiros, a Doutrina Monroe deveria ser interpretada de forma coletivista, ou multilateral. Paranhos entendia ser necessário ter o recurso à doutrina sempre que a situação exigisse sua evocação. Com efeito utilizou-se dela na querela com o *Bolivian Syndicate* e no caso *Panther*.

O Corolário Roosevelt, por sua vez, reeditou a Doutrina Monroe e buscou resolver os dilemas deixados pela crise venezuelana de 1902. Assim, definiu-se que na ocorrência de qualquer perturbação da ordem ou desrespeito a compromissos comerciais e financeiros em alguma parte do Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos se veriam forçados a cumprir o papel de “polícia internacional”. Assim, as nações devedoras ou politicamente instáveis, inseridas nas zonas de influência norte-americana, não sofreriam intervenções europeias, mas estavam sujeitas a uma ação militar estadunidense para evitar qualquer tipo de violação à

Doutrina Monroe. Para Rio Branco, os termos enunciados por Roosevelt não deveriam causar agitação no país:

Não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul – o Brasil, o Chile e a Argentina – se molestem com a linguagem do presidente Roosevelt (...) Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer “bom uso da sua independência”, ou que deva ser aplicado pelos mais fortes o “direito de expropriação contra os povos incompetentes”, direito proclamado há tempos pelo atual presidente dos Estados Unidos (RIO BRANCO *apud* BUENO, 2003, p. 147).

Indicava, por fim, que era obrigação das demais repúblicas hispano-americanas escolherem “governos honestos e previdentes e, pela paz e energia no trabalho, progredirem em riqueza e força.” (*Apud* BUENO, 2003, p. 147).

Por fim, o pan-americanismo encontrou em Rio Branco um forte entusiasta, como pode ser observado em discurso por ocasião do encerramento da III Conferência Pan-Americana:

Nem população densa, nem dureza da vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este vosso continente da América. Às repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora destas úteis conferências (...)

Levareis, senhores delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera dos sentimentos do governo e do povo brasileiro. Possam elas servir para apagar desconfianças malnascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e trazer-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar (RIO BRANCO, 2012i, p. 149).

A materialização dessa política foi perseguida constantemente por Rio Branco. A realização da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, tinha, além das discussões habituais, a intenção de promover uma harmonização entre Estados Unidos e as repúblicas hispano-americanas, atingindo resultados satisfatórios. A resolução pacífica dos litígios fronteiriços, também foi retomado como princípio de aproximação e cordialidade entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Por fim, a consolidação de uma harmonia regional, revertendo o intervencionismo da política externa monárquica para a abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e de prestígio em relação aos governos instituídos, quaisquer que fossem eles, foi aventado dentro dos princípios da referida doutrina De acordo com Burns (2003, p. 197), para Rio Branco o pan-americanismo e o monroísmo eram praticamente um único objetivo, pois “o pan-americanismo era expressão continental, multilateral da Doutrina Monroe; o pan-americanismo atribuía solidariedade à Doutrina Monroe, e esta expressava os objetivos fundamentais do pan-americanismo.” Concepção adotada exclusivamente por Rio

Branco, mas que serviu como base para o estabelecimento da aceitação da preponderância norte-americana e para o estreitamento dos laços econômicos e, sobretudo, políticos com a potência do continente.

Assim, os interesses estratégicos de Rio Branco e do governo dos Estados Unidos, aliados a uma interpretação positiva das doutrinas norte-americanas, pretendidas como protecionistas e unificadoras, levaram à construção do que Bradford Burns (2003) conceituou como uma “aliança não escrita” entre as duas maiores repúblicas do continente. Essa aproximação definiu um alinhamento entre os países, poucas vezes abalado, e que se apresentava em diferentes situações. Quando da ingerência norte-americana na independência do Panamá, o Brasil rapidamente reconheceu a nova república e coordenou esforços para que os principais países do continente também o fizessem. Além disso, atuou como mediador entre Chile e Estados Unidos no caso ALSOP e buscou alinhar os países do contexto sul-americano a uma política de amizade com os norte-americanos. O Brasil, por sua vez, recebeu apoio estadunidense na conturbada definição de fronteiras com o Peru, na enérgica atitude frente ao caso da *Panther* e na prestigiosa visita de Elihu Root ao Brasil, por ocasião da III Conferência Pan-Americana.

A expressão concreta dessa amizade foi a modificação do status de suas legações para embaixadas, em 1905. Apesar de parecer uma ação sem maior importância, no início do século XX a instalação de embaixadas era restrita e efetuada apenas em países que tinham considerável representatividade política e econômica no cenário internacional. No ano de 1904, Washington possuía apenas sete – Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e México – enquanto o Brasil não contava com nenhuma. Tal realização tornava-se ainda mais expressiva se observarmos a inexistência de embaixadas norte-americanas na América do Sul e a existência de apenas uma em toda a América Latina. Para ocupar o cargo recém-criado em Washington, Rio Branco nomeou Joaquim Nabuco, que passou a exercer, em consonância com a chancelaria brasileira, uma política de consolidação e manutenção da amizade entre os dois países.

A definição dessa aproximação e a elevação das embaixadas teve boa recepção na sociedade brasileira, mas não foi unânime. Nos setores intelectuais, ocorreu um intenso debate, marcado pela heterogeneidade dos posicionamentos, mesmo dentro de grupos que defendiam os mesmos ideais, colocando, assim, importantes intelectuais brasileiros em oposição. De acordo com Baggio (1998, p. 52):

De um lado, críticos da política expansionista dos Estados Unidos, como Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*, 1893), Oliveira Lima (*Pan-Americanismo*, 1907), José Veríssimo (em vários artigos publicados n' *O Imparcial* e no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro), e Manoel Bomfim (*A América Latina*, 1905, e outras obras). De outro, defensores ardorosos do pan-americanismo, como Joaquim Nabuco (em discursos e artigos), Artur Orlando (*Pan-Americanismo*, 1906) e Euclides da Cunha (em artigos e cartas, mas sem o mesmo entusiasmo dos colegas), situando o tema como um dos mais frequentes do debate intelectual na virada do século (BAGGIO, 1998, p. 52).

Certamente Joaquim Nabuco e Oliveira Lima marcam os extremos dessa lista. Nabuco, um dos próceres da resistência monarquista até fins da década de 1890, assumiu, na virada do século, uma aceitação resignada da conquista da estabilidade republicana. Assim como o Barão do Rio Branco, acabou absorvido e aproveitado pela República em diferentes cargos oficiais, dentre os quais destaca-se o de Embaixador em Washington. Os anos passados nos Estados Unidos e sua relação de proximidade com a política externa desenvolvida por Rio Branco, acabaram por despertar no diplomata uma intensa admiração pelo país do norte e uma defesa inabalável do *monroísmo* e do pan-americanismo. Para Nabuco, se os Estados Unidos representavam o exemplo mais bem definido de república, com instituições sólidas e economia estável, seria natural que exercessem papel de liderança no continente:

Ninguém é mais do que eu partidário de uma política exterior baseada na amizade com os Estados Unidos. A doutrina de Monroe impõe aos Estados Unidos uma política externa que se começa a desenhar, e, portanto, a nós todos também a nossa. Em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos e a maior das marinhas (...) Para mim a doutrina Monroe (...) significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra (NABUCO *apud* ANDRADE, 1950, p.52-53).

Nota-se uma adesão incondicional de Nabuco ao *monroísmo*, fugindo até do que era proposto por Rio Branco. Tomou a preponderância norte-americana no continente como algo inevitável e positivo. Para reafirmar sua posição buscou, veementemente, modificar as disposições antiamericanas existentes em alguns setores da diplomacia e da política brasileira, sobretudo para aqueles que temiam o imperialismo estadunidense. Nesse sentido, a realização da III Conferência Pan-Americana, em 1906, seria, para o Brasil e os demais países do continente, uma possibilidade de diálogo e superação das desconfianças em relação aos Estados Unidos:

(...) É necessário que as Repúblicas Americanas não julguem o papel que os Estados Unidos tiveram e têm que representar para defender a doutrina Monroe, como ofensivo de modo algum ao orgulho e dignidade de qualquer delas, mas, ao contrário, como um privilégio que todos devem apoiar, ainda que seja só com sua simpatia e gratidão. Isso será, sem dúvida, o resultado final da Conferência Pan-Americana (NABUCO *apud* NABUCO, 1958, p. 241)

Oliveira Lima, por sua vez, materializava as críticas de oposição mais exaltadas em relação aos ideais defendidos por Rio Branco e, ainda mais, em relação à defesa perpetuada por Joaquim Nabuco. Em sua obra *Pan-Americanismo*, coletânea de artigos escritos entre 1903 e 1907 e publicados nos *Diário de Pernambuco* e *O Estado de S. Paulo*, discutia, em meio a realização da III Conferência Pan-Americana, questões sobre a Doutrina Monroe, Corolário Roosevelt e as relações com o continente americano. O autor demonstrava-se resistente à aceitação da Doutrina Monroe, pois a considerava um instrumento de substituição da preponderância europeia sobre a América Latina pelo domínio norte-americano e afirmou:

É força ter presente que a doutrina de Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não as veda aos americanos do norte. (...) não há que fazermos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo, portanto, de ameaça latente (LIMA, 1980, p. 99-100).

Suas críticas lhe valeram choques políticos com o Barão do Rio Branco e com Joaquim Nabuco, sobretudo após indicar a postura pretensiosa da diplomacia brasileira que, diferentemente das repúblicas vizinhas, não se resguardava quanto a possibilidade de uma intervenção norte-americana e aspirava dividir com os Estados Unidos a hegemonia hemisférica (LIMA, 1980, p. 42). Finaliza sua crítica ao indicar como a desunião dos países americanos era elemento positivo para que os Estados Unidos impusessem sua vontade a todo o continente:

Por enquanto a hegemonia do Novo Mundo é uma só: a dos Estados Unidos da América, que têm voz preponderante senão voto decisivo em qualquer assembleia pan-americana e que para isto têm conveniência, e muito humana ela é, em ver agravadas as desconfianças e rivalidades entre as outras nações deste mundo que eles consideram e proclamam, sem reboços, seu. O princípio é velho do dividir para imperar. O predomínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se entre os países latinos do continente vingasse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônico (LIMA, 1980, p. 111).

As notáveis divergências entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima dão a amplitude da complexidade desse debate entre os intelectuais brasileiros. Evidentemente, opiniões discordantes também foram manifestadas pela imprensa de todo o país. Em 1904, *O Correio da Manhã* fazia um alerta, ainda tímido, sobre o “perigo yankee”, que crescia devido à liderança vigorosa do presidente Theodore Roosevelt (O IMPERIALISMO YANKEE, 11 de jun. de 1904). Poucos dias depois, *O Paiz*, por meio de um artigo de autoria de Euclides da Cunha, intitulado *Temores Vãos*, rebatia o alarmismo do periódico liderado por Edmundo Bittencourt:

De fato, atentando-se para a maior destas ameaças, a da absorção *yankee*, põe-se de manifesto que o imperialismo nos últimos tempos dominante da política norte-americana não significa o fato material de uma conquista de territórios, ou expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas – senão, numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial incomparável, e a expansão naturalíssima de um país onde um individualismo esclarecido, suplantando a iniciativa oficial, sempre emperrada ou tardia, permitiu o desdobramento desafogado de todas as energias garantidas por um senso prático incomparável, por um largo sentimento da justiça e até por uma idealização maravilhosa dos mais elevados destinos da existência (CUNHA, 24 de jun. de 1904).

Euclides da Cunha, que mantinha estreita amizade com Rio Branco e, eventualmente, trabalhava junto ao Itamaraty, incorporava à sua análise das relações exteriores as influências do evolucionismo, considerando natural o domínio das nações mais fracas pelas mais fortes. Em relação aos Estados Unidos sua visão era positiva, mas distante do entusiasmo apresentado por Joaquim Nabuco. Não considerava o país do norte verdadeiramente imperialista, pois sua expansão era muito mais econômica do que territorial. Além disso, entendia ser inevitável a hegemonia norte-americana no continente, sobretudo pela efetividade de seu governo e pelo poderio industrial que obtinha.

O anúncio da elevação das embaixadas tornou o debate sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos mais intenso. Antecipando-se a seus opositores, Rio Branco publicou um longo artigo no *O Paiz*, no qual tecia largos elogios a si mesmo e apresentava os benefícios que a relação de proximidade com os Estados Unidos traria para o país:

A habilidade do ilustre Sr. Ministro das relações exteriores não se afirmou somente liquidando ou promovendo a liquidação das últimas questões de limites que ainda traziam suspensas, como aproximando-nos das nações vizinhas e aliando-se a elas em obras de interesse continental (...) Acentua-se agora ainda mais nitidamente a firmeza com que prosseguimos essa política de realçamento do nosso prestígio com o ato que criou a embaixada brasileira em Washington, seguido imediatamente da elevação à embaixada da legação americana no Brasil. **Não era possível dar ao mundo demonstração mais frisante do grau de simpatia e amizade que existem entre as duas grandes repúblicas do continente americano.** Ligadas por sólidos interesses comerciais que se desenvolvem progressivamente, **tendo por destino uma ação paralela, leaders naturais das duas partes do continente,** a amizade estreita entre elas é um fato que decorre naturalmente de suas posições e da situação que cada uma ocupa. Nada pode ser mais auspicioso para o continente que esse fato (RIO BRANCO, 08 de jan. de 1905, grifo nosso)

Os trechos destacados demonstram a defesa de diferentes práticas e objetivos da política externa pretendida por Rio Branco. O primeiro, reiterava a interpretação pessoal do Chanceler quanto à ideia de pan-americanismo, retirada de sua orientação essencialmente, econômica, para servir como elemento de harmonização das relações entre os países do continente. Nessa perspectiva, a resolução dos litígios fronteiriços seria, de forma

incontestável, base para afastar antigas desconfianças entre os países latino-americanos e para, conseqüentemente, aproxima-los, tanto territorialmente, quanto no âmbito político e econômico. O segundo, fazia referência à política de prestígio do Brasil no contexto internacional, na qual a aliança com os Estados Unidos era fundamental, pois demonstrava ao mundo que a estabilidade interna e a projeção da política externa brasileiras eram apoiadas pelo governo norte-americano. Além disso, sublinhar essa aliança também servia como demonstração de que o Brasil contava, em teoria, com o auxílio dos Estados Unidos em qualquer tentativa de ingerência ou ataque à soberania do país. A terceira, por fim, resumia a aspiração de Rio Branco em secundar a liderança norte-americana no continente, tornando-se ponto de interlocução entre os países sul-americanos e o governo estadunidense. Na sequência do artigo, Paranhos mantinha as atenções voltadas para sua atuação e anunciava a entrada do país em uma nova fase de sua política externa:

(...) O gênio político do Sr. Rio Branco não se deixou iludir: ele percebeu sem dificuldades que **o que estava na linha do interesses da grande nação americana não era senão estreitar com o Brasil relações que sempre foram cordialíssimas e que cada vez melhor se cimentavam com repetidas demonstrações de simpatia.** O ato excepcional da criação recíproca de embaixadas, as primeiras na América, é o atestado brilhantíssimo da exatidão de seu modo de ver e **representa para o continente a dissipação de todos esses temores fantásticos é uma garantia eficaz de que não triunfarão facilmente quaisquer ataques indébitos e injustificados com que o mero abuso da força se queira fazer sentir. A *entente cordiale*, que assim se estabelece entre as duas grandes nações da América, assinala uma nova fase de vida, fecunda em benefícios de toda a ordem, que o Brasil deverá ao grande espírito que em boa hora assumiu a responsabilidade, não de dirigir, senão de criar a sua política exterior** (RIO BRANCO, 08 de jan. de 1905, p. 01, grifo nosso).

O excerto indica outros dois pontos relevantes. O primeiro, reside no argumento de que a materialização das relações entre Brasil e Estados Unidos seguia uma linha de continuidade que provinha do período monárquico, no qual as relações eram de acentuada cordialidade e permeadas por seguidas demonstrações de simpatia. Essa era uma constante primordial na justificativa empregada pelo Barão do Rio Branco para o estreitamento da amizade entre os dois países. Vincular esse movimento a uma ação que estava, previamente, em curso, garantiria a Paranhos o argumento de que não havia grandes rupturas em sua política externa, mas sim a retomada de um modelo que funcionou, de forma satisfatória, ao longo de todo o século XIX. Não podemos desconsiderar que as relações entre os dois países passaram por significativas modificações nas duas últimas décadas do Império, sobretudo pelo incremento das trocas comerciais e pela “política de prestígio” empregada por D. Pedro II. Contudo, elas eram administradas pelo governo brasileiro de forma cautelosa e pragmática,

visando evitar qualquer tipo de relação que permitisse a ingerência norte-americana nos interesses internos e externos do Brasil.

O segundo ponto a ser destacado é a divulgação da interpretação que Rio Branco fazia da Doutrina Monroe. A formação de uma “entente cordiale” que preservaria o continente de ataques “indébitos e injustificados”, transmitia à doutrina norte-americana um caráter multilateral ou coletivista. Nessa perspectiva, as repúblicas hispano-americanas e, principalmente, o Brasil não seriam agentes passivos nas relações de forças que, porventura, agissem sobre o continente. Era, para Rio Branco, a melhor forma de tornar a Doutrina Monroe aceitável e de colocá-la à disposição de todo o continente.

Não obstante, opiniões com diferentes tons surgiram nas páginas de periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. O *Correio da Manhã*, principal opositor do governo republicano, publicou um artigo assinado por Gil Vidal, pseudônimo de Pedro Leão Veloso Filho, no qual discutia a orientação dada à Doutrina Monroe pelo presidente Theodore Roosevelt e a satisfação com que os países europeus e a imprensa desses países, sobretudo na Inglaterra, receberam essa nova postura que assegurava o apoio norte-americano aos seus interesses feridos. Encerra seu editorial indicando que a postura positiva da Europa era temerosa ao Brasil que precisaria se preocupar em duas frentes: manter em dia o pagamento de seus débitos com a Inglaterra e lidar com a nova postura dos Estados Unidos, país com o qual tinha relações estreitas:

Ao Brasil, república americana devedora do capitalismo europeu, não lhe pode ser indiferente o novo monroísmo, nem a apreciação do que lhe faz a imprensa estrangeira, mormente a da Inglaterra, onde estão os principais credores do Brasil. Cremos portanto, prestar aos nossos compatriotas um serviço, inteirando-os de tudo o que sobre o assunto de tamanha importância para o nosso país se vai dizendo e escrevendo entre nações que disputam o domínio do mundo (VIDAL, 27 de jan. de 1905, p. 01).

O *Commercio de São Paulo* demonstrava incredulidade em relação à criação de uma embaixada em Washington: “Por que mudar o caráter de nossa representação em Washington? Surgiu alguma dificuldade mais grave? Há, por ventura, negócios sérios em perspectiva e que reclamam a assistência de elevado personagem?” (DAVID, 15 de jan. de 1905, p. 02). O periódico monarquista considerava justificável a criação de uma embaixada em Portugal, com quem o Brasil mantinha relações históricas, em Londres, sede das transações financeiras do país, e até mesmo na Santa Sé, que havia elevado a núncio o seu agente diplomático no Brasil. Demonstra profunda insatisfação com a falta de justificativas e de satisfação ao povo, que tinha apenas o direito de aplaudir as medidas tomadas pelo

governo, pois se apresentasse qualquer insatisfação enfrenaria os “sustentadores de todos os atos [que] aí estão, prontos para cobrir de injúrias os que pretenderem reclamar.” Pouco dias depois publicou nova apreciação sobre as embaixadas, no qual reafirmava a discordância com o ato e discutia, com inflamada ironia, as impressões positivas manifestadas pela imprensa europeia:

A questão engraçada nos dias que correm é a relativa a criação da nossa embaixada diplomática em Washington, de que já nos ocupamos. Os jornais traduzem a opinião de alguns órgãos da imprensa europeia, os quais consideram estupenda a lembrança, chegando mesmo a descobrir que ela nos trará uma série incalculável de vantagens internacionais no continente...

Como é que aqui poucos atinaram com a maravilha? Decididamente, nada há que se compare com as opiniões viajadas, muito embora reflitam apenas a inspiração de nossos agentes, ou estipêndio que os seus autores embolsam pelas amabilidades.

Dissemos e repetimo-lo convencidamente, a embaixada em Washington é uma ostentação. (DAVID, 23 de jan. de 1905, p. 01).

A despeito da desconfiança apresentada pelo *Correio da Manhã* e da insatisfação permeada por ironias do *Commercio de São Paulo*, as críticas mais veementes e virulentas partiram do *Jornal do Brasil*. O periódico fluminense via nas embaixadas uma megalomania condenável, um mero luxo injustificável, sobretudo em um país que não possuía Exército e Marinha adequados às exigências do país (AS EMBAIXADAS, 14 de jan. de 1905, p. 01). Além disso, colocava em dúvida a real intenção dos Estados Unidos em promover essa aproximação e as vantagens dela decorrentes:

Telegramas recebidos dos Estados Unidos dão notícia de que causou surpresa ali a criação de uma embaixada brasileira em Washington, e que o presidente Roosevelt não julga que haja necessidade de tal criação.

O *New York Herald*, em artigo especial, estranhou também a ideia e lembrou que as embaixadas vão acarretar para os Estados Unidos despesas perfeitamente prescindíveis.

Não se trata de uma coisa realmente necessária, e que interesses, mais ou menos remotos, viessem justificar. Não, a criação da embaixada é um mero luxo (AS EMBAIXADAS, 14 de jan. de 1905, p. 01).

Incomodado com a postura e as críticas do *Jornal do Brasil*, Rio Branco utilizou-se novamente das páginas do *O Paiz* para manifestar, por meio de um artigo anônimo, sua posição. Curiosamente, o tom assumido por Rio Branco diferia de seu estilo, predominantemente, moderado e acadêmico. Tal mudança pode ser percebida logo na introdução do artigo: “O nosso ilustre colega do *Jornal do Brasil* não quis dizer em que mundo anda colhendo as curiosas notícias, tão inexatas ou mal decifradas, que durante dias impingiu aos seus leitores como recebidas de Washington e Nova York. Do mundo da lua podiam ter vindo: dos Estados Unidos é que não vieram.” (RIO BRANCO, 17 de jan. de

1905). Questionava também os exageros quanto aos gastos com a embaixada, recurso que seria suficiente apenas “para que aumentássemos no nosso exército nove ou dez soldados.” Entretanto, a crítica mais contundente provinha da interpretação feita por Paranhos de que o *Jornal do Brasil* se colocava na oposição da aproximação com os Estados Unidos:

Não move, porém, ao *Jornal do Brasil* apenas preocupação de salvar as finanças do Estado com a economia das despesas da Embaixada: o nosso ilustres colega mostra-se contrário aos Estados Unidos. Está certamente no seu direito. **Mas lícito nos será observar que desde a viagem do Imperador Pedro II aos Estados Unidos houve sensível aproximação e a maior cordialidade entre os governos de Washington e do Rio de Janeiro.** Da amizade dos Estados Unidos temos recebido as mais inequívocas provas em várias circunstâncias difíceis para nós. A República, sobretudo, não tem senão motivos para agradecer-lhes a distinção e a amizade carinhosa com que eles a têm tratado.

O *Jornal do Brasil* citou um trecho do artigo do *New York Herald* que recebemos em telegrama expedido a 12 de Nova York, acreditando apoiar nestas palavras a sua má vontade contra a grande república americana. Efetivamente, neste tópico, dizia o *New York Herald* que “toda a América do Sul espera que os Estados Unidos tentem desempenhar uma missão de polícia internacional junto à repúblicas turbulentas desta parte do continente”; mas, infelizmente, esqueceu-se de citar também o tópico imediato, em que o grande órgão americano apressava-se a acrescentar que o **“Brasil não pode recluir que essa missão o atinja, por que tem um governo ilustrado e progressista.”** Esse lamentável esquecimento determinou uma desnecessária explosão de indignação patriótica do *Jornal do Brasil*, que, sempre fiel às saudades do passado, declamou que a honra e a dignidade do Brasil outrora “nunca desmentidas” estavam hoje tão amesquinhas, a ponto de sofrermos “insultos destes.” No momento justamente em que os Estados Unidos nos dão essa acentuada prova de consideração (...) o *Jornal do Brasil*, por um daltonismo curioso, vê todos esses fatos às avessas e lobriga neles, não provas eloquentes de distinção, não testemunho evidente de que a grande república americana se aproxime francamente da “grande nação brasileira”, mas insultos que lhe amesquinham a honra e a dignidade! (RIO BRANCO, 17 de jan. de 1905, p.01, grifo nosso).

Rio Branco repete a intenção de retirar do passado monárquico o ponto de origem para o estreitamento das relações com os Estados Unidos, suprimindo, assim, a atuação da diplomacia da primeira década republicana, responsável, de fato, por promover a transição brasileira para a zona de influência norte-americana. Além disso, defende com veemência a ideia de que o Brasil, por possuir certa estabilidade política e econômica, não tinha motivos para temer a nova proposta norte-americana. Por fim, assume uma postura exaltada ao atacar diretamente o *Jornal do Brasil*, acusando-o de reinterpretar os fatos de forma mesquinha e com objetivos pouco patrióticos.

Insatisfeito com as acusações de *O Paiz*, o *Jornal do Brasil* retomou as críticas. Para comprovar a isenção de suas informações, reproduziu uma série de telegramas, provenientes dos Estados Unidos, que davam sustentação ao seu argumento de que a nova postura norte-americana representava grave ameaça à segurança dos países americanos.

Os nossos ilustrados colegas do *O Paiz* distinguiram ontem o *Jornal do Brasil* com um longo editorial, acusando-nos não só de *impingir* notícias telegráficas menos verdadeiras, como ainda de manifestarmos pouco patriotismo censurando a criação da embaixada nos Estados Unidos.

A situação especialíssima em que se encontra agora a imprensa independente, coloca-nos em posição desigual nesta contenda jornalística, na qual não dispomos da mesma liberdade de ação dos nossos colegas.

Nem todas as verdades poderemos dizer e assim melhor fora calar-nos e aguardar a volta da liberdade para então discutir amplamente.

Com grande mágoa nossa, e estamos convencidos, todos os brasileiros patriotas pensarão como nós, verifica-se que o grande gaudío do *Paiz* a respeito da incomensurável prestígio do Brasil na América do Norte, imunizando-o contra a intervenção policial do supremo e interesseiro tutor dos países latinos do nosso continente, assenta apenas na fragilíssima consideração de que a nossa Pátria nada pode reclamar, “porque tem um governo ilustrado e progressista.”

(...) **São, portanto, eles, daqui em diante, os norte-americanos, os juizes, os árbitros da vida política do Brasil, intervindo quando lhes parecer que o governo brasileiro não é suficientemente “ilustrado e progressista”**

Quanta humilhação!

Com franqueza: se isto é que é patriotismo, perdoe-nos *O Paiz*, preferimos o Brasil governado por um pessoal menos ilustrado e menos progressista, mas livre de toda a tutela e de toda a intervenção estrangeira para nos obrigar a ter juízo a força.

De que o Brasil precisa, antes de qualquer outro benefício, é da integridade de sua independência (AS EMBAIXADAS, 18 de jan. de 1905, grifo nosso).

A falta de liberdade aludida pelo *Jornal do Brasil*, fazia referência ao Estado de sítio declarado pelo governo brasileiro em decorrência dos tumultos gerados pela vacinação obrigatória. Mas há aí uma crítica importante, pois o jornal apresentava-se impossibilitado de manifestar-se com liberdade e desenvoltura, justamente por fazer parte da “imprensa independente”, enquanto *O Paiz* dispunha de total liberdade de ação, pois era amplamente patrocinado pelo governo. A oposição entre a “imprensa independente” e a “imprensa oficial” era um dos embates mais significativos no início do século XX, sobretudo após o surgimento do *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, que encampava a ideia de uma oposição irrestrita ao governo.

Também causava temor no *Jornal do Brasil* a posição norte-americana de decidir sobre o andamento de questões internas dos países americanos, postura apoiada pelo governo brasileiro e por parte da imprensa. Nesse sentido, o Brasil colocava em risco sua soberania frente às interpretações estadunidenses do que era um governo “ilustrado e progressista”. A crítica não era infundada, pois poucos anos antes os Estados Unidos, mediante intervenção no processo de independência cubana, impuseram ao governo da ilha a Emenda Platt, que garantia ao governo norte-americano o direito de intervenção sempre que julgasse que seus interesses e os de seus cidadãos estivessem em risco.

Rio Branco, frente às novas acusações do *Jornal do Brasil*, publicou novo artigo e, logo na abertura, questionou a aludida falta de liberdade que permeava a imprensa da capital:

“Nosso ilustre colega do *Jornal do Brasil* não sentiu que o estado de sítio tolhesse a ação da imprensa independente, quando publicou, como recebendo dos Estados Unidos, notícias que absolutamente de lá não vieram, nem podiam ser senão forjadas por quem tivesse interesse em propagar informações que deprimissem o nosso país.” (RIO BRANCO, 19 de jan. de 1905, p. 01). Além disso, apresentou uma longa lista de telegramas e artigos provenientes da imprensa norte-americana, sobretudo do *New York Herald*, para comprovar as simpatias dos Estados Unidos pelo Brasil e, satisfeito com a apresentação minuciosa dos fatos, característica recorrente em sua atividade como publicista e historiador, afirmava: “Acreditamos que, apesar do estado de sítio, o nosso ilustre colega do *Jornal do Brasil* não desconhecerá o valor destes documentos.” A conclusão do artigo apresentava uma linguagem virulenta, pouco comum nos textos de Rio Branco, que parecia ter a intenção de representar a palavra final na discussão:

Aqui está o que devíamos como resposta ao *Jornal do Brasil* no que concerne à matéria de fato. Quanto às suas apreciações sobre o assunto a nossa atitude nos está materialmente imposta: **só podemos toma-las em consideração quando o nosso colega deixar a situação de eunuco, em que lastimosamente se confessa, e puder de novo falar grosso** (RIO BRANCO, 19 de já. de 1905, p. 01, grifo nosso)

A resposta do *Jornal do Brasil*, publicada no dia seguinte, deixa transparecer a impossibilidade de contestar os telegramas e artigos apresentados por Rio Branco, pois o periódico passou a relevar a real importância desses textos, chamando a atenção para o que considerava ser o ponto central do debate: a aceitação do governo brasileiro de uma condição de tutela imposta pelos Estados Unidos. Além disso, ressentia-se pelo tom assumido pelo artigo do *O Paiz*, que considerava abaixo da cortesia necessária para o estabelecimento de um debate:

Este que é o ponto que mais importa ao povo brasileiro, porquanto, dadas as circunstâncias humilhantes, proclamadas ostensiva e oficialmente pelo presidente dos Estados Unidos e pela sua imprensa, no sentido de reduzirem a América Latina a um grande feudo dos norte-americanos, que, petulantemente, arvoram a bandeira aviltante do protetorado, a criação, neste momento, de uma embaixada brasileira em Washington, como menoscabo das relações diplomáticas que mantemos com as outras nações amigas, algumas das quais são muito mais merecedoras desta distinção, constitui nos termos em que foi isso realizado, **um reconhecimento da situação de tutelados submissos do dominador do Norte, o qual, O Paiz, com uma insistência impatriótica, entende dever ser o juiz da capacidade e da ilustração dos governos do Brasil, a ponto de admitir a possibilidade de uma intervenção da sua afrontosa polícia internacional quando lhe parecer que a gente do governo não seja bastante ilustrada e progressista.** Impedidos de discutir com amplitude de liberdade, pela moderação do estado de sítio, aqui ficamos, pondo, porém, ponto final à discussão, porque o trecho último e sumamente descortês do editorial do *Paiz* de ontem desnivelou a contenda; e em tais emergências, já que os colegas resvalam para o terrenos do insulto, preferimos cessar o debate a retaliar em declive até onde o *Jornal do*

Brasil não pode descer (AS EMBAIXADAS, 20 de jan. de 1905, p. 01, grifo nosso)

Findo o debate, *O Paiz* continuou com a defesa da aproximação com os Estados Unidos e publicou um texto de José do Patrocínio, figura ilustre do abolicionismo e da campanha republicana, que aprovava a criação das embaixadas e a política externa de Rio Branco, considerado pelo autor como a “encarnação genial mais completa de clarividência diplomática e intuição do futuro (...) espécie de Bismarck da paz” (26 de jan. de 1905, p. 01). Observava também que o Brasil, merecedor da confiança norte-americana, já vinha desempenhando uma missão civilizadora na América do Sul e tinha por direito compartilhar, em igualdade com o país do norte, a tutela da parte sul do continente:

Demo-nos parabéns pela alta situação intelectual e histórica, em que nos achamos, para corresponder a gentileza do governo de Washington, distinguindo o nosso governo com a mais elevada categoria de sua representação diplomática, como início de um trabalho em comum para a emancipação do continente americano do cativeiro da desordem (...)

Essa política que os Estados Unidos se julgam com o direito de exercer em benefício da civilização, o Brasil a exerceu, sábia e desinteressadamente, desde o alvorecer de sua história diplomática. Ele foi a ronda vigilante da ordem e da liberdade, pronto a acudir para salvar dos horrores da caudilhagem e do despotismo as nações desoladas por esta dura privação (...)

Por inspiração, necessidade e conta própria a nossa pátria adiantou a política da ordem continental de tal modo, que a iniciativa do monroísmo não tem, como pode parecer, o mérito da originalidade (PATROCÍNIO, 06 de jan. de 1905, p.01, grifo nosso).

A análise de Patrocínio traz uma interessante associação entre a política de intervenção no Prata, desenvolvida ao longo do Segundo Reinado e o Corolário Roosevelt. Observava na ação brasileira, a exemplo do que era aventado na época, uma missão civilizadora na região platina, resguardando os países vizinhos das ações do caudilhismo e da barbárie. Naturalmente, essa missão não foi executada de forma desinteressada como pretendia o autor, mas sim motivada pelos interesses econômicos e políticos do Brasil na área, com destaque para a garantia da livre navegação no Prata e nos seus afluentes. Possivelmente, esse, e não a missão civilizadora, era o elemento de maior aproximação entre a prática brasileira e a norte-americana, que também estava imersa na busca por suprir as demandas comerciais que causavam apreensão no país.

Após o debate com o *Jornal do Brasil*, Rio Branco assumiu uma postura de observador das movimentações e críticas dos jornais que a ele se opunham. Esse afastamento não era prática incomum na atividade de Paranhos junto à imprensa. Nem sempre o Chanceler respondia a seus críticos de maneira imediata, a exemplo do que fez com o *Jornal do Brasil*, em algumas situações deixava a questão ganhar novos ares ou chegar a novos resultados,

antes de se manifestar diretamente. Em algumas ocasiões levou mais de um ano para produzir um artigo que respondesse a seus contendores. Percebia a necessidade de um distanciamento para formular uma análise mais profunda sobre o que estava sendo discutido, para, finalmente, colocar seus adversários em xeque. Naturalmente, não descuidou de sua defesa e *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* mantiveram-se ativos na sustentação dos benefícios que a aproximação com os Estados Unidos traria para o país.

Apenas em 12 de maio de 1906, Rio Branco voltou a manifestar-se diretamente sobre o assunto. Utilizando o pseudônimo J. Penn, publicou, na seção “A Pedidos” do *Jornal do Commercio*, um longo artigo intitulado *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, no qual retomava a história das relações bilaterais entre Estados Unidos e Brasil, desde 1822. Rio Branco iniciou seu trabalho com a seguinte afirmação:

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e de Washington têm sido, nestes últimos anos, censuradas, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império. Levaram esses censores a mal a maior aproximação que os presidentes Rodrigues Alves e Theodore Roosevelt promovera entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos de elevar cada um a categoria do seu representante diplomático junto ao outro (PENN, 12 de mai. de 1906, p.01)

Paranhos estruturou seu artigo com base em uma compilação de textos e documentos históricos que, dentro de sua interpretação, serviam para justificar a ideia de que o estreitamento das relações bilaterais, marcadas pela amizade e pelo apoio mútuo, foram estabelecidas desde o período em que o Brasil se tornou independente. O texto foi dividido em dez partes e julgamos necessário analisar cada uma, com maior ou menor destaque dependendo de sua importância, para que possamos entender de forma plena a construção do argumento de Rio Branco e sua intencionalidade.

A primeira parte traz uma breve análise de dois documentos: o *Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas*, de 06 de agosto de 1822; e o decreto de nomeação de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos, assinado em 12 de agosto de 1822. O primeiro cumpria função ilustrativa e consistia na convocação das nações amigas a manterem suas relações de amizade e comércio com o Brasil, mesmo observando a crise política instaurada em Portugal. O segundo documento era mais significativo. A nomeação do representante brasileiro nos Estados Unidos foi feita antes da efetivação da independência, mas cumprida apenas em outubro de 1822. Para a função de

encarregado dos negócios do Brasil em terras norte-americanas, foi escolhido Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva, oficial da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros. Rio Branco comenta o fato dando ênfase à predileção pelos Estados Unidos: “Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo príncipe regente dom Pedro, a conselho de José Bonifácio (...)” Contudo, julgamos que a sequência da frase acaba por dismantelar a tentativa de Rio Branco em estabelecer tal predileção: “(...) sendo logo depois, no mesmo dia, assinados os decretos de nomeação de outros dois encarregados de negócios para Londres (...) e para Paris” (PENN, 12 de mai. de 1906). Basear-se na ordem das assinaturas das nomeações para aventar qualquer tipo de preferência pelas relações com o governo norte-americano, nos parece um tanto exagerado. Rio Branco forçava uma associação para justificar e dar corpo a seus argumentos.

A segunda parte trata do reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos, ratificada em 26 de maio de 1824. Sobre a questão, Eduardo Prado, em sua obra *A Ilusão Americana*, publicada em 1893, afirmava que por “ocasião da Independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil foi que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia” (1961, p. 23). Em seu artigo, Rio Branco refutou a posição de Eduardo Prado e apontou sua falta de conhecimento, pois “o governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro” (PENN, 12 de mai. de 1906, p. 01). A postura crítica do diplomata em relação a Eduardo Prado ganha mais interesse se considerarmos a amizade e admiração construída por ambos e que resistiu até o falecimento de Prado, em 1901. Mais sintomático é constatar que Rio Branco era, reconhecidamente, colaborador nas obras de Prado, mas seu pragmatismo de momento o impelia a refutar opiniões e concordâncias que, possivelmente, harmonizavam com as do autor de *A Ilusão Republicana*, quando este a publicou sua obra. Apesar da intencionalidade de Paranhos em utilizar o reconhecimento da independência como ponte para a constituição de uma relação cordial entre Brasil e Estados Unidos, a realidade apresentava-se de forma diferente. Bandeira (1973, p. 59-60, grifo do autor), faz uma interessante análise desse processo:

As relações oficiais entre os Estados Unidos e o Império do Brasil estabeleceram-se num clima de dubiedade e suspeita. As raízes da desconfiança cresciam na diferença dos regimes e de estrutura das duas sociedades. Os Estados Unidos consideravam o

Império uma **anomalia** na América. O Império via nos Estados Unidos um **foco** de subversão.

Os interesses políticos de um e econômicos de outro aproximaram os dois países naquela conjuntura. Os Estados Unidos, desde a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, pleiteavam um tratado de comércio com o Brasil, até então sem sucesso. O Império, ainda temendo que Portugal o invadisse com o apoio da Inglaterra ou da Santa Aliança, queria um pacto de defesa com o Governo de Washington, baseando-se na Declaração de Monroe.

Esses interesses, que atraíam reciprocamente os dois países, constituíam, na verdade, a primeira discrepância. O Império do Brasil relutava na assinatura do Tratado de Comércio. Os Estados Unidos não pretendiam qualquer comprometimento político.

Rio Branco abriu a terceira parte de seu artigo com a seguinte afirmação: “Qual o governo, neste nosso continente, que primeiro aceitou a chamada Doutrina de Monroe? Pode-se responder sem hesitação: o governo imperial do Brasil.” (PENN, 12 de mai. de 1906, p. 01). Paranhos utiliza as instruções do ministro dos Negócios Estrangeiros para o encarregado brasileiro nos Estados Unidos, emitidas poucos meses após a independência, que traziam a orientação para o reconhecimento da referida Doutrina. Com base nesse documento, Rio Branco concluía: “Assim, o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América e aderiu logo à doutrina de Monroe (...)” Contudo, Paranhos omite as motivações brasileiras para tal reconhecimento. O governo imperial, com base em uma interpretação pragmática, via na Doutrina Monroe uma possibilidade de garantir sua independência e refrear qualquer tentativa de agressão europeia.

Após reconhecer a doutrina norte-americana, o Brasil empenhou-se em assinar com os Estados Unidos um tratado de aliança ofensiva e defensiva. Esse tema permeou as partes quatro, cinco e seis do artigo de Rio Branco. Este reproduziu as trocas de notas entre o representante brasileiro em Washington, José Silvestre Rebelo, e os Secretários de Estado norte-americanos, John Quincy Adams e, posteriormente, Henry Clay. A justificativa brasileira para a assinatura de tal tratado, baseava-se no perigo de Portugal tentar retomar o território brasileiro, com apoio da Inglaterra e da Santa Aliança. O governo norte-americano declinou do convite brasileiro por considerar inexistente tal ameaça e por não poder se comprometer com as lutas coloniais, sobre as quais observou severa neutralidade ao longo das duas primeiras décadas do século XIX. Apresentou como alternativa a assinatura de um Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio, aceito pelo Brasil e assinado em 1828. O tratado, que teria duração de doze anos, não continha grandes benefícios para o Brasil, pois, segundo Bandeira (1973, p. 64), “apresentava mais ou menos os mesmos termos que os assinados com a Inglaterra e a França, concedendo-lhes certas prerrogativas em desacordo

com a soberania nacional (...)” Em 1841, o Brasil recusou-se a renovar o tratado, pois observava a necessidade de resguardar seus interesses comerciais e de garantir uma maior liberdade de ação.

A sétima parte trata de pequenos incidentes diplomáticos entre os dois países. Nas palavras de Rio Branco (12 de mai. de 1905, p. 01):

(...) incidentes desagradáveis levantados por três representantes diplomáticos dos Estados Unidos – Raguét, em 1827, Wise, em 1846, e Webb, depois de 1863, assim como à ofensa feita a nossa soberania pelo comandante Collins, do cruzador Wachussetts com a captura do corsário *Flórida*, em 1864, nas águas da Bahia. O governo americano, nos três primeiros casos, desaprovou o procedimento dos seus agentes e os substituiu por outros que, desde logo, pelo seu contraste com eles, souberam fazer esquecer a incorreção e a insolência dos seus imediatos predecessores; no caso do Wachussetts, deu-nos pronta e honrosa satisfação.

Contudo, as resoluções desses incidentes diplomáticos não foram feitas de forma amigável, como aponta Rio Branco. O caso Raguét, gerado pelo apresamento de navios norte-americanos no Prata em plena Guerra da Cisplatina, gerou suspensão temporária das relações entre os dois países; o caso Wise, motivado pela não renovação do tratado de 1828 e pela prisão de marinheiros norte-americanos no Rio de Janeiro, também gerou abalos nas relações entre os países, cogitando-se inclusive o envio de navios norte-americanos para resolver a situação; e, por fim, o caso Webb, que surgiu pela recusa de Caxias em abrir o bloqueio ao Paraguai para a passagem de um navio norte-americano, que tinha por missão retirar seu representante diplomático do Paraguai, novamente as relações entre os países foram abaladas e notas diplomáticas de caráter belicoso foram trocadas (BANDEIRA, 1973, p. 62-63; 82-84 e 109-111).

A oitava parte apresenta um trecho das *Cartas do Solitário*, escritas por Tavares Bastos, e um excerto de discurso na Câmara também de autoria deste, ambos faziam copiosos elogios aos Estados Unidos e incitavam o governo brasileiro a estreitar ao máximo possível as relações políticas e econômicas com esse país. Tanto as cartas, quanto o discurso foram produzidos em um período em que os Estados Unidos pressionavam o Brasil a abrir o Amazonas à navegação internacional e Tavares Bastos, nesses textos, defendia que o governo brasileiro executasse medidas que, por coincidência ou não, coadunavam exatamente com as pretensões norte-americanas. Segundo Bandeira (1973, p. 118), “o Visconde do Rio Branco, julgou que os Estados Unidos financiavam a campanha de Tavares Bastos [e] D. Pedro II acolheu esta suspeita.” Nessa perspectiva, o entusiasmo de Tavares Basto era posto em dúvida e a validade de sua admiração pelos Estados Unidos era, plenamente, contestável.

A penúltima parte traz um levantamento de inúmeros fatos históricos que poderiam ser utilizados para sustentar o argumento de Rio Branco, mas que não foram analisados de forma minuciosa devido às limitações impostas pela estrutura de um texto destinado à imprensa. Em suas palavras

Respingando nos *Anais do Parlamento Brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época imperial, poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprovativas da perfeita compreensão que, naquele tempo, os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das classes dirigentes do Brasil tinham das vantagens, para nós, de uma cordial inteligência com os Estados Unidos da América.

(...) Para, no entanto, passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio, e de apreço ao seu governo dadas pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje, seria preciso alargar demasiado a extensão deste artigo, que é principalmente uma compilação de textos. (PENN, 12 de mai. de 1905, p. 01).

No levantamento feito por Rio Branco dois pontos merecem destaque: a ação de D. Pedro II na aproximação entre os países e o envio de delegados brasileiros à I Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington. A viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos, empreendida em 1876, fazia parte de uma “política de prestígio”, que visava consolidar a imagem e os interesses brasileiros no exterior. Naturalmente, os Estados Unidos representavam um dos principais alvos de D. Pedro II, sobretudo pela profunda dependência brasileira em relação ao mercado norte-americano. Segundo Amado Cervo (2002, p. 138):

Em 1870, os Estados Unidos absorviam 75% das exportações do café e o comércio bilateral era ligeiramente superior ao comércio entre Estados Unidos e o resto da América Latina. Em 1889, os Estados Unidos absorviam 61% das exportações totais, enquanto colocava no mercado brasileiro apenas 5% das importações totais.

A presença do soberano brasileiro em terras estadunidenses, contribuiu para que os países afinassem suas relações políticas e econômicas. Entretanto, o governo brasileiro administrava essa aproximação de forma cautelosa e pragmática e, em grande medida, foi bem-sucedido, pois logrou manter e ampliar a exportação de café; situou o governo norte-americano em condições de não ingerência direta nas ações brasileiras sobre o Prata; controlou os interesses norte-americanos na Amazônia; e conseguiu afastar a obrigação de assinar tratados que restringissem a soberania das decisões externas (CERVO, 2002, p. 141).

A participação na I Conferência de Washington seguia a tendência da política de prestígio do Imperador. Ao longo do século XIX, diferentes conferências e congressos interamericanos foram realizados e o Brasil, quando convidado, recusou participação em todos. O convite norte-americano, porém, gerou um sentimento dúbio no governo imperial, pois, apesar de ser impossível recusá-lo, o Brasil ainda mantinha certa resistência em integrar

e assumir compromissos com as iniciativas interamericanas. Nesse sentido, segundo Santos (2004, p. 115), “a participação brasileira na conferência seria, de acordo com as instruções do Rio de Janeiro, refratária aos objetivos da reunião e ao avanço do espírito interamericanista.” Essa postura era justificada nas *Instruções do Império para a Conferência de Washington* (*Apud* SANTOS, 2004, p. 117, grifo do autor):

A Conferência é exclusivamente americana, e o seu plano parece conduzir até certo ponto a uma limitação das relações políticas e comerciais dos Estados independentes da América com os da Europa, dando ao governo americano um começo de protetorado que poderá crescer em prejuízo dos outros Estados. É principalmente para isto que se deve atender. **O Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela, quando mais não seja para estabelecer um equilíbrio exigido pela necessidade de manter a sua forma atual de governo.**

Evidentemente, a nomeação e envio de uma comissão para a I Conferência Pan-Americana representava um avanço significativo. Contudo, a postura do governo imperial era defensiva e orientava seus representantes a não assumirem postura de alinhamento em relação às propostas norte-americanas. A proclamação da República encontrou a Conferência ainda em andamento e promoveu uma reorientação da postura e dos objetivos do país, passando a considerar as iniciativas interamericanas como possibilidades atraentes e alinhando-se com as posições estadunidenses.

Por fim, a última parte traz o discurso de Richard Kidder Meade, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, proferido no ato de entrega das credenciais a D. Pedro II. O representante norte-americano, dentre uma série de afirmações elogiosas ao Brasil, indicava que uma política comum aos dois países “estável e profundamente enraizada no seu solo estabelecerá uma aliança entre ambos e assegurará, para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro.” (*Apud* PENN, 12 de mai. de 1905, p. 01). A ideia combinava perfeitamente com a política externa desenvolvida por Rio Branco e com as intenções continentais manifestadas pelos Estados Unidos.

Findas as apresentações de documentos e de fatos históricos, nos cabe uma breve reflexão. O artigo de Rio Branco apresenta uma profunda tendência de reinterpretação da narrativa histórica e de omissão de fatos relevantes, no tocante às relações com os Estados Unidos. Paranhos buscou difundir uma imagem de manutenção de estreitas e cordiais relações entre os dois países desde a fundação do Império, conduzindo o leitor a interpretar que essa aproximação se desenvolveu de forma ininterrupta e sem grandes abalos. Para isso, omitiu

uma série de conflitos e divergências diplomáticas, a exemplo da insistência sistemática dos Estados Unidos pela abertura do Amazonas, do reconhecimento brasileiro do caráter de beligerantes aos Confederados no período da Guerra Civil norte-americana, do apoio norte-americano à Argentina na Guerra da Cisplatina e da prisão e condenação de cidadãos norte-americano que participaram das revoltas separatistas no Brasil. Quando tocou em algumas pequenas crises, o fez de forma simplificada e contemporizadora. Além disso, o reconhecimento da independência e a aceitação da Doutrina Monroe foram descritas como movimentos naturais e desinteressados, simples trocas de notas diplomáticas. Essa narrativa servia como estratégia para que Rio Branco atenuasse a ruptura representada pela mudança de regime, desconstruindo, nas palavras de Santos (2012b, p. 103), “a identificação do americanismo com a República, em um claro movimento de valorização da diplomacia imperial.” Nesse sentido, atenuava o distanciamento e o não alinhamento da política externa monárquica com o contexto regional. Essa interpretação marca o pragmatismo empregado por Rio Branco à sua política externa, pois a estabilidade do Império dava maior sustentação ao diplomata do que o cenário de instabilidade da primeira década republicana.

Logo após reproduzir o discurso do representante norte-americano, Rio Branco, finalmente, concluía seu artigo:

Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os que ainda hoje estão animando os dois governos, de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia, contra nós, o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904 no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimento tentadores (...)

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que cultivaram os nossos maiores (PENN, 12 de mai. de 1906, p. 01, grifo nosso)

A conclusão indica, claramente, que a atitude pró-americana de Rio Branco era resultado de sua agudeza política frente as condições do cenário político regional. Assim, a amizade norte-americana, consolidada pelas embaixadas, possuía um caráter predominantemente pragmático, pois mesmo que não garantisse ao Brasil o apoio ostensivo dos Estados Unidos nas pendências com seus vizinhos, contribuía para, ao menos, neutralizar eventuais reclamações e pressões estadunidenses em querelas regionais. Embora exagerado em suas interpretações, o artigo era escrito com habilidade e apoiado no grande conhecimento

histórico-documental do diplomata, o que conferia alto teor de persuasão a seus argumentos. Pouco a pouco as restrições à aproximação com os Estados Unidos perderam força e ficaram circunscritas a grupos restritos. Contribuiu para isso uma série de eventos que levaram a opinião pública a sentir e proclamar a utilidade da amizade norte-americana, o incidente com a canhoneira alemã *Panther* era exemplo marcante dessa situação. As trocas de cordialidades também amainaram os ânimos, sobretudo pela visita do Secretário de Estado norte americano, Elihu Root, ao Brasil por ocasião da III Conferência Pan-Americana.

Para finalizar, duas ressalvas devem ser feitas. A primeira cumpre a função de indicar que a transferência do eixo Brasil/Inglaterra para o eixo Brasil/Estados Unidos, não representou uma adesão absoluta à política e objetivos norte-americanos e tampouco um rompimento das relações político-comerciais com a Europa. Em discurso de abertura da III Conferência Pan-Americana (2012h, p.139), Rio Branco reafirmou sua opção pela aproximação efetiva com os países americanos, com especial destaque para os Estados Unidos, mas também de manutenção das relações cordiais e estáveis com os países europeus:

(...) nos aconselhamos a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso. O que, em troca desse inapreciável contingente moral e material, lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será, certamente, um campo mais importante para o emprego da sua atividade comercial e industrial.

A intenção de Rio Branco era contar com bases sólidas de apoio no âmbito continental, mas com a manutenção da possibilidade de agir de forma independente no cenário mundial. É justamente nesse ponto que levantamos a segunda ressalva. A busca por estabelecer uma aproximação com os Estados Unidos, defendida com veemência por Rio Branco, foi um movimento essencialmente unilateral, pois não era visto com a mesma importância pela diplomacia de Washington. De acordo com Bueno (2003, p. 164), “os diplomatas norte-americanos moviam-se mais por interesses materiais, como tarifas e comércio, do que preocupados em dar suporte às aspirações brasileiras.” Nessa perspectiva, o alinhamento assumido entre os dois países não foi mantido de forma incondicional ao longo da gestão Rio Branco. De fato, as posições opostas foram raras, mas quando surgiram, tiveram grande representatividade. Exemplo fundamental foi a discordância e a posição de antagonismo exercido pelos dois países na II Conferência de Paz de Haia. Nesta os Estados Unidos alinharam-se com as propostas das grandes potências e pouco atentaram para as

aspirações brasileiras, que, por meio da ação de Rui Barbosa, acabou por assumir a liderança das causas das nações de menor expressão.

A aproximação e o conseqüente estreitamento dos laços entre Brasil e Estados Unidos, foram elementos fundamentais da política externa desenvolvida por Rio Branco. O empenho para sua consolidação junto aos meios políticos e à opinião pública davam a dimensão dessa importância. Nesse sentido, buscou na diplomacia monárquica as bases para justificar a existência de uma linha de continuidade da política externa nacional, objetivando evitar sua identificação com os turbulentos anos iniciais do período republicano. Se consideramos o movimento da diplomacia brasileira no contexto regional, os resultados foram satisfatórios e o apoio norte-americano essencial. No cenário mundial, o alcance dessa aliança foi restrito, pois os interesses e a representatividade dos países eram diametralmente opostos.

4.2. “Megalomania Naval”: a imprensa como pano de fundo da corrida armamentista.

Na virada do século XIX para o XX, as relações entre Brasil e Argentina foram marcadas pelo binômio atração/rivalidade. De acordo com José Paradiso (2005, p. 52), os países mantinham uma atenção recíproca prioritária que não se baseava apenas em desavenças fronteiriças, mas em uma atitude preventiva ligada a questões de equilíbrio regional e alimentada por um legado histórico herdado da antiga rivalidade luso-espanhola. No início do período republicano, a política externa brasileira, norteadas por um americanismo idealista, cometeu exageros na cortesia com o governo argentino, enquanto este, segundo Amado Cervo (1995, 08), “festejara a República com emoção, mas não abriria mão de seus interesses e os realizaria a expensas daqueles de seu vizinho, caso este o permitisse por descuido.” O insucesso do Tratado de Montevideu e a posterior instabilidade do Rio Grande do Sul, tomado pela Revolução Federalista, que mantinha estreito relacionamento com Buenos Aires, trouxeram o pragmatismo e a desconfiança novamente para o centro das relações entre os países vizinhos.

No início do século XX, as duas nações passavam por momentos distintos. O Brasil iniciava um processo de estabilização frente às turbulências da primeira década republicana, marcada, segundo Rubens Ricupero (2002, 91), por desastres políticos e econômicos, tais como o “Encilhamento, os golpes militares, as lutas da época de Floriano, os degolamentos e fuzilamentos sumários no Sul, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, a Rebelião de Canudos e o massacre inglório com que terminou.” Além disso, havia a necessidade de

estabelecer políticas econômicas mais sólidas e que proporcionassem o aumento nos preços do café. Em relação à situação externa, o país também buscava ajustar suas intenções, e julgava fundamental o estreitamento dos laços com os Estados Unidos tanto pelo aspecto econômico, pois se tratava do principal comprador do café brasileiro, quanto pelas aspirações políticas regionais e mundiais do Brasil.

A Argentina, por sua vez, seguia na corrente oposta. A estabilidade política conquistada desde a consolidação do Estado nacional, conjugada ao incentivo da entrada de capital estrangeiro, da expansão da malha ferroviária e do maciço fluxo migratório que alavancou os diferentes setores produtivos, levaram o país a um considerável crescimento a partir da década de 1860, comparável ao dos Estados Unidos. Tornou-se o principal exportador mundial de grãos e sobrepusera a exportação de carne dos Estados Unidos para a Grã-Bretanha (BUENO, 2003, p. 169). O crescimento econômico experimentado no final do século XIX e mantido durante a primeira década do XX inspirou seus dirigentes a desempenhar uma missão civilizadora na América Latina, demarcando sua hegemonia sobre a região. As atenções fora do continente, por sua vez, estavam voltadas para a Europa, sobretudo nas relações com a Grã-Bretanha, e eram reativas às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério, baseada na égide do pan-americanismo. (MONGENFELD, 2011).

A esse período a relação de trocas comerciais entre os dois países era estável, expressiva e de caráter complementar, com saldos largamente favoráveis ao país platino que dominava o mercado brasileiro de gêneros alimentícios, sobretudo trigo em grão e farinha. No sentido oposto, a Argentina não figurava entre as grandes importadoras dos produtos brasileiros, dos quais absorvia café e mate, com altas taxas alfandegárias, e, em menor medida, açúcar e cacau. Poucos foram os momentos em que essa balança sofreu abalos. Contudo, contrariando a lógica do relacionamento econômico, as relações políticas ainda se mantinham instáveis, com períodos de cordialidade, entremeados por aqueles de rivalidade acirrada.

Na primeira década do século XX a relação política entre Brasil e Argentina era regida, em grande medida, pelos grupos que estavam à frente do governo argentino. Pode parecer uma afirmação tendenciosa, mas que se sustenta quando observamos que a política externa do Brasil republicano, entre os anos de 1902 e 1912, foi liderada, com ampla liberdade, pelo Barão do Rio Branco e seguiu uma linha condutora ao longo desse período. Dentre os preceitos empregados pelo Chanceler, estava a consolidação de uma ideia de

harmonia regional, revertendo o intervencionismo monárquico para a abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e de prestígio em relação a estabilidade dos governos instituídos, quaisquer que fossem eles (DORATIOTO, 2000, p. 131). A Argentina, por sua vez, teve ao menos quatro ministros diferentes ao longo desses anos, e a tendência de cada um deles, e de seus presidentes, determinavam os ânimos das relações com os países vizinhos.

Situação sintomática que pode ser observada na comparação entre a gestão dos presidentes Julio Argentino Roca (1898-1904) e José Figueroa Alcorta (1906-1910). O general Roca estabeleceu com o Brasil uma relação de elevado nível de concórdia. Auxiliado por Manuel Gorostiaga, representante argentino no Rio de Janeiro, trocou visitas com o presidente Campos Sales e desestimulou, de maneira concreta, a ação das correntes antibrasileiras que agiam no interior da república platina. Roca, demonstrando intensa confiança na amizade entre as nações, recebeu de maneira natural os projetos de reconstrução da Marinha brasileira, indicando boas oportunidades de compra para o Brasil, sobretudo de navios encomendados pelo Chile, mas que não seriam incorporados à Marinha do país andino.

Contudo, o fim do mandato presidencial de Julio Roca e a retirada de Gorostiaga do Rio de Janeiro, despertaram a dormente rivalidade. O vice-presidente, Figueroa Alcorta, assumiu a presidência, no início de 1906, em virtude do falecimento do titular, Manuel Quintana, e designou Estanislao Zeballos, rival histórico de Rio Branco⁸³, para chefiar, pela terceira vez, o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*. As relações diplomáticas argentinas no período em que Zeballos esteve à frente do Ministério foram marcadas por disputas territoriais e por antagonismos pessoais e político-partidários (PAREDES, 2011, p.116-7). Sua atitude beligerante ao longo da década de 1900 e o aumento das tensões internacionais que acabaram desembocando na Primeira Guerra Mundial, contribuíram para que a Argentina vivesse sua versão própria e local da Paz Armada. De acordo com Etchepareborda (1982, p. 21-22):

Como hombre de su tiempo, Zeballos, está influenciado por las ideas del momento, política de poder, equilibrio de potencias, doctrinas del poder marítimo de Mahan,

⁸³ A primeira desavença entre Zeballos e Rio Branco ocorreu em 1875, quando o enviado especial argentino no Rio de Janeiro, Carlos Tejedor, retornou à Argentina sem se despedir do Imperador. Na ocasião, o futuro Barão do Rio Branco defendeu, pelas páginas de *A Nação*, que não houve “nenhuma ofensa internacional ao Brasil. Houve apenas uma *gaucherie*”. Em Buenos Aires, os ânimos se exaltaram. Zeballos, através do jornal *Nacional*, respondeu ao jovem Paranhos, traduzindo erroneamente *gaucherie* como gauchada, afirmando: “Um dos diários mais importantes do Brasil qualificou de *gaucherie* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo de se exprimir não é mais do que uma macacada de má lei. É melhor ser gaúcho do que macaco.” Com a Questão de Misiones-Palmas, resolvida em 1895, havia se iniciado um novo período de embates entre os dois personagens que se estendeu até 1912, com a morte de Rio Branco.

selección natural entre las naciones. “Destino Manifiesto” de una Argentina potencia, con un cometido transcendente en el subcontinente sudamericano. Fue indudablemente un impulsor de esas ideas y pensamientos y tuvo discípulos en los primeros años del siglo XX, aunque no logró imponerse en las esferas gubernamentales

A convulsão política e econômica dos primeiros anos da República brasileira, principalmente em relação às consequências da Revolta Federalista e da Revolta da Armada, prejudicou intensamente os meios e técnicas do Exército e da Marinha, notadamente da última que vira sua frota tornar-se incapaz de cumprir suas obrigações mais básicas. Essa breve constatação confirma a inevitabilidade da reconstrução da armada brasileira. Diante disso, desenvolveu-se, entre os anos de 1904 e 1906, um programa naval que compreendia a compra de navios, cujos modelos eram os das melhores esquadras da época, que recolocariam a Marinha brasileira entre as principais forças marítimas do continente⁸⁴. Rio Branco era um defensor da ideia de que um país devia estar amparado em elementos bélicos estáveis e bem preparados, para que estes dessem sustentação à atividade diplomática. Contudo, ao contrário do que muitas narrativas propõem, Paranhos não teve participação efetiva no desenvolvimento dos programas navais brasileiros, na verdade apresentava discordâncias em relação a suas proporções. Entretanto, de acordo com Alsina Júnior, (2015, p. 193), “o imenso prestígio de Paranhos Jr. e sua profunda ligação com as Forças Armadas foram fatores importantes para conferir respaldo político aos planos de modernização tanto da Marinha quanto do Exército.”

A Argentina, por sua vez, estava condicionada pelos Pactos de Maio⁸⁵, situação que contribuiu para que ecoassem no país denúncias acerca da insuficiência de sua defesa e da urgência na adoção de medidas para o reequipamento militar, com vistas a impedir a supremacia naval do país vizinho. Zeballos transformou essa insatisfação em um dos motes de sua gestão e buscou com veemência a ampliação do poderio naval argentino para conter, pela força de imposição, qualquer tentativa de ingerência brasileira na Argentina e nos demais países do Cone Sul. Instaurava, assim, um ambiente de corrida armamentista na América do

⁸⁴ Em 1904, foi apresentado pelo ministro da Marinha, Júlio de Noronha, e defendido no Congresso pelo deputado Laurindo Pitta, um projeto de rearmamento naval que solicitava recursos para restaurar a Marinha Brasileira. Após longas discussões foi aprovado o Decreto 1.296, de 14 de dezembro de 1904, que autorizava os recursos necessários para a implementação do projeto. Contudo, com a eleição presidencial de Afonso Pena, em 1906, Júlio de Noronha foi substituído por Alexandrino de Alencar. Este buscou a anulação do Decreto 1.296 e apresentou um projeto que previa um orçamento ainda maior para o estabelecimento de uma esquadra mais poderosa, adquirindo o que havia de melhor e mais moderno na construção naval. Aprovada suas intenções estabeleceu-se o Decreto 1.567 que aprovava os recursos para a nova proposta (ALSINA, 2015).

⁸⁵ Assinados em 1902, com o governo chileno, os Pactos de Maio determinavam a equivalência naval entre a Argentina e o Chile, o que a impedia de incrementar seu programa naval.

Sul. A postura antibrasileira e acentuadamente belicista de Zeballos foi alimentada pela intensa aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, o que gerava temor de uma tentativa de imposição de uma hegemonia regional, e, sobretudo pela sanção da lei de armamentos navais no Brasil, em 1904 e, posteriormente, em 1906, que causou grande comoção em Buenos Aires. Segundo Bueno (2003, p. 183):

Fiéis ao espírito da época, as nações sul-americanas não escaparam, entre outras, da influência dos escritos do almirante norte-americano, Alfred T. Mahan, defensor da política de expansão naval e de grandes frotas. A vitória do Japão sobre a Rússia (1904-05), em guerra decidida nos mares, exerceu forte influência sobre os outros países interessados em modernizar suas armadas com a construção de encouraçados de grande porte.

Como apontado por Bueno, o espírito da época favoreceu o recrudescimento das antigas rivalidades entre Brasil e Argentina. O rearmamento transformou-se em um componente da disputa pelo prestígio e por uma suposta posição de liderança na América do Sul, contribuindo para criar um ambiente de elevada tensão, típico das corridas armamentistas.

Os antagonismos pessoais entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos acabaram por se confundir com a oposição histórica das duas nações, elevando a tensão ao ponto em que a paz entre os países ficou ameaçada. Foram intensas as discussões entre os diplomatas e os representantes em Buenos Aires e no Rio de Janeiro sobre a questão naval, observando-se uma grande exaltação da opinião pública de ambos os lados. Essa ebulição foi incitada, em grande medida, pela utilização que os dois ministros faziam da imprensa para movimentar o cenário político. Zeballos tinha influência acentuada sobre periódicos que demonstravam, constantemente, sua postura antibrasileira, a exemplo do *La Prensa*, *El Sarmiento* e o *La Razón*, além da propriedade da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, um dos principais meios de manifestação do ministro argentino. O Barão do Rio Branco, como visto, influenciava e circulava nos principais periódicos do Rio de Janeiro e fazia destes sua base de apoio.

Nessa perspectiva, entre os anos de 1904 e 1908, parte da imprensa argentina, comandada por Zeballos, desenvolveu uma forte campanha a favor do rearmamento naval do país, em resposta ao que se fazia no Brasil. O *La Prensa*, um dos órgãos de imprensa mais exaltados desse debate, sugeria o rompimento do pacto de equivalência naval firmado entre Argentina e Chile, em 1902, apontando para a necessidade de formar uma grande armada:

Prescindiendo por completo y con perfecta sinceridad de los designios del Brasil, argentinos y chilenos tienen que reconocer que su propósito de conquistar el rango

de primera potencia naval sudamericana da un argumento decisivo para romper el pacto de la equivalencia, devolviéndose la libertad plena para constituir su poder marítimo.

(...) La conciencia de la superioridad militar suele motivar veleidades de trascendencia en la vida de las naciones, de las vecinas sobre todo (...)

En consecuencia, la conservación de nuestro rango en el concierto de poder naval de Sud América es una garantía de la paz del Río de la Plata, contra cualquier veleidad, ofuscaciones o apasionamientos que pudieran producirse en el futuro (EQUIVALÊNCIA NAVAL, 10 de nov. de 1904, p. 03-04).

Outro ponto de preocupação para o *La Prensa* residia na aproximação entre Brasil e Estados Unidos e a elevação mútua das representações desses países a Embaixadas. Para o periódico essa ação, somada com o projeto naval brasileiro apresentava graves riscos para a Argentina e os demais países da América do Sul.

¿Acaso ese importante detalle se relaciona con el plan diplomático que, en hipótesis, venimos examinando?

E este punto disentimos abiertamente con el barón de Rio Branco. La idea resuena como un eco lejano de la edad monárquica del Brasil. El embajador representa la persona del soberano monarca. Si la Francia republicana conserva representantes de este título, si los Estados Unidos los han creado en Europa, es porque los embajadores ocupaban un rango superior al de los ministros plenipotenciarios ordinarios, y no consisten en su representación diplomática esté debajo de la de ninguna otra potencia.

¿Qué razones valederas pudiera invocar el Brasil para constituir embajadores en Washington? La sana razón nos vislumbra (EL BRASIL EN EL CONTINENTE, 15 de jan. de 1905, p. 03).

Reagindo às acusações do *La Prensa*, o Barão do Rio Branco publicou no *O Paiz* um artigo anônimo com uma veemente resposta, entremeada por ironias, que refutava as críticas do jornal platino, além de apontar para o seu processo de reestruturação naval, que se deu em meados de 1890, e da reação sóbria e de respeito à soberania apresentada pelo governo brasileiro à época. Diante disso, chamou a atenção para as necessidades urgentes apresentadas pelo Brasil em sua reformulação naval.

(...) Nestes últimos 15 anos, causas sobejamente conhecidas determinaram o enfraquecimento do Exército e da Marinha de Guerra do Brasil. A revolta de uma parte da esquadra em 1893 fez nossa Marinha decair do primeiro para o terceiro plano. Enquanto isso acontecia, a Argentina criou rapidamente uma poderosa esquadra.

Não lhe pedimos contas por isso e não nos assustamos com tão grande aumento do seu poder naval. Agora, tratamos apenas de reconquistar em parte a posição perdida e devíamos esperar que a imprensa argentina imitasse a calma e a segurança que mostramos quando o seu país se armava. Temos um litoral imenso e um vasto sistema de comunicações fluviais a defender e a proteger. Não podemos prescindir de esquadra, e se a República Argentina entender que a sua não deve ser inferior à nossa não nos queixaremos ou gritaremos por isso (RIO BRANCO, 18 de jan. de 1905, grifo nosso).

As palavras de Rio Branco apenas aproximavam-se no que realmente aconteceu quando a Argentina começou a se rearmar. De fato, o governo brasileiro observou, orientado por seus representantes no país platino, uma posição de aceitação dos movimentos navais argentinos, mas manteve uma constante vigilância sobre o que se desenvolvia ali. Já no governo Campos Sales, a visão era um pouco mais alarmista e defendia-se a necessidade de construção de uma esquadra, igual ou maior do que à Argentina, para dirimir qualquer temor (BUENO, 1995, p. 248).

Na sequência de seu artigo, Rio Branco aludiu, de forma irônica, à possibilidade de uma hegemonia compartilhada no Atlântico sul-americano, enquanto o Chile, nação “amiga” tanto do Brasil quanto da Argentina, exerceria sua hegemonia no Pacífico:

Quanto à hegemonia ou preeminência na América do Sul, não a queremos disputar com a República Argentina.

No Pacífico, ela pertence inquestionavelmente aos nossos amigos do Chile, cuja esquadra nunca se há de reunir à outra para combater o Brasil, como imaginou há dias certo jornal de Buenos Aires. Na parte do Atlântico, teremos sempre prazer em dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe (18 de jan. de 1905, p. 01).

Essa firme postura seguiu no artigo quando Paranhos finalizou sua defesa evocando a soberania nacional brasileira para justificar o Projeto Naval, classificando o *La Prensa* como impertinente:

Não sabemos se a atitude de *La Prensa* corresponde a alguma corrente de opinião no seu país; no entanto, seja como for, é preciso reconhecer de modo categórico que essa atitude é positivamente impertinente.

Não agimos senão estritamente dentro das nossas faculdades de nação soberana, e qualquer que seja a preeminência que *La Prensa* reivindique para a República Argentina, forçoso será reconhecer que ela ainda não chegue ao extremo de nos ditar a lei dentro de nossa casa (18 de jan. de 1905, p. 01).

É imperativo indicar que Rio Branco demonstrava preocupações com o rearmamento brasileiro desde os anos finais do Império e engrossava as fileiras daqueles que apoiavam o projeto de reconstrução, mesmo que por questões de prestígio. Enquanto analisava o litígio fronteiriço com a Argentina, afirmou que “se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedos, não temos Exército e os argentinos têm tudo isso” (Rio Branco Apud BUENO, 2003, p.220).

Parte da imprensa brasileira também via com restrições as proporções assumidas pelo projeto naval. Em artigo de Gil Vidal, o *Correio da Manhã* classificava o movimento brasileiro como uma “megalomania naval” e questionava as prioridades do projeto:

Para receber os navios do sr. Pitta não têm as dimensões necessárias os diques que existem no país. São precisos, portanto, diques colossais. Só eles quanto custariam?

A reorganização das nossas forças navais exige, antes de tudo, que se trate de formar pessoal, de que, é fora de dúvida, não dispomos para guarnecer um só dos navios do sr. Pitta. Pessoal de marinha de guerra não se improvisa. (VIDAL, 26 de jun. de 1904).

Em um discurso proclamado em 1906, Rio Branco manifestou sua concepção de proximidade entre a diplomacia e a guerra, sendo a segunda a continuação imediata da primeira:

(...) o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer está encerrado para sempre.
 (...) A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõem-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos (...). Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar, para a nossa marinha, a posição que antigamente ocupava.
 Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência (RIO BRANCO, 2012j, p. 155-156).

O posicionamento contundente de Rio Branco alarmou ainda mais o *La Prensa*, que passou a interpretar as intenções do diplomata como não pacíficas e a utilizá-las para convencer aqueles que ainda resistiam ao programa de rearmamento do país platino.

El Brasil, dice el barón de Río Branco, ostenta con orgullo una tradición diplomática de paz y hoy está en paz con sus vecinos y no vecinos, habiendo resuelto pacíficamente todas sus cuestiones internacionales; pero a pesar de todo, el Brasil debe amarse y recuperar su posición de primera potencia militar y naval que tuvo en otros tiempos. ¿Para qué? Para su propia seguridad interior y exterior, para la garantía de sus derechos “QUE A VECES SOLO LA FUERZA PUEDE DAR” (POR LA SEGURIDAD NACIONAL, 13 de nov. de 1906)

Para além da inflamada campanha do *La Prensa*, a partir de 1906, o então ministro das Relações Exteriores, Estanislao Zeballos, incrementou a campanha belicista de forma aberta e com largos incentivos à ampliação da esquadra argentina, sob a justificativa de buscar equilíbrio com o que se desenrolava no Brasil. Utilizando a *Revista de Derecho, Historia y Letras*, o chanceler argentino exaltava o patriotismo renascido na Argentina diante da complexa querela internacional:

Algo muy argentino llena de orgullo a los espíritus que contemplan serenamente esta alta expresión del patriotismo nacional, y es la cultura, la circunspección, el respeto reinante en esas manifestaciones populares con relación a la acusa que las motiva; ninguna agresión, ningún descomedimiento por nadie; todos los entusiasmos para la patria, todos los anhelos de seguridad y de grandeza para ella. Esos pueblos no se conmueven sino para serví-la, para pedir a los poderes públicos, para exigirles que velen por ella, que la resguarden contra toda eventualidad, proveyéndola de los medios de defensa que necesitan su vida, su integridad y su honra (ZEBALLOS, 1908a, p. 182).

Com o acirramento dos ânimos Rio Branco voltou a utilizar a imprensa para defender a posição brasileira. Dessa vez, o *Jornal do Commercio* foi o condutor das posições do diplomata, novamente com um artigo anônimo. Paranhos utilizava o contraponto entre as práticas exaltadas e virulentas, de um grupo reduzido da sociedade argentina, e da calma e bom senso demonstrado pela maioria da população brasileira.

Há um esforço na República Argentina para que a campanha, que há muito tempo se faz contra o Brasil, se transforme em agitação. Para isso, um homem político se arroga o papel de representativo de uma velha sobrevivência, como é o preconceito dos ódios castelhanos e portugueses transportados para a América do Sul, e espalha o pânico da pátria em perigo. Não sabemos até que ponto as suas palavras são acreditadas pela maioria dos seus compatriotas, mas os seus adeptos, por diminutos que sejam, formam ainda assim a minoria que se move irrequieta por entre a massa da população argentina, criando sobretudo uma situação interna que é tempo de acabar.

Um povo é como uma criança, não pode permanecer sob a impressão de um espantinho. O desvario sobrevém fatalmente.

Em toda esta comédia, que um pouco mais de loucura pode mudar para tragédia, é singular a disposição dos espíritos brasileiros, calmos, indiferentes, quase risonhos, ante tanta fúria belicosa. Aqui não há atmosfera de guerra (RIO BRANCO, 26 de set. de 1908, p. 01).

Finaliza sua argumentação apontando para a orientação da política externa republicana, que já havia se afastado, há muitos anos, das intenções intervencionistas que foram propagadas no Prata durante o Império. Estabelece essa posição no intuito de colocar o Brasil acima dessas disputas regionais, pois o país estava voltado para objetivos maiores, a exemplo da projeção no cenário mundial.

Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas. Está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estereis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população (RIO BRANCO, 26 de set. de 1908, p. 01, grifo nosso).

Contudo, Zeballos seguia no caminho oposto. Sua contundência nas acusações dos perigos oferecidos pelo rearmamento brasileiro permitiu que a campanha antibrasileira ganhasse ímpeto na Argentina o que, conseqüentemente, dava incentivos à sua exacerbação. Nesse sentido, difundiu um plano que previa a exigência de o Brasil dividir seus navios e, advertia o governo argentino que, caso tal solução não fosse acordada, deveria ser preparada uma invasão ao Rio de Janeiro, com a mobilização da esquadra argentina e de 50.000

reservistas do exército (DORATIOTO, 2000, p. 140). A proposta de divisão foi amplamente divulgada pelo diplomata argentino na *Revista de Derecho Historia y Letras*:

Si el Brasil ama la paz, si es amigo de la República Argentina, si no se arma para imponérsele en la acción diplomática o militar, concluya en un día, en una hora, la negociación diplomática iniciada por mí, para dividir entre nuestros dos países amigos, su nueva escuadra. Cédanos de una vez un "dreadnought" y algunos otros cascos, ya que reconoció en mayo (1908) cuando temían mi acción que era posible pactar la equivalencia naval sobre esa base (ZEBALLOS, 1908b, p. 529).

Para infelicidade do diplomata argentino suas intenções de intervenção no Rio de Janeiro foram transmitidas ao jornal *La Nación*, periódico que se colocava em oposição a Zeballos, e publicadas. As reações no Brasil e no Uruguai foram imediatas. A pressão externa sobre o presidente Alcorta cresceu, e tornou-se ainda mais acentuada pela ação da imprensa de oposição a Zeballos, *La Nación*, *El Diario*, *El Pais*, e de parte majoritária da opinião pública. Tornou-se insustentável a manutenção do chanceler que, em junho de 1908, acabou deixando o ministério.

Ao deixar o cargo ministerial, Zeballos ainda causou entraves com o Brasil, em especial com Rio Branco, ao publicar um telegrama cifrado enviado à Legação brasileira em Santiago. Esse documento passou, obrigatoriamente, pelo telégrafo argentino, onde foi interceptado e, supostamente decodificado, revelando que as legações brasileiras em Montevideú, Assunção, La Paz, Santiago do Chile, Lima e Washington, foram orientadas pelo diplomata brasileiro a fazer campanha contra a Argentina, acusando-a de pretender uma intervenção nos assuntos dos países mais fracos do continente. O episódio conhecido como o “caso do *telegrama nº9*”, foi rapidamente desmentido por Rio Branco em um artigo publicado no *Diário Oficial* e atribuído por ele a outro publicista. Neste Paranhos indicava que seria tarefa longa e desagradável a de retificar os numerosos enganos e erros de fato do que foi colocado por Zeballos, mas que tal reparação era necessária:

Tudo quanto afirmou o senhor doutor Zeballos nas linhas transcritas só pode ter por base a informação de algum homem da mais requintada má-fé. O atual ministro das Relações Exteriores do Brasil nunca dirigiu aos representantes desta República no estrangeiro (nem em despacho oficial, pelo telégrafo ou pelo correio, nem em carta particular ou confidencial) instruções que tenham sequer a mais remota semelhança com as que lhe foram atribuídas. A ordem que o senhor doutor Zeballos apresenta entre aspas e que lhe disseram ter sido dirigida em 1908 a um dos agentes brasileiros no Pacífico é um documento absolutamente falso, no fundo e na forma (RIO BRANCO, 19 de set. de 1908).

Rio Branco tornou pública a chave utilizada para cifrar os telegramas brasileiros e o verdadeiro conteúdo da mensagem, comprovando, assim, a falsificação dos documentos

oficiais efetuada por Zeballos. Impunha a seu adversário histórico uma última derrota e colocava sobre ele uma carga de descrença, apoiada e ampliada pelos setores políticos argentinos que se opunham a Zeballos. Com o político argentino afastado, ao menos oficialmente, das questões de política externa, as relações bilaterais entre Brasil e Argentina passaram, gradualmente, para um período de distensão, que se consolidou ao longo do governo de Roque Sáenz Peña, entre os anos de 1910 e 1914, acompanhado pelo término efetivo da corrida armamentista entre os dois países e consubstanciado na assinatura do Pacto do ABC⁸⁶ em meados de 1915.

Não buscamos negar aqui que tanto o Barão do Rio Branco, quanto Estanislao Zeballos, tiveram a pretensão de que seus países conquistassem uma posição de liderança na América do Sul. Contudo, ambos possuíam concepções diferentes em relação à conquista desse posto e de como o poderio militar se encaixaria nessas aspirações. O Chanceler brasileiro fundamentava sua política na busca por soluções diplomáticas para as situações que se apresentavam, mas, apesar de sua veia pacifista, não negava a importante função de sustentáculo que um poderio militar, com capacidade e credibilidade para dissuadir possíveis agressões, possuía no cenário das relações externas. O ministro argentino, por sua vez, permeado por um intenso alarmismo belicista, apoiava seus argumentos na existência de um “Destino Manifesto” argentino, no qual acreditava-se que o país estava fadado a ser uma nação moderna e com uma raça superior à de seus vizinhos. Dentro dessa aspiração, o fator bélico era elemento fundamental para proteger as fronteiras e expandir a cultura argentina para aqueles que dela precisassem.

O processo de reconstrução da Marinha brasileira surgia, assim, para opor essas duas concepções e movimentar os setores políticos dos dois países. Entretanto, esse debate não ficaria restrito a essa esfera oficial, era de se esperar que ele chegasse também aos diferentes setores que constituíam a opinião pública brasileira e argentina e que se tornasse elemento importante na sustentação das posições apresentadas por cada um dos diplomatas. Para obter sucesso nesse aspecto era imperativa a busca por enfraquecer e “desconstruir” a imagem e o discurso do adversário, mais do que isso, era necessário buscar não só o apoio interno, mas sim conquistar alguma simpatia e apoio no outro país. A breve apresentação desses artigos, divulgados tanto na imprensa brasileira como na argentina, nos permite observar uma

⁸⁶ Assinado por Argentina, Brasil e Chile, representava um pacto de não-agressão, consulta e arbitragem entre os envolvidos, além disso, pode ser interpretado como uma resposta à crescente influência estadunidense na região. Contudo, seu objetivo central era o estabelecimento de um equilíbrio entre as três maiores forças do Cone Sul.

interessante diferenciação na forma como os representantes dos dois países utilizaram as possibilidades discursivas da imprensa, para colocar em prática tal objetivo.

O Barão do Rio Branco imprimiu à sua conduta diplomática o costumeiro caráter racional e pragmático, utilizando a imprensa, de forma anônima, para extravasar suas opiniões de forma mais veemente e incisiva, extrapolando, em alguns momentos para a ironia. Essa atitude protegia sua imagem e lhe conferia grande popularidade frente ao contexto internacional, até mesmo no interior da sociedade argentina. Estanislao Zeballos, por sua vez, fixou, em diversos momentos, uma postura belicista e agressiva acerca da questão naval brasileira, contribuindo para a instabilidade nas relações entre os dois países. Sua ação na imprensa se dava de forma mais incisiva que a de Rio Branco, pois, ao assinar os artigos carregados de restrições ao Brasil e que marcavam a rivalidade com o Barão do Rio Branco, criou uma atmosfera oposicionista não apenas fora da Argentina, mas, também, dentro do país. Sua intempestividade dificultava a existência de simpatias pelas reivindicações argentinas. Ademais, não podemos deixar de considerar que era uma batalha injusta, pois Zeballos gozava do apoio de uma parte restrita da sociedade argentina, enquanto Rio Branco, por seus constantes sucessos no ministério, era sustentado pela quase unanimidade da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar de um brasileiro contemporâneo a política externa do país se afigura como um elemento de importância secundária. Não possuímos fronteiras em aberto, não integramos zonas de guerra e, sobretudo, não recebemos diariamente informações sobre movimentos e debates diplomáticos. Em casos extremos não nos atentamos inclusive para a mudança dos titulares do Ministério das Relações Exteriores. Se levarmos em consideração a última década, é possível observar que o Brasil contou, entre titulares e interinos, com oito ministros das Relações Exteriores, sendo um desafio para grande parte da sociedade indicar o nome de nosso atual Chanceler. Em suma, nos encontramos em um cenário diametralmente oposto ao que viveu e atuou o Barão do Rio Branco, no qual a diplomacia e as questões de política externa eram discutidas intensamente e tratadas, mesmo que contra a vontade do Itamaraty, com matizes político-partidárias. Observando tais características, julgamos seguro afirmar que Rio Branco ainda é o principal elo de uma enfraquecida identificação entre os diferentes setores da sociedade e a diplomacia nacional.

Diferentes fatores podem ser levados em consideração para uma análise da longevidade do Barão do Rio Branco como principal símbolo da política desenvolvida pelo Itamaraty. Inicialmente, é impossível desconsiderar a eficiência com que conduziu a diplomacia brasileira ao longo dos quase dez anos em que foi ministro das Relações Exteriores. Naturalmente, sua obra mais conhecida foi a resolução das pendências fronteiriças que o Brasil mantinha com os países vizinhos. Paranhos Júnior foi responsável por negociar e firmar, de forma pacífica, tratados de limites com Argentina (1895), França/Guiana Francesa (1900) – estas antes de assumir o cargo ministerial –, Bolívia (1903), Equador (1904), Holanda/Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909). A resolução dos litígios fronteiriços também garantiu ao Brasil um ganho territorial de aproximadamente 900.000 km². Além disso, o Chanceler promoveu uma reestruturação física, humana e de orientação no Itamaraty, tornando-o mais dinâmico e capaz de atender as demandas da política internacional do início do século XX. Além disso, estabeleceu uma sólida aproximação com os Estados Unidos, buscando estabelecer-se de forma mais eficiente no cenário regional e também mundial; uma relação de cordialidade e de não-intervenção nos assuntos e nos governos dos países vizinhos; e uma busca por projetar o Brasil no cenário

internacional, promovendo e participando de eventos e das grandes decisões políticas do período.

Contudo, não podemos ignorar que, a despeito das conquistas de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores, ocorreu um importante e eficiente movimento de construção de uma memória que transmitisse, predominantemente, uma imagem mitificada de seu sucesso e patriotismo. Suas biografias são um exemplo marcante desse sistema, pois, com diferentes nuances, possuem uma aura encomiástica e revelam, com raras exceções, uma figura unidimensional e voltada, quase exclusivamente, para a satisfação das necessidades e objetivos da pátria. Também cabe ressaltar que o próprio Rio Branco estabeleceu alguns parâmetros para uma futura reconstituição de sua vida. A construção de seu arquivo pessoal, parte integrante do acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, foi pensada de forma a soterrar sua vida privada e a registrar e exaltar sua vida pública, causando, ainda hoje, grande impacto nas pesquisas e estudos dedicados a analisar os diferentes aspectos de sua trajetória.

São significativos a eficiência e os resultados atingidos por esse processo de consolidação da memória de Rio Branco. Ainda hoje nos deparamos com incontáveis referências feitas a seu nome nas ruas, avenidas, prédios públicos, homenagens, premiações, títulos, cursos e instituições de formação de diplomatas. Em alguns aspectos, a condução e a orientação do Itamaraty contemporâneo ainda gravitam ao redor da influência, das ideias e práticas desenvolvidas e difundidas pelo Barão. Entretanto, seja na vida pública, ou na vida pessoal, ainda existem alguns aspectos da prática de Paranhos Júnior que carecem de uma análise mais apurada, contribuindo, assim, para a construção de um quadro mais amplo sobre tal personagem.

A virada do século XIX para o XX, foi marcada pelo processo de consolidação e legitimação do regime e das instituições republicanas. Nesse contexto, a política externa exerceu papel basilar, pois contribuiu diretamente para a estabilização política do país e para a retomada de uma imagem positiva do Brasil no cenário internacional. O novo regime deparou-se, de imediato, com a indefinição de quase todas as suas fronteiras e com a necessidade de estabelecer a orientação a ser dada para sua diplomacia. Sua primeira decisão foi a de romper com o que havia sido realizado no período monárquico e implementar uma tendência americanista às suas práticas. Entretanto, o idealismo empregado a esse americanismo demonstrou-se pouco alinhado com os interesses do país e observou-se a necessidade de alicerçá-lo em bases realistas e pragmáticas. Também devemos considerar que a instabilidade dos primeiros anos republicanos afetou, sobremaneira, a fixação de qualquer

diretriz para a política externa nacional. Apenas a partir de 1902, com a chegada de Rio Branco ao comando do Itamaraty e com a estabilização interna do país, a chancelaria brasileira conseguiu atuar de forma mais eficiente e com vistas a fixar suas linhas condutoras.

Rio Branco possuía profunda inapetência por teorias, doutrinas ou ideias pré-concebidas e não dispunha de linha rígida e obstinada de ação. Nesse sentido, empregou um caráter essencialmente realista à sua política externa, respondendo às necessidades que se apresentavam e se apoiando em uma leitura pragmática do contexto internacional de seu tempo. Com efeito, criava suas doutrinas a partir de situações concretas, muitas vezes em contradição aberta com opiniões anteriores ou preferências expressadas ou presumidas. Nessa perspectiva, as orientações e objetivos pré-estabelecidos adequavam-se à ocasião e ao que ela demandava. A essa postura Paranhos aliava outros elementos que serviam para dar maior sustentação à sua ação junto ao Ministério das Relações Exteriores. Dentre esses elementos podemos destacar seu vasto conhecimento sobre a história e a geografia do país e a manutenção de uma constante atividade junto a imprensa brasileira, sobretudo a do Rio de Janeiro. É possível afirmar que Rio Branco foi o Chanceler que atribuiu maior importância à opinião pública, julgando necessário mantê-la sempre informada dos movimentos e das conquistas obtidas pela chancelaria nacional. Este é o ponto exato em que baseamos nosso trabalho, ou seja, a busca pela compreensão de como Paranhos se relacionava e utilizava a imprensa para garantir uma base de apoio para suas ações ministeriais e, em alguns casos, para sua exaltação pessoal. Nesse sentido, nos aprofundamos na análise de como o Chanceler construiu seu discurso político junto à ação de alguns dos mais importantes periódicos da capital federal. Discurso que nos permitimos denominar de Histórico-documental.

É recorrente em alguns estudiosos de Rio Branco a necessidade de demarcar suas atividades de forma individual, separando a prática jornalística da prática histórica e geográfica, por exemplo. Costume ao qual nos opomos, pois é possível e necessário retirar Rio Branco desse invólucro unidimensional e colocá-lo em uma perspectiva mais ampla. Felizmente esse é um movimento que, nas últimas duas décadas, vem ganhando adeptos e considerável espaço na historiografia dedicada ao Barão.

Ao longo do trabalho foi possível perceber que ao utilizar a imprensa como sustentáculo de sua atividade política, Paranhos construiu, recorrentemente, um discurso que se utilizava dos fatos históricos e de um vasto leque documental para garantir a seus argumentos um peso científico e, de acordo com sua concepção, uma profunda incontestabilidade. Debatia com seus contendores inundando as páginas dos jornais com

datas, fatos, citações e documentos que lhe garantiam um argumento de autoridade. Contudo, a história não era utilizada de forma linear, mas sim de acordo com as necessidades da situação. Nesse sentido, Paranhos retomava, em grande medida, a história do período monárquico para corroborar suas ideias e práticas. Contudo, não se furtava de critica-la ou de negá-la quando a situação exigia.

A intensidade de sua contribuição também era definida pela natureza do evento. Quando a situação se apresentava urgente e permeada por agravantes, Rio Branco assumia uma colaboração assídua e dinâmica. Em situações que demandavam menos empenho, o Chanceler tornava a produção de artigos uma prática pontual e optava por observar certo distanciamento dos acontecimentos para, posteriormente, se manifestar de forma contundente, como se apresentasse a palavra final sobre o tema.

Entretanto, a relação de Paranhos com a imprensa ia além da produção de artigos, visto que transformou o Itamaraty em um centro de distribuição de informações para os diferentes jornais do Rio de Janeiro, inclusive para aqueles que se opunham à sua gestão. Entre os jornais governistas, Paranhos tinha livre circulação, visitando diariamente suas redações e estabelecendo uma profunda troca de correspondência com editores e redatores, pautando e, em alguns casos, censurando informações que não julgava pertinentes ao momento. Construiu, assim, uma complexa rede de sociabilidade com a imprensa fluminense e a transformou em uma das bases fundamentais de sua atuação como ministro das Relações Exteriores.

Naturalmente, os limites de tempo e espaço da pesquisa acabaram por nos obrigar a não incluir alguns fatos e análises que também representavam a aproximação entre Rio Branco e a imprensa fluminense. Contudo, consideramos que as apreciações aqui discutidas contribuíram para uma melhor compreensão de uma atividade pouco explorada nos trabalhos dedicado ao Barão. Além disso, é necessário destacar que ainda há um leque de possibilidades a serem exploradas acerca da atividade política e da vida pessoal de Paranhos Júnior, o que permitirá um profundo enriquecimento da historiografia dedicada a ele.

FONTES

Correspondências

Alcindo Guanabara: Arquivo Histórico do Itamaraty (825/03/20)

Barão do Rio Branco: Arquivo Histórico do Itamaraty (813/01/01)

Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo: Arquivo Histórico do Itamaraty (828/01/21)

Gregório Pecegueiro do Amaral: Arquivo Histórico do Itamaraty (815/02/13A)

Joaquim Nabuco: Arquivo Histórico do Itamaraty (832/01/1A)

Rodolfo Dantas: Arquivo Histórico do Itamaraty (821/03/10)

Artigos de Jornais escritos pelo Barão do Rio Branco

F. H. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 12 de abr. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 14 de abr. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 20 de abr. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 15 de mai. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 17 de jun. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de jun. de 1891.

HEX, Ferdinand. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 22 de dez. de 1891.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 11 de jan. de 1892.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 12 de jan. de 1892.

_____. Cartas de França. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 17 de jan. de 1892.

KENT. A Questão do Acre e o tratado com a Bolívia I. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 17 de dez. de 1903.

_____. A Questão do Acre e o tratado com a Bolívia II. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de dez. de 1903.

_____. A Questão do Acre e o tratado com a Bolívia III. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 21 de dez. de 1903.

_____. A Questão do Acre e o tratado com a Bolívia IV. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 23 de dez. de 1903.

_____. A Questão do Acre e o tratado com a Bolívia V. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 01 de dez. de 1904.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva. A guerra. *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 04 de novembro de 1865.

_____. O sr. Conselheiro Paranhos. *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 11 de jan. de 1866.

_____. A Tríplice Aliança (I). *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 24 de mai. de 1866.

_____. Política do Brasil no Prata; A Guerra contra o Paraguai; Tríplice Aliança. *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 07 de jun. de 1866.

_____. Política do Brasil no Rio da Prata; A guerra com o Paraguai; Tríplice Aliança. *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 14 de jun. de 1866.

_____. Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata; A guerra com o Paraguai; Tríplice Aliança. *O Vinte e Cinco de Março*, Recife, p. 01, 02 de nov. de 1866.

_____. O conselheiro José Maria da Silva Paranhos. *L'Illustration*, Paris, 14 de outubro de 1865.

_____. Acontecimentos do Paraguai – Tomada do forte Establecimiento. *L'Illustration*, Paris, 01 de março de 1868.

_____. A nota e o memorando IV. *A Nação*, Rio de Janeiro, p.01, 13 de jul. de 1872.

_____. A Nação. *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 01, 27 de agosto de 1872.

_____. Negócios do rio da Prata, *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 01, 24 de outubro de 1873.

_____. Missão Penedo. *A Nação*, Rio de Janeiro, p. 01, 22 de jan. de 1874.

Mauricio, Ernesto. As críticas ao tratado sobre lagoa Mirim e rio Jaguarão. *Imprensa Nacional*, p. 01, 18 de mai. de 1910.

NEMO. Crônica. *A Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, p. 01, 16 de jan. de 1875.

_____. Crônica. *A Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, p. 01, 23 de jan. de 1875.

_____. Crônica. *A Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, p. 01, 20 de fev. de 1875.

_____. Crônica. *A Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, p. 01, 13 de mar. de 1875.

_____. O senhor ministro das relações exteriores. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.01, 11 de jan. de 1903.

PENN, J. O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 12 de mai. de 1906.

RIO BRANCO, Barão do. A abolição da escravidão no Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 29 de jun. de 1888.

_____. Questão das Missões. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.01, 10 de fev. de 1895).

_____. Censuras Platinas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de jan. de 1905.

_____. *Deodoro-Grant*. Documento autógrafo do Barão do Rio Branco – um paralelo entre Grant e Deodoro. Arquivo Histórico do Itamaraty: Doações e Aquisições, s/ data.

_____. Efemérides Brasileiras, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 09 de abr. de 1891.

_____. Efemérides Brasileiras, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 02, 07 de set. de 1891.

_____. Efemérides Brasileiras, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 28 de set. de 1891.

_____. Efemérides Brasileiras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 01 de out. de 1891.

_____. Efemérides Brasileiras, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 02, 30 de nov. de 1891.

_____. Efemérides Brasileiras, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 02, 06 de fev. de 1893.

_____. Política Americana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 08 de jan. de 1905.

_____. As Embaixadas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 17 de jan. de 1905.

_____. Questão de fato. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 19 de jan. de 1905.

_____. Brasil e Argentina, *Jornal do Commercio*, p. 01, 26 de set. de 1908.

Repórter, J. Alta Prudência – O prudentíssimo Pando. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 30 de jan. de 1903.

_____. Aonde foi o senhor Pando?. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 31 de jan. de 1903.

Outros textos do Barão do Rio Branco.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva. Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXXI, parte II, p. 62-135, 1868.

RIO BRANCO, Barão do. A Imprensa. In LEVASSEUR, Émile *et ali*. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Expressões, 2001, p. 117-126.

_____. Luís Barroso Pereira. In *Obras do Barão do Rio Branco VII: Biografias*. Brasília: FUNAG, 2012a, p. 43-52.

_____. Episódios da Guerra do Prata. In *Coleção Obras do Barão do Rio Branco VIII: Estudos Históricos*. Brasília: FUNAG, 2012b, p. 21-36.

_____. Esboço da história do Brasil. In *Coleção Obras do Barão do Rio Branco VIII: Estudos Históricos*. Brasília: FUNAG, 2012c, p. 21-36.

_____. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. In *Obras do Barão do Rio Branco VII: Biografias*. Brasília: FUNAG, 2012d, p. 149-286.

_____. *Obras do Barão do Rio Branco I: questão de limites República Argentina*. FUNAG, 2012e.

_____. Discurso pronunciado na sede do Clube Naval, em 01 de dezembro de 1902. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012f, p. 105-108.

_____. Discurso pronunciado em 16 de agosto de 1903, no Palácio do Itamaraty, por ocasião da inauguração do busto do Visconde de Cabo Frio. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012g, p. 110-112.

_____. Discurso pronunciado em 23 de julho de 1906, por ocasião da sessão inaugural da III Conferência Internacional Americana. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012h, p. 136-139.

_____. Discurso pronunciado em 27 de agosto de 1906, por ocasião de encerramento da III Conferência Internacional Americana. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012i, p. 146-149.

_____. Discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906, no Palácio do Itamaraty, por ocasião das homenagens que lhe foi prestada pelo Exército Nacional. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012j, p.152-156.

_____. Discurso proferido em 09 de outubro de 1909, por ocasião do almoço oferecido ao Barão do Rio Branco no quartel do 13º Regimento de Cavalaria. In *Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos*. Brasília: FUNAG, 2012l, p. 266-268.

_____. Exposição de Motivos sobre o Tratado de 30 de outubro de 1909 entre o Brasil e o Uruguai. In *Obras do Barão do Rio Branco V: questões de limites – exposição de motivos*. Brasília: FUNAG, 2012m, p. 157-230.

_____. Exposição de motivos sobre o Tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia. In *Obras do Barão do Rio Branco V: questões de limites – exposição de motivos*. Brasília: FUNAG, 2012n, p. 41- 75.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil* (O imperador visto pelo Barão do Rio Branco). Brasília: FUNAG, 2015.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República Paraguai*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1875-1876, 2 volumes.

Artigos de jornais de outros autores

A LAGOA MIRIM. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 22 de ago. de 1908.

A NOTA E O MEMORANDO I. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 01, 06 de jul. de 1872.

A PALAVRA DO MESTRE. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 09 de fev. de 1904.

AS EMBAIXADAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 14 de jan. de 1905.

_____. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de jan. de 1905.

_____. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 20 de jan. de 1905

A TRIBUNA. *A Tribuna*. Rio de Janeiro, p. 01, 01 de jul. de 1890,

ANDRADA JÚNIOR, Martim Francisco Ribeiro. No Charco. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 21 de out. de 1903.

_____. Fora do Charco. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 09 de dez. de 1903.

BARÃO DO RIO BRANCO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 01, 02 de dez. de 1902.

BARÃO DO RIO BRANCO. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 02 de dez. de 1902.

BARBOSA, Rui. O Brasil na Grande Enciclopédia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 01, 13 de mar. de 1900

BITTENCOURT, Edmundo. *Correio da Manhã*, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 15 de jun. de 1901.

_____. Defesa Mercenária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 14 de nov. de 1903.

CUNHA, Euclides da. Temores Vãos. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 24 de junho de 1904.

DANTAS, Rodolfo E. de S. *Jornal do Brasil*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de dez. de 1891.

DAVID. Notas Fluminenses. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 15 de jan. de 1905.

_____. Notas Fluminenses. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 23 de jan. de 1905.

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, 09 de abr. de 1891.

EQUIVALENCIA NAVAL. *La Prensa*, Buenos Aires, p. 03-04, 10 de nov. de 1904.

EL BRASIL EN EL CONTINENTE. *La Prensa*, Buenos Aires, p. 03, 15 de jan. de 1905.

GUANABARA, Alcindo. Crônica Política. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 01, 08 de fev. de 1904.

JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 09 de abr. de 1891.

_____. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 04 de jan. de 1893.

_____. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 15 de nov. de 1894.

_____. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 01 de dez. de 1902.

JORNAL DO COMMERCIO. A Questão das Missões. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 08 de fev. de 1895.

JORNAL DO COMMERCIO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 09 de abr. de 1902.

LEMOS, Miguel. O senhor ministro das Relações Exteriores. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 01, 23 de dez. de 1902.

NABUCO, Joaquim. Outras Ilusões Republicanas IV. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 18 de out. de 1891.

_____. A fé de ofício do reinado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.02, 06 de dez. de 1891.

_____. O Funeral. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 09 de dez. de 1891.

_____. Gazetilha: O Barão do Rio Branco. *Jornal do Commercio* Rio de Janeiro, p. 01, 09 de fev. de 1895.

NOTÍCIAS DIVERSAS: História Brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 15 de ago. de 1892.

O ACRE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 11 de abr. de 1902.

O NOVO TEMPO. *Prospecto*. Rio de Janeiro, p. 01, 16 de fev. de 1844.

O TRATADO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 25 de ago. de 1908.

O ÚLTIMO DOS FAVORITOS. *A Reforma*, Rio de Janeiro, p. 01, 25 de novembro de 1871.

PATROCÍNIO, José. A Embaixada. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.01, 26 de jan. de 1905.

POMBO, Rocha. Vitória de Pyrrho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.01, 10 de dez. de 1903.

POR LA SEGURIDAD NACIONAL. *La Prensa*, Buenos Aires, p. 03, 13 de nov. de 1906.

QUESTÃO DAS MISSÕES. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 08 de fev. de 1896.

QUESTÕES INTERNACIONAIS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 19 de mai. de 1896.

O IMPERIALISMO YANKEE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 11 de jun. de 1904.

SALAMONDE, Eduardo. O Tratado do Acre. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 11 de nov. de 1903.

_____. Pasquinadas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 01, 15 de nov. de 1903.

TIMON. Waterloo. *Commercio de São Paulo*, São Paulo, p. 01, 28 de out. de 1903.

VERÍSSIMO, José. O movimento intelectual brasileiro em 1891, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 04 de jan. de 1892.

VIDAL, Gil. O Barão do Rio Branco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 02 de dez. de 1902.

_____. Singulares Conselheiros e Mestres. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 19 de dez. de 1903.

_____. Megalomania Naval. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p .01, 26 de jun. de 1904.

_____. O novo monroísmo e a imprensa inglesa, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 01, 27 de jan. de 1905.

Zeballos, Estanislao. “Resurgimiento cívico. El alma argentina”. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo XXXI, 1908a.

_____. "Diplomacia desarmada". In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Tomo XXXI, 1908b.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Rio Branco, grande estratégia e o poder naval*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1950.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *História do grande chanceler: vida e obra do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1942.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, São Paulo, vol. 11, n.21, p. 09-34, 1998.

ASSIS, Machado. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Saraiva, 2011.

ASSUMPÇÃO, Roberto. Rio Branco e *L'Illustration*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 188, jan. – set, p. 10-13, 1945.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A "Outra América": A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952.

BARBOSA, Rui. Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido. In NERY, Fernando (org.). *Obras Completas de Rui Barbosa: Discursos Parlamentares*, vol. XXI, tomo 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 229-299.

_____. Rio Branco. In FUNAG; CHDD (Org.). *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*: série de artigos publicados na Revista Americana, em abril de 1913. Brasília: FUNAG, 2002.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 183-191.

BRANCATO, Sandra M. L. O retorno do Barão do Rio Branco ao Brasil: a leitura da imprensa. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.95-110, 2002.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

_____. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. O Barão do Rio Branco opina sobre o marechal Deodoro. *Revista de História*, São Paulo, n.70, p.545-550, 1977.

_____. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CAETANO, Gerardo. El Barón de Rio Branco y el Uruguay: el Tratado de rectificación de límites en el río Yaguarón y la Laguna Merín (1909-1910). In PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). Brasília: FUNAG, 2012.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional. In GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 177-215

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, p.26-39, Jul-Dez, 2009.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO; Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARDIM, Elmano. A imprensa na vida e na obra de Rio Branco. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 188, jan. – jun., p. 123-137, 1945.

CARNEIRO, David. *Duas Histórias em Três Vidas*. Curitiba: Papeleria Universal, 1939.

CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Radicalismo e republicanismos. In CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 19-48.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTAGNINO, Leonardo. *Guerra del Paraguay: la triple alianza contra los países del Plata*. Buenos Aires: Fabro, 2010.

CAVALERI, Paulo. *La restauración del Virreinato: Orígenes del nacionalismo territorial argentino*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CERVO, Amado Luiz. Apresentação. In BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889-1902)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995, p.07-09.

_____. O controle do Prata. In CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 2002, p. 109-128.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Barão do Rio Branco: missão em Berlim (1901-1902)*. Brasília: FUNAG, 2009.

COSTA, J. A. de Azevedo. Litígio entre o Brasil e a França – A questão do território do Amapá. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tomo LII, p.92-100, 1945.

COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1973.

COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Vozes Limitada, 1970.

DIAS, Demóstenes de Oliveira. *Pequena Biografia do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In. CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora da UNB, 1998, p.167-237.

_____. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, vol.02, n. 43, p. 130-149, 2000.

_____. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília/São Paulo: Editora da UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Volume IV, Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ESPIELL, Héctor Gros. O tratado brasileiro uruguaio de 1909 e a revisão, por razão de justiça, do tratado de limites de 1851. *Revista de informação legislativa*, Brasília, vol. 21, n. 84, out. dez., p. 233-250, 1984.

FERRARI, Gustavo. *Estanislao S. Zeballos*. Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, 1995.

FLEIUSS, Max. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

FLEURY, Renato Sêneca. *Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1967.

FRANCO, Álvaro da Costa. A fronteira do Jaguarão e da Lagoa Mirim: cem anos de um ato de grandeza política. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 14, p.457-469, 2009.

_____. Prefácio – Rio Branco e a Imprensa. In PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Obras do Barão do Rio Branco X: artigos de imprensa*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 17-26.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*, São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH– USP, 2006.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. Os belgas em Descalvados e na fronteira oeste do Brasil (1895-1902). In PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

GARCIA, Rodolfo (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco VI: Efemérides brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2012.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Os cargos do paço imperial e a Corte no Segundo Reinado. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v.1, n.1, p. 215-237.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço*. Biografia e História na Obra de Octávio Tarquínio de Sousa. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

GOYCOCHEA, Castilho. *O espírito militar na questão acreana: Plácido de Castro*. Rio de Janeiro: Biblex, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica do Barão: as ações de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

HERMES, João Severiano da Fonseca. Litígio entre o Brasil e a República Argentina – A questão do território de Palmas. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tomo LII, p.30-91, 1945.

HEYMANN, Luciane Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o Caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, São Paulo, vol. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, Jul-Dez, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Introdução: A invenção das tradições. In HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 11-29.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Octávio Tarquínio e Pedro I, a História a partir dos homens. In SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 11-14.

IGLESIAS, Francisco. *Historia política de Brasil*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

_____. Vida Política (1848-1866). In HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *O Brasil Monárquico: reações e transações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 17-140 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v.5).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Efemérides Brasileiras. *Revista do IHGB*, tomo 82, p. 01-901, 1917.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: Território e territorialidade no Império do Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia Humana, FFLCH-USP, 2015.

JAVARI, Barão de. (Org.). *Falas do Trono (1823-1889)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Câmara dos Deputados, 1889.

JOFFILY, José. *O caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012.

LACOSTE, Pablo. Estanislao Zeballos y la política exterior argentina con Brasil y Chile. *Revista Confluencia*, Mendoza, anao 1, n. 2, p. 107-128, 2003.

LEONZO, Nanci. A gaveta do Barão. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol.157, n. 391, p. 351-359, 1996.

LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo: Monroe, Bolívar, Roosevelt*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

LINS, Álvaro. *Rio Barão (o Barão do Rio Branco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. Memórias sobre Rio Branco. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 69, p.293-307, 2011.

LOBO, Hélio. *Rio Branco e a Arbitragem com a Argentina (A Questão do Território de Palmas, também chamada das Missões)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

LYRA FILHO, João. *O Barão*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1936.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

MARANHÃO, Jarbas. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1967.

MARTINS, Wilson. Juca Paranhos. In *Pontos de vista (Crítica Literária)* – Vol. 4 (196-1961). São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991, p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros de. (Re)inventando a noite: o *Alcazar Lyrique* e a *cocotte comédiénne* no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 20-21, p. 73-91, jan-dez, 2007.

MILZA, Pierre. Política interna e externa. In RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

MOLINA, Raúl. *Misiones Argentinas en los Archivos Europeos*. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografía y Historia, 1955.

MORGENFELD, Leandro. *Vecinos em conflito: Argentina y Estados Unidos em las conferencias pan-americanas (1880-1955)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.

MORAIS, Marieta; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil [verbete]. In ABREU, Alzira Alves de; et. alii. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 2866-2875.

NABUCO, Joaquim. *Porque continuo a ser monarquista*. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, 1890.

_____. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

NAPOLEÃO, Aluizio. *O Segundo Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.

NAVARRO, Fernando. Introducción: En busca de Zeballos. In FERNÁNDEZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Orgs.). *Scribere est agere: Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosario: Quinta Para & Camino Ediciones, 2011, p.11-36.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1837. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.10, p.5-22, nov. 2009.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo. A Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

PAREDES, Rogelio. “Estanislao Zeballos canceller: entre la diplomacia colonial y la guerra moderna (1878-1908)”. In: FERNÁNDEZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Org.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 105-122.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.28, n.56, p. 487-506, 2008.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PORTO, Ângela (Org.). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Brasília/Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

PRADO, Eduardo. *Fastos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Magalhães, 1923.

_____. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Editora Braziliense, 1961.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p.127-49, 2001.

PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues. O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n.2, abr. – jun., p. 187-244, 1945.

PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação, *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 11, número especial, p. 15-21, 2012.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: FUNAG, 2002.

_____. Rio Branco, definidor de valores nacionais. In CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 79-98.

_____. Acre: o momento decisivo de Rio Branco. In PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 119-161.

RIO BRANCO, Miguel do. *A correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco (de 1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. El conflicto entre Uruguay y Argentina por la jurisdicción del Río de la Plata (1907-1910). Política exterior, imágenes mutuas y sentimiento nacional. *Claves, Revista de Historia*, Montevideo, n.1, p. 139-178, dez. de 2015.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa. O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. O Barão do Rio Branco e a ideia de nacionalismo no Brasil. *Tensão Mundiais*, Fortaleza, v.06, n.10, p.13-34, 2010a.

_____. *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010b.

_____. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro.1941), Academia Brasileira de Letras, v.69, p.11-35, 2011.

_____. O barão do Rio Branco e a Imprensa. *Revista Brasileira*, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, v. 72, p. 135-168, 2012a.

_____. *O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012b.

_____. Desvendando a esfinge: Paranhos Júnior e a vida privada no Segundo Reinado e no início da República. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 174, n.460, p.13-49, 2013.

Sanz, Luís Santiago. *La cuestión de Misiones. Ensayo de su historia diplomática*. Buenos Aires: [s.n.], 1975.

SCENNA, Miguel. *Argentina - Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Batilla, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Dauberson Monteiro. Demarcação das fronteiras. In PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 191- 211.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, J. A. Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *O Brasil Monárquico: O processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v.3).

SPEKTOR, Matias. O ufanismo vai cedendo nos cem anos de Rio Branco. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 11, número especial, p.359-364, 2012.

STUART, Ana Maria. *O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Amador Bueno ou a Coroa do Brasil: épico-histórico americano*. Madri: Imprenta Del Atlas, 1858.

MARIZ, Vasco. *A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2010.

VASCONCELOS, Mário de Barros. *O Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

VIANA, Hélio. *História das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1949.

VIANA, Luiz. *A Vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

_____. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

VILLAÇA, Carlos. *Perfil de um estadista da República: Ensaio biográfico do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1945.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Barão e o cardinalato*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 157, n. 391, p. 301-318, abr.-jun. de 1996.

ZEBALLOS, Estanislao. *La conquista de quince mil leguas: estudio sobre la traslación de la frontera sur de la Republica al rio Negro. Dedicado a los jefes y oficiales del Ejército Expedicionario.* Buenos Aires: La Prensa, 1878.

_____. *Cuestiones de limites entre las Repúblicas Argentina, el Brasil y Chile.* Buenos Aires: [s.n.], 1892

_____. Rio Branco. *Revista de Derecho, Historia y Letras.* Buenos Aires, ano XIV, tomo XLI, p. 411-439, 1912.